

---

escola superior  gallaecia

---

MESTRADO INTEGRADO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO

---

**INTERVENÇÃO  
NO PALACETE  
DAS ALMAS**

---

JOANA D. AZEVEDO ROLO

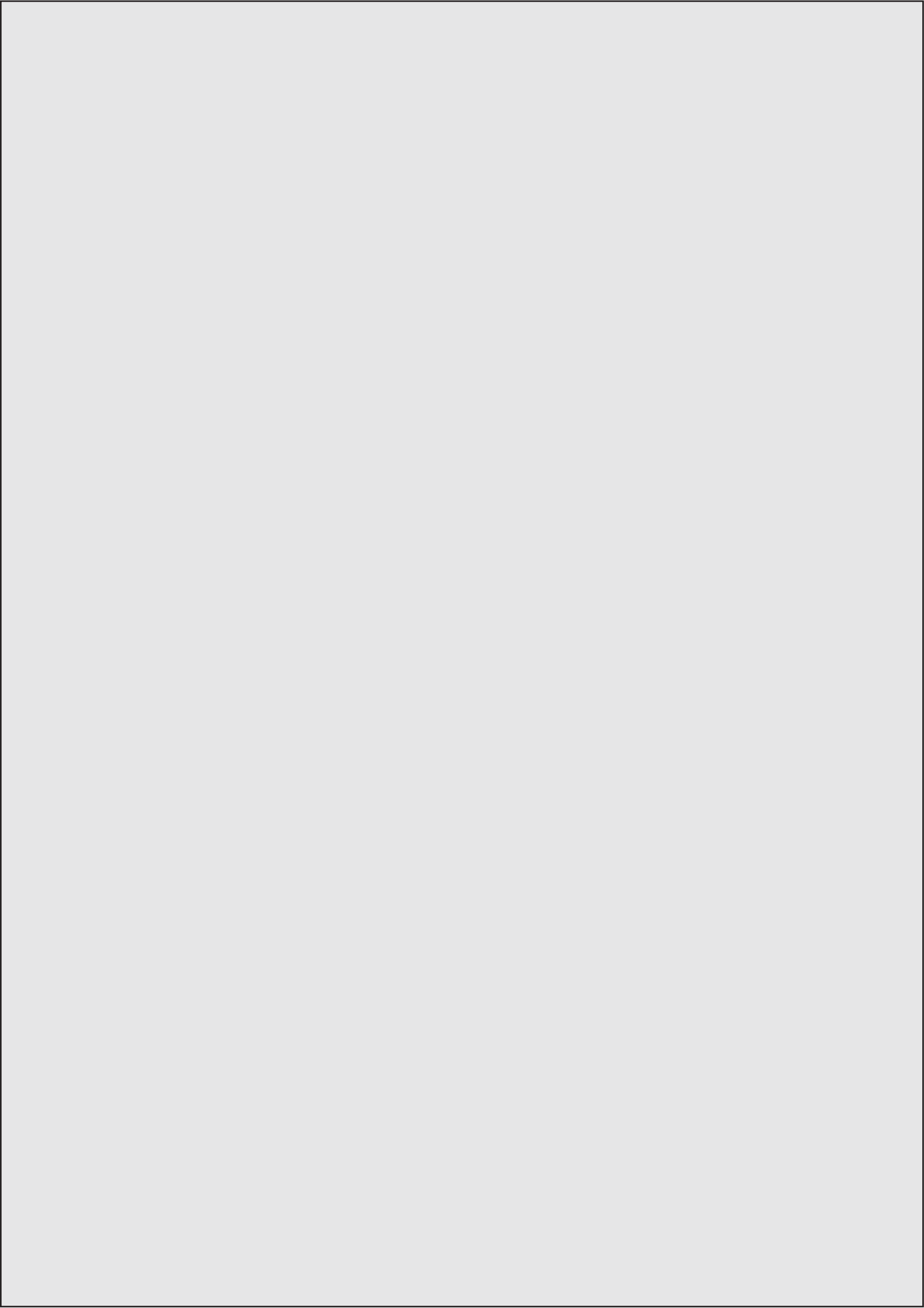
---

VILA NOVA DE CERVEIRA

---

MARÇO 2019

---



escola superior  gallaecia

MESTRADO INTEGRADO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO

INTERVENÇÃO NO PALACETE DAS ALMAS, EM ESPOSENDE,  
COMO ESPAÇO RESIDENCIAL ARTÍSTICO

DISSERTAÇÃO DE PROJETO  
INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DE PROJETO

DISCENTE: JOANA DANIELA AZEVEDO ROLO | 752-11

ORIENTADORA: PROF. DOUTORA ANA LIMA  
ORIENTADOR: PROF. DOUTOR PAULO GUERREIRO  
ORIENTADOR: PROF. DOUTOR GILBERTO CARLOS

VILA NOVA DE CERVEIRA, MARÇO DE 2019



“na economia criativa atual, a verdadeira fonte de crescimento económico advém do clustering e da concentração de pessoas talentosas e produtivas.”

(Florida, 2011, p.90)

---



## **PREÂMBULO**

A presente dissertação, insere-se no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo, da Escola Superior Gallaecia, para a obtenção do Grau de Mestre. O trabalho realizado no âmbito de projeto, aborda a intervenção no Palacete das Almas, situado na cidade de Esposende, no concelho de Braga, sob a orientação da Professora Doutora Ana Lima, Professor Doutor Paulo Guerreiro e Professor Doutor Gilberto Carlos.

---



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração a todas as pessoas que me acompanharam durante estes anos neste projeto de vida, em especial aos meus pais, à minha irmã e ao meu namorado. Não posso deixar de agradecer a todos os meus colegas, da turma trabalhadores - estudantes, que, de uma forma ou outra me ajudaram neste percurso.

Agradeço a todos os professores que, de forma tão carinhosa me ensinaram e incentivaram a terminar este curso; agradeço em particular aos meus orientadores, professor doutor Gilberto Carlos, professor doutor Paulo Guerreiro e professora doutora Ana Lima pelo acompanhamento no desenvolvimento desta dissertação.

---



## **RESUMO**

A presente dissertação consiste na realização de um projeto de arquitetura, que visa a intervenção num palacete de um torna viagem, construído entre o século XIX e o início do século XX, na cidade de Esposende, Braga. Pretende-se, com esta dissertação, que sejam lembradas as histórias e o fenómeno do brasileiro de torna-viagem, que emigrou em busca de novas condições de vida, onde atualmente, é considerado uma personagem-tipo da sociedade portuguesa por todos os investimentos realizados nas suas aldeias / cidade natal.

Com a intenção de valorizar esta tipologia arquitetónica, por forma a preservar esta época histórica, para a cidade de Esposende, a presente dissertação aborda um conjunto de edificações desta tipologia, onde analisa cada caso, de forma a valorizar a identidade do objeto de estudo, o Palacete das Almas e ao mesmo tempo, definir um novo uso como espaço residencial artístico, para o palacete desabitado.

Além de utilizar o método de estudo de caso, proposto por Yin (2003) e Groat & Wang (2002), que se traduz na utilização da análise documental, recolha de dados e trabalho de campo, notas de campo, fotografia, foram também utilizadas fichas síntese, dos seis casos de referência, pertencentes a dois grupos, o grupo I - Intervenção em palacetes no Norte de Portugal e o grupo II - Intervenção de adaptação de palacetes a um novo uso, que foram sintetizadas, num quadro de análise global.

Os temas abordados, contribuem para o conhecimento local da cidade de Esposende, bem como para esta época histórica e para a problemática específica existente na cidade, a degradação de palacetes de torna viagens, que caracteriza o projeto que se desenvolve.

O projeto de arquitetura, surge como materialização desta investigação, que permite adaptar o programa de residências artísticas a um edifício desabitado, onde completa as necessidades existentes na cidade de Esposende. Conceptualmente o desenho da nova intervenção é minimizado pelo baixo impacto volumétrico, onde a criação de novas dinâmicas, existem, a pensar na presença de dois edifícios, em dois momentos históricos, claramente definidos.

### **PALAVRAS - CHAVE:**

Património português | Residência artística | Palacete

---



## **ABSTRACT**

The following dissertation consist of the accomplishment of an architectural project concerning the intervention of a villa built by a brazilian migrant between the XIX and XX centuries, in Esposende, Braga. Within this dissertation, we set the intention to remember the stories and the phenomenon of the brazilian migrant, who departed in the search of a new life, where nowadays he is considered a type-character of the Portuguese society due to all the investments accomplished in their villages or cities.

With the intention of valuing this architectural typology in order to preserve this historical period for the city of Esposende, this dissertation consider a set of buildings of such typology, where it analyses each case, to value the identity of the “Palacete das Almas”, which is the object of this study and, simultaneously, determine a new purpose of this uninhabited mansion as an Art Residential space.

In addition to use the method of the case study proposed by Yin (2003) and Groat & Wang (2002), where it was utilized documentary analysis, data collection, field notes and photography it was also consulted the synthesis tables of the six reference cases, belonged to two groups: Group I - Intervention in palaces in the North of Portugal, and Group II - Intervention of adaptation of palaces to a new purpose, which were synthesized within a framework of global analysis.

The subjects discussed contribute to the local knowledge of the city of Esposende, as well as for this historical epoch and for the specific problematic existing in the city, which is the degradation of the architecture built by these immigrants. This problematic characterizes the project that is developed here and it has emerged due to this research, allowing to adapt this program of artistic residences to an uninhabited building, where it completes the existing needs in the city of Esposende. Conceptually the design of the new intervention is minimized by the low volumetric impact, where the creation of new dynamics exists, through the presence of two buildings, in two historical moments, clearly defined.

## **KEYWORDS:**

Portuguese heritage | Artist residency | Villa

---



**ÍNDICE DE CONTEÚDOS**

PREÂMBULO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

<b>PARTE I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO .....	3
1.2 - JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA .....	3
1.3 - OBJETIVOS .....	4
1.4 - ESTADO DA ARTE .....	5
1.5 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	7
1.6 - ESTRUTURA DOS CONTEÚDOS DA DISSERTAÇÃO .....	9
<b>PARTE II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
2.1 - FENÓMENO DA EMIGRAÇÃO .....	13
2.1.1 - CONCEITO DA EMIGRAÇÃO .....	13
2.1.2 - A CORRENTE MIGRATÓRIA DE PORTUGAL PARA O BRASIL .....	14
2.2 - TEORIA DAS MIGRAÇÕES .....	21
2.3 - TIPOLOGIAS ARQUITETÓNICAS DO BRASILEIRO DE TORNA VIAGEM .....	29
2.3.1 - AS CASAS VERTICAIS URBANAS .....	30
2.3.2 - O PALÁCIO (OU CASA HORIZONTAL) .....	32
2.3.3 - AS CASAS APALAÇADAS E PALACETES .....	34
2.4 - CASA DE CAMPO .....	35
2.5 - CASA DE PORÃO ALTO .....	39
2.6 - CONTRIBUTO ARQUITETÓNICO NO NORTE DE PORTUGAL, O MINHO .....	41
2.7 - CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS .....	45
2.7.1 - DEFINIÇÃO DE PROGRAMA .....	45
2.7.2 - IMPLEMENTAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS .....	47
2.7.3 - REFERÊNCIAS DE RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS .....	51



**ÍNDICE DE CONTEÚDOS**

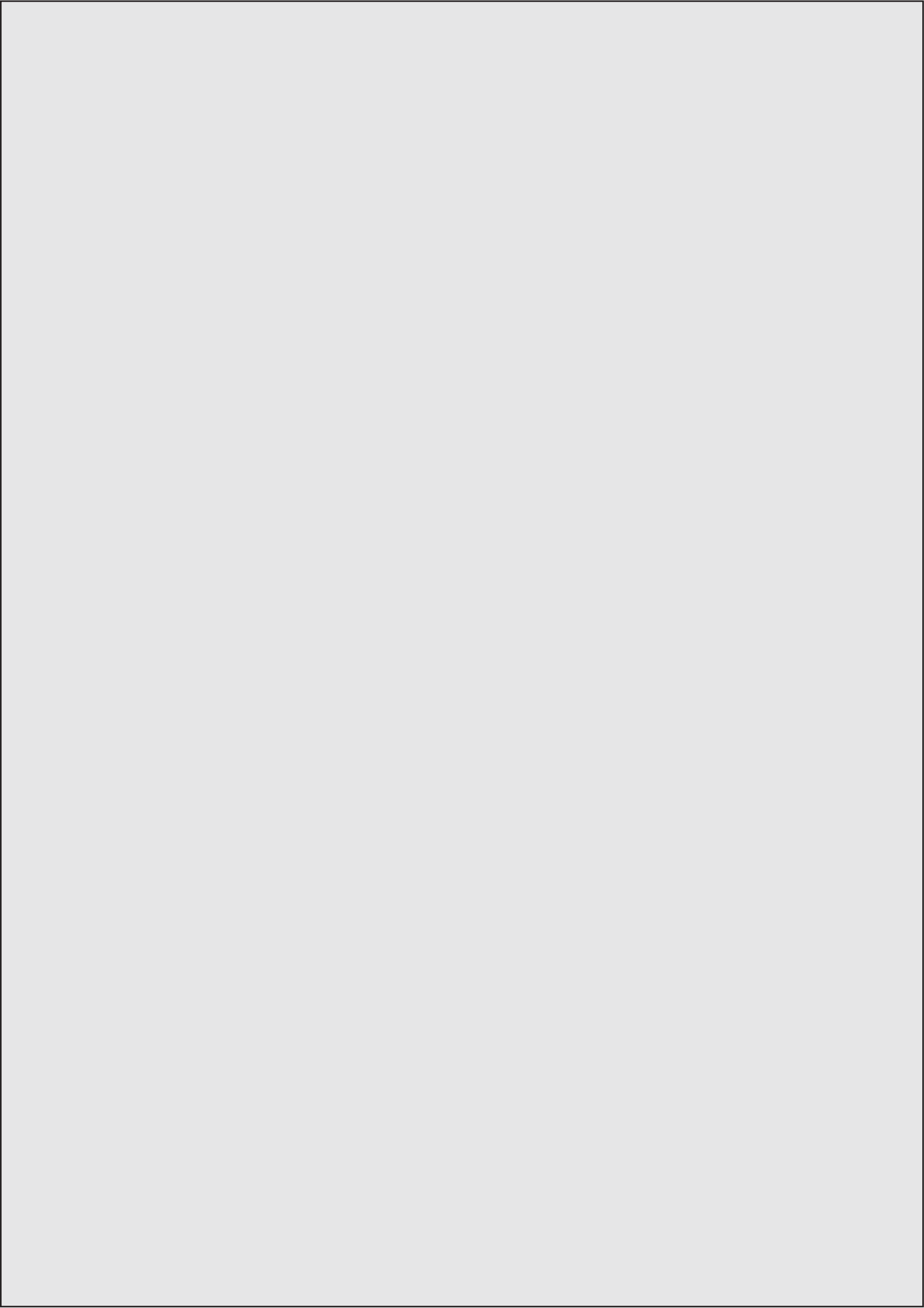
<b>PARTE III - OBJETO DE ESTUDO   PALACETE DAS ALMAS</b> .....	<b>53</b>
3.1 - AUTOR DO PROJETO .....	55
3.2 - CONCEITO E GÉNESE DO PROJETO .....	58
3.3 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO .....	65
3.4 - EVOLUÇÃO DO PALACETE DAS ALMAS .....	71
3.4.1 - INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA DA PARCELA .....	71
3.4.2 - EDIFÍCIO PRINCIPAL   1925-1984 .....	74
3.4.3 - EDIFÍCIO PRINCIPAL   1985-2019 .....	78
3.4.4 - EDIFÍCIOS ANEXOS   1925-1984 .....	92
3.4.5 - EDIFÍCIOS ANEXOS   1985-2019 .....	94
<b>PARTE IV - ANÁLISE</b> .....	<b>101</b>
4.1 - CASOS DE REFERÊNCIA .....	103
4.1.1 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO .....	103
4.1.2 - GRUPO I   INTERVENÇÕES EM PALACETES NO NORTE DE PORTUGAL .....	108
4.1.3 - GRUPO II   INTERVENÇÕES DE ADAPTAÇÕES DE PALACETES A ESPAÇO ARTÍSTICO .....	138
4.2 - ANÁLISE COMPARATIVA .....	169
4.3 - ANÁLISE GLOBAL DOS GRUPO I E II .....	179
<b>PARTE V - CONCLUSÕES</b> .....	<b>183</b>
5.1 - CONCLUSÕES GERAIS .....	185
5.2 - RESPOSTA AOS OBJETIVOS .....	186
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	193
ÍNDICE DE FIGURAS E IMAGENS .....	199
ANEXOS .....	209

---



**PARTE I**  
**INTRODUÇÃO**

---



## **1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO**

A presente dissertação consiste na intervenção num palacete de um torna-viagem que se encontra desabitado, contudo ainda em bom estado de conservação, situado na cidade de Esposende, distrito de Braga.

Com esta intervenção pretende-se que seja conhecida a história e o fenómeno dos palacetes existentes na sua maioria no Norte de Portugal, nomeadamente este palacete situado em Esposende. Pretende-se também que sejam lembradas as histórias de muitos conterrâneos que foram obrigados a deixar a sua terra natal e partir em busca de uma vida melhor.

Entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, formaram-se grupos que emigraram para países como o Brasil, por exemplo, e que, anos mais tarde, voltaram com possibilidades económicas, onde investiram e ganharam particular relevância. A figura do “brasileiro de torna-viagem” passou a ser uma personagem-tipo da sociedade portuguesa, nomeadamente a partir da segunda metade do século XIX. O fenómeno social associado à emigração estendeu-se até às primeiras décadas do século XX, século até onde são conhecidas as tipologias dos palacetes (Tavares, 2015).

Valentim Ribeiro (1855-1921) foi um dos “torna viagens” esposendenses, que investe na terra natal quando regressa do Brasil com uma fortuna considerável e para ostentar o poder económico, contrata Ventura Terra para a realização de alguns projetos na cidade de Esposende. Promoveu a construção do novo hospital, financiou a construção do Teatro-Club e construiu a sua nova moradia, a Casa Valentim Ribeiro (Guerreiro, 2009).

## **1.2 - JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA**

O desenvolvimento gerado na cidade de Esposende na primeira metade do século XX, fez com que houvessem transformações de melhoria da qualidade de vida na cidade (Guerreiro, 2009).

A este desenvolvimento, estão também associados os investimentos que os emigrantes de torna viagens realizaram ao construir edifícios públicos e privados como é o caso do palacete onde se pretende intervir, onde as dificuldades emergentes serão colmatadas com a intervenção realizada e a abordagem coerente ao projeto. O facto de estar a atuar num edifício de valor histórico para a cidade de Esposende, irá impedir que o seu estado de conservação se agrave e valorizará não só o edifício em si como também o contexto atual em que se insere.

A realidade dos palacetes localizados em pequenas cidades é distinta da maior parte dos palacetes localizados nas grandes cidades, como Porto e Lisboa. Enquanto que, os palacetes situados em Esposende se encontram todos desabitados, descaracterizados e em avançado estado de degradação, a maioria dos palacetes situados nas grandes cidades encontram-se intervencionados, com os mais destintos usos públicos e/ou privados (Alves, 1993).

Os palacetes localizados em Esposende que se encontram em estado de degradação, devem ser recuperados, por forma a manter esta época histórica como um marco para a própria cidade, sendo necessária a salvaguarda deste património para as gerações futuras. É essencial que as “casas de torna viagens” comecem a ser encaradas como testemunho de uma época para a qual contribuíram. Estes imóveis podem assim proporcionar novos usos, como por exemplo equipamentos para a cidade de forma a contribuírem de um modo pedagógico no processo transversal da sua preservação.

### **1.3 - OBJETIVOS**

A presente dissertação de mestrado tem como objetivos:

- Identificar diferentes tipos de usos e intervenções em palacetes.
- Definir uma intervenção com um novo uso, residência artística, para o Palacete das Almas, em Esposende.

O primeiro objetivo da investigação está diretamente relacionado com o programa definido para a realização do projeto desta dissertação. Assim, a investigação debruça-se não só sobre a análise dos vários tipos de usos de palacetes, mas também sobre o tipo de intervenções que se realizam. Para isso são criados dois grupos, o grupo I, de três casos de referência, com intervenções em palacetes no Norte de Portugal, e o grupo II, também com três casos de referência, onde trata intervenções de adaptação de palacetes a um novo uso.

O segundo objetivo a cumprir, está relacionado com o objeto de estudo, o Palacete das Almas, sobre o qual se pretende desenvolver um projeto de arquitetura, destinado a albergar uma residência artística, para a cidade de Esposende. A residência artística vem completar as necessidades da cidade, bem como, dar um novo uso ao palacete. Para a realização do mesmo, são analisadas as intervenções e usos dos casos de referência, de forma a criar as bases para a execução do projeto de arquitetura do Palacete das Almas.

#### **1.4 - ESTADO DA ARTE**

Um dos temas da investigação tem como objetivo conhecer a origem de todo o processo de construção / evolução do Palacete das Almas, bem como a corrente migratória presente neste fenómeno. É importante compreender quais as tipologias edificatórias construídas por estes emigrantes entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX e como estas influem na economia das populações, ficando assim plasmadas na arquitetura. O outro tema da presente dissertação trata as residências artísticas e a forma como são abordadas. A relação entre estes dois temas permite orientar o sentido desta dissertação de projeto. Foi realizado um estudo sobre cada tema de forma individual, com os principais autores de referência e referências bibliográficas, dando assim o suporte teórico para a fase de projeto, com a finalidade de compreender a organização de cada espaço. É necessário destacar a complexidade deste tema, vista a escassez de palacetes de torna viagens com o uso de residência artística em Portugal.

A problemática da emigração e a sua conseqüente descaraterização, bem como a sua marca na sociedade e na arquitetura é abordada por autores de referência como Alves (1993), Alves (s.d.) ou Monteiro (2000), que tratam especificamente o fenómeno do retorno. Rodrigues (2006) aprofunda ainda este fenómeno no caso da cidade de Viana do Castelo. Também Tapinos (1974) procura fundamentar a “decisão de emigrar”, com uma linha que concede um lugar de relevo aos estudos teóricos sobre as grandes migrações transoceânicas oitocentistas. Marcondes e Bellotto (2005) e Monteiro (2000) levam a teoria à prática, apresentando três tipologias destas construções, as casas verticais urbanas, o palácio (ou casa horizontal) e ainda as casas apalaçadas e palacetes. É de ressaltar também referências como Moraes (2009), sobre o tema específico de residências artísticas, visto que elabora uma tese para obter o título de doutor em Arquitetura de Urbanismo intitulada “Residência Artística; Ambientes de formação, criação e difusão.” contando também com Dalcol (2015) que realiza estudos sobre residências artísticas como modo de atuação nómada e práticas / ações na produção contemporânea.

À semelhança do norte de Portugal, o Minho é um lugar de grandes evidências do retorno do brasileiro de torna viagem observando-se, assim, várias atuações desse tempo, nomeadamente dessa personagem e das suas casas (Monteiro, 2000). As primeiras referências à casa do brasileiro de torna viagem em Portugal estão associadas a autores como Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett e Júlio Dinis, onde catalogavam as casas de brasileiro como “objetos bizarros e perturbadores da ordem e simplicidade da paisagem nortenha ...” (Sousa, F., Martins, I., Menezes, L., Matos, M., Sarges, M., Silva, S., 2011, p.590).

As descrições camilianas inserem-se sobretudo na paisagem rural do Minho, onde procuram expressar o novo-riquíssimo, bem como a incoerência e o mau gosto artístico, ou seja, atribuíam um sentido pejorativo a esta tipologia arquitetónica. Segundo Sousa, F., Martins, I., Menezes, L., Matos, M., Sarges, M., Silva, S., (2011), apesar das opiniões dos diversos autores, é importante que a tipologia classificada como as casas de brasileiros de torna viagem, comece a ser encarada como o testemunho de uma época, que contribuiu não só

para introduzir novos materiais, desenvolver um mercado de trabalho ao nível dos ofícios e das indústrias, mas também contribuiu na introdução de novas práticas arquitetónicas e decorativas. É notável a inexistência de boas práticas aplicadas a este tipo de edificações e, por isso mesmo é necessário proteger e valorizar esta tipologia edificatória como uma época que existiu e que se deve preservar.

### **1.5 - METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

A presente dissertação, passa por uma intervenção no Palacete das Almas, localizado em Esposende, como espaço residencial artístico. Vista a inexistência de palacetes, no Norte de Portugal, com o programa de Atelier / Residência Artística, foram criados dois grupos de casos de referência, com a finalidade de responder aos objetivos anteriormente descritos. Cada grupo terá três caso de referência e uma ficha síntese, de forma a simplificar a informação recolhida, que posteriormente será comparada e sintetizada num quadro de análise global.

Foi utilizado, também, o método de estudo de caso, que segundo Yin (2003), e Groat & Wang (2002), trata-se de uma abordagem a um fenómeno contemporâneo inserido no contexto da vida real, sendo o estudo de algo singular, de características únicas, sempre que situado num local, e tempo específico. A abordagem metodológica, é de natureza qualitativa (Bogdan & Biklen, 1994).

As técnicas de recolha de informação utilizadas para esta investigação passam pela **análise documental**, que segundo Albarello et al (1997), constituem uma recolha de informação, nomeadamente, plantas cadastrais, desenhos técnicos, memórias descritivas dos projetos, transcrições e fotografias já existentes, ou seja, documentação pública devidamente identificada pelos seus autores.

Além da análise documental é também utilizada a técnica de **observação**, que segundo Gil (1994), é direta e realizada no próprio local referente aos exemplos de casos de referência, pertencentes ao grupo I, nomeadamente a Villa Idalina, a Casa da Prelada e o Palácio Burmester, entre outros, incidindo sobre o seu estado atual de conservação, intervenções realizadas, história de cada caso e o meio em que se insere.

Outra técnica a empregar nesta investigação são as **entrevistas**, como a entrevista exploratória a partir de informantes-chaves, sendo a responsável pelo Posto de Turismo, o proprietário atual do Palacete das Almas. Foi também realizada uma entrevista diretiva ao antigo presidente da junta de Esposende (Informante-chave 2), onde na mesma somente figuraram questões abertas, onde já não existe praticamente qualquer ambiguidade.

A técnica de **fotografia** foi utilizada segundo Bogdan & Biklen (1994) para a realização de registos dos objetos de estudo no local, onde se realizaram fotografias próprias do autor, in situ, com o objetivo de documentar cada estado de conservação dos casos de referência.

Por fim, recorreu-se, às **notas de campo** que foram um complemento das restantes técnicas, utilizando-as com a finalidade de obter apontamentos, desenhos, impressões, ideias, entre outros (Bogdan & Biklen, 1994).

A informação recolhida é sujeita a posterior tratamento segundo a análise de conteúdo, de natureza qualitativa (Bardin, 1979) encontrando-se os indicadores que suportaram a realização do projeto, no qual se utilizam os conhecimentos adquiridos, alcançando assim os objetivos estabelecidos.

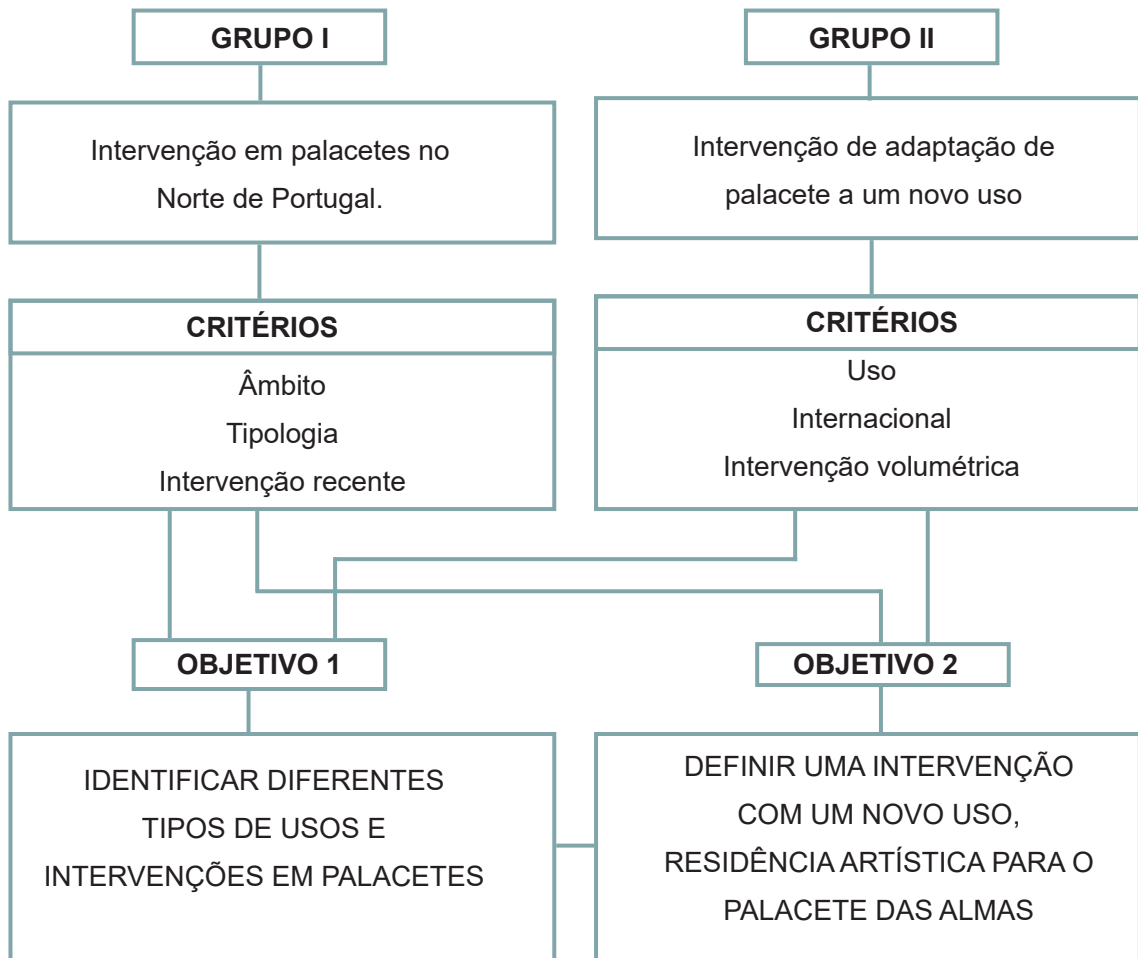


Figura 01 - Esquema sintese dos grupos de trabalho.

## 1.6 - ESTRUTURA DOS CONTEÚDOS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação em âmbito de projeto encontra-se desenvolvida em cinco partes:

### PARTE I: INTRODUÇÃO

Na presente parte realiza-se a introdução ao trabalho que se pretende desenvolver, na qual consta a contextualização da problemática a abordar; a justificação da problemática identificada; os objetivos que se pretende cumprir com o desenvolvimento do projeto de intervenção no Palacete das Almas; o estado da arte que inclui toda a metodologia aplicada à presente dissertação e ainda a estrutura de conteúdos da tese.

## **PARTE II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta parte, realiza-se um estudo aprofundado sobre os temas relacionados com a temática escolhida, as casas de torna viagens, bem como, um estudo sobre o novo uso a dar ao Palacete das Almas. Serão estudados temas sobre a emigração como: o fenómeno e o conceito da emigração; a corrente migratória realizada de Portugal para o Brasil, na época; as tipologias de palacete identificadas por vários autores, exemplares no Norte de Portugal entre outros, onde no final da presente parte, será realizado o estudo sobre o novo uso pretendido, as residências artísticas.

## **PARTE III: OBJETO DE ESTUDO**

Na presente parte, consta o estudo sobre o Palacete das Almas, onde se apresenta o autor do projeto original, o enquadramento histórico do palacete e ainda a evolução do programa e do edifício do palacete, bem como das construções anexas existentes.

## **PARTE IV: ANÁLISE**

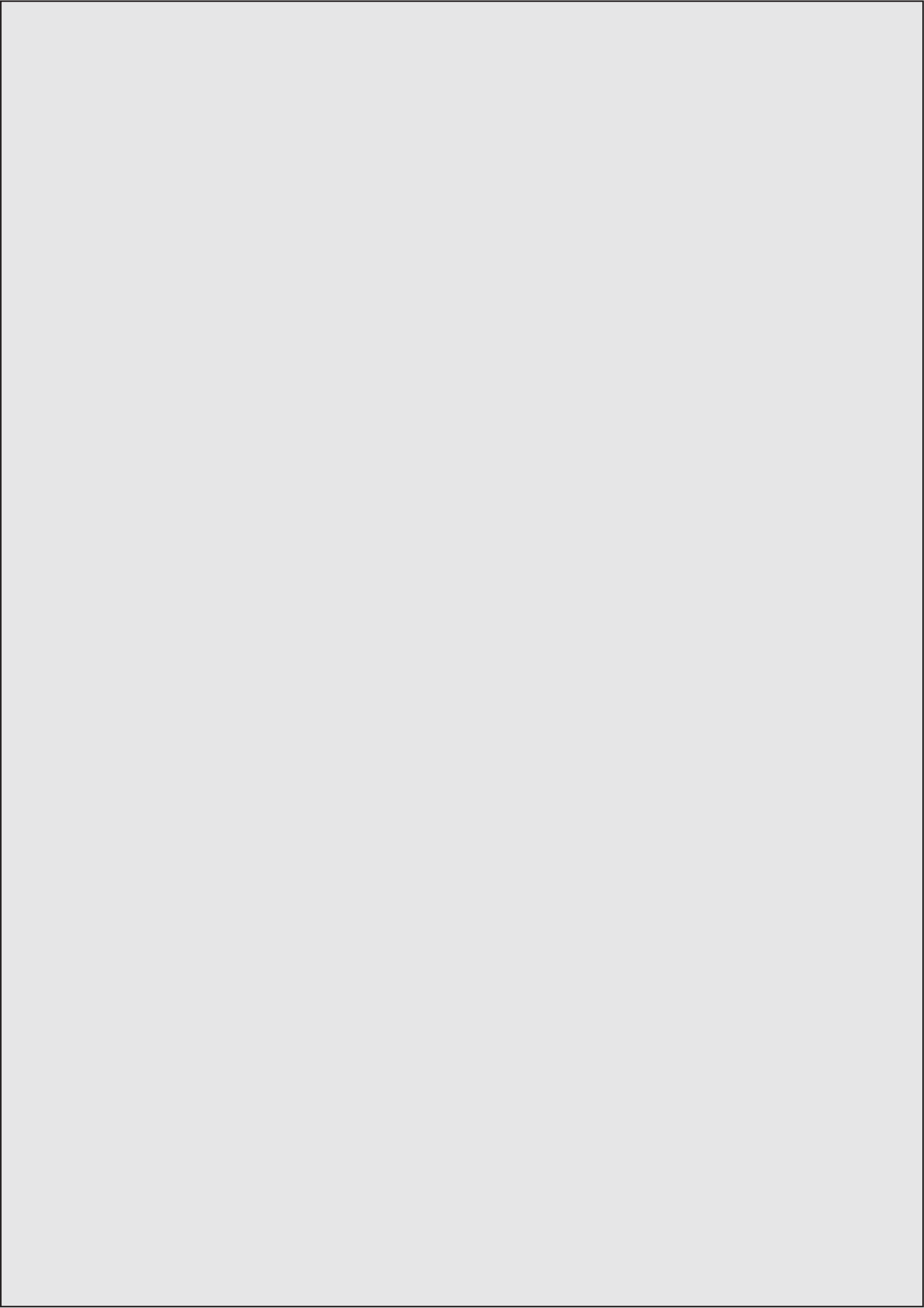
Na referida parte apresenta-se a análise dos casos de referências. Conforme descrito anteriormente são criados dois grupos, com três casos de referência cada, onde se pretende realizar fichas síntese de cada caso por forma a comparar e sintetizar a informação de cada caso. Para finalizar, é ainda apresentado o quadro de análise global dos resultados obtidos, pertencentes aos casos de referência analisados.

## **PARTE V: CONCLUSÕES**

Esta é a última parte e a que finaliza a investigação teórica da presente dissertação, onde se apresentam as reflexões e considerações sobre o tema tratado e a problemática em causa. Ficando assim, definida a sistematização dos resultados com a teoria apresentada, bem como, as respostas a cada objetivo identificado para o seu desenvolvimento em fase de projeto.

**PARTE II**  
**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---



## **2.1 - INTRODUÇÃO**

A corrente migratória que se dirigia para o Brasil, desde a sua descoberta, manteve-se com a independência, ampliando o fluxo e ganhando novos contornos, onde os colonos passaram a ser emigrantes. Com a entrada massiva de pessoas no país, alteraram-se as condições institucionais e a estruturação da cultura de emigração. Portugal participa na corrente migratória europeia onde opta preferencialmente pela tradicional orientação brasileira. Caracterizar esta corrente migratória e as suas consequências, acentuando o papel crucial que desempenhou na sociedade portuguesa dos últimos dois séculos, será fundamental para a compreensão geral da presente dissertação.

### **2.1.1 - O CONCEITO DA EMIGRAÇÃO**

Existem três fenómenos espontâneos relacionados com o ato de estabelecer nova residência, seja em outro país ou região distinta do local de origem: imigração, emigração e migração. Perante o dicionário de Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico, imigrar significa o ato ou efeito de imigrar, entrar num país estrangeiro a fim de nele se estabelecer. Enquanto que, emigrar é a saída voluntária do local onde se vive para se estabelecer noutra. E migrar significa a deslocação de populações de uma região para outra, ou de um país para outro, geralmente por motivos económicos ou sociais.

Estes conceitos vão sendo abordados ao longo deste capítulo de forma a expor a história da casas de brasileiros de torna viagem, migrações realizadas, tipologias associadas a este conceito e exemplares no Norte de Portugal.

## 2.1.2 - A CORRENTE MIGRATÓRIA DE PORTUGAL PARA O BRASIL

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nomeadamente o artigo 1, o ideal comum seria que, “todos os seres humanos nascessem livres e iguais em dignidade e direitos”, logo, com capacidade de escolha e direito à vida. O fenómeno migratório tem também fundamento jurídico, onde na lei fundamental do princípio n.º2 do artigo 13º da presente declaração é referido que: “Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.” Embora esta lei tenha sido adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948, é de total interesse relacioná-la com a corrente migratória para o Brasil, sendo que, esteve presente na vida humana, onde marcou momentos importantes na história deste país.

Segundo Alves (1993), entre o século XIX e início do século XX, o Brasil foi particularmente importante, como país de acolhimento tanto de imigrantes europeus como de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e também imigrantes japoneses, com a finalidade de trabalharem na agricultura. Já em finais do século XX, houve uma inversão dos fluxos migratórios, predominando a emigração dos brasileiros com destinos à Europa, Estados Unidos e Japão. Desde a descoberta do Brasil, no ano de 1500, que este país foi visto como uma possível fuga para a resolução de problemas económicos e familiares, onde denotou um aumento da corrente migratória de forma exponencial. Inicialmente, eram só alguns homens que circulavam, marinheiros, que acabaram por criar afetos e interesses por terras brasileiras. Posteriormente, com a chegada de novas pessoas e novas práticas, tornou-se um padrão de comportamento, onde o Brasil era visto como um destino onde também detinham a oportunidade de formação. Posteriormente com o florescer das minas e o desenvolvimento do comércio no litoral brasileiro, gerou-se uma base de incentivos para a partida de milhares de portugueses, criando assim, o importante tráfego veleiro. Com o gráfico apresentado na figura 02, é denotada a importância do movimento portuário português, sabendo que, a cidade do Porto seria um dos centros de redistribuição e reexportação do Norte da Europa e Galiza.

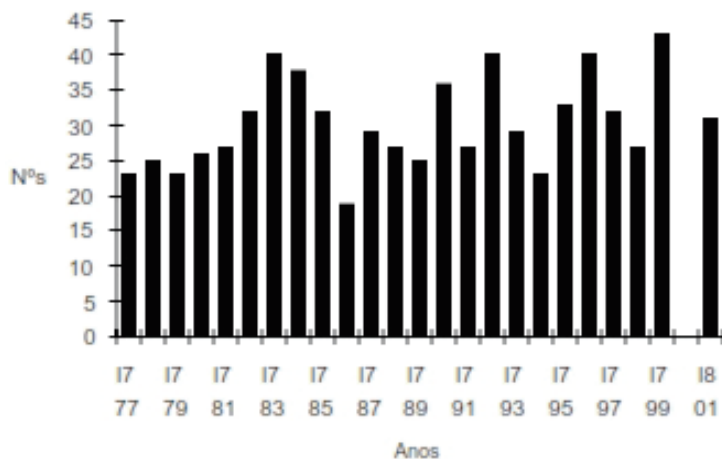


Figura 02. - Movimento portuário português do Porto para o Brasil.

Segundo Alves (s.d.), com a entrada massiva de pessoas no Brasil, pelos séculos XVII e XVIII, as condições institucionais alteraram-se e mais tarde a estruturação de uma cultura de emigração também, que permitiu aos emigrantes retirarem proveito das afinidades, como conseguir trabalho através de conterrâneos que já se encontravam no país, recomendações por cartas de parentes, entre outros. Com o crescimento económico brasileiro e as profundas alterações técnicas ao nível das comunicações a emigração oitocentista veio tornar-se ainda mais proveitosa. A “informação” do Brasil aumentou exponencialmente, deixando de ser usual a transmissão de “informação” pelas relações comerciais, no corpo de marinheiros, que assegurava as carreiras de veleiros. Contudo, segundo Alves (1993) esta informação foi fulcral, pois como havia crise agrícola em Portugal, as famílias nas unidades mais pobres tiveram a necessidades de proteger os seus filhos e orientá-los para profissões no exterior, nomeadamente o Brasil, que se encontrava com uma economia em crescimento e teriam mais probabilidade de inserção positiva. Porém, teriam de ser preparados para novos ofícios, foram por isso, incumbidos de se inserirem no comércio do Porto e outras cidades como Guimarães, Braga, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, ou em alternativa poderiam aprender ofícios tradicionais vulgarmente ligados à construção, como pedreiro, carpinteiro, estucador, marceneiros, entre outros.

Segundo Alves (s.d.), as condições de grande desigualdade geravam a obrigação de prestar recruta, (cerca de seis anos) onde a fuga ao serviço militar era cada vez mais frequente, visto que, até aos anos 80, esta poderia ser contornada com a apresentação de um substituto ou mesmo pagamento para a remissão da obrigação. Para as famílias mais pobres esse pagamento era incontornável, por isso, eram obrigadas a enviar os filhos para o Brasil antes da prestação do serviço militar. Denota-se, em termos estatísticos, uma grande emigração para este país, onde mais tarde, Portugal procura estas mesmas famílias, que acabam por partir, com esperança de que, em poucos anos tivessem a oportunidade de acumular poupanças, para um dia conseguir investir na sua terra natal e libertarem-se de algumas hipotecas que possivelmente teriam. Estes emigrantes praticavam ciclos migratórios geralmente de três ou quatro anos, reemigrando à medida das necessidades familiares.

Segundo Sousa (2006), apoiado em Rodrigues (2006), no distrito de Viana do Castelo, entre 1835 e 1900 a mobilidade com passaporte emitido no Governo Civil apresenta um perfil demográfico cuja evolução é marcada por algumas alterações significativas. Contudo, no princípio do século XIX, acreditava-se que não havia fontes capazes de proporcionar uma visão quantitativa, pois as estatísticas oficiais somente ficaram disponíveis a partir de meados de oitocentos. Até então, trabalhava-se com recurso a fontes e impressoras (onde tanto para Viana do Castelo como para o Porto existem discrepâncias na contabilização dos registos de passaporte apresentados por Alves (1993) e Rodrigues (2006), sendo que, neste período poderiam ser contabilizados mais que duas entradas e/ou saídas quando, algum emigrante ia temporariamente ao seu país, logo, poderiam ser contabilizados duas ou mais vezes a entrada da mesma pessoa para o país para onde tinham emigrado.) O gráfico apresentado na figura 03, apresenta a contagem dos emigrantes por anos de aquisição de passaporte e alfabetização, saídos entre os anos de 1835-1900.

Analisando o gráfico da figura 04, segundo Rodrigues (2006), denota-se um fenómeno por ciclos, sendo que, a presença do emigrante letrado, até 1850, é surpreendente, ao se encontrar 85% de indivíduos com capacidades para a escrita e leitura, tudo numa época

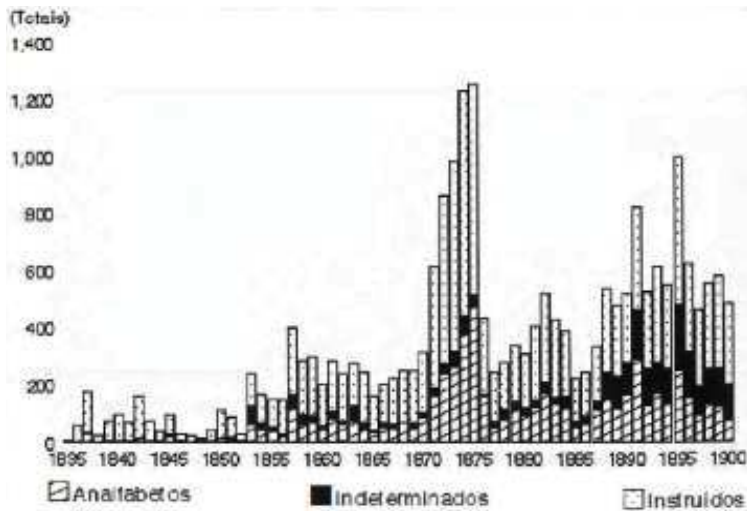


Figura 03 – Emigrantes por anos de aquisição de passaporte e alfabetização, saídos entre 1835-1900.

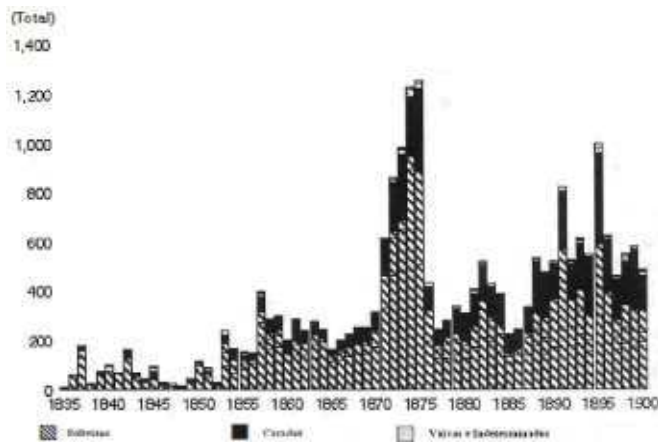


Figura 04 – Emigrantes com passaporte por estado civil saídos entre 1835-1900.

em que o analfabetismo era uma mancha dominante na sociedade oitocentista. Nas duas décadas seguintes, o ritmo dos escolarizados intensifica-se e mostra que “entre as saídas havia 67,7% de pessoas com conhecimentos e prática do abecedário” (Rodrigues, 2006, p. 195). Contudo, a parte final do gráfico centra-se nas pessoas sem habilitações escolares e indeterminados, uma fase detentora em um dos maiores picos da corrente.

Enquanto que, no gráfico da figura 03, são observados os indicadores da alfabetização, nesta fase da emigração, no gráfico da figura 04, vai se tentar perceber a partir do estado civil, quais foram os que embarcaram primeiro, se foram solteiros, casados ou viúvos / indeterminados. Segundo Rodrigues (2006), de acordo com o gráfico apresentado os adolescentes detêm mais de oitenta pontos percentuais, o que demonstra que, até meio de oitocentos os fluxos são predominantemente jovens, celibatários e instruídos. A evolução na década de setenta é notória, onde “os casados passam a registrar 24,5%, enquanto os celibatários ficam nos 72,7%.” (p. 204). Nos últimos dez anos de oitocentos, a distribuição altera-se e o fluxo também, de acordo com a migração de grupos familiares; “solteiros 62,6%, casados 33,9% e os restantes 3,5%” (Rodrigues, 2006, p. 204).

Segundo Monteiro (2000), Portugal participa na corrente migratória europeia, optando preferencialmente, pela continuação da tradicional orientação brasileira, estimulada pelo contacto com a vida quotidiana dos “brasileiros” de torna-viagens.

Em 1808, com a transferência da família real para o Brasil, a cidade de Rio de Janeiro torna-se a capital do império, a partir de onde começam a surgir as primeiras iniciativas descolonizadoras e a aceleração da emancipação do Brasil. Como consequência abrem-se os portos brasileiros a todas as nações, dando por findo o sistema de privilégio colonial baseado nas explorações das riquezas brasileiras desde a época pombalina.

Ainda segundo o mesmo autor, a assinatura dos tratados comerciais com a Inglaterra, em 1810, permitiu com que o Brasil beneficiasse de privilégios especiais mantendo-se como o centro das decisões e orientações político-económicas. O tratado de 1810 favorecia a concorrência estrangeira, contudo, excluía Portugal de privilégios antigos, nomeadamente o Alvará de 1785, que beneficiava a indústria transformadora portuguesa, uma vez que, proibia a instalação de indústrias no Brasil. Em 1888, com a extinção definitiva da escravatura dos negros, tendo como consequência o mercado de mão-de-obra, foram obrigados a substituir o trabalhador escravo, reduzindo assim as perspectivas de sucesso do emigrante português tradicionalmente ligado às sociedades comerciais independentes.

Simultaneamente, a vida portuguesa da primeira metade do século XIX, cruza-se com a independência do Brasil, num primeiro momento na vida política e posteriormente na económica: D. João VI havia transferido a corte para o Rio de Janeiro, tendo como consequências: a estagnação metrópole e o crescimento brasileiro; o processo de transformação do regime em Portugal (1820-1836) e o desejo de reconduzir o Brasil à condição de colónia; a independência do Brasil (1822), coincidente com a primeira experiência liberal de Lisboa; a legislação de Mouzinho da Silveira (1832-1833), que procura um país virado para a Europa e esquecido do Brasil; a persistência de formas de escravatura no Brasil, que somente foi abolida em 1888; a persistência do comércio luso-brasileiro; os constrangimentos da industrialização nacional e da emigração para as colónias.

Segundo Malerba (2006), com a transferência da corte para o Brasil, este acaba por beneficiar dos quadros políticos decisórios para esta colónia, contudo Portugal ressentese da separação de uma parte do Estado do território matricial da nação. Por outro lado, em 1815, por Carta-de-Lei tinha sido criado o “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, colocando no mesmo plano o Brasil e Portugal.

Ainda neste contexto, a estrutura social brasileira composta por elites descendentes de famílias colonizadoras, altos funcionários chegados a Portugal, como negociantes, imigrantes, provocam uma separação entre nativos e estrangeiros, bem como D. Pedro I, como porta-voz da conflitualidade quando discursa na Sessão de I, da 1º Constituinte brasileira:

O Brasil, que por espaço de trezentos e tantos anos sofreu o indigno nome de Colónia, e igualmente todos os males provenientes do sistema destruidor então adotado, logo que o Sr. D. João VI, rei de Portugal e Algarve, meu augusto pai, o elevou à categoria de Reino, pelo Decreto de dezembro de 1815, exaltou de prazer, e Portugal bramiu de raiva, tentei de medo. (Malerba, 2006, p.18)

Logo após a independência (que se estendeu de 1821 a 1825) foi denotada uma tendência gradual na mobilidade transatlântica dos portugueses, aumentando assim o volume anual da emigração para as várias centenas de milhar. Paralelamente ao fluxo tradicional de comércio e ofícios, depois dos anos 50 é promovida uma nova atração de imigrantes europeus, esta dedicada à agricultura das grandes plantações e às grandes obras públicas. Este tipo de contrato seria destinado a jovens rurais ou casais com cargos familiares de origem europeia, para que, se fixassem no interior e não cedessem à tentação de abandonar as suas responsabilidades e situações contratuais. Esse recrutamento, em Portugal, centrou-se desde cedo nos Açores e no Norte de Portugal. Existiam também, as condições leoninas que estavam subjacentes a estes contratos, nomeadamente os adiantamentos de dinheiro, mesmo antes da partida que acabaram por criar dívidas com o objetivo de prender definitivamente os colonos.

Contudo, já nos anos 70 do século passado, iniciaram a criação de novas atrações referentes à mão de obra imigrante através de viagens pagas e também de estímulos à fixação como encargos do governo brasileiro. Estas iniciativas favoreceram a grande vaga de emigração entre 1880 e 1914, essencialmente de países de origem mediterrânica, onde existiam camadas rurais mais pobres (Alves, s.d.).

Segundo Alves (s.d.), durante muito tempo a emigração foi comentada de um modo privilegiado, sendo destinada a mercados importantes de trabalho brasileiro onde a maior parte estava ligado à atividade comercial. Contudo, sempre existiu uma linha paralela que englobava aquelas pessoas que emigravam de forma iludida, mas que continuavam a ver o Brasil como uma oportunidade de trabalho, mas que partiram sem qualquer tipo de qualificação e desprotegidos, sem qualquer apoio com vista à eventual arrumação comercial, pois eram atraídos por pessoas ligadas às agências de imigração brasileiras ou então companhias de transportes subsidiadas.

## 2.2 – TEORIA DAS MIGRAÇÕES

Ao longo do século XX as ligações disciplinares das teorias sobre migrações não são tão evidentes. Segundo Peixoto (2004), apesar de um interesse crescente pelo fenómeno, referências mais ou menos desenvolvidas, dispersaram-se pelas ciências sociais, uma vez que, as raízes disciplinares são débeis e o tema importa a um variado número de especialistas. Por isso, tem sido desenvolvido sob diversas perspetivas teóricas. Também Jansen (1966) faz referência a uma “teoria geral da migração” como:

A migração é um problema demográfico: influência a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante. (Jansen, 1966, p.60).

Ainda segundo o mesmo autor, Ravenstein é considerado o único autor “clássico” a formalizar uma teoria explicativa e caracterizadora dos movimentos migratórios. Tal como é conhecido atualmente, Ravenstein está também na base de todos os modelos de atração-repulsão, ou na denominação mais vulgar os modelos de push-pull, sendo uma das teorias que determina o movimento migratório. No estudo realizado em 1885, sobre migrações internas na Grã-Bretanha, Ravenstein enumera uma série de “leis empíricas da emigração”

para aclarar o processo de mobilidade populacional, designando-as por “leis de emigração”. Em certa medida, a natureza destes estudos pode ser considerada primária, uma vez que, são essencialmente uma dedução teórica, baseada na realidade empírica. Ravenstein criou as “leis da emigração” apresentando-as deste modo:

1 – Migração e Distância – A maioria dos migrantes deslocam-se para curtas distâncias e os que se deslocam para mais longe preferem fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria. 2 – Migração por etapas – O processo de atração de migrantes para uma cidade em rápido crescimento começa pela periferia e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. O processo de dispersão é inverso ao de atração. 3 – Correntes e contracorrentes – Cada corrente migratória produz uma contracorrente compensadora; os fluxos migratórios seriam caracterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e de volta, ou seja, para todo o grupo de migrantes que se deslocasse em determinada direção (corrente) existiria um movimento na direção contrária e de menor intensidade (contracorrente), que poderia ser representado pelo grupo dos chamados migrantes de regresso. 4 – Propensão relativa das populações rurais e urbanas para a emigração – A população rural é mais propensa a migrar do que a urbana. 5 – Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância. 6 - Relação da tecnologia com as migrações – O desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio induzem o aumento dos fluxos migratórios. 7 – Motivos económicos – Leis opressivas, climas pouco atrativos, agravamento de impostos, foram, e continuam a ser, responsáveis pelas correntes migratórias. (Peixoto, 2004, p.4)

Segundo Gonçalves (2009), as “leis da migração”, devem ser interpretadas como fator, características e atitudes ou observados na maior parte dos movimentos migratórios por ele estudados e tendo em conta a época específica em que foram analisados, ou seja, a Revolução Industrial. Contudo, segundo Alves (1993) as leis de Ravenstein tiveram grande influência no desenvolvimento de modelos espaciais aplicados, por exemplo, na previsão do número de migrantes em uma dada zona.

... o modelo de Ravenstein, sob forma modificada, constitui ainda hoje a contribuição teórica mais significativa dentro das teorias baseadas no modelo de atracção-repulsão. Assume um conjunto de factores associados à área de origem e um outro conjunto de factores associados á áreas de destino, a que se vão juntar as variáveis intervenientes que afetam, num dado momento, o equilíbrio desses interesses. (Alves, 1993, p. 18, citando Jackson, 1991)

De denotar que, este tipo de análise, se centra nas migrações e não no emigrante, facto que acontece também em outras propostas de análise, incluindo as qualitativas, como é o caso da célebre tipologia de Petersen, no ano de 1958, que apresenta a migração em quatro situações de interação – a natureza, o estado, normas humanas e comportamentos coletivos, classificando-a em conservadora ou inovadora. Estes enquadramentos macro-teóricos que tendem a considerar o migrante “como um agente passivo perante as circunstâncias, empurrado e aspirado por forças económicas ou sociostóricas, que não controla ...” (Alves, 1993, p.20, citando Goldey, 1982, p. 534). Raramente é definida a condição social do migrante, chegando mesmo a “naturalizar” as condições de vida, marcadas pela precaridade, pelo isolamento, desqualificações profissionais, entre outras.

Segundo Alves (1993), a emigração de retorno foi durante muito tempo negligenciada nas análises migratórias, sendo assumido com uma fraca expressão quantitativa, considerando que acontecia em fases finais do ciclo da vida do homem. Este autor considera também,

que o choque petrolífero de 1973, juntamente com a recessão económica, veio dar relevância ao fenómeno do retorno no âmbito das migrações internacionais, seja pelos curtos períodos de tempo, seja pelas políticas de incentivo por parte dos países recetores. Contudo, é reconhecido que neste período histórico este problema foi sobrevalorizado, o que consequente-mente contribuiu para a ausência de estatísticas neste domínio. Contudo, na linha teórica de Tchayanov, no princípio dos anos 20, este acredita que também era problemática a região de origem, quer nos processos de adaptação quer na consolidação nas áreas de receção.

Com o passar do tempo começam a surgir estudos sobre o fenómeno do retorno, porém deve referir-se que, dada a sua natureza empírica ou exclusivamente política, verifica-se uma total ausência da teoria, a não ser a composição de algumas tipologias sobre o perfil socioprofissional e educativo do retornado, motivações, perfil etário, entre outros. Segundo Richmond (1984), este chama a atenção para o modelo de Everett S.Lee, em 1969, em que analisa os conceitos de “corrente” e “contracorrente” em uma comparação entre fatores negativos e positivos, quer na origem, quer no destino e na intervenção de alguns obstáculos. Segundo o autor, são examinados os conceitos de “corrente” e “contracorrente”, onde define contracorrente como “... o retorno provocado por uma mudança no equilíbrio daqueles fatores, em qualquer dos pólos, tal como situações de expansão ou depressão económica, melhor informação e conhecimento de oportunidades, ...” (Alves, 1993, p.21), sempre no pressuposto da natureza voluntária da migração e dependendo da responsabilidade pessoal e familiar do emigrante nos dois pontos geográficos. No campo empírico, surgem algumas evidências, como o facto do migrante retornado ocupar, no país de receção, uma posição de sucesso, pois tanto as posições superiores como inferiores, ou seja, de insucesso, surgem como inibitórias do retorno. Sabe-se que a dificuldade de reintegração na sociedade de origem constituiu outro problema generalizado.

Segundo Monteiro (2000), Richmond adverte para as dificuldades de integrar o problema do retorno, nos tradicionais modelos que apresentam o equilíbrio dos sistemas sociais como

um processo “homeostático”, encarando assim a migração de retorno como uma componente de um processo mais vasto. Este, propõe assim, um programa de desenvolvimento de sistemas abertos, que tenham em conta o *feedback* da comunicação e da informação. Segundo Alves (1993), o debate circunscreve-se à elaboração de listagens sobre pontos positivos procura sintetizar as linhas de força do debate oitocentista sobre a emigração e os seus efeitos, pode-se agrupar os principais tipos de feitos atribuídos ao fenómeno sob a forma de um esquema como o apresentado, na figura 05.

<b>EFEITOS NEGATIVOS</b>	<b>EFEITOS NEUTROS</b>	<b>FEITOS POSITIVOS</b>
- Enfraquecimento nacional (demográfico, económico);	- Direito constitucional de mudança de domicílio.	- Expansão do mercado (ligações económicas e culturais);
- Subida de salário;		- Subida de salário;
- Diminuição de mão-de-obra;		- Alívio da pressão social;
- Desequilíbrio demográfico (em sexo e idades);		- Alargamento de horizontes individuais;
- Desproteção do emigrante;		- Remessas monetárias;
- Incentivo à procriação.		- Iniciativas económicas e sociais dos retornados.

Figura 05 – Tabela com os feitos provocados pela emigração sobre a sociedade de partida.

Verificando os efeitos contraditórios na emigração, não se torna fácil tratá-la politicamente dada a conflitualidade daí emergente. Segundo Alves (1993), é possível circunscrever soluções “alvitradas e/ou assumidas no processo de discussão então desencadeado em Portugal, tipificáveis em duas atitudes básicas – a de tolerar ou a de combater a emigração” (Alves, 1993, p.7). A partir destas duas atitudes básicas podem-se ainda desdobrar uma diversidade de atitudes como:

Tolerar a emigração:

- Regularizar (sobre contratos, embarques, estabelecer convenções com países recetores);

- Vigiar (Policiar as irregularidades e, mais tarde, criar polícia própria);

Combater a emigração:

- Desviar (Criar emprego na metrópole, promover a colonização em África);-

Dissuadir (Criar problemas administrativos e entraves legais);

- Proibir (Vozes mais escassas mas existentes). (Alves, 1993, p.7)

Existe deste modo, quem se preocupe em reconhecer as diferentes trajetórias da emigração e quem, procurando a generalização mais conforme às leis sociais, esbatem a diversidade e definem esses princípios. Mais do que movimentos espontâneos, a emigração foi crescentemente enquadrada na visão economicista da mobilidade dos fatores de produção, onde se sucederam as políticas empenhadas numa mobilização racional da mão-de-obra, procurando assim resolver problemas de emprego com imigrantes, os quais se transformaram em “carga social” em épocas de recessão. Mais recentemente Tapinos (1974), no contexto das migrações intraeuropeias pós-guerra, produziu uma síntese sobre a economia das migrações internacionais, passando para abordagens mais usuais como a estatística descritiva e analítica, análises custos-benefícios e econometria. O autor revela os esforços da teoria embora reconheça a sua incapacidade para explicar satisfatoriamente os movimentos migratórios. Nesta linha o autor concede um lugar de relevo aos estudos teóricos sobre as grandes migrações transoceânicas oitocentistas, em que estas surgem relacionadas com as transformações estruturais ligadas à industrialização. Outra linha de força que o autor retém é o reconhecimento de uma “economia atlântica” na linha do modelo de Brinley Thomas, o qual estabelece um modelo no mecanismo de relação das economias de vanguarda para o período anterior à Grande Guerra.

Tapinos (1974), procura fundamentar a “decisão de emigrar” e insere-se em uma perspectiva genética, onde procura as razões da emigração e não apenas uma dada corrente, como é vulgar encontrar-se. A emigração surge com um carácter sequencial que implica uma série de encadeamentos, não se resumindo à decisão de partir mas sim implicando o futuro do emigrante. Assim, a emigração coincide geralmente com processos de rutura, de origem diversa, contudo nem sempre observáveis, pois podem resultar de apreciações do próprio emigrante. Segundo o autor, “na emigração parecem mais importantes as mudanças do que as situações”, (Tapinos, 1974, p.52) visto que, existe uma desagregação entre o sistema de ensino em relação ao crescimento económico.

Para Alves (1993), as migrações transatlânticas, são um bom exemplo, pois, para além do elevado custo do transporte, a sua duração e os problemas de afastamento e inserção, fizeram com que grande parte da emigração só fosse possível com o recurso aos programas de países de acolhimento ou às redes familiares. Assim, a emigração não surge como fruto de rotina, mas supõe uma decisão, embora exija um certo limiar para que se torne efetiva.

Uma outra abordagem teórica, de carácter interdisciplinar, da leitura espacial dos fluxos migratórios, é a teoria dos “sistemas migratórios”, onde se considera a existência de conjuntos de um ou mais países envolvidos entre si, por migrações nos dois sentidos. Segundo Peixoto (2004), é de denotar que, a maior abertura da sociologia das correntes do individualismo metodológico, seria posterior aos anos 60. O facto da linha teórica aberta pela Escola de Chicago, na universidade americana, ter sido parcialmente tomada pelos estudiosos das migrações, revela o escasso grau que têm a ver com o que seria a sociologia americana dominante durante a maioria do século XX.

Os clássicos da literatura portuguesa, apresentam também a sua crítica perante estes emigrantes negando-lhes qualquer qualidade. Queirós (1978), apresenta a sua primeira atitude crítica perante esta personagem como um:

Grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colecte e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos: o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetados: o marido de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota. (Queirós, 1978, p. 87-88)

Eça de Queirós (1845-1900), centraliza a problemática de uma personagem ficcional que, sendo construção literária, materializa o fenómeno sobre os emigrantes do Brasil que, no século XIX, regressavam temporariamente ou definitivamente a Portugal. Também, Júlio Dinis (1839-1871) e Camilo Castelo Branco (1825-1890), participaram na criação desta personagem, levando Eça a posicionar-se em sua defesa exaltando as qualidades dos emigrantes, dizendo que:

... de facto, o pobre brasileiro, o rico torna-viagens, é hoje, para nós, o grande fornecedor do nosso riso. Pois bem, é uma injustiça que assim seja (...). Não é como Apolo, nem como o mais recente Dom João (...), não é espirituoso como Mery ou Rochefort (...), não é extraordinário como Peabody que deu de esmolas cem milhões, nem como Delescluze que queimou Paris (...), não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário. (Queirós, 1978, p. 88-89)

Esta atitude justificadora é, por si só, simplícista, contudo no tempo em que foi produzida surge como uma voz que se levanta contra as ironias à cerca do “Brasileiro de torna-viagens”.

### 2.3 – AS TIPOLOGIAS ARQUITETONICAS DO BRASILEIRO DE TORNA VIAGEM

As primeiras referências à casa do brasileiro de torna viagem em Portugal, estão associadas a autores como Camilo Castelo Branco (1825-1890), Almeida Garrett (1799-1854) e Júlio Dinis (1839-1871), onde catalogavam as casas de brasileiro como “objetos bizarros e perturbadores da ordem e simplicidade da paisagem nortenha ...” (Sousa, F., Martins, I., Menezes, L., Matos, M., Sarges, M., Silva, S., 2011, p.590). As descrições camilianas, ou seja de Camilo Castelo Branco, inserem-se sobretudo na paisagem rural do Minho, onde procuram exprimir o novo-riquíssimo, bem como a incoerência e o mau gosto artístico, ou seja, atribuíam um sentido pejorativo a esta tipologia arquitetónica.

Segundo Sousa, F., Martins, I., Menezes, L., Matos, M., Sarges, M., Silva, S. (2011), apesar das opiniões dos diversos autores, é importante que a tipologia classificada como as casas de brasileiros de torna viagem, comece a ser encarada como o testemunho de uma época, que contribuiu não só para introduzir novos materiais, desenvolver um mercado de trabalho ao nível dos ofícios e das indústrias, e implantar novas práticas arquitetónicas e decorativas.

Segundo Peixoto (2004), não existe um modelo típico de casa de brasileiro, mas sim características comuns à maior parte das casas construídas por estes emigrantes. Estas casas são caracterizadas pelo “...grande número de elementos decorativos presentes nestas casas, que variam entre o azulejo de diferentes cores e as estátuas que rematam os telhados ou os portões.” (Peixoto, 2004 p.118).

Pedreirinho (1986) partilha a mesma opinião que a autora anterior, onde refere que as casa de brasileiro inserem-se em contextos socioeconómicos distintos, e apresentam características diferentes, por todo o norte de Portugal, considerando que: “uma das características que podemos considerar mais constantes daquilo que genericamente se refere como casas de emigrantes é justamente o facto de estas não apresentarem características próprias”. (Pedreirinho, 1986, p.96). O autor refere ainda que, estas casas destacam-se pela sua diversidade formal e pelo modo como se afirmam na própria paisagem, sendo possuidoras de uma amálgama de diferentes traças e materiais, com tratamentos e dimensionamentos

distintos. Em contra partida, Sousa, F., Martins, I., Menezes, L., Matos, M., Sarges, M., Silva, S. (2011) e Pedreirinho (1986), são da opinião que esta tipologia não apresenta características próprias, Oliveira e Galhano (1986), contrapõem e realizam uma comparação entre a arquitetura do Porto e a arquitetura do Recife. A partir da evolução das estruturas edificadas nas duas cidades, no período moderno e contemporâneo, os autores demonstram a existência de duas categorias pertencentes a esta tipologia arquitetónica. Monteiro (2000), complementa as tipologias de Oliveira e Galhano (1986), com a introdução de mais uma tipologia, apesar de se basearem nos mesmos conceitos. Na figura 06, apresentam-se as categorias da tipologia arquitetónica, de acordo com cada autor.

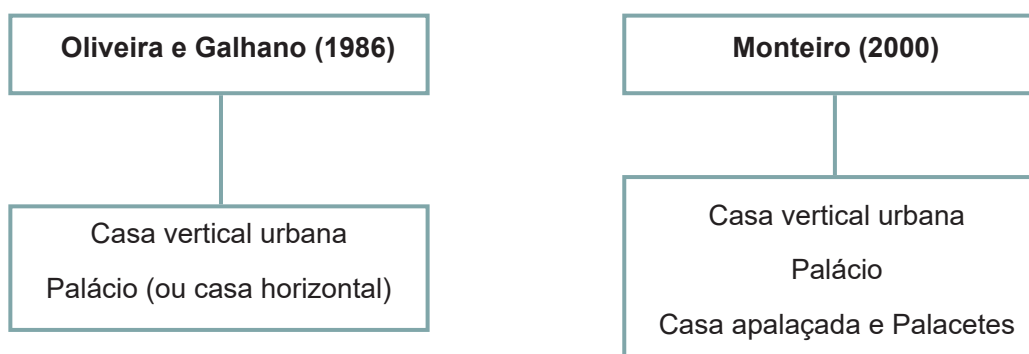


Figura 06 – Esquema de tipologias.

### 2.3.1 - AS CASAS VERTICAIS URBANAS

Também segundo Marcondes e Bellotto (2005, p.178), a tipologia das casas de tipo vertical, apresentam-se como: “estreitas e esguias aparecem situadas umas ao lado das outras, (...) com três ou quatro andares, com apenas duas ou três janelas de frente, constituindo o grupo predominante e a solução de implantação de continuidade típica dos burgos de raiz medieval.” Esta tipologia constitui uma solução de continuidade estrutural desde o século XVI, e apresenta-se no século XIX, com uma fachada e interiores enriquecidos, que resolveu desde sempre as questões de natureza funcional, servindo de estabelecimento comercial ao



Figura 07 – Fotografia de uma casa vertical, Esposende.

nível de rés-do-chão, e de residência nos andares superiores. A casa popular burguesa é identificada pelas suas duas portas, uma para acesso à residência, e outra para o estabelecimento, (Figura 07) onde até às primeiras décadas do século XX, existia também uma porta interior que interligava os dois setores. Com o desaparecimento da função comercial, no século XIX, valorizou-se, exclusivamente a da residência, contudo estas edificações situavam-se mais distantes do centro cívico tradicional, principalmente com a

abertura de novas ruas, praças ajardinadas e passeio público, criando assim novas centralidades urbanas. Estas construções apesar de serem germinadas, os seus proprietários mantinham a composição decorativa das fachadas, (acabando por utilizar mais os azulejos) onde mais tarde seria a grande diferenciação das casas dos habitantes locais. Segundo Monteiro (2000), com a aceleração da atividade comercial, financeira, e o aumento de serviços ocorridos na década de setenta do século XIX, o Brasil expressa-se no enriquecimento de novos modelos, onde na maioria das vezes o emigrante de retorno definitivo do Brasil, opta por exibir o seu enriquecimento da composição decorativa nas fachadas. Nestas casas verticais habitadas pela burguesia, as fachadas que acentuavam o ritmo vertical, eram cada vez mais exuberantes, utilizando cantarias lavradas, como nos solares joaninos, átrios de azulejos com escadarias de pedra, entre outros. Esta tipologia encontra-se localizada pelo Norte nas cidades de Braga, Viana do Castelo, Guimarães e Esposende e em menor número nas Vilas, sendo inexistente no espaço rural, logo, assumindo menor importância no presente estudo.

### **2.3.2 – O PALÁCIO (OU CASA HORIZONTAL)**

Segundo Oliveira e Galhano (1986) e Monteiro (2000), os palácios, correspondem às casas largas e baixas, com fachadas amplas, numerosas portas e janelas, linhas horizontais, compostas por rés-do-chão, andar nobre, e mezzanino ou piso suplementar de serviço. Estes palácios são raros e bem individualizados, aparecendo no meio da solução vertical. O palácio é a casa nobre, originária de uma classe poderosa e possuidora de várias terras, que transfere o conceito da casa senhorial do campo, nas suas características espaciais, afirmação de prestígio e domínio para a cidade, fazendo assim da sua residência uma espécie de solar urbano à beira da rua (Figura 08). Segundo Monteiro (2000), esta solução arquitetónica, do século XIX, assemelha-se bastante aos elementos dos palácios nobres onde se apresentam: frontões em tímpano perfeito, truncado ou imperfeito, ou falsos frontões



Figura 08 - Fotografia de um exemplo da casa horizontal ou palácio, Fão, Esposende.

(na linha das fachadas), entre outros. Estas fachadas normalmente são lisas e rebocadas a branco, desaparecendo praticamente os motivos ornamentais, com varandas reduzidas a uma pedra linear, pilastras de pedra, verticais a toda a altura do edifício. Embora não existam muitos exemplares, tanto em cidades como em vilas, estas edificações apresentam-se demarcadas e muradas com gradeamentos em ferro, confrontando diretamente com a via pública, onde as fachadas laterais e posteriores apresentam-se voltadas para os seus típicos jardins. Segundo Marcondes e Bellotto (2005), esta tipologia, procura a proporcionalidade entre a altura de fachada e o comprimento, tentando encontrar harmonia na fachada, marcada “pelos eixos das portas, janelas, eixos das pilastras divisórias e divisão horizontal em andares.” (p.14). Estes palácios são caracterizados pela presença de três corpos: um central, sendo este mais comprido ou curto; saliente ou reentrante e por dois corpos laterais. Quando não existe separação por corpos, a separação é realizada a partir das pilastras de pequena sacada, que se correspondem nos diversos andares, tentando dar a ideia de robustez aos cunhais e à parede da frente.

### 2.3.3 – AS CASAS APALAÇADAS E PALACETES

Segundo Monteiro (2000), esta tipologia é normalmente designada pelos proprietários de “Vila” a que acrescentava o nome da própria esposa. Não sendo de estrutura clássica como os Palácios é também ampla e larga e com um forte sentido de individualidade. Construída nos limites das cidades, dentro de vilas e no espaço rural, esta tipologia é caracterizada pelas suas fachadas que se apresentam lisas ou revestidas a azulejo, umas ajustadas aos limites das vias e outras por vezes recuadas, onde nesta última existe a tendência de estar diretamente a confrontar com a via pública, onde as fachadas adjacentes encontram-se voltadas para um jardim, pátio, parque ou quinta adjacente, onde normalmente se encontram as palmeiras como símbolo da vivência do emigrante brasileiro (Figura 09).



Figura 09 – Villa Idalina, um exemplo de uma casa apalaçada situada em Seixas, Caminha.

Segundo Marcondes e Bellotto (2005), em certos casos esta tipologia procura uma certa proporcionalidade, tornando-se por vezes monótonas à vista, pelo que, como tentativa de contrariar este pormenor, eram construídas varandas para procurar aumentar a largura aparente,

bem como a construção de pilastras de forma a acentuar a verticalidade ou então a construção de terraços para interromper a sua regularidade.

Segundo o mesmo autor esta tipologia seria a mais interessante, dado que, quer no Brasil, quer em Portugal, a sua construção era proibida dentro das cidades, visto que, desobedecia às normas que definiam a tipologia clássica para a simetria das fachadas, sendo que, o palacete apresenta-se com quatro fachadas, num exercício extremo de simetria, dando ao edifício a forma quase cúbica. Outras vezes esta tipologia era marcada numa base de assentamento quadrado, onde a assimetria das fachadas era acentuada por torres e mirantes que lhes proporcionava a verticalidade estrutural gótica.

Para Monteiro (2000, p. 15), tanto a casa apalaçada como o palacete aparecem contornados por "... um parque ou jardim vedado com portões de ferro, arborizado, ricamente ornamentado e decorado com lagos painéis de azulejo e estátuas ...", onde nas ombreiras dos portões surgem "as armas fundidas, de saliência arrogantes, entre os dois molossos de dentaduras anavahadas minazes como todos os bichos de heráldica". Segundo o mesmo autor, as categorias pertencentes à tipologia da casa do brasileiro de torna viagem, marcaram uma época na história do património português e encontram-se presentes, na sua maioria, no Norte de Portugal, onde ficou marcada a paisagem arquitetónica das aldeias, vilas e cidades do Minho.

## **2.4 - CASA DE CAMPO**

A maioria dos palacetes existentes foram construídos por emigrantes, que voltaram ao seu país de origem, e que na sua maioria, já possuem outra moradia, ou seja, a maior parte realiza na sua terra natal a residência secundária.

Tulik (2001) refere que no Brasil o conceito casa de campo pode ser também conhecido por termos mais comuns na literatura científica, como "casa de veraneio", "rancho", "residência secundária" entre outros. Para este autor a residência secundária, é considerada uma propriedade

privada que alberga os seus visitantes nos períodos de férias e fins de semana “(...) é utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílio permanente em outro lugar“, ainda refere que a sua localização está em locais “aprazíveis aos olhos e com meio ambiente preservado (...)” (p. 10), ou seja, para este autor a residência secundária contrapõe-se à residência permanente.

Segundo Seabra (1979), “a primeira residência responde à mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que se pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades, a segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza. Ela é uma segunda habitação.” (p.4).

Embora o conceito de residência secundária venha desde a Grécia e Roma, onde as classes mais privilegiadas possuíam quintas de recreio afastadas dos principais centros populacionais, como também na Idade Média, onde somente a Nobreza e o Clero possuíam capacidades económicas para dispor de espaços residências para o lazer, é no final do século XIX onde se inicia a introdução deste fenómeno em Portugal. Contudo só a partir de 1970 é que este fenómeno iniciou um novo ritmo e novas formas de crescimento, onde acabou por modificar, não só a estrutura sócio-económica, mas também as paisagens, e como consequência, o tecido social que estas comportam, onde as populações locais foram confrontadas com novos modelos de comportamento (Cravidão, 1989). Segundo o mesmo autor, e pelos registos de recenseamentos da época, como habitações, com uso sazonal, são normalmente casas de emigrantes retornados, que no seu ver, não funcionam totalmente como segunda habitação, sendo que:

Muitas dessas habitações são construídas com a intenção de virem a constituir a habitação principal após o retorno. Ora, nesse sentido, apresentam não raras vezes, uma tipologia e um equipamento que de um modo geral não acompanha a residência secundária. Embora sejam habitadas sazonalmente inscrevem-se num processo diverso daquele que preside à utilização de uma habitação para fins exclusivamente de lazer (...) (Cravidão, 1989, p. 137).

Costa (2017) refere que, nas primeiras décadas do séc. XX, Portugal se encontrava “atrasado”, visto que a sociedade mais conservadora continuava a considerar o espírito tradicional como um dos valores mais admiráveis para a época, onde somente defendiam uma arquitetura que contempla-se esses mesmos valores, não esquecendo que, na maior parte dos países da Europa já se vivia com um espírito vanguardista. Todo este modo de pensar e fazer arquitetura ficou conhecido como sendo o movimento da Casa Portuguesa, onde se pode destacar como personagem principal Raul Lino (1879-1973), que anunciava que “(...) o internacionalismo da arquitectura devia ser proibido pelas autoridades, se não houvesse já razões de ordem técnica e material para ser condenado” (Lino cit in Pereira, 1993, p.33).

Segundo Ramos (2011), a Casa Portuguesa no século XX é como um reflexo sobre a identidade cultural, política e artística, refletindo-se na procura da identidade portuguesa. Descreve ainda que se podem destacar momentos de rompimento e criação na segunda metade do século XIX, como o confronto entre o Romantismo e o Realismo, ou seja com o debate entre o estilo literário vigente em Portugal - a Questão de Coimbra, também conhecida como a Questão do Bem-Senso e Bom-Gosto (1865) de Feliciano de Castilho, que realçava o instinto, as emoções e os sentimentos - Romantismo - e a resposta por parte de Antero de Quental, que se afirmava perante um realismo socialista como resposta ao desenvolvimento de problemas ideológicos da época, evidenciando a necessidade de criar literatura que estivesse à altura dos temas da atualidade. Relata ainda que este tipo de confrontos pode estar, anos mais tarde na génese do Movimento Moderno.

Contudo, já no início de novecentos a sociedade portuguesa estava dividida entre o desejo de modernização e a nostalgia de um passado ameaçado, e foram nestas mesmas circunstâncias que os arquitetos portugueses começam a tornar-se “artisticamente ecléticos”. Logo no início do século XX o estilo evidenciou-se no concurso para o Pavilhão de Portugal, para a Exposição Internacional de Paris, em 1900, onde concorreu com Miguel Ventura Terra (1866-1919) sendo que, este último, acabou por vencer o concurso com uma

influência direta da arquitetura francesa. Segundo Costa (2017), já na segunda metade do século XX, em 1945, quando se dá a queda de Hitler e Portugal entra no chamado Estado Novo, no governo de Salazar, a população deseja cada vez mais a liberdade e responde com algumas atitudes democráticas como: as eleições para o Parlamento, que são abertas a partidos da oposição; o campo de concentração de Cabo Verde é encerrado; a grande parte da população é retirada da miséria com novos processos de industrialização, entre outros. Por isso, o autor regista três grandes linhas de pensamento, que sintetizam as mudanças estruturais na sociedade portuguesa entre 1950 e 1974:

- O êxodo rural: migração para as cidades e adoção de novos padrões de comportamento e de consumo, de novos hábitos, de novas mentalidades;
- A industrialização: centrada no eixo litoral Braga-Lisboa-Setúbal; é a segunda causa do êxodo rural;
- A abertura económica à Europa (a partir dos anos 60) - ao comércio e à importação de capitais. (Costa, 2017, p. 26-27)

Segundo o mesmo autor, o fenómeno da migração veio degradar várias cidades, com a desagregação do meio rural, com a perda de importância na agricultura, mas também existe um grande movimento de emigração, que numa primeira fase, em busca de melhores condições de vida, partiram essencialmente para a Alemanha e França e posteriormente, como o início das guerras coloniais, em África, tentam fugir ao serviço militar obrigatório. Contudo, só a partir do ano 60 é que existe uma melhoria considerável nas classes sociais e económicas, onde o autor arrisca mesmo a considerar que: "(...) Portugal terá feito em duas ou três décadas o que outros terão demorado quatro ou cinco (...)" (Barreto, 1996, p.39).

## 2.5 - CASA DE PORÃO ALTO

Para Vieira (1886), a transição entre o século XIX e o século XX, foi de grande importância dadas as transformações na forma de habitar, onde aparece uma nova evolução às tipologias residenciais anteriormente apresentadas sendo a casa de porão alto, que representa a transição entre a casa térrea e os sobrados. Esta tipologia, vem resolver um problema entre o piso da habitação e o desnível até ao plano da rua, onde se introduz uma escada de acesso à porta de entrada da habitação.

Os sobrados começaram a ser construídos pelas famílias mais abastadas. Estes tinham o pavimento térreo ocupado pelo comércio e o pavimento superior destinava-se a moradia da família (...). É importante ressaltar que apenas famílias que possuíam escravos habitavam os sobrados, pois eram os escravos que faziam todo o transporte de alimentos e demais produtos para a residência (Broos, 2002, p. 22).

Na primeira metade do século XX, em Portugal, registou-se um aumento significativo da quantidade de habitações com maior *status* social, sendo que a maioria foram construídas na periferia da malha urbana. Menegotto (2011) refere que, esta burguesia estava em boa parte dedicada às atividades comerciais e industriais, com maior poder económico e com possibilidade de associar o trabalho e a sua habitação. Nasce então a casa de porão alto, definida pela introdução do piso térreo, com o pé-direito mais reduzido, onde era parcialmente ocupada com alojamento dos empregados, com depósitos ou até armazenagem de produtos agrícolas. Esta tipologia vem diferenciar-se da casa de sobrado não só pela implantação da edificação, mas também pela localização das escadas de acesso ao piso superior, sendo esta a grande diferença entre as casas de “porão alto” e sobrados. Com a casa de porão alto, é introduzida uma nova qualidade de vida, dado que a iluminação e a ventilação dos espaços interiores já não se realiza somente pela fachada principal e a fachada voltada

ao pátio de fundos, mas sim, a todos os compartimentos (Figura 10). Com a localização da residência afastada de todos os limites da parcela de terreno, existe um tratamento paisagístico à volta da mesma, onde se realizam percursos de acesso à moradia, de forma de contemplar a transição do espaço público ao privado (Menegotto, 2011).



Figura 10 – Exemplar de casa de porão alto, o Palacete das Almas, Esposende.

Nas casas de classe média para cima, por exemplo, começamos a encontrar, mais ou menos a partir da última década do século XIX, o quarto da “criada” dentro da casa, ao lado da cozinha, o que não ocorria nas antigas moradas de alcovas centrais, onde os fâmulos escravos dormiam nos quintais, nos porões, ou nos desvãos dos telhados, em cima dos forros das cozinhas ou das áreas de serviço (Lemos, 1989, p. 68).

Com a introdução do quarto da criada dentro da habitação, e a introdução de compartimentos de distribuição, já se verifica uma certa setorização funcional, onde cada projeto é realizado com requinte (Menegotto, 2011).

O uso de distribuições, é uma forma de organizar corretamente o programa habitacional, desde o hall principal, que dividia a possibilidade de aceder à sala de visitas e ao escritório, até à zona social, privada e de serviço, que interligava diretamente com o exterior da moradia (Lemos, 1989).

Segundo Menegotto (2011), na década de 90 do oitocentos, haviam vários projetistas italianos a viver no Brasil, como Valiera, Bellanca e Sartori, que adotavam este tipo de arquitetura e que continuou a ser utilizado por construtores durante o século XX. Não se sabe se Buffa foi um desses arquitetos que construiu várias edificações em Portugal e Europa, com influências italianas, vindo do Brasil.

## **2.6 - CONTRIBUTO ARQUITETÓNICO NO NORTE DE PORTUGAL, O MINHO**

À semelhança do norte de Portugal, o Minho é um lugar de grandes evidências do retorno do brasileiro de tornaviagem observando-se, assim, várias atuações desse tempo, nomeadamente dessa personagem e das suas casas. Quem viu partir, reconhece os efeitos de uma dinâmica económica nova e de abundância onde relatam que “é ele quem faz arrotear os montes, agricultar os campos, podar as vinhas, levantar as elegantes ramadas. (...) Promovendo o progresso agrícola, dando nas suas quintas o exemplo da cultura inteligente, espalhando dinheiro a juros, não só beneficia as populações com o seu labor, como exerce uma importantíssima função económica sorrindo a falta de estabelecimentos de crédito.” (Monteiro, 2000, p.1).

Valentim Ribeiro, foi um dos torna-viagens que inicia as construções de palacetes na cidade de Esposende. Regressa do Brasil com uma fortuna considerável e para ostentar a sua fortuna, contrata Ventura Terra para a realização de alguns projetos na referida cidade.

Edificou a sua nova moradia, em 1909, financiou a construção do Teatro-Club de Esposende, em 1911, promoveu a construção do Hospital Valentim Ribeiro em 1916, entre outros (Guerreiro, 2009). Já em Ponte de Lima encontra-se João Rodrigues de Moraes, uma figura ilustre que também realizou fortuna por terras brasileiras. Fez da sua fortuna o melhor uso em vida, nomeadamente na distribuição aos pobres e instituições locais. Este benemérito limiano ainda hoje é recordado, não só pela sua toponímia, como também, pelas diversas obras que patrocinou, como o caso da Vila Moraes em 1892, o Teatro Diogo Bernardes em 1893, a conclusão da capela da Senhora da Lapa, entre outros.

Segundo Monteiro (2000) o país reconhece no século XIX, e primeiras décadas do século XX, as grandes transformações políticas, económicas e administrativas, onde o poder se tornou visível cada vez mais nas expansões das cidades, surgindo assim, as novas classes dirigentes locais, onde se destaca a presença do brasileiro de torna viagem, fazendo-se representar nas casas e nas novas expressões do quotidiano.

É apresentado na figura 11 a localização de algumas das edificações da arquitetura de vanguarda, produzida nos alvares da modernidade, tentando encontrar alguns exemplo fora dos círculos dominantes da cultura portuguesa. Trata-se, por isso, de uma sequência geográfica, de seleção casual, recolhida de entre muitos episódios dispersos no território português, na qual se procura através de cada pequena história, articular os fenómenos particulares de cada caso, no norte de Portugal.

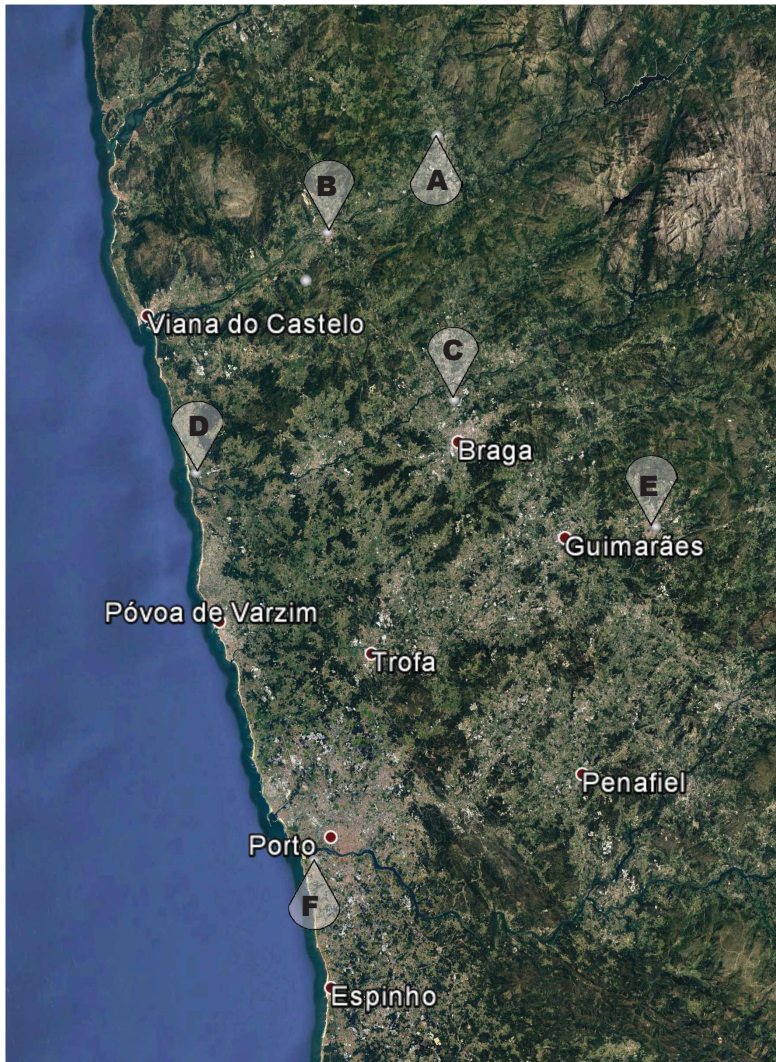


Figura 11 - Mapa da localização dos palacetes no Norte de Portugal.

- A – Casa de Parada do Vez, Arcos de Valdevez;
- B – Palacete Villa Morais, Ponte de Lima;
- C – Castelo Dona Chica, Braga;
- D – Casa Valentim Ribeiro, Esposende;
- E – Palacete da Fábrica de Ferro, Fafe;
- F – Palacete Marques Gomes, Vila Nova de Gaia.



Figura: 12 – Quinta de Parada do Vez, em Arcos de Valdevez (A).



Figura: 13 – Palacete Villa Morais, em Ponte de Lima (B).

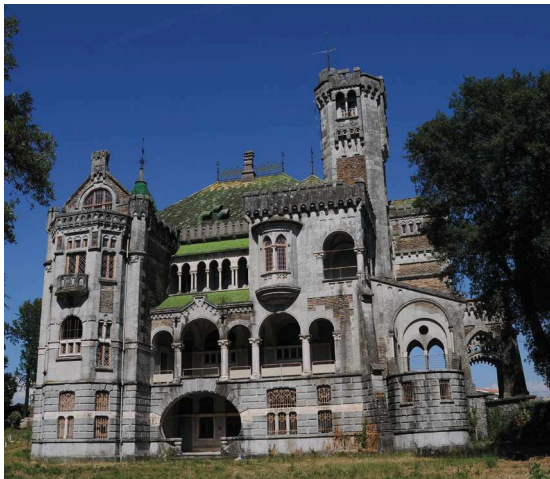


Figura: 14 – Castelo Dona Chica, situado em Braga (C).



Figura: 15 – Casa Valentim Ribeiro, em Esposende (D).



Figura: 16 – Palacete da Casa de Ferro, em Fafe (E).



Figura: 17 – Palacete Marques Gomes, em Vila Nova de Gaia (F).

## **2.7 - CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS**

O fenómeno do brasileiro de torna viagem, marcou a sociedade portuguesa com a tipologia de palacetes contudo, e dado que são respostas espaciais de outra época, época passada, atualmente estas construções encontram-se, na sua maioria, sem uso definido. A escala dos palacetes construídos entre o século XIX e o início do século XX, excede as necessidades habitacionais da sociedade portuguesa atual, por isso o programa de residências artísticas faz parte desta dissertação, porque se entende que se encontra em equilíbrio com a escala destas construções.

### **2.7.1 – DEFINIÇÃO DE PROGRAMA**

A criação e o fortalecimento de diferentes espaços voltados para a realização de residências artísticas, demonstra o papel importante que este tipo de experiências têm ocupado no atual cenário da produção das artes contemporâneas. É possível identificar as residências artísticas, como espaços específicos de criação artística, que se convertem em lugares de trocas e reconhecimento, nos quais os criadores/artistas, com os seus trabalhos/intervenções, recuperam a complexidade e a diversidade, o significado e o valor das relações, artes e vida (Moraes, 2009).

Segundo o dicionário de língua portuguesa, residência, é o nome dado para 1. Morada habitual num lugar, domicílio; 2. Casa onde se reside, moradia; 3. Casa de habitação dada pelo governo, autoridades locais ou corporação, para certos funcionários residirem, enquanto exercem as funções na localidade, entre outras. De acordo com este significado sobre o tema residência artística, que, em primeira instância, significa habitar o lugar onde se desenvolverá o trabalho, em diálogo com os demais contextos e integrantes da residência (artistas locais, artistas visitantes, coordenadores, produtores, curadores, entre outros) que têm como finalidade produzir um projeto artístico.

Segundo Moraes (2009), a residência artística destaca-se, na atualidade, como uma instituição de relevante papel para o apoio, fomento e desenvolvimento de práticas artísticas contemporâneas, e pode-se identificar a sua multiplicação, em todas as partes do mundo.

Embora Richard Florida não esteja diretamente ligado às residências artísticas, é pertinente a realização de uma reflexão, entre este autor e o tema das residências artísticas. Segundo Florida (2011) as ideias, a criatividade e a cultura são essenciais para o desenvolvimento económico, de forma a despertar o potencial criativo de todos. Uma das principais características da classe criativa para Florida, é a mobilidade, que a partir deste conceito, desenvolveu o “índice de criatividade”, onde este poderia ser estabelecido às várias cidades dos Estados Unidos e, que acabou por revolucionar as várias cidades em que foi implantado.

Detroit, foi um exemplo, sendo considerada uma das “cidades com baixa posição na lista de mais criativa ... em 2002 ocupava o 39º lugar.” (Reis, 2011, p.37) que, com a implementação deste índice, a cidade teve a oportunidade de evoluir criativamente, sendo considerada pelo autor como a sua “tábua de salvação” (Reis, 2011, p.37). Quando, se fala anteriormente em mobilidade, Florida, refere-se essencialmente à mobilidade de pessoas que podem escolher viver em qualquer lugar do mundo, e são disputadas por todos os lugares. Afinal, “na economia criativa atual, a verdadeira fonte de crescimento económico advém do clustering e da concentração de pessoas talentosas e produtivas” (Florida, 2011, p.9).

Com isto, Florida (2011), defende que seja justamente no ambiente criativo em que as pessoas se inserem, que vai fazendo que este seja favorável ao desenvolvimento e ao aumento da criatividade e, para Florida seria essencial garantir:

- A oferta de um mercado de trabalho voltado aos trabalhadores com alto potencial criativo, compreendendo portanto universidades, centros de pesquisa e empresas com perfil diferenciado;
- Oferta cultural e de apreciação estética, compatível com a sensibilidade criativa

e a voracidade por ampliação de repertório desses profissionais.

- Efervescência de vida urbana (cafés, galerias, centros de desing, lojas de moda arrojada, pequenos negócios de nicho – uma espécie de grande Soho) e valorização...” (Florida 2011, p. 37-38).

Florida, tomou o cuidado de ressaltar que as variáveis que ele apresenta não são determinantes, mas sim meramente indicativas.

Analisando o ponto de vista de Florida (2011) e Moraes (2009), os dois autores concluem que as práticas artísticas são fundamentais para o desenvolvimento das residências artísticas, sendo que, desenvolvem o potencial criativo de cada pessoa, independentemente do local onde habite. Esta teoria é ainda partilhada pelos informantes-chave entrevistados 3 e 4, Ivan Silva e Zélia Mendonça, artistas e participantes do programa de Residência Artísticas 2016 - Vila Nova de Cerveira, na qual salientam a importância do ambiente criativo para a finalização de algum dos seus trabalhos. Além das opiniões partilhadas pelos artistas acima identificados, estes, evidenciam ainda a importância para o companheirismo, onde segundo os informantes-chave, é essencial na altura da partilha da residência artística, por forma a saber lidar com as diversas pessoas e nacionalidades.

### **2.7.2 – IMPLEMENTAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS**

Segundo Dalcol (2015), as residências artísticas, são consideradas essenciais como modo de atuação na produção contemporânea, onde se desenvolve em primeira circunstância na década de 1900, onde ocorreu a criação da Corporação Yaddo, fundada em 1900 e a Junta de Byrdcliffe de Woodstock, em 1902, ambas em Nova York. Enquanto Yaddo foi fundado por beneméritos art-loving, e consideraram oferecer estúdios do convidado aos artistas individuais, a Woodstock, foi fundada por artistas nos seus próprios termos, num sentido de comunidade. Ambos os modelos eram típicos de programas de artistas em residências na

década do século XX. Com presença mais visível, a partir de 1960, e acentuada expansão, desde 1990, os programas até então promovidos, tanto por iniciativas privadas, como por órgãos governamentais, têm sido ampliados em escala global. O desenvolvimento originou uma série de *Networks*, como a *Alliance of Artists Communities*, criada em 1990, nos Estados Unidos, a *Res Artis – Worldwide Network of Artist Residencies*, que foi iniciada em 1993, em toda a Europa, e já em 2005, a *Intra Ásia Network*, em Taiwan. Surgem ainda, algumas plataformas eletrônicas de suporte, como o *Centre National des Arts Plastiques Cnap*, instituições que englobam os objetivos das duas categorias anteriores, como por exemplo, a rede *Peppinières*. Surgem também, organismos e instituições de apoio, como a *Transartis*, a *Triangle*, e o Programa *Aschberg* da UNESCO, onde desta forma, são constituídas formas mais ágeis e rápidas de acesso à informação, relativa a programas de residências artísticas.

Segundo a abordagem de Bourriaud (2009), a arte contemporânea exibida ainda nos anos 90, era desenvolvida em função das noções interativas, de conveniência e de relacionamentos, onde se encontram alguns artistas mais representativos desta novas formas de expressão, como: Rirkrit Tiravanija, Phillipe Parreno, Vanessa Beecroft, Maurizio Cattelan, entre outros. Perante as expressões artísticas destes autores, são levantadas questões quanto ao caráter da importância artística, visto que, para o público, estas expressões resultaram inovadoras e ao mesmo tempo estranhas, ou quase incompreensíveis no contexto social, onde o autor afirma que “as famosas auto-estradas de comunicação com seus pedágios e espaços de lazer, ameaçam se impor como os únicos trajetos possíveis de um lugar a outro no mundo humano” (Bourriaud, 2009, p. 11), e que a atividade artística “tenta efectuar ligações modestas, abrir algumas passagens obstruídas, pôr em contacto níveis de realidade apartados” (Bourriaud, 2009, p.11). Nesse sentido, o critério da expressão artística contemporânea tem um contexto no qual reconhece o rápido desenvolvimento das tecnologias.

Dalcol (2015), associa o desenvolvimento das tecnologias aos estudos de Castells (2002), sobre o impacto da informatização, num cenário de transformações e reorganização social, onde o sociólogo espanhol argumenta que, no contexto da globalização cultural e económica,

a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo, introduzem uma forma de sociedade organizada e caracterizada pelos fluxos de informação. O conceito que Castells desenvolveu – identidade de projeto – faculta abordagens, de forma a refletir sobre as redes formadas pelos programas de residências, na medida em que, as relações são construídas para redefinir posições nos espaços, em disputa na estrutura social. Com este conceito, nos termos de Castells, este contribui para a análise, sobre os modos como as residências artísticas, oferecem respostas e posicionamentos críticos.

Segundo Pallavicini (2015), nos anos 90 a participação do espectador é uma questão comum, assim como, o termo transitividade é abordado de forma a demonstrar que a arte atual gera relações entre indivíduos ou grupos, entre o artista e o mundo. Como consequência, a relação entre o espectador e o mundo, visto as reações dessas relações de obras de arte com os espectadores que produzem “formas”, “objetos estéticos”, sendo estes, objetos de interesse dos artistas, os quais buscam principalmente a criação de modelos de interação ou sociabilidade.

Já no final de 1980, ou seja, no contexto do debate sobre o efeito da pós-modernidade, houve uma volta às linguagens da tradição evidenciada no retorno à pintura com os ditos neoexpressionismo alemão, transvanguarda italiana, ou graffiti painting anglo-americano que, com as suas simbolizações, reagiram tanto à desmaterialização da arte, aos happenings ou à body-art. Nesta época, estavam presentes reações da arte pós-vanguardista ao formalismo distinto das vanguardas tardias por meio de um “retorno ao real” na expressão de Hal Foster, o que significava para o autor que, afastada a utopia, a arte pós-vanguardista reaproximava-se do presente ao denunciá-lo enquanto agravamento de conflitos étnicos, machismos, efeitos da globalização, entre outros (Foster, 2001). Bourriaud e Obrist procuram uma resolução para os problemas do presente, “... satisfazer tal demanda, mesmo arriscando-se a sucumbir às exigências de comunicação impostas pelo mercado” (Favaretto, 1991, p.149). Tentam assim, saber se estas práticas colaborativas e interdisciplinares, descritas pelos autores, visam aproximar arte e vida onde articulam elementos do presente no gesto estético

ou na forma artística, de modo a relacionar a metáfora, estética e política.

O artista Tiravanija, nascido em Buenos Aires, Argentina, tem como um dos elementos centrais no seu trabalho a representação de diversas formas de comunicação. Tiravanija representou em 2008, na Bienal de São Paulo, uma “situação” em que problematizava justamente a comunicação: “mesas de negociação, estranhas plataformas de discussão, cenas vazias, painéis de cartazes, pranchetas, telas, salas de informação – estruturas coletivas, abertas a participação do público” (Bourriaud, 2009, p.65). O seu objetivo era constituir espaços de negociação do sentido, que remete para “o retornar ao real” como paradigma do “agir comunicativo” de filosofias contemporâneas.

Moraes (2009) cita Hora (2006, p. 55) que denomina: “terceira onda da mobilidade artística subsidiada”, como o que poderia ter ocorrido a partir do início de 1990 e onde ganha contornos da globalização ao se disseminar, por intermédio das associações, networks, e redes sociais que articulam esses espaços a partir desse período. Se, nas etapas anteriores pode-se identificar geograficamente distribuídas pela Europa e Estados Unidos da América, agora já surgem nos quatro cantos do mundo, estendendo-se aos lugares mais inóspitos, às grandes metrópoles e em todos os continentes.

Segundo Dalcol (2015), como resposta a programas temporários a que os artistas se submetem em lugares desconhecidos a serem explorados, produzem trabalhos a partir de práticas artísticas que envolvem pesquisa, investigação e reflexão sobre questões referentes aos contextos específicos que experimentam e vivenciam num determinado lugar. Hal Foster formulou o paradigma etnográfico do artista, no seu texto “O artista como etnógrafo”, onde o crítico norte-americano analisa certo tipo de política após o fim das utopias na arte, mostrando que o campo havia passado a se configurar como uma área transdisciplinar com influência das ferramentas e das metodologias próprias da antropologia (Foster, 2001). Contudo, Néstor Garcia Canclini realça a denominação “pós-autónoma” para as práticas transdisciplinares, com as quais a arte se articula a outras disciplinas além da Antropologia, como a História, a Sociologia, e a Ciência Política. Na idade moderna, os artistas ao viajar

correspondem ao desejo e à necessidade de experimentar o mundo por meio de pesquisas e diversas investigações nos contextos diversos em que integram. As residências propõem programas temporários com a finalidade de descoberta e de renovação da consciência e das soluções visuais. Proporcionam assim, uma condição de vida, de criação e de trabalho ao artista num lugar em que se estabelece uma relação de acolhida e permanência, ainda que temporária (Dalcol, 2015).

### **2.7.3 – REFERÊNCIAS DE RESIDÊNCIAS ARTÍSTICAS**

Segundo Dalcol (2015), no âmbito brasileiro, dos programas do governo federal, a Fundação Nacional de Artes (Funarte), criada em 1975 com a finalidade de promover, estimular, desenvolver atividades culturais em todo o Brasil, promove desde 2008 diversas ações voltadas às residências artísticas através de editais de fomento. Assim, a Funarte tem assumido o papel de principal instituição pública promotora e incentivadora das artes plásticas e visuais no Brasil, o que leva a refletir sobre a sua especificidade enquanto órgão do Estado. As ações promovidas pela Fundação lançam questões sobre os modos como se promove a criação e a manutenção de canais de diálogo, e se os mesmos assumem e são praticados em um viés democrático e participativo no campo da produção cultural.

A partir do website da UNESCO, no mecanismo de busca, as referências às residências artísticas dispõe de diversas possibilidades de participações, sendo que, as duas principais são o registo em programas artísticos e as suas correlações desenvolvidas nos EUA; e a possibilidade de acesso ao programa Aschberg, um mecanismo de apoio à produção artística contemporânea, no formato de uma bolsa específica para programas de residências artísticas.

No âmbito português, as residências artísticas encontram-se, na maior parte, concentradas nos centros urbanos de maior importância, como Porto e Lisboa. A Câmara Municipal do Porto criou em Julho de 2016, a InResidencePorto, uma plataforma online para a divulgação

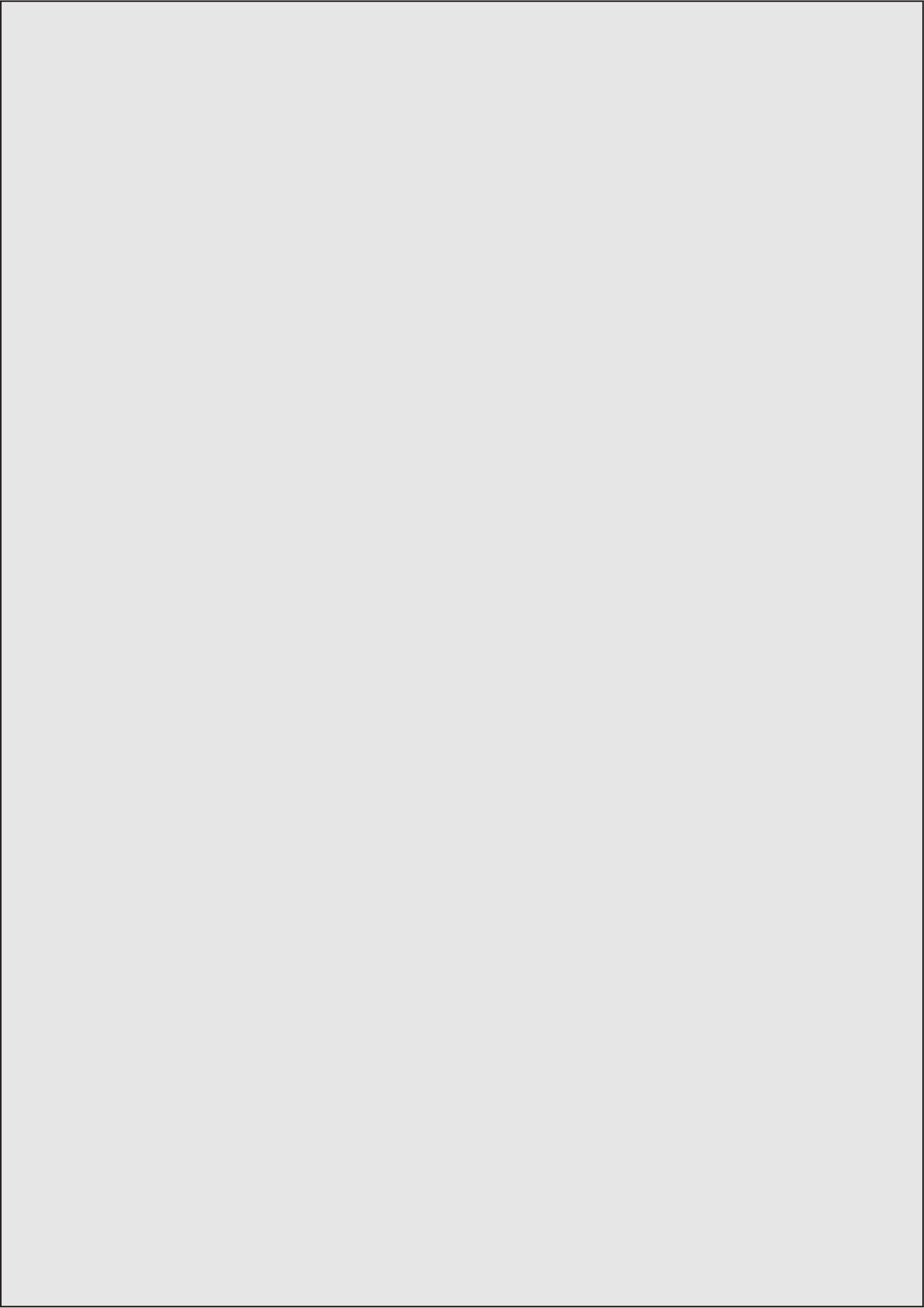
de espaços e de projetos de residências artísticas, na cidade do Porto. Nesta plataforma estão incluídas residências artísticas como a Casa Oficina António Carneiro; De Liceiras 18; Edifício Transparente Porto; Mala Voadora; Maus Hábitos; Mira; Museu Nacional da Imprensa; Sonoscopia e o Tetro Municipal do Porto. Esta plataforma tem como objetivo criar condições para que os artistas se ancorem na cidade do Porto e possam descobrir o que a cidade tem para oferecer no âmbito de programas de residência. Existem ainda outras residências que não se encontram dentro da plataforma como o Palácio das Artes; a PortoLazer, entre outros.

Em Lisboa, em 1836 foi criada a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL) que é a escola superior de ensino artístico mais antiga de Portugal, que promove programas de residências artísticas das Belas-Artes de Lisboa com uma cultura artística atenta à atualidade e de forma a responder aos desafios que a circulação globalizada do saber atual. Existem, outras residências em Lisboa, como: a Hangar, que tem como objetivo fundamental, colaborar com artistas e guias locais para o desenvolvimento de percursos criativos, sendo que, é apoiada financeiramente pelo programa, BipZip Parcerias Locais, da Câmara Municipal de Lisboa; o Atelier Real, considerado um espaço de ambiente informal e acolhedor, ideal para ser utilizado por artistas, professores, escritores, entre outros, contudo, devido aos cortes do governo no orçamento, teve de suspender os programas de residência. Existe também, no meio alentejano o Museu da Luz de Vergílio Ferreira, localizado em Évora, que tem como objetivo a integração de artistas, nacionais e internacionais num meio rural e envolvido de história, de forma a trabalharem num ambiente peculiar e singular incentivando a formação e a educação pela arte e cultura. As residências artísticas, são também, uma forma de aproximação dos artistas com a população local, que os ajudam, na maior parte das vezes, a integrar no local da residência.

## PARTE III

### OBJETO DE ESTUDO | PALACETE DAS ALMAS

---



### 3.1 - AUTOR DO PROJETO

Considerado um marco para a cidade de Esposende, o Palacete das Almas, foi mandado construir nos anos 20, por Adriano Vieira, o seu primeiro proprietário, que convidou o arquiteto italiano Riccardo Buffa para ficar responsável pelo projeto de arquitetura.

É encontrada uma lacuna no conhecimento sobre a biografia de Riccardo Buffa, sabe-se somente que, nasceu em Sezzadio, na província de Alessandria, em Itália, e que se mudou para o Rio de Janeiro nos anos 20, para junto do seu irmão, aí residente. Terminou arquitetura em 1919, ano em que recebeu várias distinções de competições escolásticas, tendo mesmo vencido a competição de final de ano no Instituto de Belas Artes, contudo, foi na sua terra natal que fez a estreia da carreira com a realização de um Memorial de Guerra.

Segundo Menegotto (2011), Buffa participou no concurso internacional anunciado pelo Distrito Federal do Rio de Janeiro para o novo Palácio da Justiça, realizou diversas obras na cidade, como, o Theatro São José (década de 20) (fig. 18); a residência do Sr. Paulo Pires de Sá; o palacete do Sr. Ercole Giannini (década de 20) (fig. 19); propôs uma intervenção para a Igreja Senhora de Lourdes, em Belo Horizonte, entre outros. Também, segundo o autor, o arquiteto italiano possui uma coleção significativa de trabalhos entre os estilos eclético e decô, como por exemplo, o Edifício da Lage (1924) (fig. 20); o Edifício Spinelli; entre outros. Com o desenvolvimento destes projetos, Buffa, começa a ser considerado um dos jovens arquitetos mais apreciados da capital brasileira, onde as suas obras, inspiradas na pura arte italiana, revelam o grande vínculo entre a mente e coração, alcançando assim, uma carreira sólida. Apesar da existência da lacuna de conhecimento sobre o autor, é de ressaltar que, segundo o Guia do Patrimônio Cultural Carioca de Bens Tomados (2014), Riccardo Buffa apresenta várias obras de grande importância que se encontram classificadas, como por exemplo o Edifício Guahy (1932) (fig. 21) sendo protegido pelo Decreto 9.656/90 de 24/09/1990; a Villa Hilda (fig. 22) protegida pelo Decreto 25.735 de 06/09/2005; a Casa Granado (1926) (fig. 23) pelo Decreto 14.587 de 22/02/1996 e a Igreja de São Sebastião (1931) pelo Tombamento 05/08/2003.



Figura 18 - Theatro São José.



Figura 19 - Palacete do Sr. Ercole Giannini.



Figura 20 - Edifício da Lage.

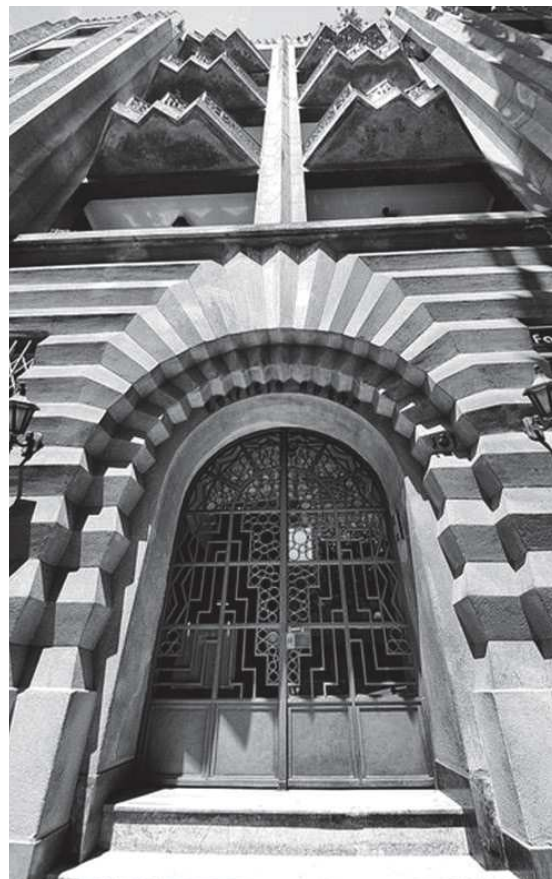


Figura 21 - Edifício Guahy.



Figura 22 - Villa Hilda.



Figura 23 - Casa Granado.

Buffa, foi convidado por Adriano Vieira, enquanto este trabalhava no Rio de Janeiro, para projetar a sua casa de férias em Portugal, contudo, a data da construção inicial do Palacete das Almas ainda hoje é um enigma, sabe-se que, segundo a caderneta predial urbana da Autoridade Tributária e Aduaneira, o palacete foi registado no ano de 1937, porém no livro publicado pela Câmara Municipal de Esposende é descrito que, “Em 1925 o Executivo Municipal (...) decidiu iniciar o estudo para a abertura do novo arruamento (...) que partia da Capela de Nossa Senhora da Saúde, em frente ao Palacete de Adriano Vieira” (Câmara Municipal de Esposende, 2013, p. 35), logo, é compreendido que este palacete já estaria construído em 1925.

A figura 24, apresenta uma cartografia de 1942, onde se encontra sinalizada a Rua Adriano Vieira, datada de 1935. Visto não serem conhecidos mais registos referentes à data de construção, será considerada a data de 1925 como a data da construção inicial, sendo a data mais antiga documentada.



Figura 24 - Cartografia de 1942, onde se apresenta o estudo da Rua Adriano Vieira, em 1935.

### 3.2 - CONCEITO E GÉNESE DO PROJETO

O Palacete das Almas, foi tipificado por Riccardo Buffa, como casa de campo, de acordo com os desenhos técnicos de arquitetura originais, como tal, pretende-se dar a conhecer este conceito presente na passagem para o século XX e expresso nos desenhos do autor. Adriano Vieira, encomendou a Buffa o projeto da casa de campo que, se julga ser, a sua residência secundária, na terra natal, em Esposende.

Barbier (1965), descreve que para possuir uma residência secundária é necessário que exista uma habitação principal “(...) o alojamento que pertence a um individuo que já possui uma habitação principal, que reside na maior parte dos casos na cidade ou pelo menos bastante afastado da sua casa de campo e que aqui se dirige aos fins de semana e em férias (...)” (p. 90).

Como não se sabe se na realidade o Palacete das Almas seria a sua segunda habitação / casa de férias, ou a única habitação em Portugal, será considerada a designação de “casa

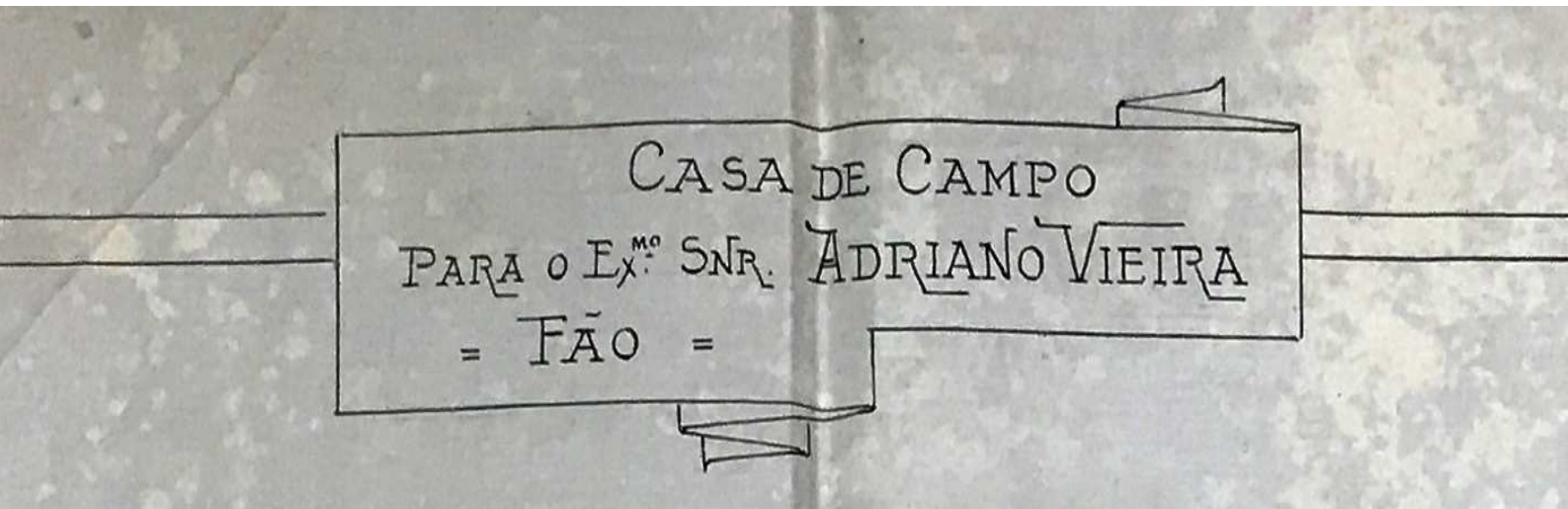


Figura 25 - Descrição "Casa de Campo" encontrada dos desenhos técnicos do palacete.

de campo" inscrita no projeto original do palacete, bem como a atividade profissional de Adriano no Brasil, e este palacete sera compreendido como a sua segunda habitação, sendo por isso, considerada casa de campo / secundária. Na figura 25, encontra-se a descrição "casa de campo", encontrada nos desenhos técnicos do palacete.

Riccardo Buffa apresenta, nos seus projetos, vários estilos arquitetônicos, como o ecletismo, sendo o movimento da época, contudo nunca deixou de parte as suas origens e nos projetos reflete a inspiração italiana que se pode encontrar também no Palacete das Almas. Analisando algumas obras de Buffa, é evidente a semelhança dos elementos que, se podem encontrar comparativamente ao palacete em estudo. Na figura 26, o corrimão da Villa Hilda, no Brasil, idêntico ao encontrado no Palacete das Almas, presente na figura 27, que embora menos trabalhado, são parecidos, e dado que não se sabe ao certo a data de construção da Villa Hilda, não se sabe qual das obras se construiu primeiro. Como acontece nos exemplares das figuras 26 e 27, que não se consegue saber qual das obras foi executada primeiro, e considerando a data de construção do Palacete das Almas 1925, o palacete seria, de construção anterior à Casa de Granada - 1926 (fig.28), a partir do qual se pode verificar um modelo simplificado de vãos relativamente ao do palacete em Esposende (fig.29).



Figura 26 - Corrimão da Villa Hilda, Brasil.



Figura 27 - Corrimão do Palacete das Almas.



Figura 28 - Fotografia dos vãos e do frontão da Casa Granado, Brasil.

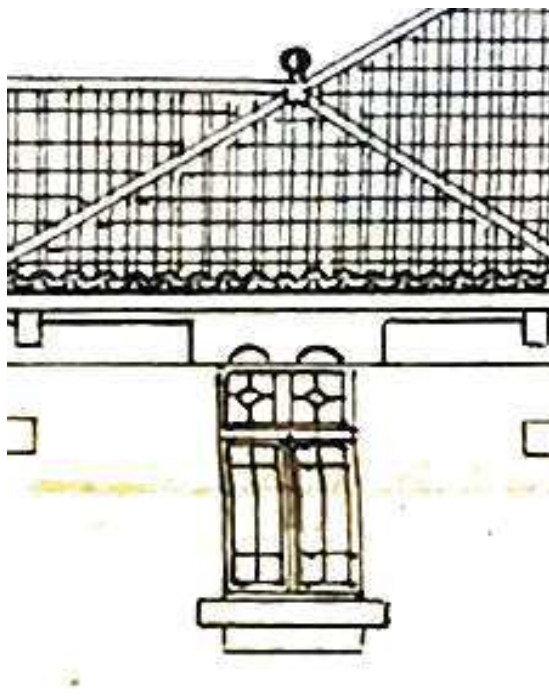


Figura 29 - Imagem dos vãos e frontão do Palacete das Almas.

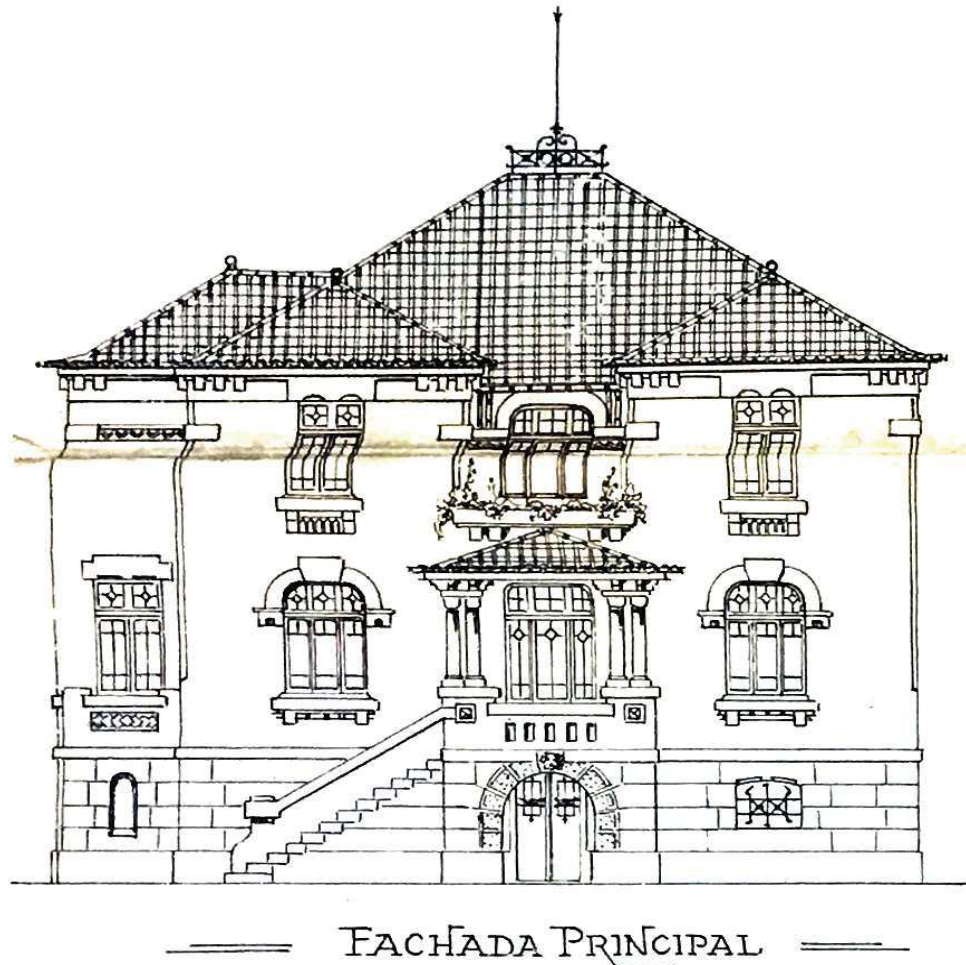


Figura 30 - Desenho da fachada do Palacete das Almas.

O Palacete das Almas é caracterizado como sendo uma evolução da tipologia de palacete, sendo considerado de porão alto, ou seja, é considerado como um desenvolvimento da casa sobrado, dado o tipo de compartimentos situados no piso térreo, a abertura de vãos, bem como o pé-direito de baixas dimensões (fig. 30). Estas edificações têm algumas particularidades quanto à distribuição espacial, visto que, mantém tradições do século XIX, como a localização da sala social na parte da frente, junto à fachada principal, sala de maior intimidade, mais ao fundo, com a localização das dependências de serviço na extremidade posterior. Já no final do século introduzia-se um novo compartimento - o escritório sempre



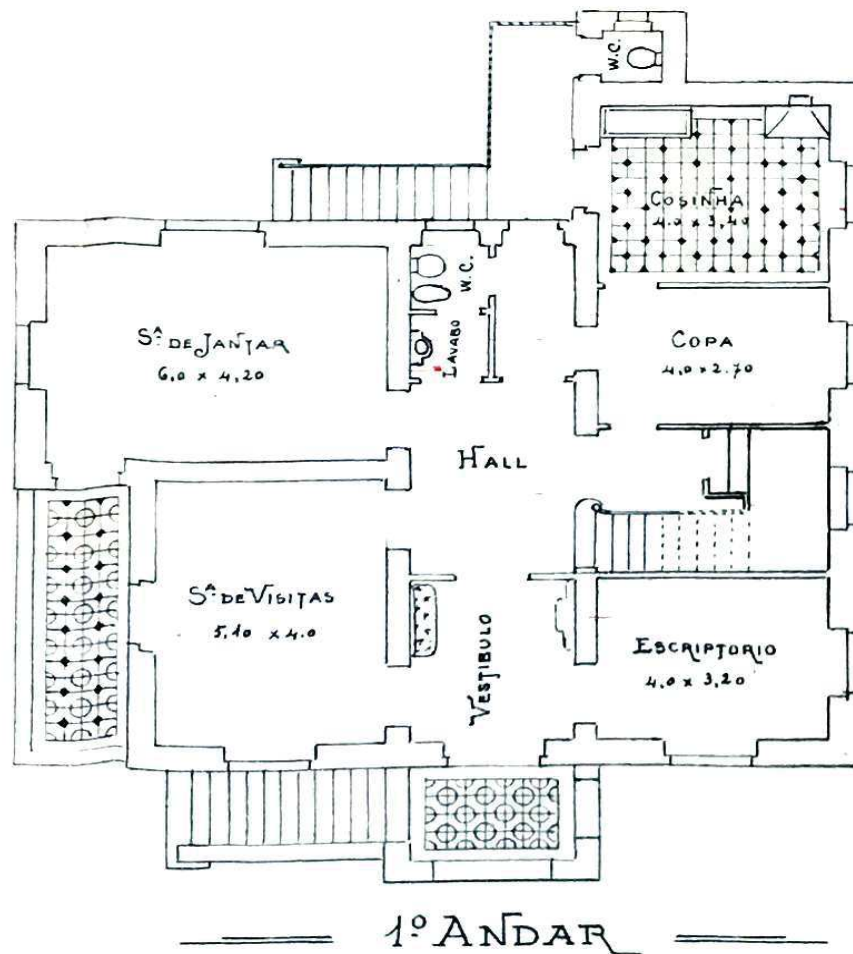


Figura 32 - Planta do 1º andar do Palacete das Almas.

No objeto de estudo pode-se verificar exatamente o programa organizado de acordo com o descrito por Lemos (1989), onde o piso nobre, ou seja onde se encontra a porta principal se encontra a separação entre zona social, zona privada e zona de serviço (fig. 32).

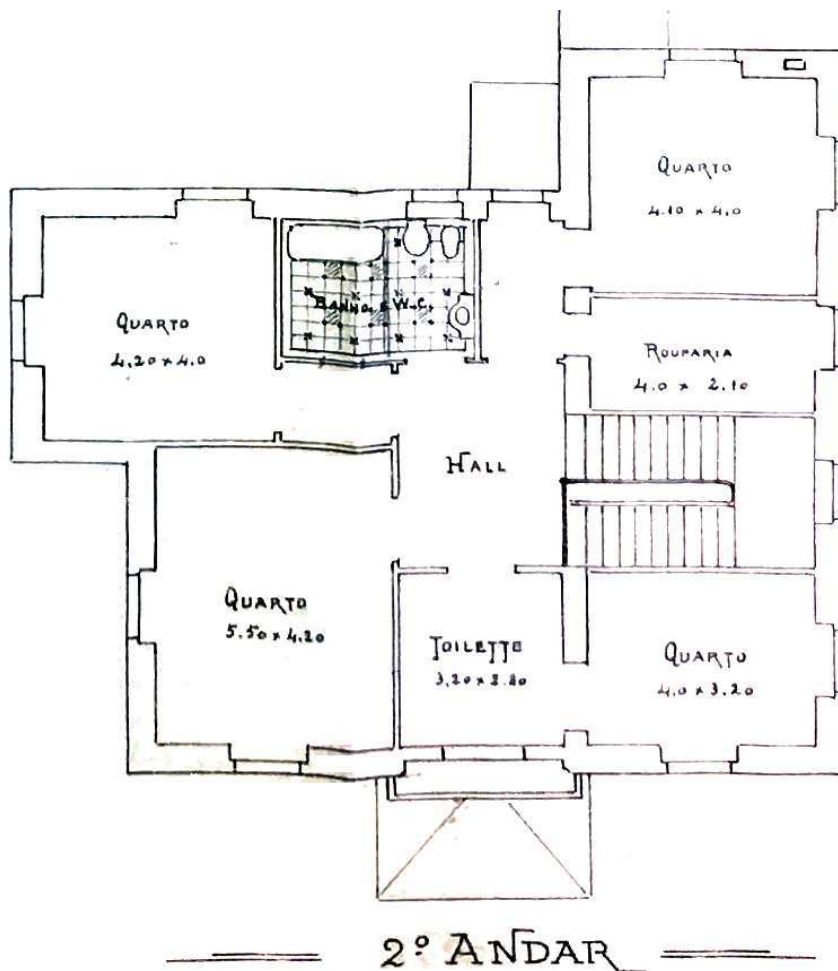


Figura 33 - Planta do 2º andar do Palacete das Almas.

No 2º andar, o andar designado pela zona mais privativa da casa, encontram-se os quartos, onde se pode verificar que á existe um quarto com casa de banho privada, designada por toilette. Neste andar encontra-se também um compartimento de tratamento de roupas (fig.33).

### 3.3 – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O Palacete das Almas, antes de ser adquirido em 1984, pelo atual proprietário Jorge Quintela (informante-chave 1), já teria pertencido a mais dois proprietários, primeiro Adriano Vieira e mais tarde António Dias das Almas (fig. 34).

De acordo com a entrevista realizada a José Figueiras, o informante-chave 2, este palacete pertenceu inicialmente a um dos três irmãos da família Vieira, uma família de grande importância para a cidade de Esposende. Adriano, Vasco e Américo Vieira eram filhos de um grande capitão de navios, Miguel Vieira, que por sua vez era armador em marinha mercante, em conjunto com as famílias Vilas Boas e Barros Lima, também da cidade de Esposende. Estas três famílias, juntamente com muitas outras da cidade de Esposende e Fão, faziam parte de uma elite de grande importância na época, que embarcaram para o Rio de Janeiro, depois da independência do Brasil. Nessa época o Brasil procurava organizar grupos de pessoas especializadas para a marinha mercante, e estas famílias constituíram grupos experientes que viajaram para Lisboa, de forma a tirar o curso para o efeito. Com este curso eram possuidores do título de capitães, que utilizavam para construir as próprias embarcações, e constituir sociedades para a realização de permutas de terrenos, onde a madeira extraída era utilizada para a construção dos navios, no concelho de Esposende. Posteriormente à entrega da embarcação, estas mesmas sociedades eram desconstituídas. Embora estes capitalistas ganhassem as suas fortunas no Brasil, também faziam viagens um pouco por todo o mundo. Alguns investiram as poupanças na sua terra natal, em parcelas de terrenos, com o objetivo de construir tanto edifícios privados, como edifícios públicos. Tanto Adriano, como Américo Vieira, investiram na cidade de Esposende com a construção dos seus dois palacetes; Adriano, com o Palacete das Almas e Américo com outro palacete, encontrado em estado avançado de degradação, localizados, na altura, na periferia da cidade, de acordo com cartografia de 1942 (fig. 35) e a malha urbana existente, presente na figura 36.

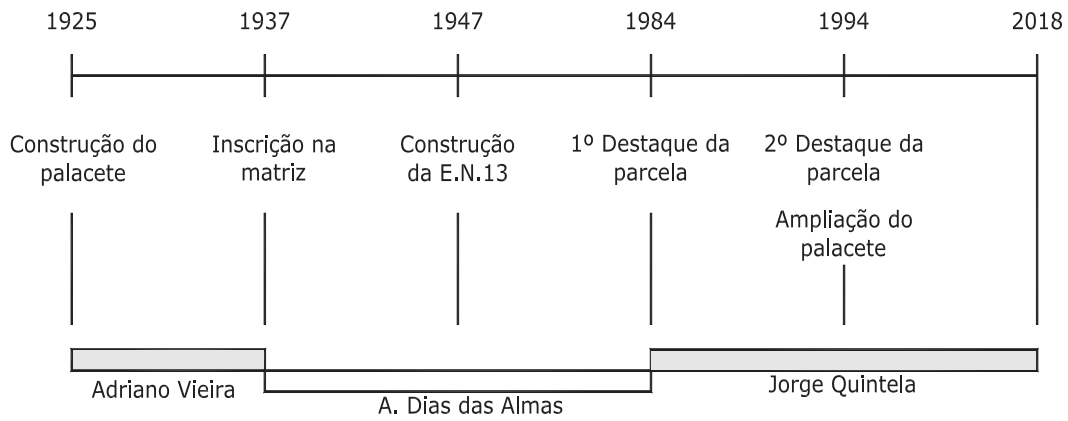


Figura 34 - Cronologia de acontecimentos e proprietários do Palacete das Almas.



Figura 35 - Localização do Palacete de Américo (A) e Adriano Vieira (B) na cartografia de 1942.



Figura 36 - Localização do Palacete de Américo (A) e Adriano Vieira (B), atualmente.



Segundo o relato realizado ao informante-chave 2, tanto Adriano como Américo gostavam de demonstrar o poder financeiro junto da comunidade, onde exibiam de forma esporádica os seus automóveis, nomeadamente um Studebaker e um Austin Mini. A população ficava impactada e interrompiam os seus percursos de forma a observarem estes automóveis, considerados na época, um ícones da cidade de Esposende.

Dada a importância socioeconómica, Adriano Vieira teve direito a uma rua com o seu nome, denominada Rua Adriano Vieira, situada mesmo em frente ao seu palacete. Desde 1919, aquando a abertura da Avenida de Góios, que atualmente é designada por Avenida Valentim Ribeiro que o executivo camarário idealizou este arruamento, contudo, nada foi concretizado e em 1925, “para evitar que veículos pesados passassem pelas ruas centrais da Vila” (Câmara Municipal de Esposende, 2013, p. 35), decidiram iniciar o estudo para a abertura deste novo arruamento mesmo em frente ao palacete de Adriano Vieira.

Segundo a caderneta predial urbana da Autoridade Tributária e Aduaneira, o palacete foi

registado na matriz no ano de 1937, contudo, no livro publicado pela Câmara Municipal de Esposende é descrito que, “Em 1925 o Executivo Municipal (...) decidiu iniciar o estudo para a abertura do novo arruamento (...) que partia da Capela de Nossa Senhora da Saúde, em frente ao Palacete de Adriano Vieira” (Câmara Municipal de Esposende, 2013, p.35), logo, é compreendido que este palacete já estaria construído em 1925.

Em Dezembro de 1939, a Câmara Municipal de Esposende, deu início à execução da delimitação do polígono da Vila, e mais tarde, em 1942, foram realizadas pela primeira vez, as plantas topográficas, para a realização do futuro Plano Geral de Urbanização (P.G.U.). (Guerreiro, 2009), por isso, os levantamentos apresentados foram os primeiros a serem executados no município.

De acordo com a cronologia apresentada na figura 34, existe uma lacuna de conhecimento desde o primeiro até ao terceiro proprietário, contudo, com a ajuda de Jorge Quintela e dos desenhos técnicos iniciais do palacete foi possível chegar a algumas conclusões tanto históricas como programáticas. Embora já tivesse vários proprietários desde a sua construção, o palacete manteve sempre a finalidade para o qual foi edificado – habitação – até à atualidade. É considerado como tipologia de casas apalaçadas e palacetes / porão alto, visto que é possuidor de características específicas desta tipologia, tal como forte sentido de individualidade; construída nos limites da cidade; tem fachadas lisas e revestida a azulejo; confronta diretamente com a via pública; as fachadas adjacentes encontram-se voltadas para um jardim, onde se encontram várias palmeiras e outras espécies exóticas. Quando Jorge Quintela comprou a parcela de terreno, em 1984, este palacete já teria sido propriedade de Adriano Vieira e de Dias das Almas e possuía inicialmente uma área total de terreno de 17 584.11 m<sup>2</sup>, de acordo com o levantamento topográfico da época, encontrado na figura 37.

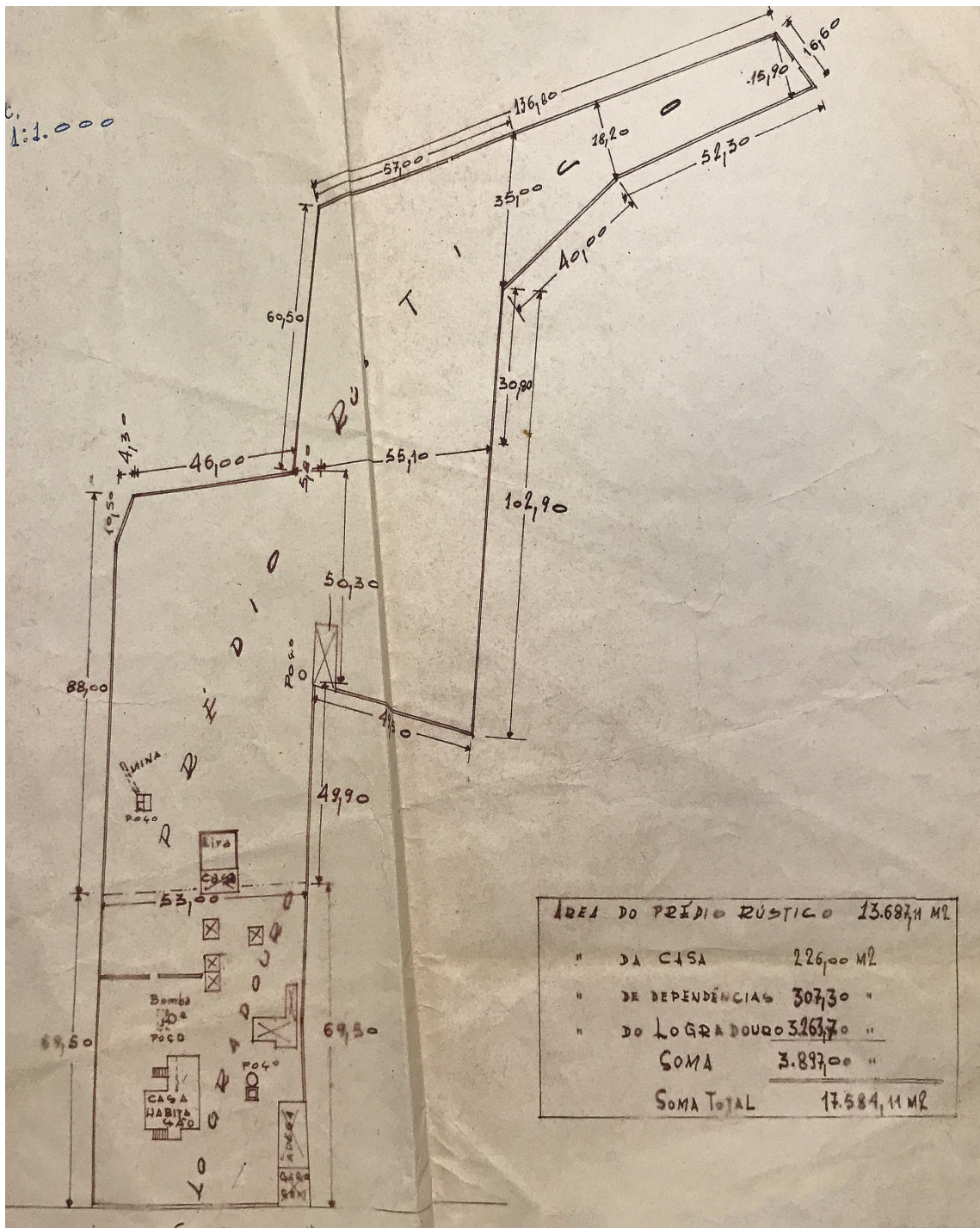


Figura 37 - Planta topográfica da parcela de terreno inicial.

Em 1984, dentro da propriedade, existiam quatro edificações: a habitação (1); a garagem (2); a casa de visitas (3) e ainda um anexo para animais (4). Além das dependências, existia também um court de ténis (5); um tanque de água (6); uma parcela de terreno dedicada à agricultura (7) e ainda o jardim envolvente característico deste tipo de palacete (fig. 38).

Até ao início do século XIX, não havia instrumentos de planeamento urbano na cidade, que permitissem entender o ordenamento e planeamento, por isso, as ligações de Esposende / Barcelos, em 1867, a ligação Esposende / Viana do Castelo, em 1871, e a inauguração da Ponte de Fão, em 1892, foram os grandes marcos para as transformações no crescimento de Esposende. Desde a cartografia de 1942, até 1984, denotam-se alterações significativas na malha urbana da cidade, como a introdução da Estrada Nacional 13 (introduzida na planta de zonamento do Ante-plano Geral de Urbanização da Vila de Esposende, em 1947, designada atualmente de Avenida 19 de Agosto (Câmara Municipal de Esposende, 2013).



Figura 38 - Planta das edificações pertencentes à parcela de terreno entre 1925-1984.

### **3.4 - EVOLUÇÃO DO PALACETE DAS ALMAS**

Todas as declarações dos seguintes pontos são baseadas nos informantes-chave 1 e 2, nomeadamente Jorge Quintela e José Figueiras, sendo que, não existe qualquer matéria teórica, sobre o mesmo.

#### **3.4.1. - INTERPRETAÇÃO EVOLUTIVA DA PARCELA**

A partir das cartas militares e da evolução das peças desenhadas do Plano Diretor Municipal de Esposende, foi possível descobrir a evolução da parcela de terreno de 1925, até ao presente ano.

Na figura 39, é apresentada a configuração original do terreno, conhecida no ano de 1925, onde é possível ver a implantação das edificações existentes na época, com particular destaque para o palacete na parte central da parcela de terreno e na parte lateral as restantes edificações de apoio. É possível reconhecer ainda um pequeno caminho que atravessa a parcela para ter acesso ao arruamento mais próximo. É de ressaltar que neste ano a parcela de terreno possuía 17.584.11 m<sup>2</sup>.

Na figura 40, apresenta-se o levantamento topográfico de 1984, já com o primeiro destaque realizado e com a área total da parcela de 4.420.00 m<sup>2</sup>. As construções mantêm-se de acordo com o inicialmente previsto no levantamento de 1925. Denota-se uma alteração importantíssima para o desenvolvimento da cidade de Esposende, sendo a construção da Estrada Nacional 13 (1947), atualmente conhecida como Avenida 19 de Agosto, fazendo ligação direta entre as cidades de Viana do Castelo, Esposende e Barcelos.

No levantamento da figura 41, datada de 1994, já se encontram as ampliações e construções realizadas pelo atual proprietário, como a ampliação realizada ao palacete, no alçado Sul, na casa das visitas onde foi inserida a sala de estar e a garagem, uma nova dependência sendo o balneário de apoio à piscina e algumas modificações nos arranjos exteriores.

Na figura 42, em 2019, encontra-se uma alteração no limite do terreno onde se realiza o segundo destaque com a área de 3.866.00m<sup>2</sup>. Com a continuação da construção da Rua Dr. Alexandre Torres e a operação de destaque, foi construído um conjunto habitacional. Foi denotada também uma grande evolução urbanística nesta zona da cidade de Esposende, com a introdução da rotunda e os novos edifícios habitacionais adjacentes.

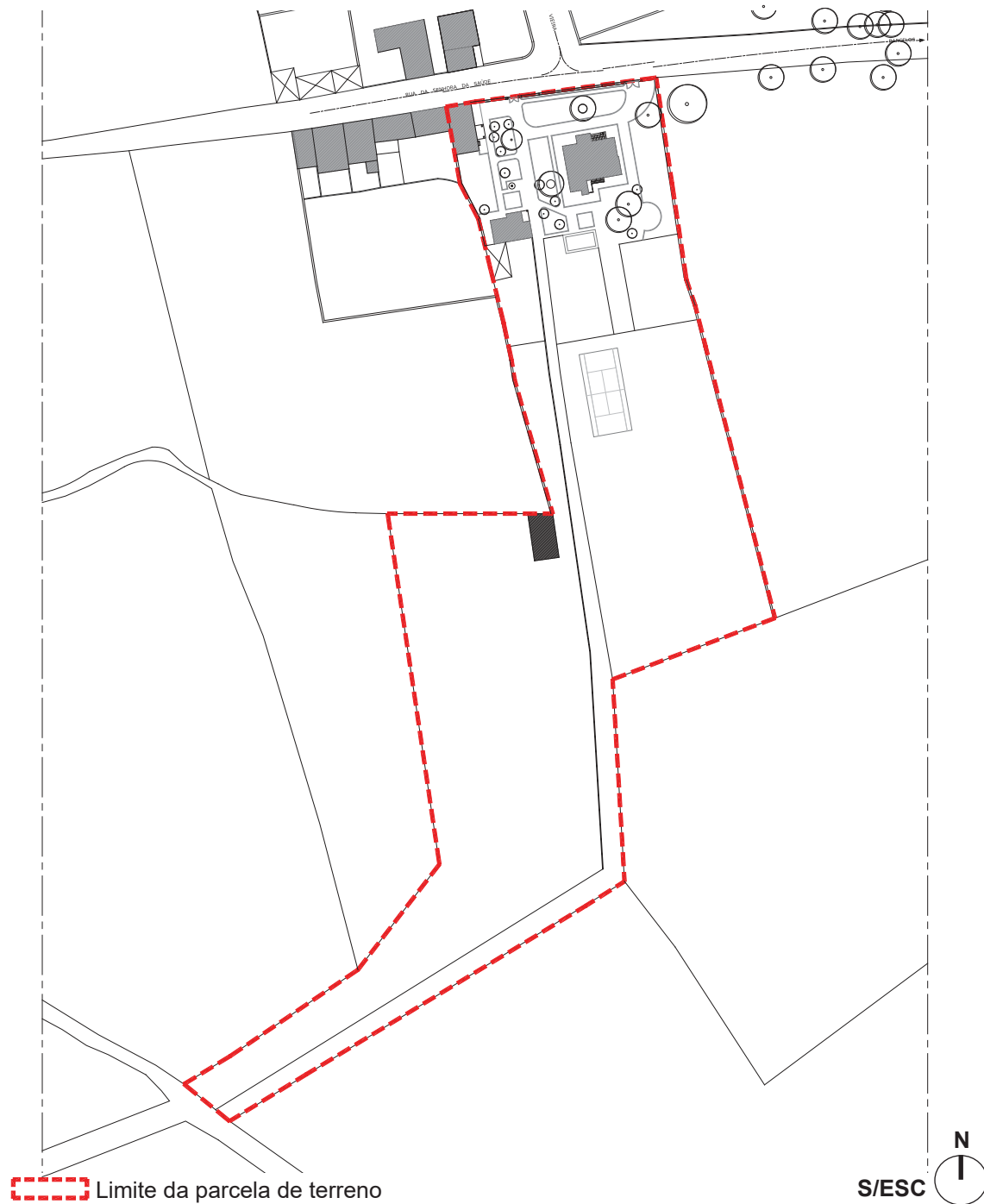


Figura 39 – Levantamento topográfico de 1925.

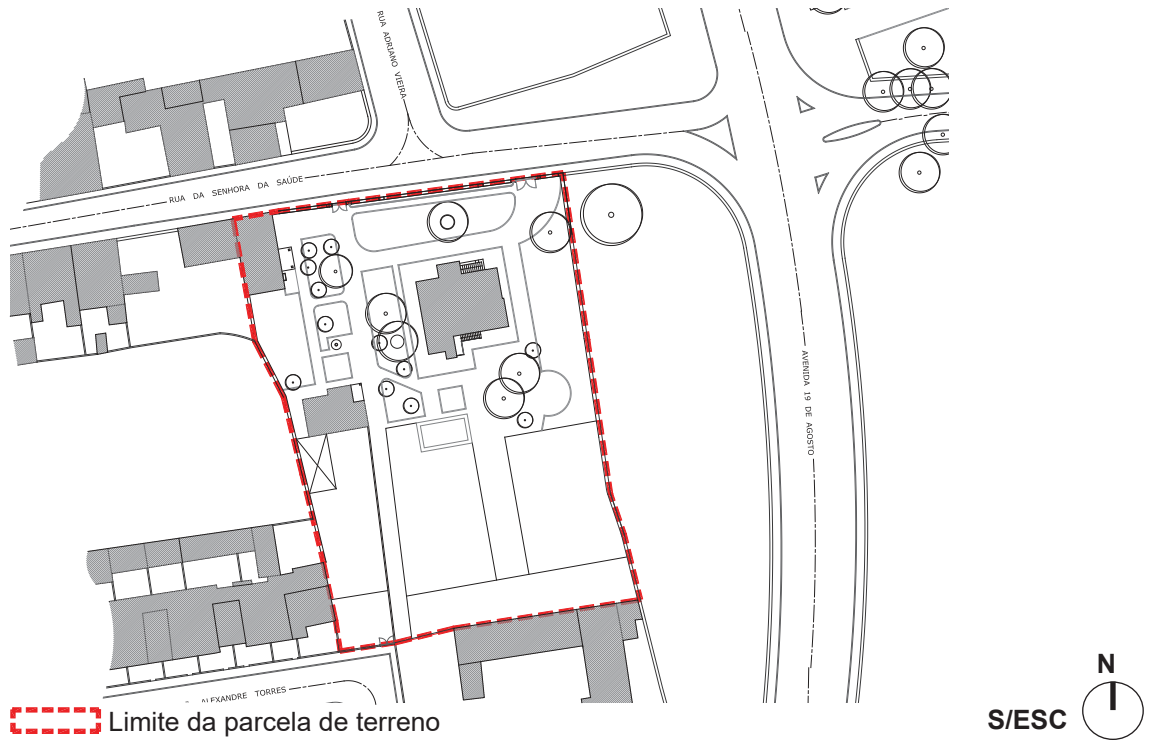


Figura 40 – Levantamento topográfico de 1984.

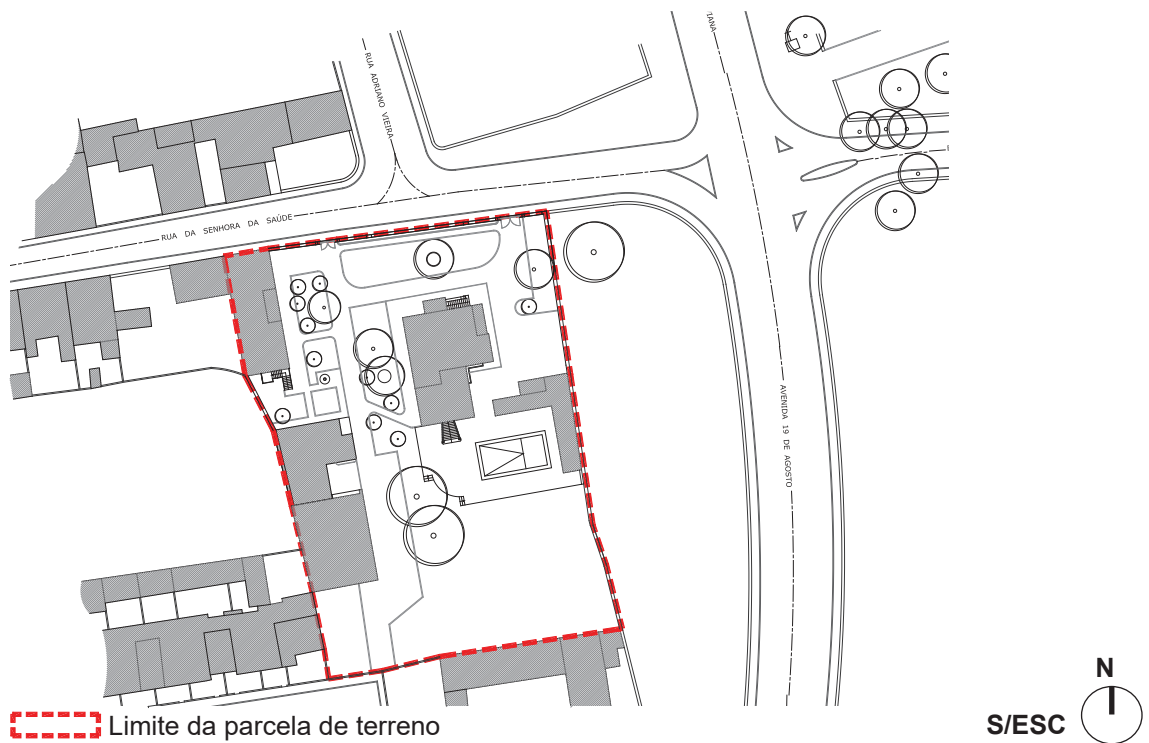


Figura 41 – Levantamento topográfico de 1994.

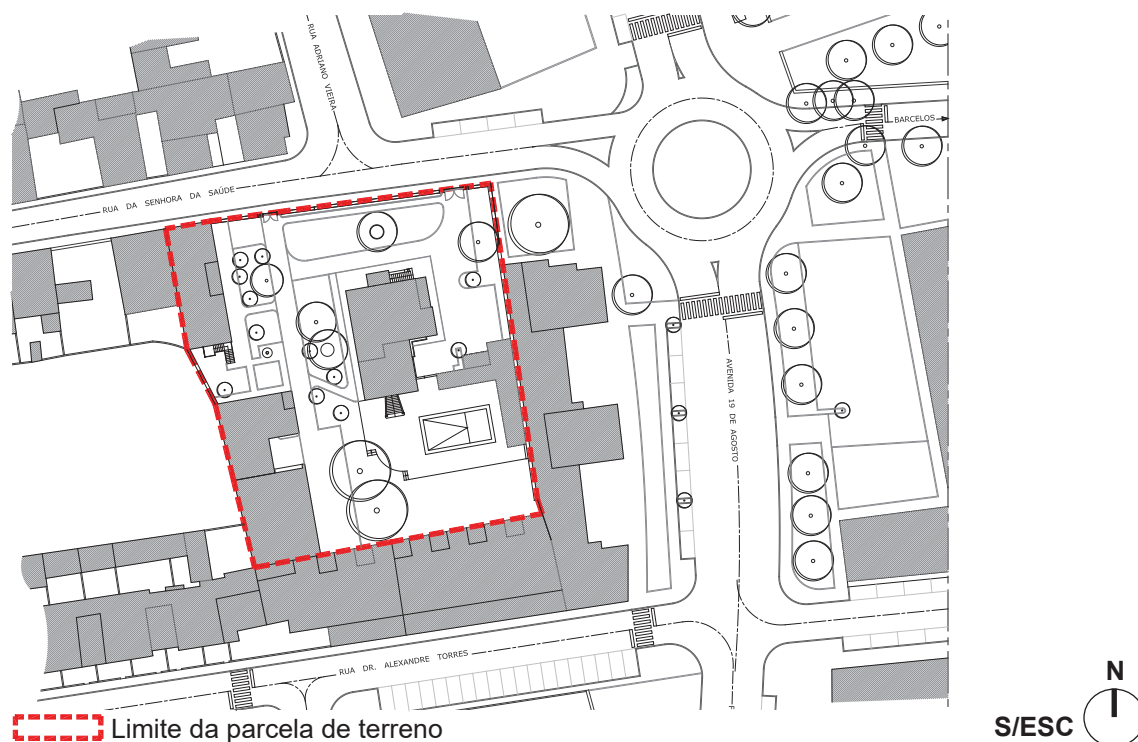


Figura 42 – Levantamento topográfico de 2019.

### 3.4.2. – EDIFÍCIO PRINCIPAL | 1925-1984

Quando comprou o palacete, em 1984, Jorge Quintela, esteve a viver durante 8 meses nas instalações e dadas as condições em que se encontravam, resolveu realizar obras de reabilitação e ampliação, de forma a garantir as necessidades básicas habitacionais, para a sua família.

O palacete, era constituído por três pisos, onde no piso de rés-do-chão, presente na figura 43, designado como porão alto, se encontravam as zonas de apoio à agricultura e limpezas /armazenagens do palacete e provavelmente o quarto da empregada. O palacete possuía quatro entradas à distribuição interior (2), contudo haviam duas entradas que se encontravam mais destacadas (1) dadas as suas volumetrias, e onde a partir de uma delas se acedia à loja e posteriormente as duas acediam à distribuição (2) do piso do rés-do chão, que além de dar acesso ao piso superior, dava também acesso a um quarto (6), provavelmente da empresa de limpeza, localizado na fachada principal; às duas lojas (7) e ainda os arrumos

de produtos alimentares do palacete (5). Somente a partir do exterior os habitantes do palacete (provavelmente os empregados) tinham acesso aos arrumos de carvão e lenha (4) e a um pequeno W.C. (3). Tanto na fachada principal, como na fachada posterior, existem dois vãos de escadas de acesso ao piso de Andar, onde, dado o programa existente, a escadaria posterior seria para os empregados abastecerem a moradia com os produtos alimentares diários.

O acesso ao piso de 1º andar, na figura 44, além de ser realizado por uma escada interior, era também realizado pelos dois vãos de escadas exteriores, no Alçado Nascente e Alçado Norte. A partir do alçado Norte, sendo considerado o alçado principal do palacete, acedia-se para um Hall de entrada (1), que dava acesso à sala de visitas (8), ao escritório (6) e à distribuição geral (2) do piso, onde se pode verificar que, além de existir uma parede divisória, existe também uma separação de espaço público / privado, ou seja, quem entrava no palacete ou se dirigia ao escritório, para negócios, ou então para a parte de ócio. A partir da distribuição central do palacete, pode-se aceder à sala de jantar (7), a um W.C. de apoio (3), ou então à zona de serviço; à copa (5) e conseqüentemente à cozinha (4), que teria acesso a uma varanda exterior, a partir do qual, se encontrava outro W.C. (3) de serviço.

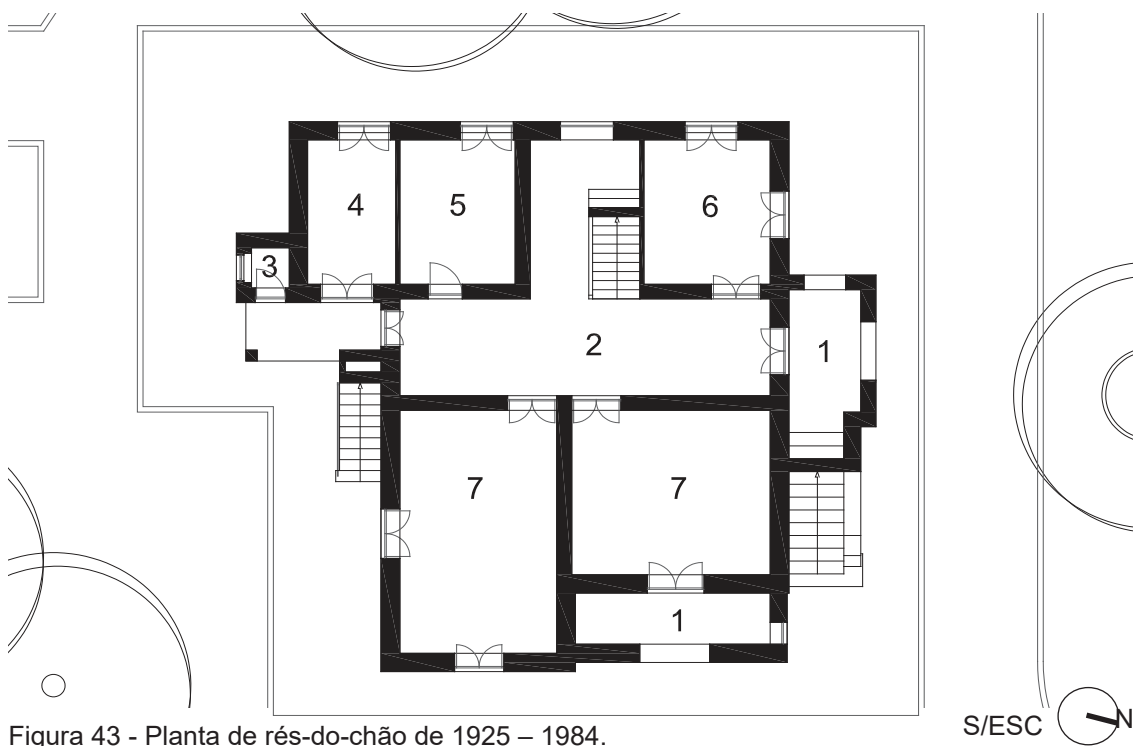


Figura 43 - Planta de rés-do-chão de 1925 – 1984.

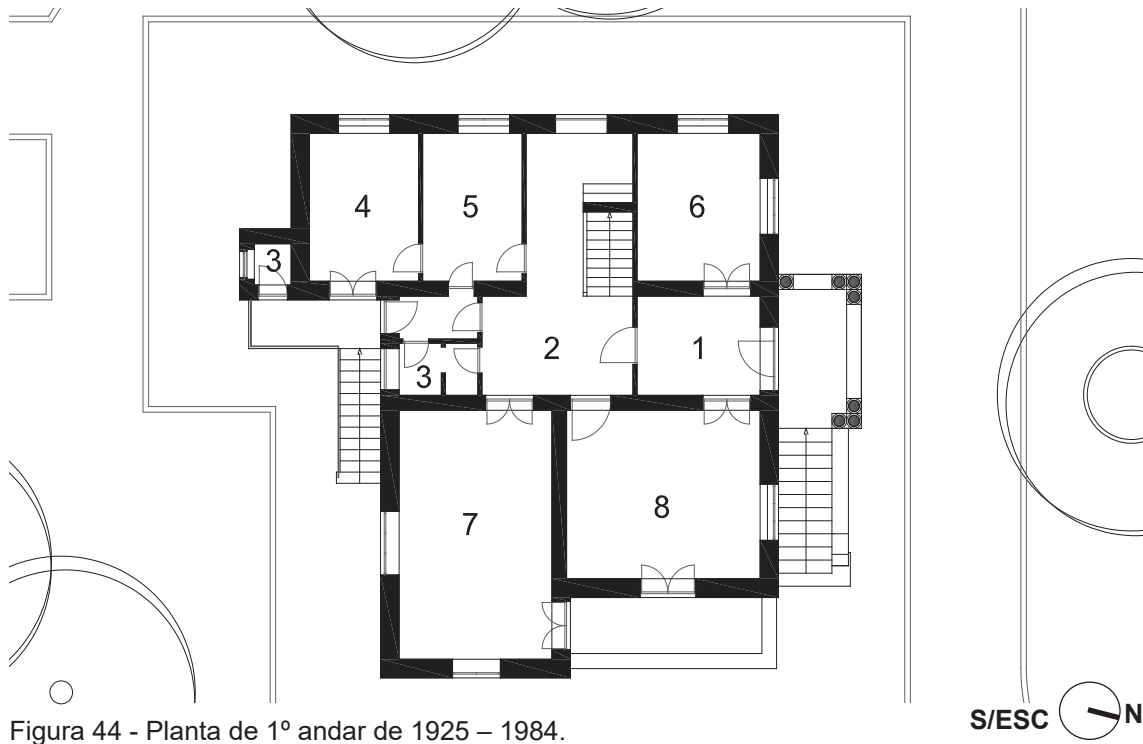


Figura 44 - Planta de 1º andar de 1925 – 1984.

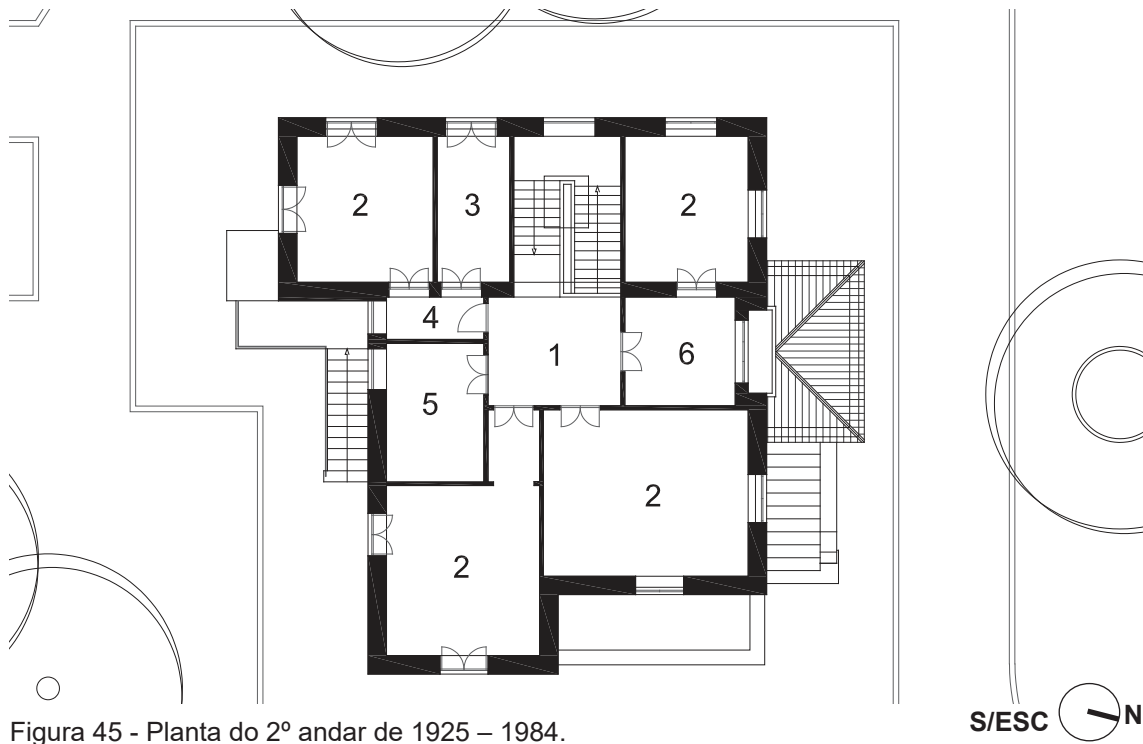


Figura 45 - Planta do 2º andar de 1925 – 1984.

No 2º andar, na figura 45, encontra-se a zona mais privativa do palacete, onde a partir das escadas interiores se pode aceder à distribuição (1), aos quatro quartos (2), à rouparia (3), bem como à casa de banho (5) e à toilette (6).

Em 1984, quando o terceiro proprietário, Jorge Quintela, realizou obras de reabilitação e ampliação, o palacete sofreu algumas alterações, nomeadamente a ampliação do edifício principal / palacete e alterações no programa espacial do mesmo (fig. 46).



Figura 46 - Fotografia do palacete em fase de obras de reabilitação e ampliação, 1984.

### 3.4.3. – EDIFÍCIO PRINCIPAL | 1985-2019

Desde as obras de remodelação e ampliação do edifício principal, no ano de 1984, o mesmo sofreu algumas alterações como a introdução de um piso (aproveitamento de sótão) e a modificação do programa espacial.

Na planta de rés-do-chão (fig. 47), houve um aumento de área de implantação, com a introdução do quarto da empregada (10) com casa de banho privada (11) e um alpendre, sendo este último, a entrada sul do palacete (12). Quanto às alterações programáticas, o rés-do-chão do palacete, adaptou-se à profissão do atual proprietário, onde as lojas passaram a ser sala de espera (3), e consultório (6); as entradas principais dos alçados Norte (1) e Poente, (que se encontra na distribuição (2)) mantiveram-se, bem como, a entrada a Nascente (4), (onde se introduziu uma W.C. (5)). Na distribuição (2), foi introduzido um elevador (7), e um novo acesso à antiga despensa / armazenamento de carvão e lenha, que hoje em dia é lavandaria (9).

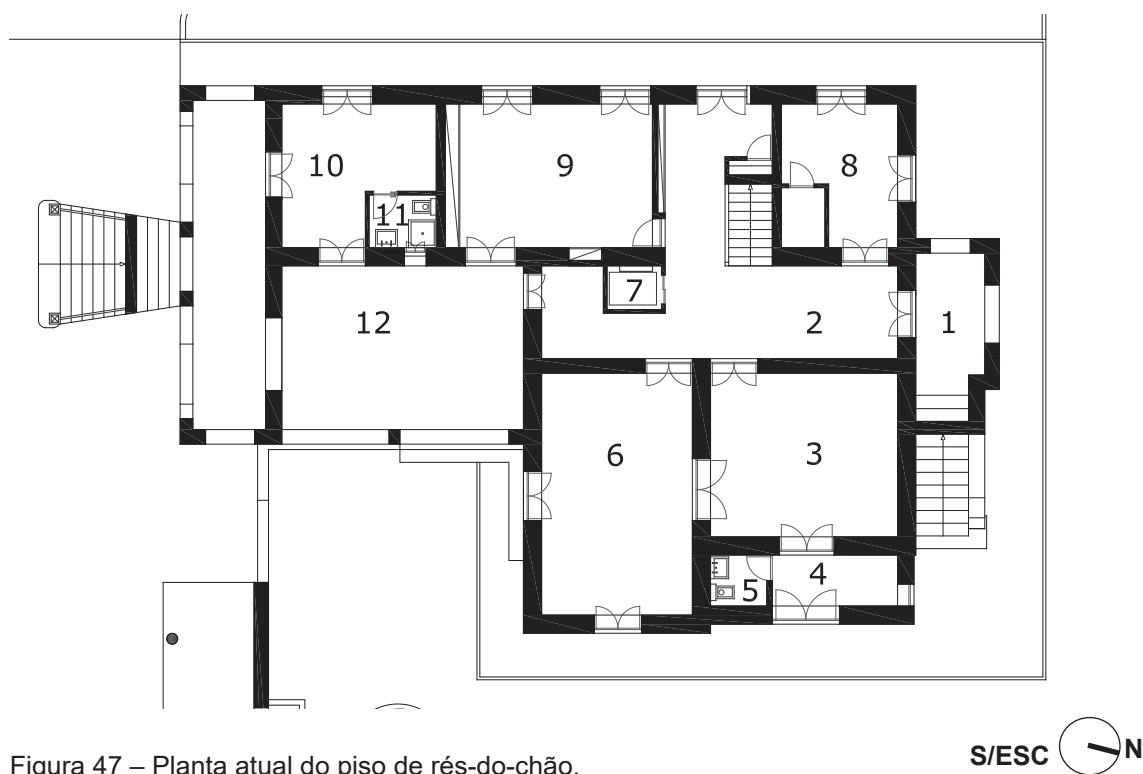


Figura 47 – Planta atual do piso de rés-do-chão.

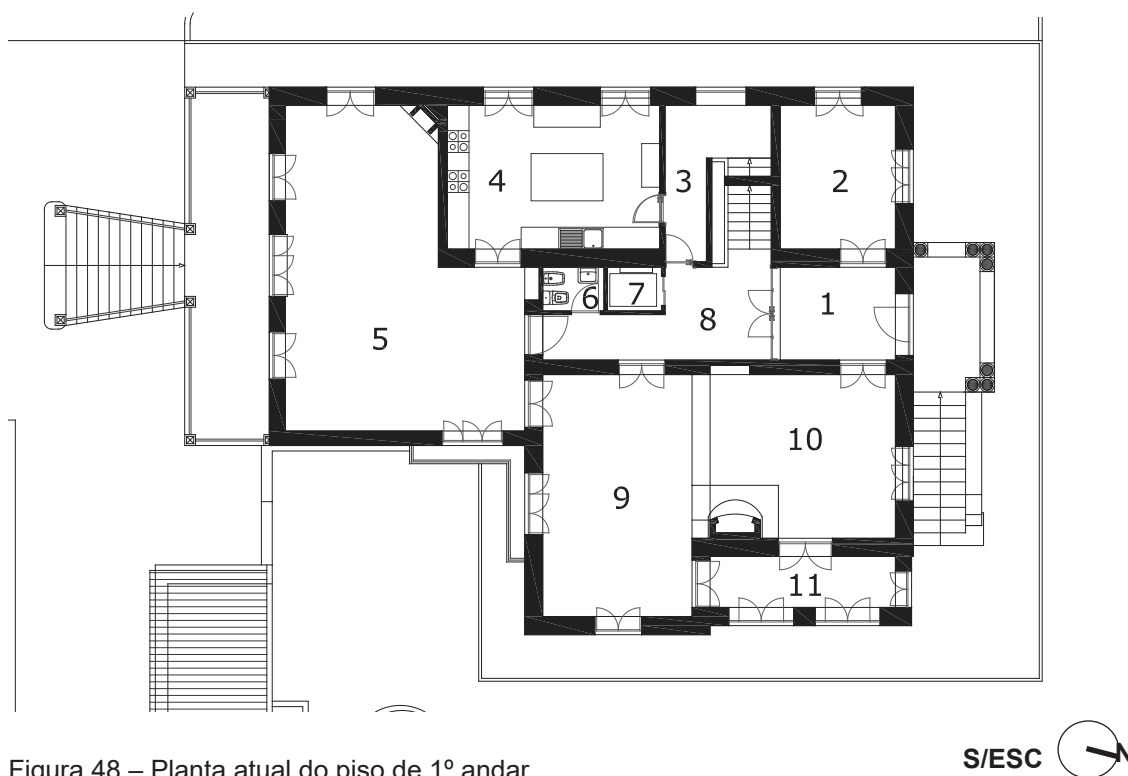
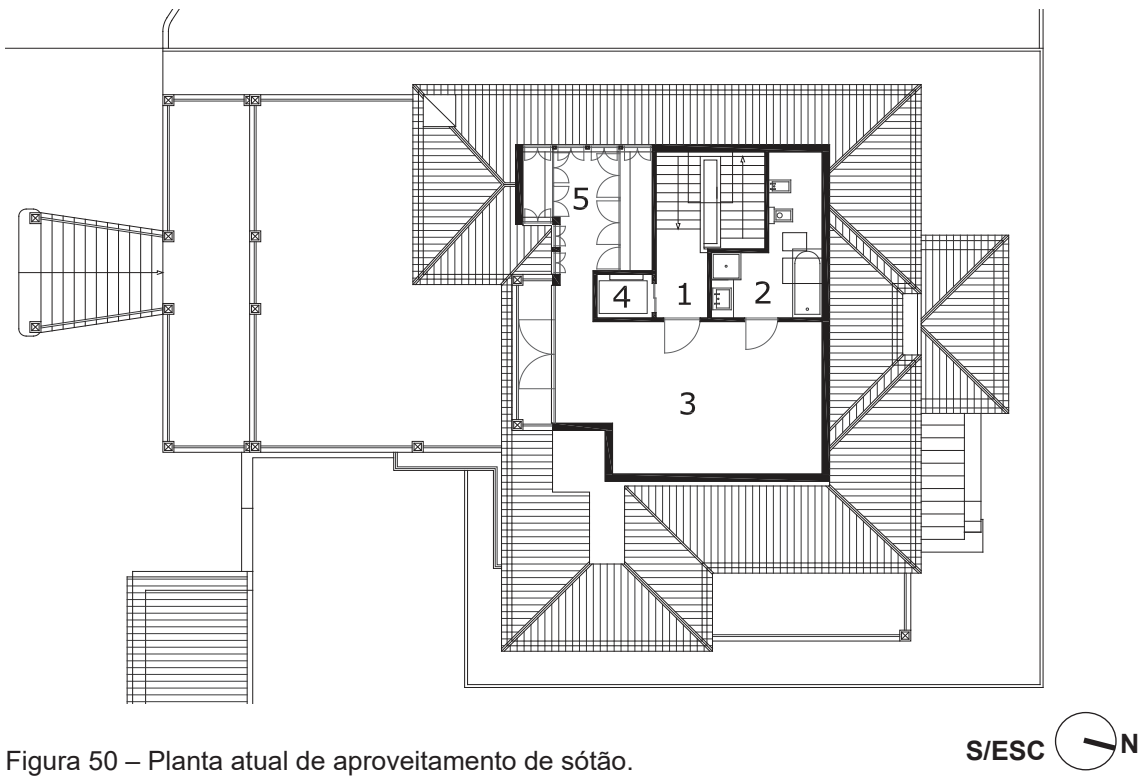
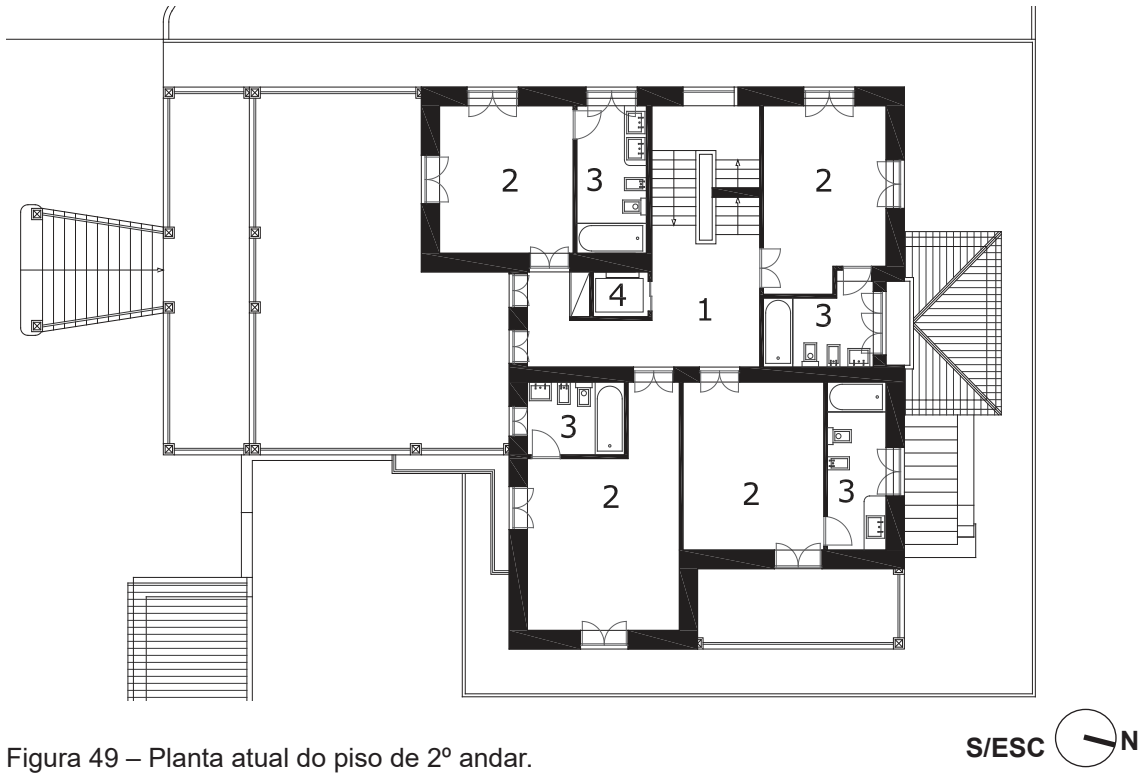


Figura 48 – Planta atual do piso de 1º andar.

O acesso principal ao 1º andar (fig. 48), mantém-se sem alterações, assim como, o escritório (2), o hall de entrada (1) e parte da distribuição (8). A antiga sala de visitas e a sala de jantar são atualmente designadas por sala de estar (10) e sala de jogos (9), que têm acesso direto tanto à varanda (11), como também, à distribuição (8) e à atual sala de jantar (5), sendo este espaço um aumento à área de construção do 1º andar.

Quanto à antiga copa e cozinha, as duas uniram-se, e são uma cozinha (4), com acesso direto a outra distribuição de zona de serviço (3). Além da introdução do elevador (7), foi também introduzido um novo W.C. geral (6) de apoio ao 1º andar.

No 2º andar (fig. 49), o seu uso não alterou desde 1925, mantendo-se assim a localização dos quartos (2). Enquanto que, nos dois quartos a Norte, houve uma redução de área, de forma a introduzir uma casa de banho privada (3), os dois quartos a Sul, utilizaram os compartimentos da rouparia e da W.C. geral, para transformar em casa de banho (3). Neste piso, houve, também, a introdução de uma nova escadaria de acesso ao aproveitamento de sótão, e uma varanda num dos quartos a Norte, e num quarto a Sul.



Na figura 50, é apresentada a planta de aproveitamento de sótão, que foi introduzida aquando a remodelação do palacete, onde na distribuição (1) se encontra o elevador (4) e posteriormente o acesso à suite principal (3), com casa de banho privada (2), e vestuário (5).

A remodelação efetuada, em 1984, pelo atual proprietário, alterou em parte a estética do edifício principal, nomeadamente, o alçado posterior do palacete. Nos pontos anteriores, são demonstradas as plantas do palacete no ano de 1925, ano de construção do projeto de Buffa, e no ponto seguinte, são demonstradas as plantas finais, no ano de 2019. Para uma melhor perceção das alterações realizadas na remodelação do atual proprietário, em 1984, apresentam-se nas figuras 51-54, as plantas de sobreposição do edifício principal atual, com as plantas do edifício em 1984.

- Elementos mantidos, desde 1925
- Elementos construídos, em 1984
- Elementos demolidos, em 1984

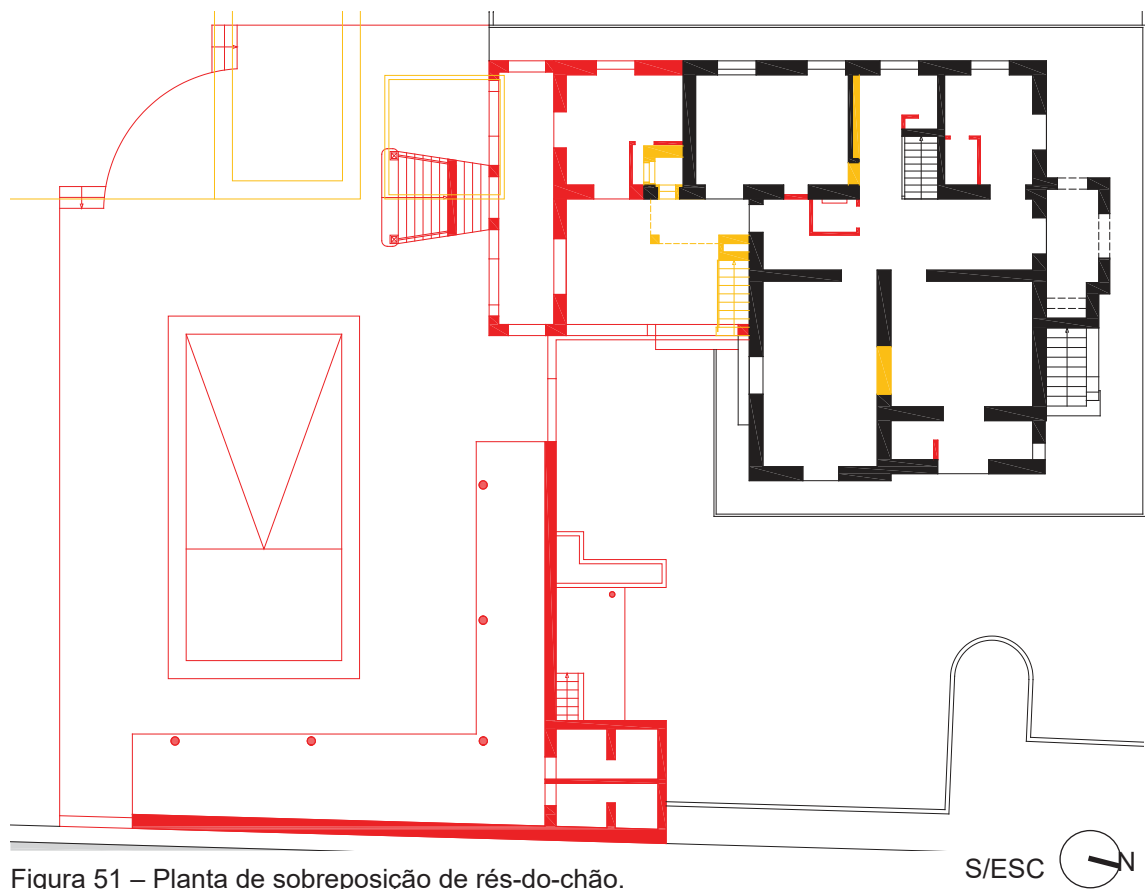


Figura 51 – Planta de sobreposição de rés-do-chão.

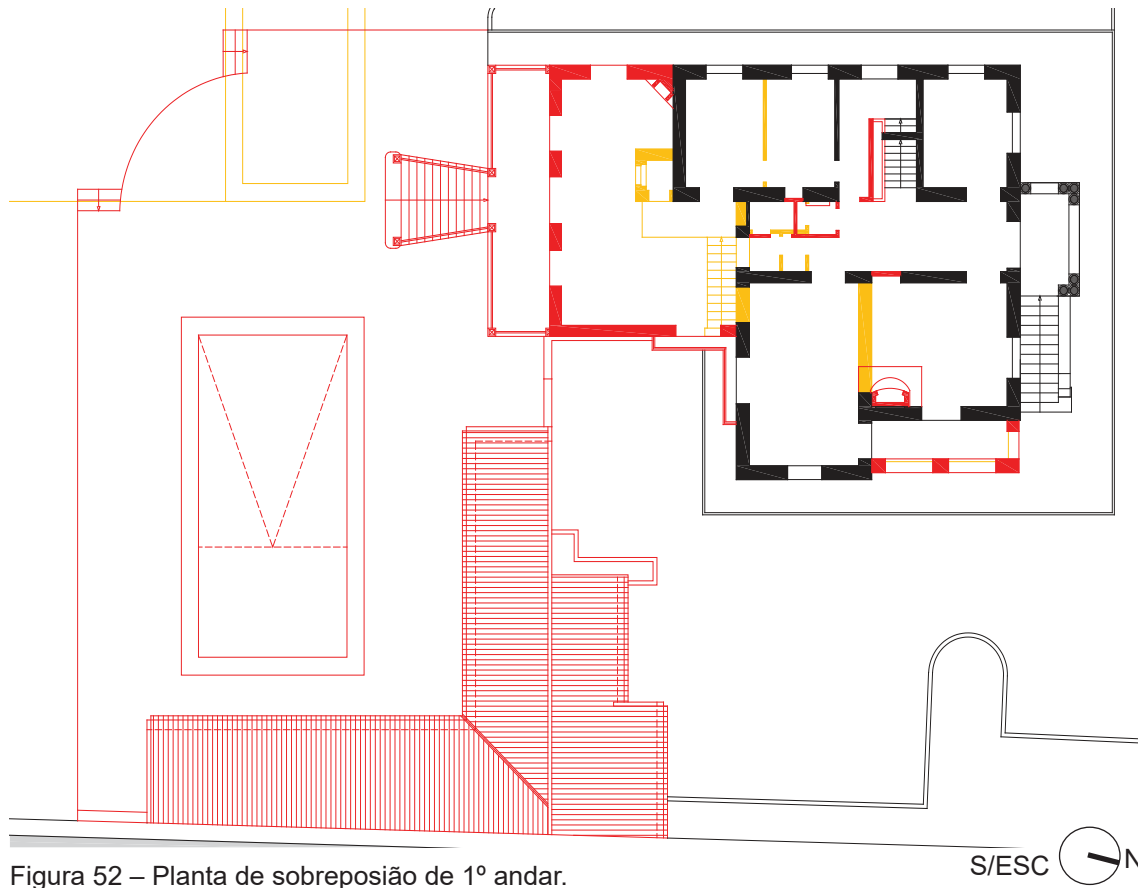


Figura 52 – Planta de sobreposição de 1º andar.

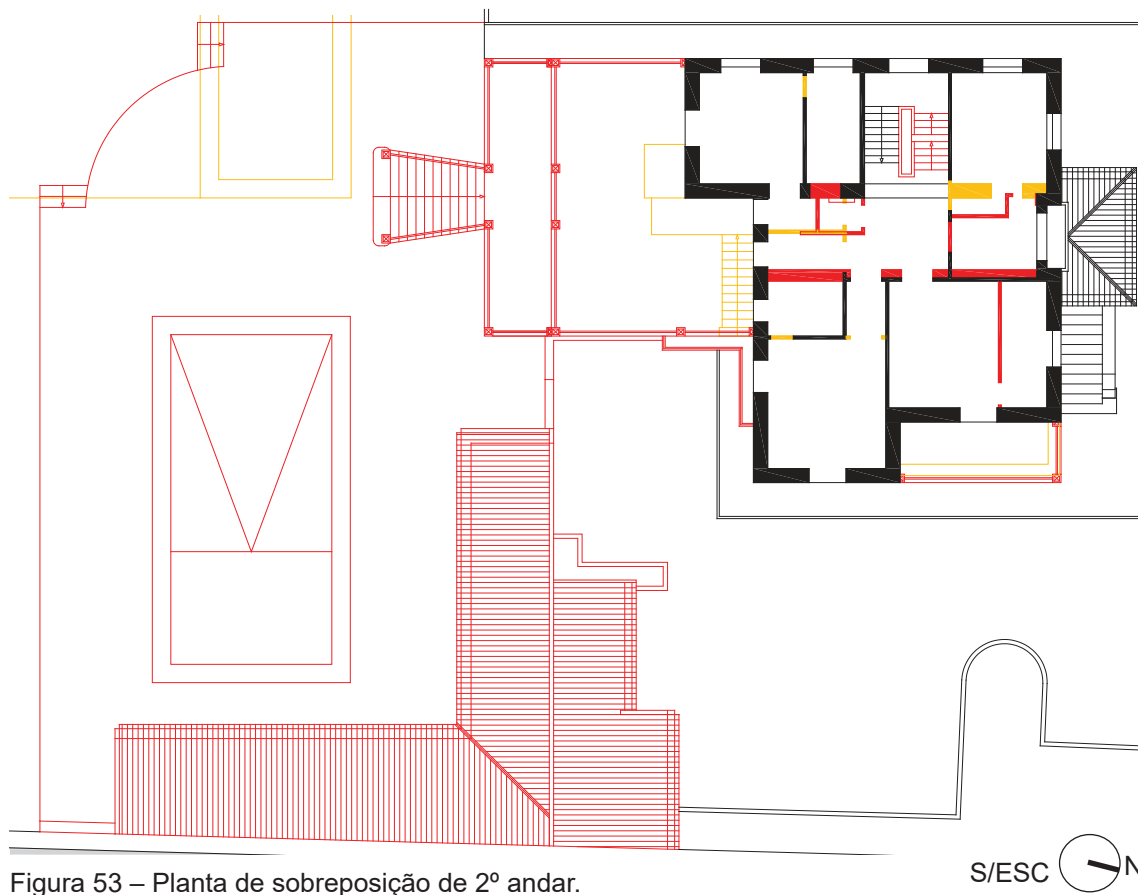


Figura 53 – Planta de sobreposição de 2º andar.

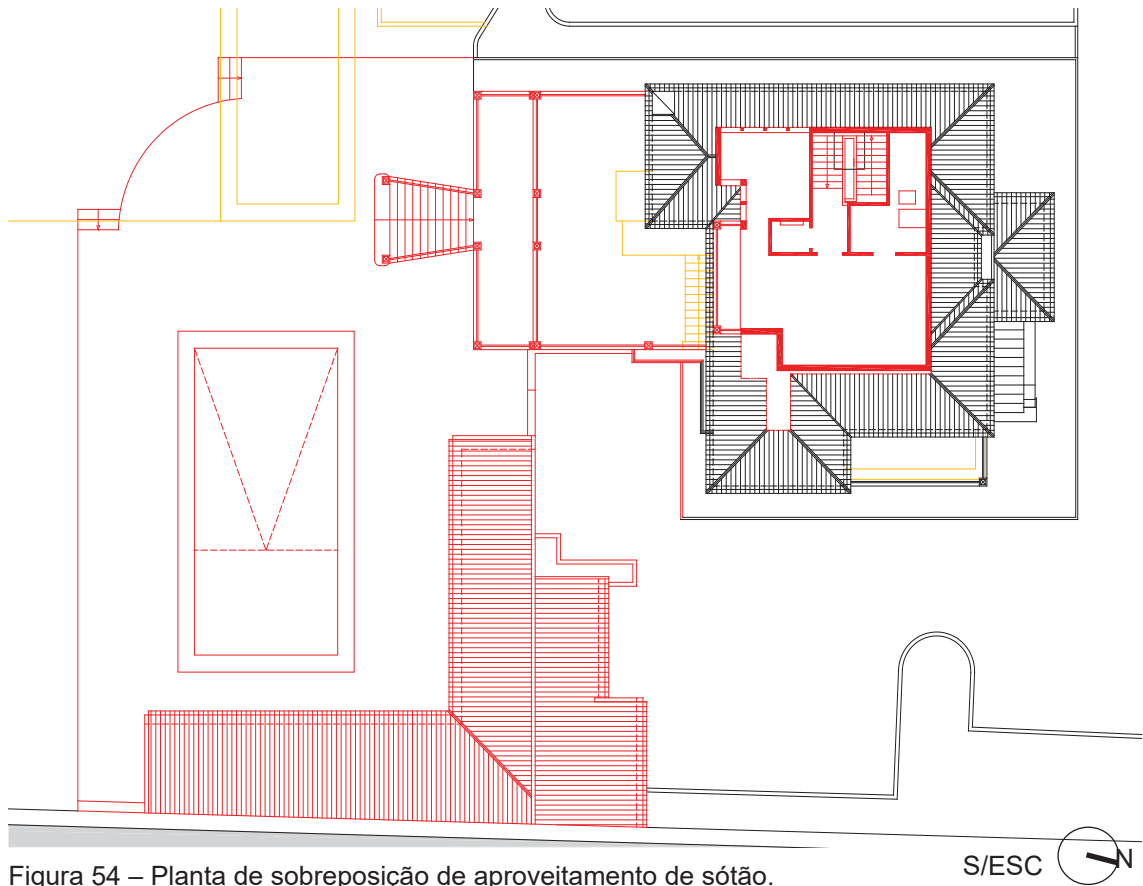


Figura 54 – Planta de sobreposição de aproveitamento de sótão.

Como se pode verificar nas figuras 51-54, nas plantas de sobreposição, o atual proprietário realizou um aumento de área na parte posterior do palacete, tanto a nível de rés-do-chão como de 1º andar. Ainda no rés-do-chão, construiu um anexo, de apoio à piscina, com balneários. No 2º andar, somente se verifica o aproveitamento do aumento realizado no piso inferior, utilizado como varanda, e umas pequenas alterações no interior, com a introdução de um novo vão de escadas para acesso ao aproveitamento de sótão, realizado também no ano da remodelação.

Depois de realizar o estudo sobre a evolução do palacete, é realizada uma análise, tanto estrutural, como de materialidade exterior / interior do Palacete das Almas. São apresentadas análises de fundações, estrutura horizontal e vertical, carpintarias, entre outros, de forma a realizar um estudo mais pormenorizado do palacete.

### **Fundações**

Segundo Machado (1981), designa-se de fundações “uma construção à parte inferior que penetra no terreno e que suporta a carga das paredes e da sua estrutura”. Devido à falta de informação, que permita avaliar o tipo de fundações na realidade, dimensão e material da edificação, não se pode definir exatamente o estado da mesma, contudo pode-se deduzir que, pela época de construção do edifício, e pelo material utilizado na região, que se trata de uma fundação direta (fig. 55), realizada em pedra natural da região. A pedra utilizada nas fundações, poderá ser de tamanho irregular, colocada de forma aleatória, formando uma base em torno de todo o edifício, ficando assim consolidado para a realização das paredes. Na moradia existe ainda um soco em pedra, que envolve a totalidade do palacete (fig.56).

### **Paredes**

Quando, em 1984, o palacete sofreu obras de remodelação e ampliação, o proprietário realizou uma limpeza profunda às fachadas, sendo que, o único registo fotográfico desse acontecimento, presenta na figura 57, revela que, as paredes exteriores são constituídas por pedra de granito, de formas e dimensões regulares. As paredes exteriores, têm a dimensão média de 0,46 metros, sendo que, o rés-do-chão mantém o revestimento inicialmente previsto, com revestimento em azulejo, e o andar foi posteriormente rebocado e pintado em branco, de acordo com a figura 58.

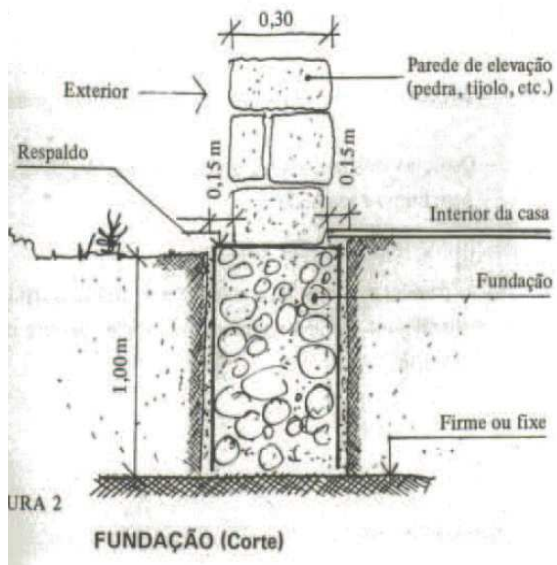


Figura 55 – Tipo de fundação - Machado (1981).



Figura 56 – Parte inferior do palacete.



Figura 57 – Fotografia do palacete em fase de obras.



Figura 58 – Fotografia da materialidade do palacete.

## Estrutura horizontal

Quanto à estrutura horizontal do sistema de vigas, sabe-se que, o proprietário substituiu o sistema de vigas de madeira existentes, por estrutura de betão armado, contudo, pressupõe-se que a estrutura do palacete, seria de acordo com a figura 59. Quanto à estrutura horizontal - pavimentos, sabe-se que, no interior do palacete a pavimentação era em madeira, contudo, também foi substituída na totalidade aquando a remodelação. Contudo, ainda se conservam os pavimentos que, inicialmente eram exteriores, como a varanda do 1º andar, que posteriormente foi encerrada, e no alpendre (fig. 60), também no 1º andar. Na figura 61, apresenta-se a pavimentação cerâmica indicada.

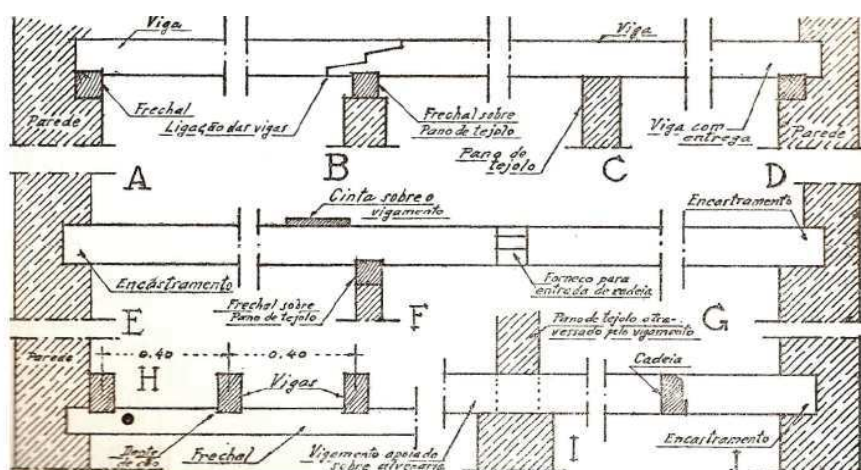


Figura 59 – Imagem do tipo de assentamento inicial de vigas.

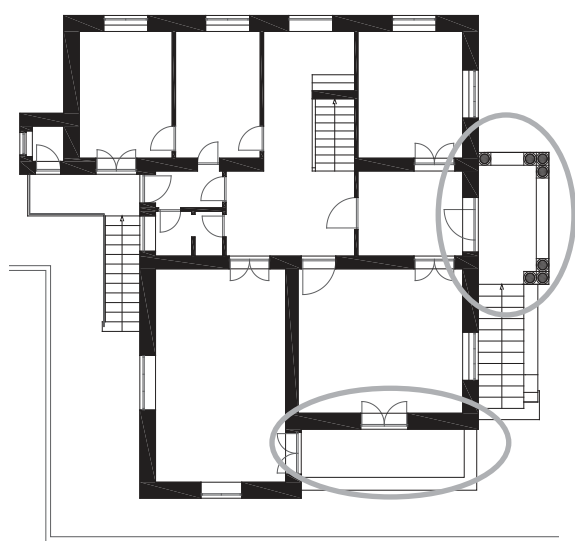


Figura 60 – Localização da cerâmica existente.



Figura 61 – Pavimento cerâmico existente.

**Vãos exteriores / interiores**

Quanto aos vãos, sejam portas ou janelas, mantêm-se como réplicas dos inicialmente previstos por Buffa, tanto no exterior, como no interior do palacete. Os vãos exteriores, são na totalidade em madeira, lacados pela parte exterior em azul, e pela parte interior, em branco e são todos de dimensões distintas. Os vãos interiores, também são em madeiras e todos lacadas em branco, como se pode verificar, nas figuras 62-65, abaixo indicadas.



Figura 62 – Exemplar da porta exterior.



Figura 63 – Exemplar da porta interior.



Figura 64 – Exemplar de janela exterior.

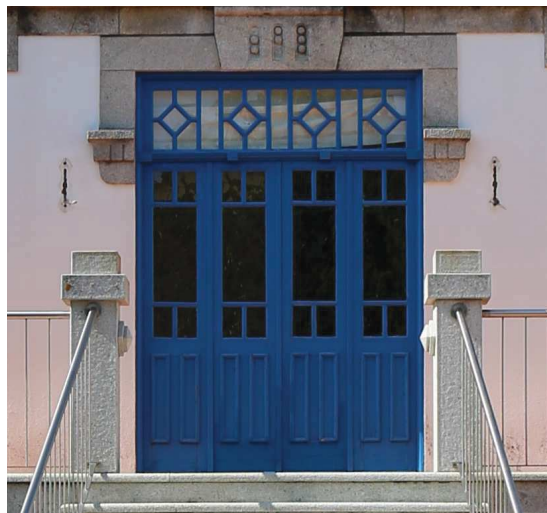


Figura 65 – Exemplar de uma porta exterior.

### **Cobertura**

Quanto à cobertura, não se sabe se cumpria na realidade o projeto de Buffa, como inicialmente previsto, nem quanto às águas, nem quanto à estrutura utilizada. Contudo, supõe-se que esta seria realizada em estrutura de vigas de madeira e que seria telha cerâmica da região. Com as alterações efetuadas, em 1984, o proprietário, resolveu modificar o sistema de cobertura e construir laje em betão armado, de acordo com a figura 66.



Figura 66 – Fotografia do palacete em obras já com a laje de betão realizada.

## Pormenores

Existem alguns pormenores que se mantiveram no Palacete das Almas, após a remodelação de 1984, como por exemplo, o lambrim em madeira no interior do palacete, lacado em branco e presente em todas as paredes do palacete (fig. 67); o vitral de cores básicas, situado na caixa de escadas (fig. 68); o corrimão em madeira, também lacado em branco (fig. 69). No exterior do palacete, os elementos em pedra também se mantiveram conforme previsto no projeto de Buffa, como, os frontões retangulares e semi-circulares, presentes em cima de todos os vãos, os cachorros, cunhais e missulas de apoio na cobertura do alpendre em granito (fig. 70-72); as escadas de acesso à moradia (fig. 73); a balaustrada em cimento (fig. 74), e ainda o soco que envolve o palacete na sua totalidade de cantaria de pedra (fig. 75).



Figura 67 – Fotografia do lambrim em madeira, que se encontra em todos os compartimentos.

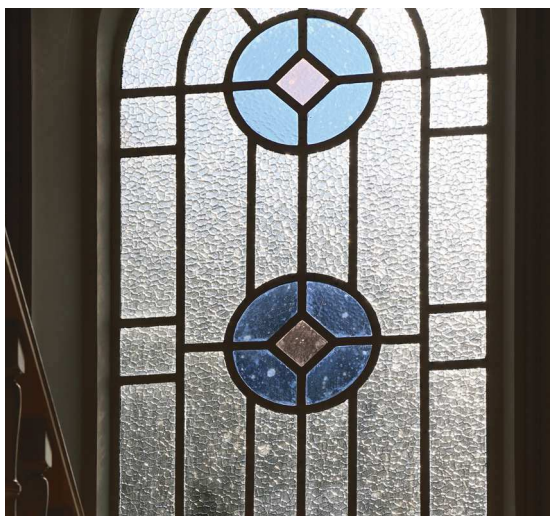


Figura 68 – Fotografia do vitral.



Figura 69 – Fotografia do corrimão existente.



Figura 70 – Fotografia dos cachorros, cunhais e frontão retangular do Palacete das Almas.



Figura 71 – Fotografia do frontão semi-circular.



Figura 72 – Fotografia das missulas de apoio.



Figura 73 – Fotografia das escadas de acesso à porta de entrada do palacete.



Figura 74 – Fotografia da balaustrada em cimento.



Figura 75 – Fotografia do porão alto com o soco em cantaria de pedra.

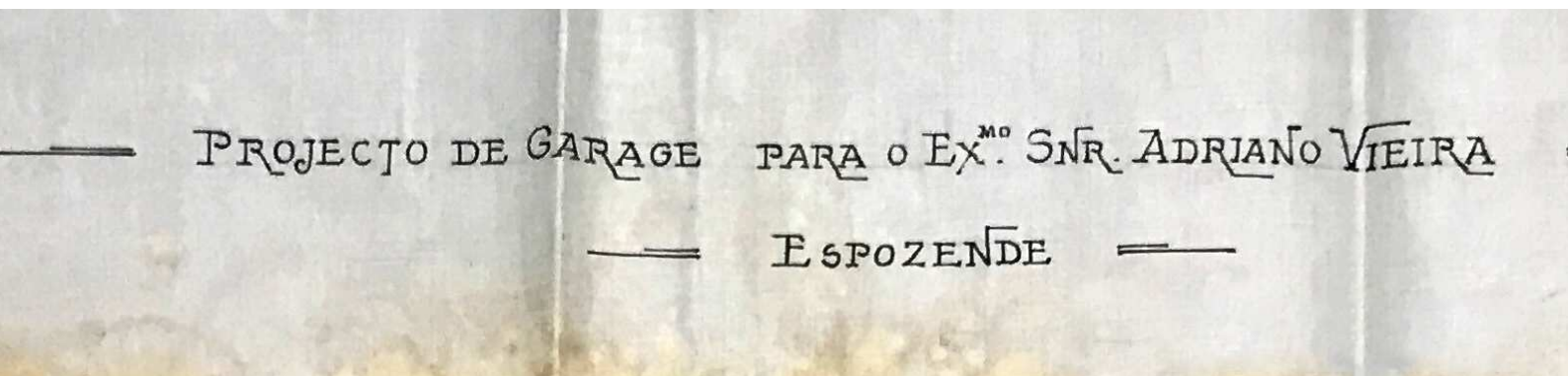


Figura 76: Descrição do projeto da garagem de Riccardo Buffa.

#### 3.4.4. – EDIFÍCIOS ANEXOS | 1925-1984

Sabe-se que, aquando a realização do projeto de arquitetura do palacete, em 1925, foi também projetado por Buffa, um anexo, com a finalidade de garagem, de acordo com os desenhos técnicos (fig. 76). A poucos metros deste anexo, também se pode encontrar uma pequena casa de visitas, que, apesar de não existirem desenhos técnico da época, nem de se saber qual a data de construção exata, encontram-se publicadas plantas de urbanização, datadas de 1942, realizadas pelo município, em que as duas construções são visíveis à data. Na figura 77 e 78, são apresentadas as plantas do anexo destinado a garagem, realizado por Buffa, bem como, os alçados (fig. 79). Este projeto, foi realizado não só com a finalidade de garagem, mas também, segundo os desenhos técnicos apresentados, nomeadamente a planta de rés-do-chão, era utilizado em parte como cavalariças, onde tinha a selaria, um W.C., o acesso ao 1º andar, e uma parte destinada a garagem (fig. 77). O 1º andar, era dividido entre arrecadações de pneus, um quarto, depósito de géneros e entre o palheiro (fig. 78).

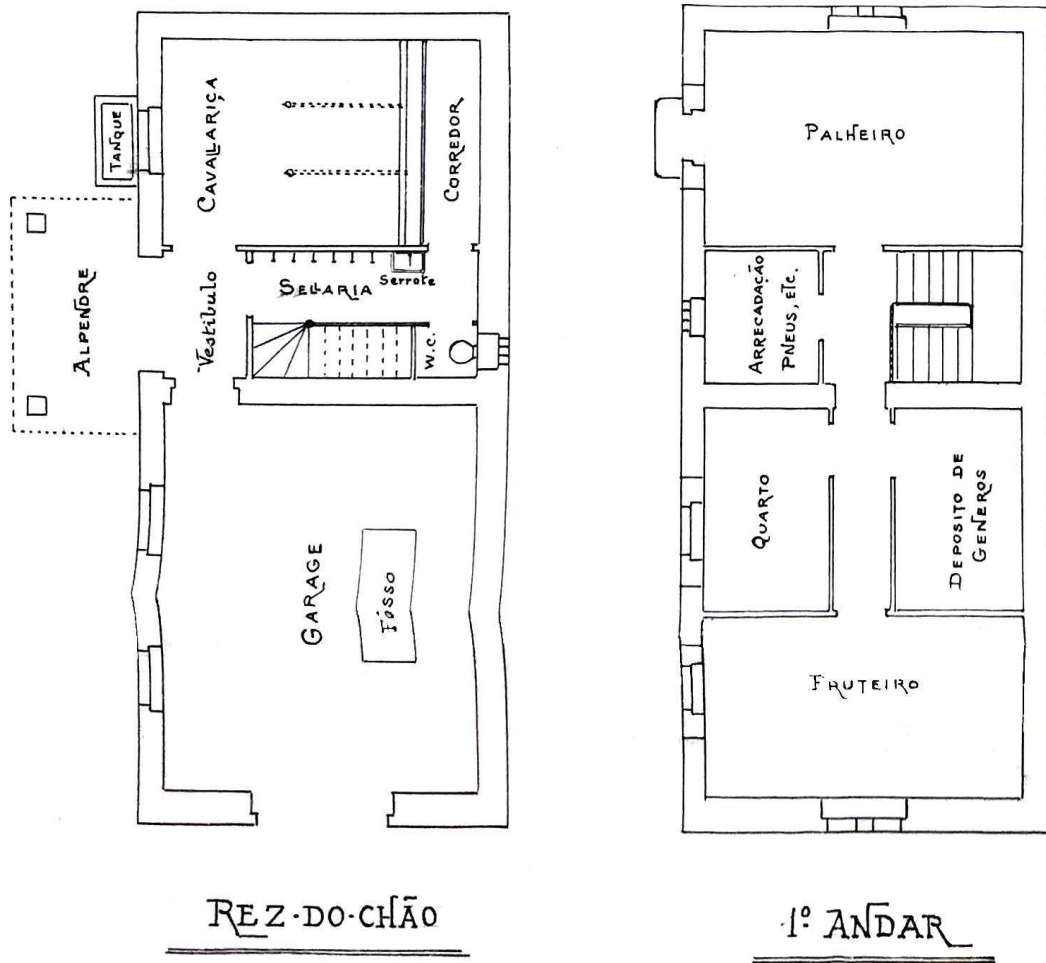


Figura 77 - Planta de rés-do-chão da garagem. Figura 78 - Planta de 1º andar da garagem.

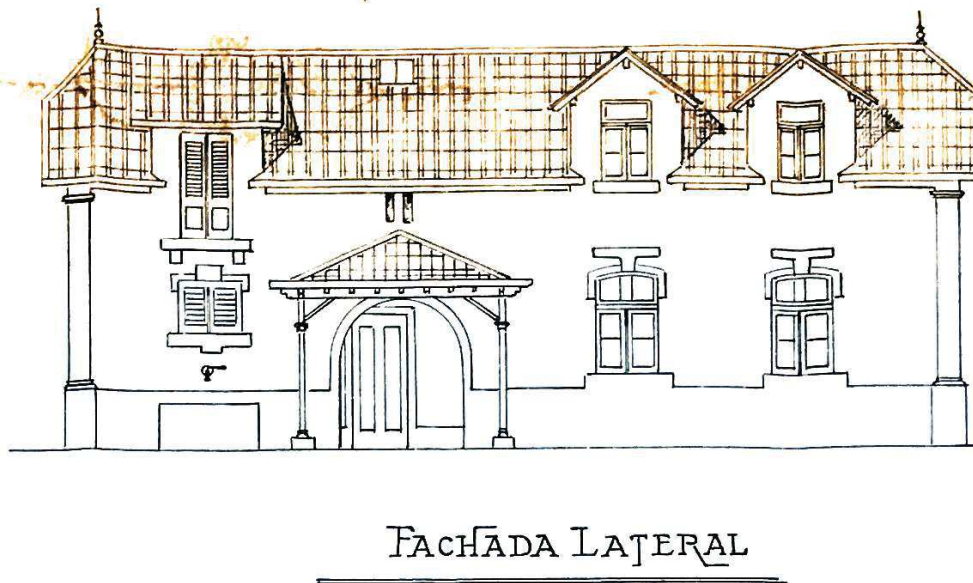


Figura 79 - Alçados da garagem.

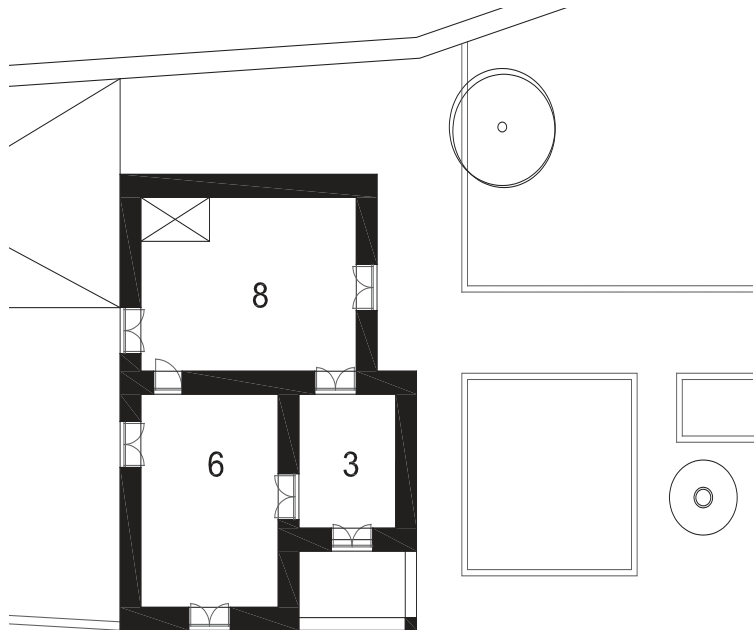


Figura 80 - Planta do piso de rés-do-chão da casa de visitas 1925 – 1984.



### 3.4.5. – EDIFÍCIOS ANEXOS | 1985-2019

Com o passar dos anos, e com as novas necessidades do proprietário, este teve de realizar uma ampliação, nos anexos existentes na parcela de terreno. O edifício da garagem, foi entretanto adaptado a casa do motorista, contudo, atualmente tanto a planta de rés-do-chão (fig. 81), como a planta de 1º andar (fig. 82), encontram-se sem uso definido, em ruína (1), e em avançado estado de degradação.

Quanto à casa das visitas, esta também sofreu uma ampliação, (fig. 83), contudo mantém o seu uso inicialmente previsto, onde se encontra o quarto (19), com acesso à W.C. (20) que por sua vez dão os dois acesso à cozinha (18). A partir da cozinha encontra-se um aumento a Norte, com a distribuição (24) para a lavandaria (22) e acesso exterior a arrumos (23). Também a partir da cozinha se pode encontrar a sala de estar (17) com casa de banho de serviço (21) e ainda acesso direto a uma garagem (16). Atualmente este conjunto edificado encontra-se em uso, com destino habitacional.

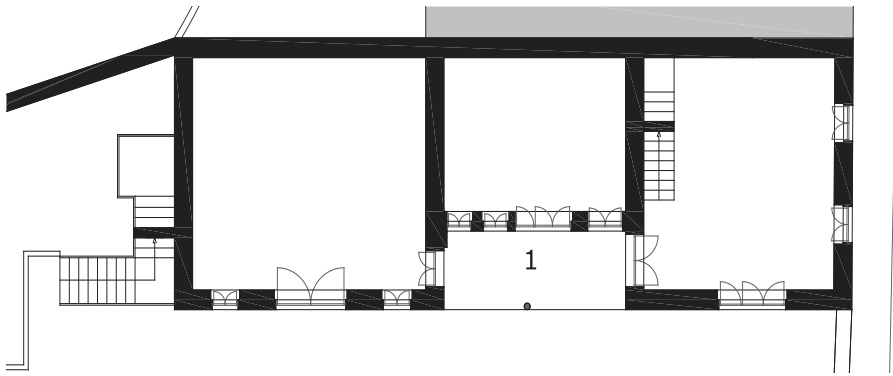


Figura 81 - Planta atual do rés-do-chão da garagem.

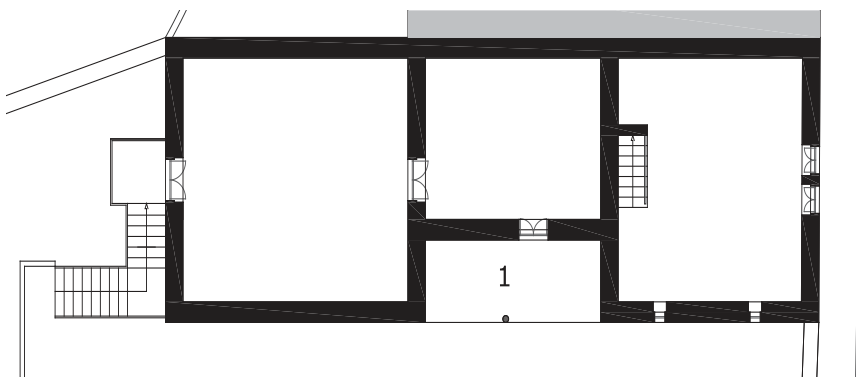


Figura 82 - Planta atual do 1º andar da garagem.

Atualmente, e como referido em cima, o edifício da garagem encontra-se em ruína, para melhor compreensão do mesmo, são apresentadas as plantas de sobreposição da garagem, entre o edifício projetado em 1925, a remodelação realizada em 1984 e o edifício existente, em 2019.

Denota-se, um aumento considerável de área de implantação, relativamente ao inicialmente projetado, tanto a nível de rés-do-chão como de 1º andar (fig. 83 e fig. 84). Em termos de cobertura, manteve-se a essência do projetado por Buffa, contudo, com nova adaptação à ampliação realizada (fig. 85). Posteriormente é apresentado, o levantamento fotográfico do estado atual da ruína (fig.89-90).

- Elementos mantidos, desde 1925
- Elementos construídos, em 1984
- Elementos demolidos, em 1984

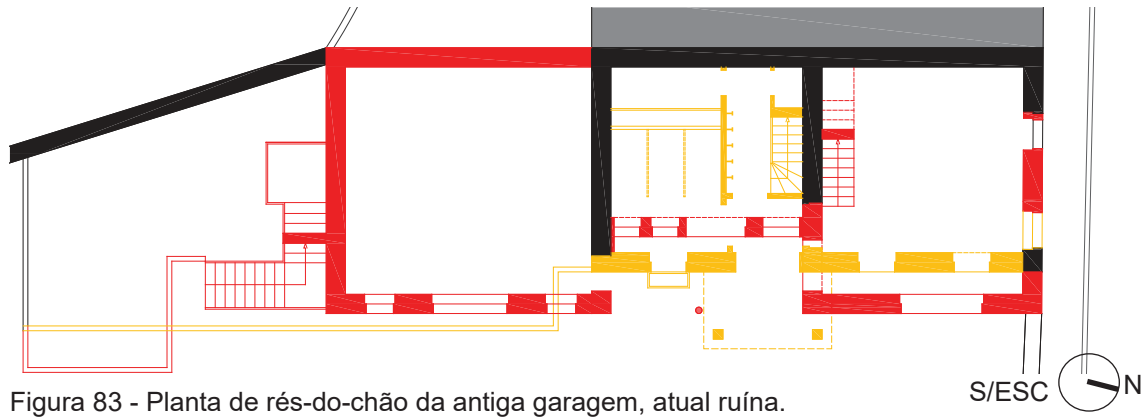


Figura 83 - Planta de rés-do-chão da antiga garagem, atual ruína.

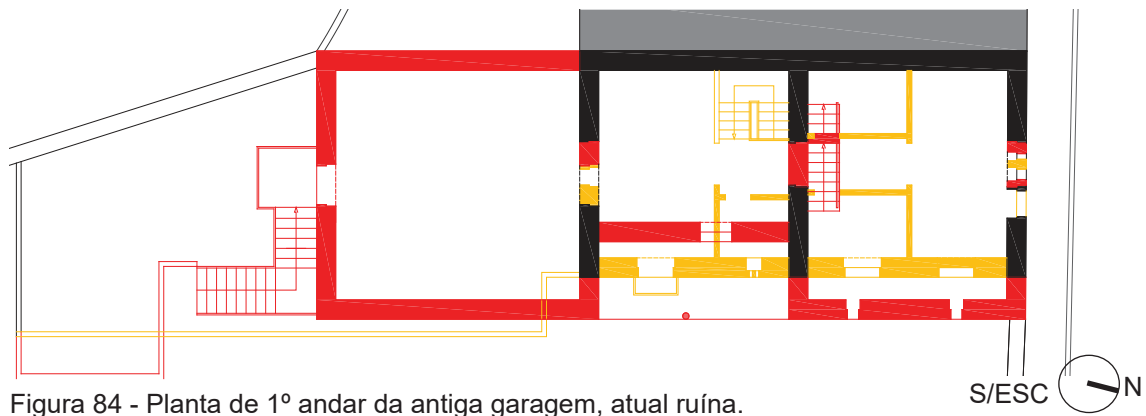


Figura 84 - Planta de 1º andar da antiga garagem, atual ruína.

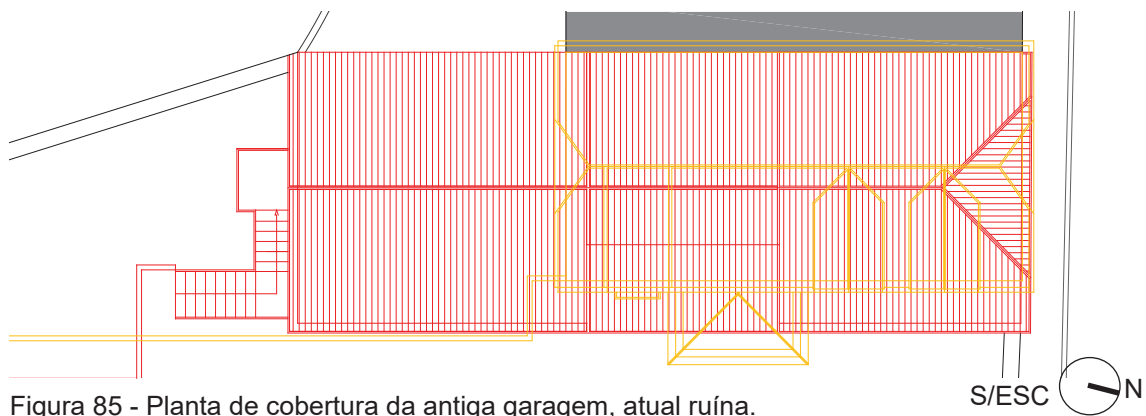


Figura 85 - Planta de cobertura da antiga garagem, atual ruína.

Dos edifício anexos, realizados entre 1985-2019, falta referir somente a evolução da casa das visitas. A planta original (fig. 80), consistia num W.C. (20), o quarto (19), a cozinha (18) e a sala de estar, que passou para uma parte da ampliação (17). Com a referida ampliação, em 1984, o proprietário acrescentou outra W.C. completa (21), uma lavandaria (22), uma distribuição (24), uns arrumos (23) e construiu ainda uma garagem (16) com acesso direto à casa das visitas (fig. 86). Nas figuras 87 e 88, são apresentadas as plantas de sobreposição das alterações realizadas em 1984, e nas figuras 91-93, encontra-se o levantamento fotográfico da casa das visitas.



Figura 86 - Planta atual de rés-do-chão da casa de visitas.

- Elementos mantidos, desde 1925
- Elementos construídos, em 1984
- Elementos demolidos, em 1984

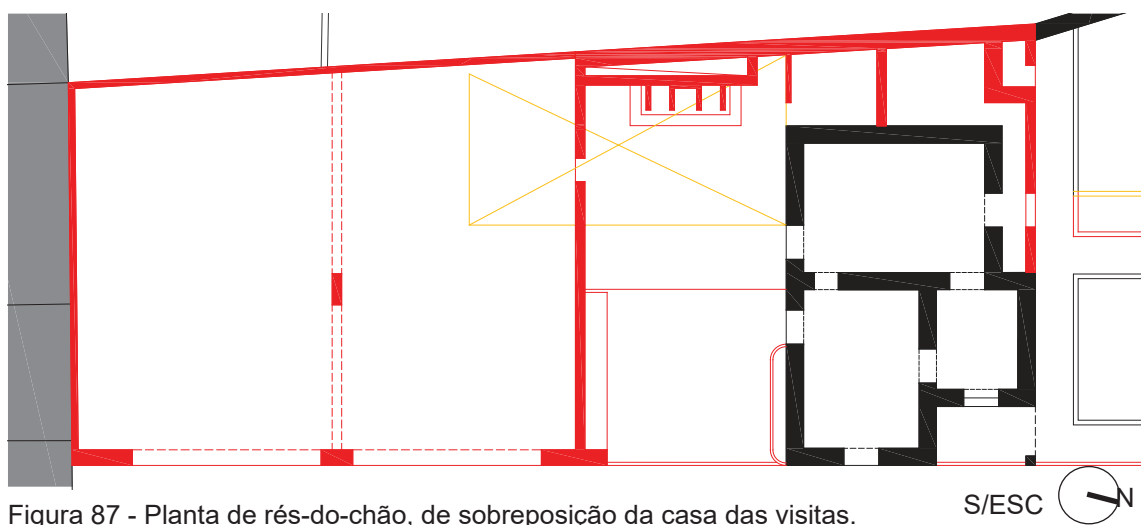


Figura 87 - Planta de rés-do-chão, de sobreposição da casa das visitas.

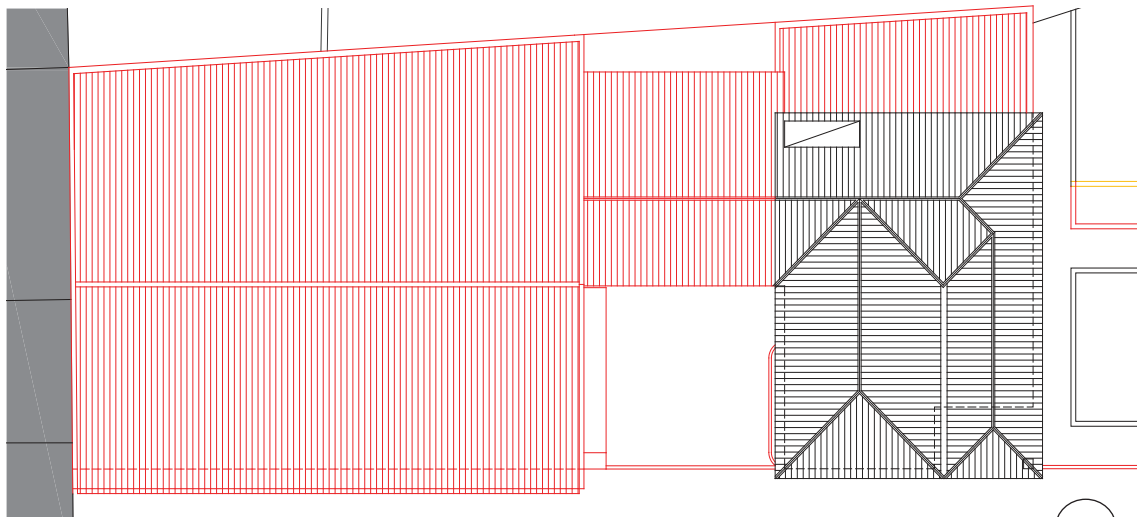


Figura 88 - Planta de cobertura, de sobreposição da casa das visitas.



Figura 89 - Levantamento fotográfico do alçado nascente, da ruína.



Figura 90 - Levantamento fotográfico do alçado norte, da ruína.



Figura 91 - Alçado norte, da casa das visitas.



Figura 92 - Alçado nascente, da casa das visitas.

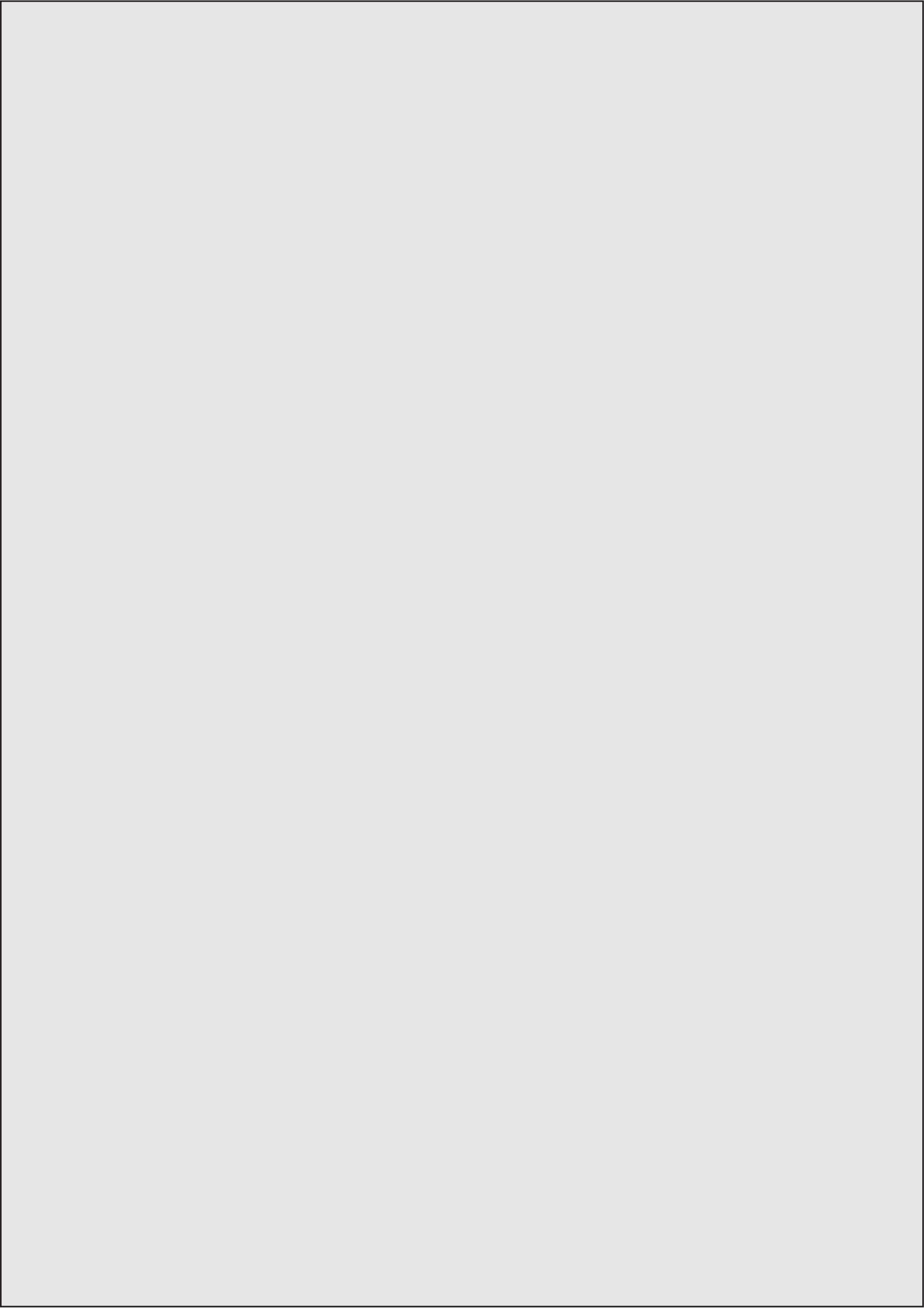


Figura 93 - Alçado nascente, da garagem, ampliação realizada à casa das visitas.



**PARTE IV**  
**ANÁLISE**

---



#### **4.1 - CASOS DE REFERÊNCIA**

A abordagem aos casos de referência na presente dissertação tem como principal objetivo, o estudo dos diferentes parâmetros presentes em cada grupo, por forma a conseguir um programa completo para o estudo da intervenção a realizar. Vista a escassez de programas de residências artísticas, em edificações desta tipologia, são criados dois grupos de casos de referência, cada um com critérios específicos, com a finalidade de reunir as necessidades para a realização do programa estabelecido, e assim, cumprir o estabelecido nos objetivos.

##### **4.1.1 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

###### **GRUPO I**

O **grupo I**, trata três casos de referência, com intervenções em palacetes no Norte de Portugal, onde tem por base a criação de três critérios de seleção:

**CRITÉRIO 01 - Âmbito;**

**CRITÉRIO 02 - Tipologia;**

**CRITÉRIO 03 - Intervenções recentes.**

###### **GRUPO II**

O **grupo II**, trata três casos de referência, de intervenções de adaptação de palacetes a espaços culturais e artísticos, onde tem por base a criação de três critérios de seleção:

**CRITÉRIO 01 - Uso;**

**CRITÉRIO 02 - Internacional;**

**CRITÉRIO 03 - Intervenções volumétricas.**

A escolha dos casos de referência, para o **grupo I**, teve por base três critérios de seleção, que foram escolhidos, tendo em conta as características do Palacete das Almas, por forma a conseguir analisar, outros casos semelhantes a este. Por isso, os critérios de seleção escolhidos, foram o âmbito em que se insere, a tipologia do palacete e ainda, uma edificação que tenha sido alvo de alguma intervenção recente.

**CRITÉRIO 01 - Âmbito:** O primeiro critério de seleção, é o âmbito em que se insere o objeto de estudo, que, neste caso, seria obrigatoriamente no Norte de Portugal, visto existir a necessidade de estabelecer limites geográficos, de forma a facilitar a deslocação aos locais de estudo pretendidos. Com a limitação geográfica, é pretendido também, que sejam colocadas em prática, e *in loco*, as técnicas de recolha de informação.

**CRITÉRIO 02 - Tipologia:** O segundo critério, é a tipologia edificatória, sendo que, seria entre, casa vertical urbana, palácio (ou casa horizontal) ou ainda casa apalaçada (ou palacete). Este critério, está diretamente ligado com a escala do Palacete das Almas, de forma a que consiga ter uma aproximação à escala da intervenção a realizar.

**CRITÉRIO 03 - Intervenções recentes:** O último critério para a escolha dos casos de referência, pertencente ao grupo I, passa pela edificação em causa ter sido alvo de alguma intervenção recente e que esteja em uso. Pretende-se com este critério, verificar o tipo de intervenção e a que nível foi intervencionada, por forma a que seja um exemplo - ou não - para a sociedade, seja para organismos privados e / ou públicos.

Com base nos critérios anteriormente apresentados, para o **grupo I**, foram selecionados os seguintes casos de referência:

#### **CASO DE REFERÊNCIA 01 | VILLA IDALINA**



Figura 94 - Villa Idalina, Caminha.

**ÂMBITO:** Seixas, Caminha;

**TIPOLOGIA:** Casa apalaçada;

**INTERVENÇÃO:** 2015 e 2017.

#### **CASO DE REFERÊNCIA 02 | CASA DA PRELADA**



Figura 95 - Casa da Prelada, Porto.

**ÂMBITO:** Ramalde, Porto.

**TIPOLOGIA:** Casa apalaçada;

**INTERVENÇÃO:** 2013 e 2017.

#### **CASO DE REFERÊNCIA 03 | PALÁCIO BURMESTER**



Figura 96 - Palácio Burmester, Porto.

**ÂMBITO:** Boavista, Porto.

**TIPOLOGIA:** Palácio;

**INTERVENÇÃO:** 2016.

O **grupo II**, teve por base também três critérios de seleção, que foram escolhidos, tendo em conta o novo uso escolhido para o Palacete das Almas, por forma a analisar os espaços residenciais artísticos em palacetes idênticos ao objeto de estudo. Por isso, os critérios de seleção escolhidos, foram o uso e a forma como se adaptou à edificação existente, o facto de ser internacional, dado que a maioria dos casos em Portugal, não tem todas as características num edifício / parcela de terreno, e ainda uma intervenção volumétrica inserida, onde se consegue perceber a relação entre as intervenções.

**CRITÉRIO 01 - Uso:** Este critério é importantíssimo para a definição do programa que se pretende realizar. Depois da revisão bibliográfica realizada, foi denotada uma lacuna quanto ao programa pretendido neste tipo de edificações, por isso, o que se pretende realizar, é a procura de edificações que possuam programas / espaços de trabalho; espaços expositivos (por forma a conceber o programa dos atelies, espaços de trabalho e/ou ensino - workshop) e ainda que, concilie espaços residencial para os artistas que procuram o palacete.

**CRITÉRIO 02 - Internacional:** O segundo critério, é que fosse internacional, visto que, os espaços residenciais artísticos em Portugal, não contemplam, na sua maioria, todo o programa escolhido num só edifício e/ou parcela de terreno. Por isso, foram selecionados os casos apresentados, que correspondem exatamente ao requerido.

**CRITÉRIO 03 - Intervenções volumétricas:** O último critério para a escolha dos casos de referência, pertencente ao grupo II, passa pela edificação em causa ter sido alvo de alguma intervenção volumétrica, por forma a analisar a relação que foi realizada entre o edifício existente e a nova intervenção.

Com base nos critérios anteriormente apresentados, para o **grupo II**, foram selecionados os seguintes casos de referência:

#### **CASO DE REFERÊNCIA 04 | PALACETE DAS ARTES**



Figura 97 - Palacete das Artes, Brasil.

**USO:** Museu, espaço expositivo;

**INTERNACIONAL:** Salvador, Brasil;

**INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA:** Ampliação.

#### **CASO DE REFERÊNCIA 05 | RED BULL STATION**



Figura 98 - Red Bull Station, Brasil.

**USO:** Centro de artes e música;

**INTERNACIONAL:** São Paulo, Brasil;

**INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA:** Ampliação.

#### **CASO DE REFERÊNCIA 06 | CASA FIRJAN**



Figura 99 - Casa Firjan, Brasil.

**USO:** Indústria criativa;

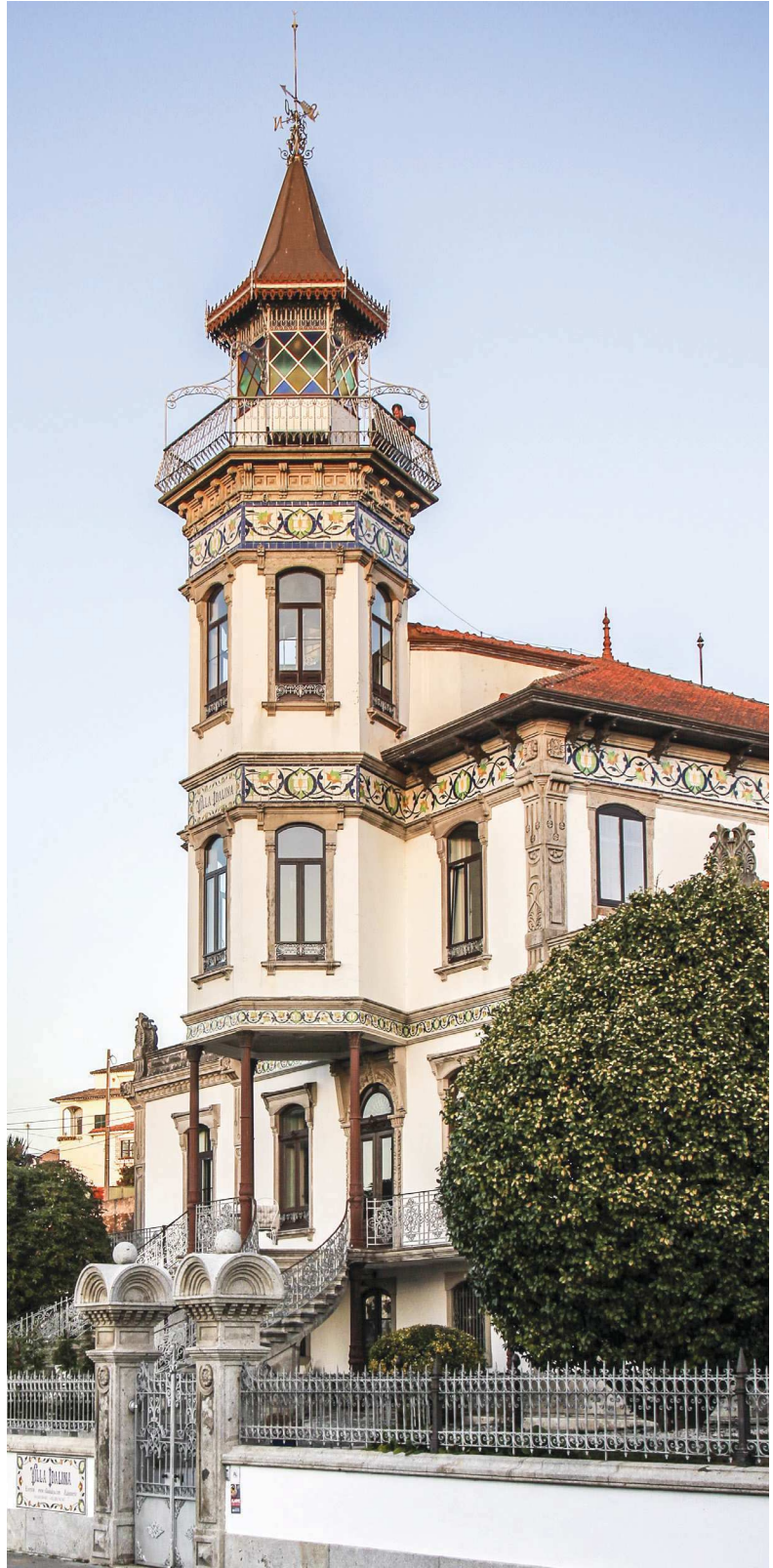
**INTERNACIONAL:** Botafogo, Brasil;

**INTERVENÇÃO VOLUMÉTRICA:** Construção.

## **4.1.2 - GRUPO I**

INTERVENÇÕES EM PALACETES NO NORTE DE PORTUGAL

---



## VILLA IDALINA | CASO 01

---

**CASO DE REFERÊNCIA 01****VILLA IDALINA**

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
DESIGNAÇÃO	Villa Idalina
LOCALIZAÇÃO	Seixas, Caminha
ANO DE CONSTRUÇÃO	1909
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO	Arq. Miguel Nogueira Júnior (1883-1953)
INTERVENÇÕES RECENTES	2015 - Obras de manutenção de edificação
	2017 - Obras de adaptação de edificação
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO	---
TIPOLOGIA	Casa apalaçada
USO INICIAL	Habitação
USO ATUAL	Alojamento local / espaço expositivo
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PALACETE	360,10 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL	1 030,10 m <sup>2</sup>
TIPO DE INTERVENÇÃO	Obras de conservação do palacete e manutenção em edificações anexas

Figura 100 - Identificação da Villa Idalina.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** Inicialmente, a Villa Idalina construída em 1909, era para ser concebida pelo arquiteto Ventura Terra (1866-1919), contudo, os excessos de afazeres fizeram com que este tivesse de ser afastado deste projeto, deixando assim o seu discípulo e arquiteto também reconhecido Miguel Nogueira Júnior (1883-1953) responsável pela execução de Villa Idalina. Em 1968, a casa apalaçada foi comprada pela família Llovo-Saenz com a finalidade de ser a sua casa temporária. A família sempre conservou esta edificação e em 2015, os netos de D. Adolfo e D. Lolita decidiram abrir a Villa Idalina ao público de forma a que pudessem conhecer a sua história, criando assim salas polivalentes disponíveis para dar cursos, workshops, lançamentos de livros, conferências, eventos sociais, entre outros.

## CASO DE REFERÊNCIA 01

## VILLA IDALINA

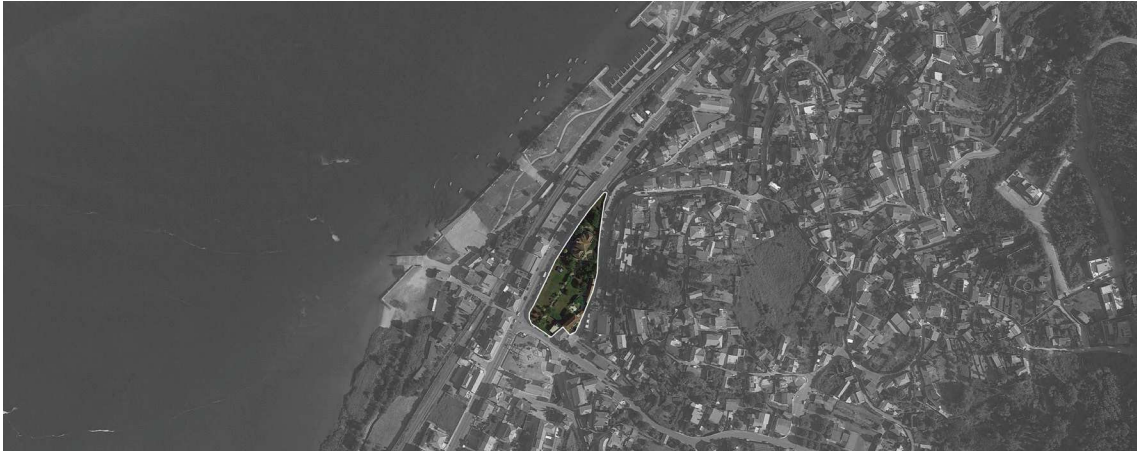


Figura 101 - Localização da Villa Idalina, em Caminha.



Figura 102 - Implantação da Villa Idalina.

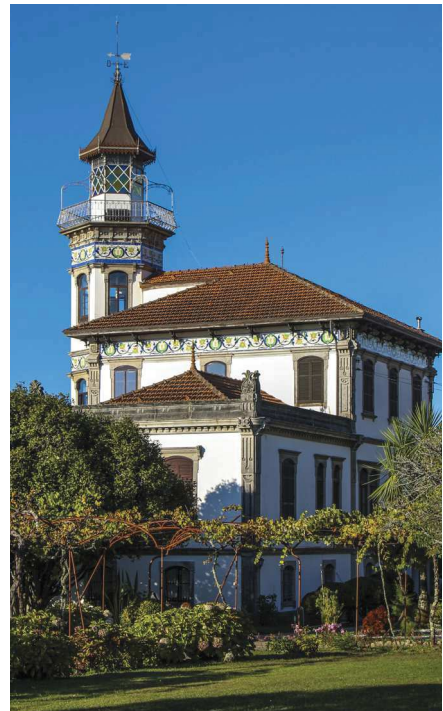


Figura 103 - Alçado Sul e Nascente.

## CASO DE REFERÊNCIA 01

## VILLA IDALINA

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EXTERIOR



Figura 104 - Alçado Nascente da Villa.



Figura 105 - Entrada principal da Villa Idalina.



Figura 106 - Torre hexagonal da Villa Idalina.



Figura 107 - Fotografia do jardim, Casa dos Caseiros e tenda amovível polivalente, temporária.

## CASO DE REFERÊNCIA 01

## VILLA IDALINA

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO INTERIOR



Figura 108 - Sala de estar.



Figura 109 - Sala da música / convívio.



Figura 110 - Casa de banho original.



Figura 111 - Lareira original existente na casa dos caseiros.

## CASO DE REFERÊNCIA 01

## VILLA IDALINA

### PLANTAS DE ARQUITETURA

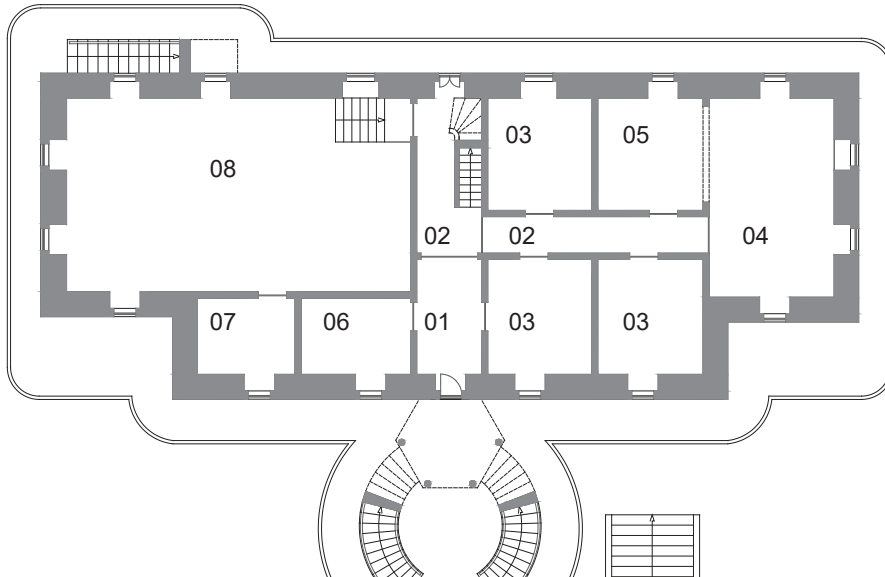


Figura 112 - Planta de rés-do-chão

01 - Hall | 02 - Distribuição | 03 - Quarto | 04 - Sala de música | 05 - Sala de estar | 06 - W.C.  
07 - Arrumos | 08 - Sala polivalente

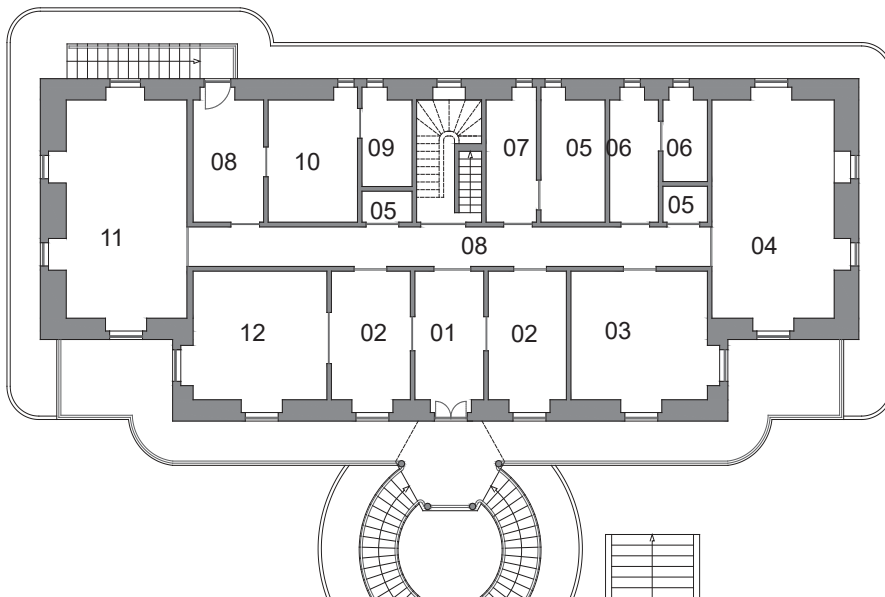


Figura 113 - Planta de 1º andar

01 - Hall | 02 - Saleta / Exposição | 03 - Escritório | 04 - Sala polivalente | 05 - W.C. | 06 - Arrumos  
07 - Antecâmara | 08 - Distribuição | 09 - Copa | 10 - Cozinha | 11 - Sala de pequenos almoços  
12 - Sala de estar.

## CASO DE REFERÊNCIA 01

## VILLA IDALINA

### PLANTAS DE ARQUITETURA

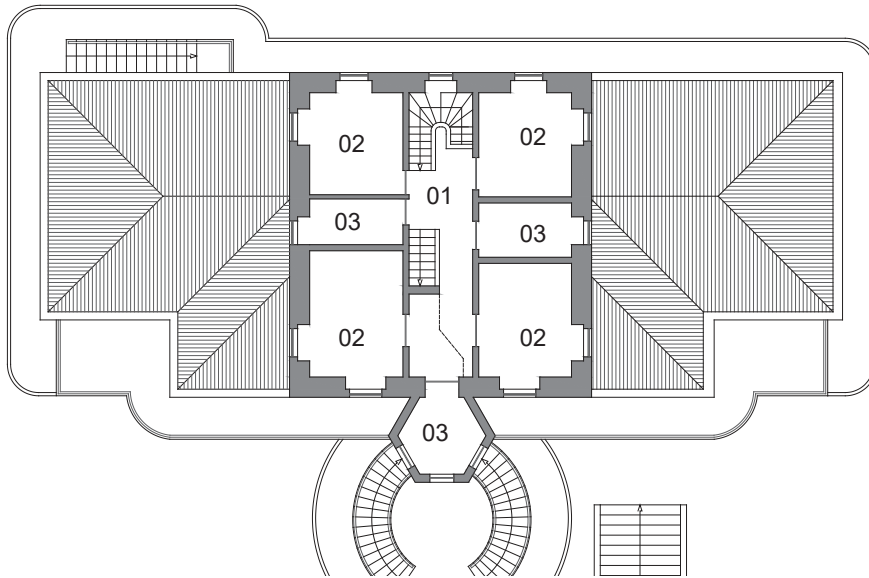


Figura 114 - Planta de 2º andar

01 - Hall | 02 - Quarto | 03 - W.C.

**CASO DE REFERÊNCIA 01****VILLA IDALINA**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte técnica e tectónica do caso de referência da Villa Idalina, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO I**

<b>TÉCNICA</b>		
<b>PAREDES EXTERIORES</b>	Preservação das paredes em pedra de granito	Verde
	Grau de intervenção geral nas paredes exteriores	Laranja
<b>PAREDES INTERIORES</b>	Preservação das paredes interiores	Verde
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	Azul
<b>ESTRUTURA HORIZONTAL</b>	Preservação de sistema de vigas de madeira	Verde
	Preservação de pavimento em madeira	Verde
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	Azul
<b>ESTRUTURA DA COBERTURA</b>	Preservação das asnas de madeira	Verde
	Preservação da telha	Verde
	Grau de intervenção geral na estrutura da cobertura	Laranja
<b>CARPINTARIA</b>	Preservação das carpintarias interiores em madeira	Azul
	Grau de intervenção geral nas carpintarias	Laranja
<b>CAIXILHARIA</b>	Preservação da caixilharia em madeira	Azul
	Grau de intervenção geral nas caixilharias	Vermelho

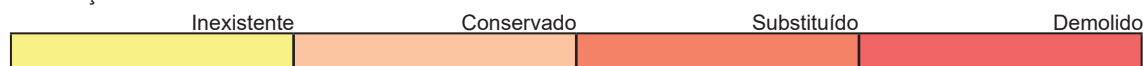
<b>TECTÓNICA</b>		
<b>ACABAMENTOS INTERIORES</b>	Preservação de tetos em madeira	Verde
	Preservação de tetos em estuque	Verde
	Preservação de tetos em reboco pintado	Verde
	Preservação das molduras de teto	Verde
	Grau de intervenção geral nos tetos	Laranja
	Preservação do lambrim em madeira	Verde
	Grau de intervenção geral nos lambrins	Laranja
	Preservação da guarda das escadas em madeira	Verde
	Preservação das escadas em madeira	Verde
	Grau de intervenção geral nas escadas	Azul

Figura 115 - Ficha síntese do caso de referência 01.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



## CASO DE REFERÊNCIA 01

## VILLA IDALINA

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte tectónica, arquitetura e uso do caso de referência da Villa Idalina, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

## FICHA SÍNTESE | GRUPO I

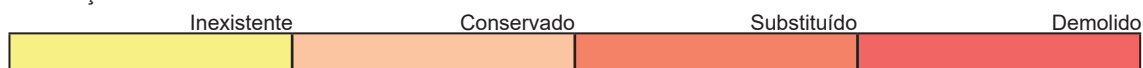
<b>MOBILIÁRIO INTERIOR</b>	Preservação do mobiliário original do palacete	
	Grau de intervenção geral no mobiliário	
<b>ACABAMENTOS EXTERIORES</b>	Preservação dos jardins inicialmente previstos para o palacete	
	Preservação de elementos decorativos presente nos jardins, fontes, bancos, estátuas	
	Grau de intervenção nos jardins do palacete	
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas do palacete	
	Grau de intervenção nas fachadas do palacete	
<b>ARQUITETURA</b>		
<b>PRÉEXISTÊNCIA</b>	Estratégia de intervenção associado ao volume	
	Preservação geral dos elementos decorativos	
<b>NOVA INTERVENÇÃO</b>	Introdução de elementos dissonantes	
	Relação estética entre a préexistência e a nova intervenção	
	Relação volumétrica entre a préexistência e a nova intervenção	
<b>MATERIALIDADE EXTERIOR</b>	Preservação de reboco pintado	
	Preservação de pedra de granito	
	Preservação de azulejo	
	Grau de intervenção dos acabamentos de fachadas	
<b>USO</b>		
<b>USO</b>	Uso original	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Alojamento
	Uso da nova intervenção	Alojamento / expositivo
<b>GESTÃO</b>	Tipo de gestão da préexistência	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada

Figura 116 - Ficha síntese do caso de referência 01.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção







## CASA DA PRELADA | CASO 02

---

**CASO DE REFERÊNCIA 02****CASA DA PRELADA**

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
DESIGNAÇÃO	Casa da Prelada
LOCALIZAÇÃO	Ramalde, Porto
ANO DE CONSTRUÇÃO	1754
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO	Arq. Nicolau Nasoni (1691-1773)
INTERVENÇÕES RECENTES	2013 - Obras de reabilitação de edificação
	2017 - Obras de manutenção de edificação
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO	António Leitão Barbosa
TIPOLOGIA	Casa apalaçada
USO INICIAL	Habitação
USO ATUAL	Biblioteca e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto / Espaço cultural
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PALACETE	1 853,20 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL	1 853,20 m <sup>2</sup>
TIPO DE INTERVENÇÃO	Obras de conservação do palacete e ampliação de andar

Figura 117 - Identificação da Casa da Prelada.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** A Casa da Prelada recebeu profundas obras de Conservação e Reabilitação tanto de parte do património arquitetónico como dos seus jardins nos séculos XVIII, XIX e XIX. Tanto a casa como os jardins, fazem parte do maior conjunto paisagístico delineado pelo arquiteto italiano. Em 1903, o último proprietário D. Francisco de Noronha e Menezes, pertencente à família Noronha e Menezes, doou a propriedade à Misericórdia do Porto. Contudo, antes de se tornar o espaço que se apresenta atualmente, já teve várias funções, como por exemplo, desde 1906 até 1960 funcionou como Hospital de Convalescentes, a partir de 1961 funcionou como Centro de Recuperação de Diminuídos Físicos e, por fim de 1974 a 2003 como Lar D. Francisco de Noronha. A Casa esteve abandonada até 2010, ano em que é reabilitada com a finalidade de receber a Biblioteca e Arquivo Histórico.

## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA



Figura 118 - Localização da Casa da Prelada.

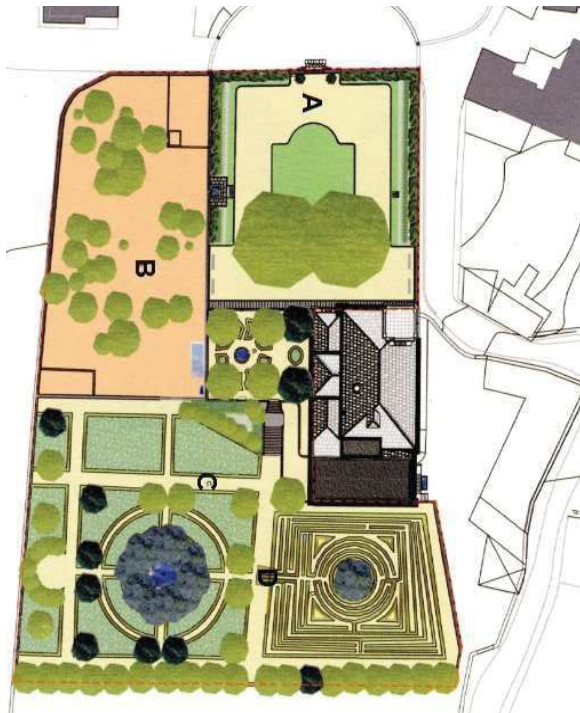


Figura 119 - Planta de Implantação da Casa da Prelada.



Figura 120 - Alçado Norte.

## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EXTERIOR



Figura 121 - Alçado Poente da Casa da Prelada.



Figura 122 - Intervenção na parte posterior.

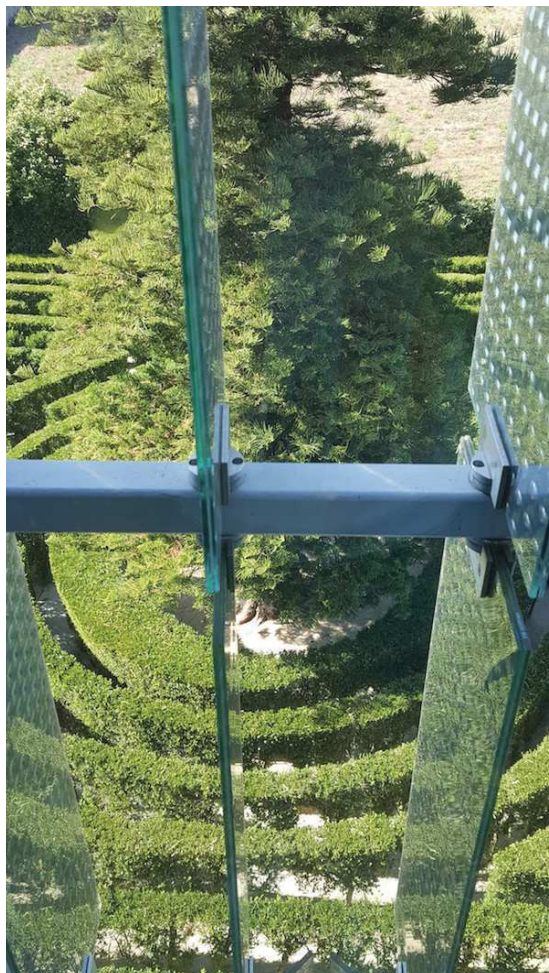


Figura 123 - Jardim posterior existente.



Figura 124 - Fachada da Casa da Prelada.



Figura 125 - Entrada principal da casa.

## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO INTERIOR



Figura 126 - Sala polivalente.



Figura 127 - Auditório.



Figura 128 - Sala de exposição.



Figura 129 - Sala de exposição.

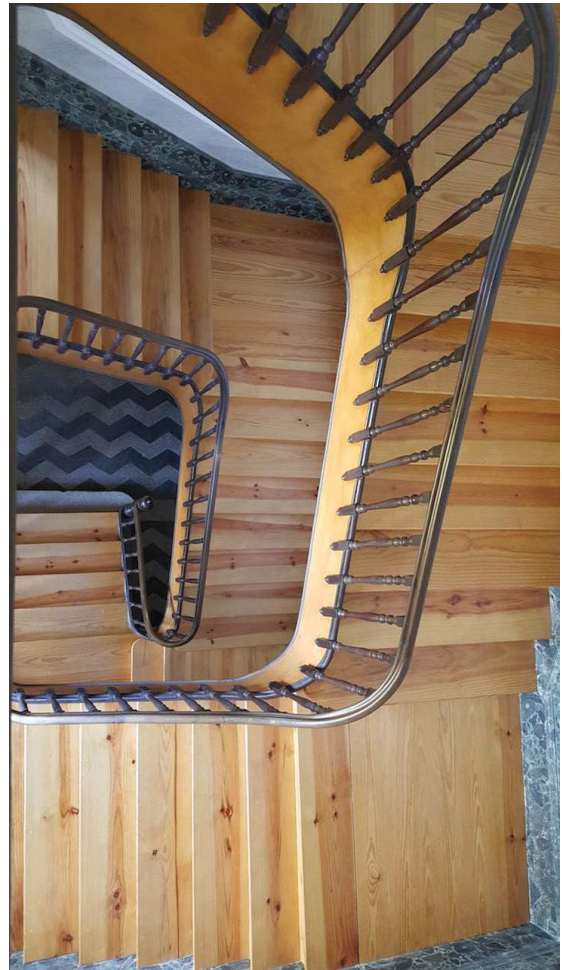


Figura 130 - Vão de escadas.

## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA

### PLANTAS DE ARQUITETURA

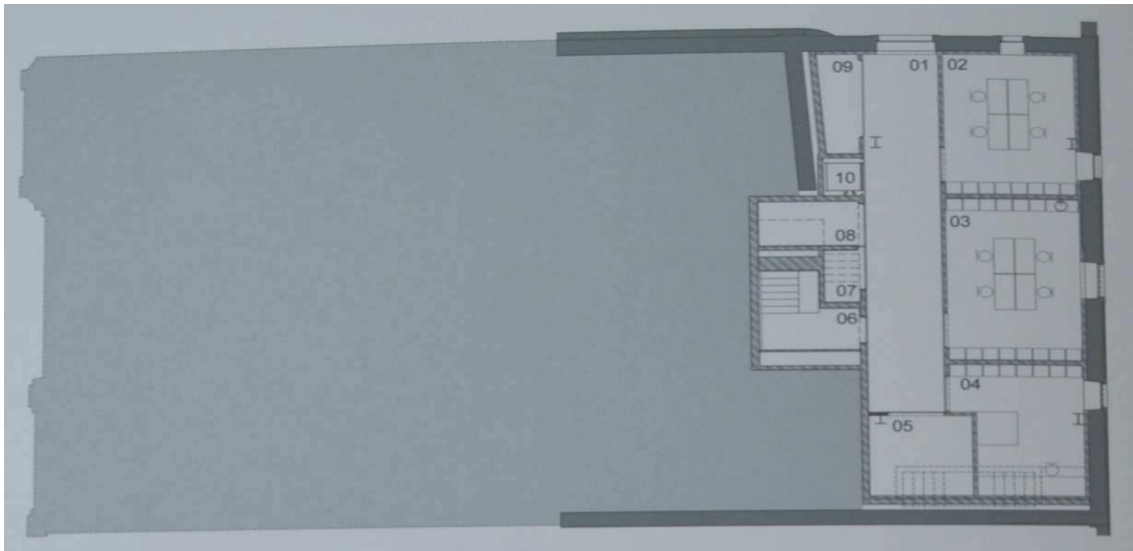


Figura 131 - Planta do piso da cave.

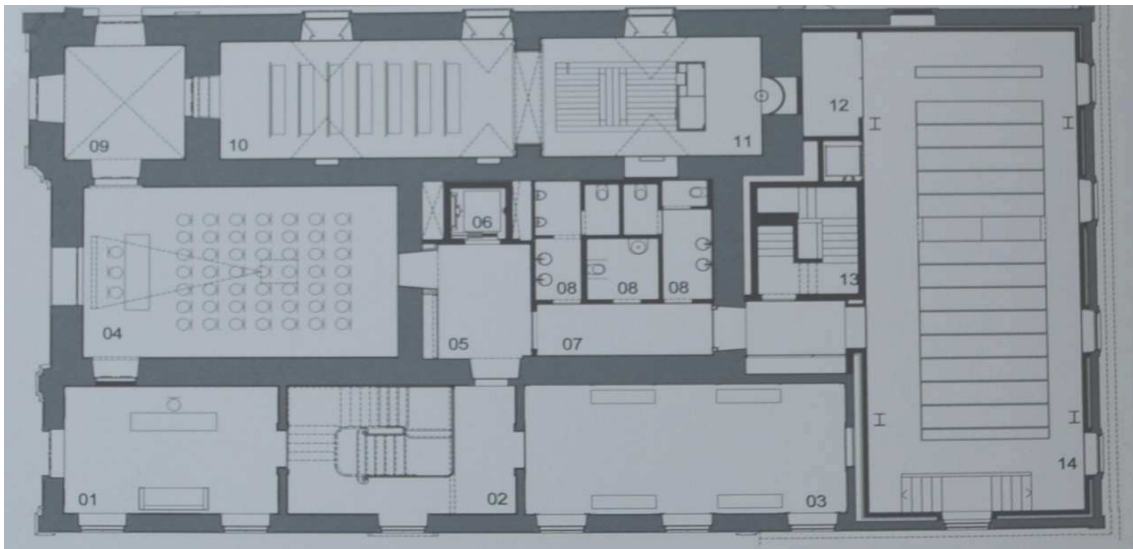


Figura 132 - Planta do 1º andar.

## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA

### PLANTAS DE ARQUITETURA

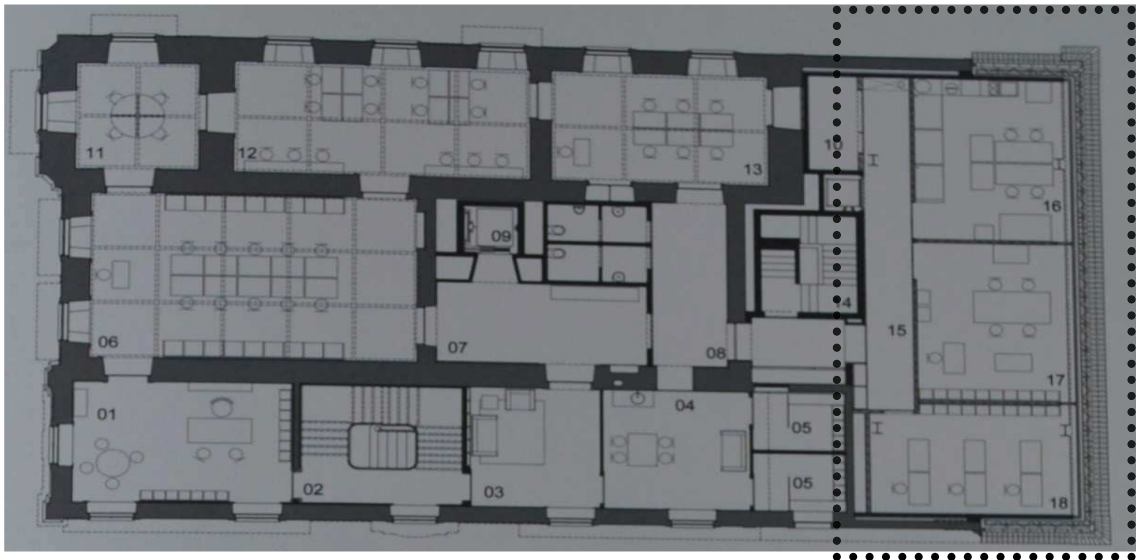


Figura 133 - Planta do 2º andar.

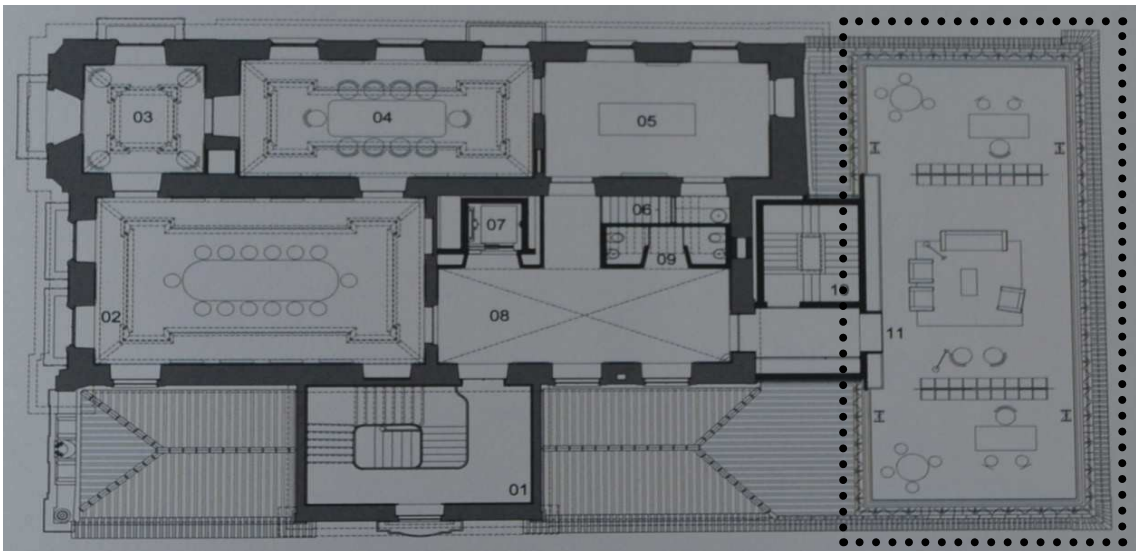


Figura 134 - Planta do 3º andar.

.....  
.....  
..... Identificação da nova intervenção.

## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte técnica e tectónica do caso de referência da Casa da Prelada, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

## FICHA SÍNTESE | GRUPO I

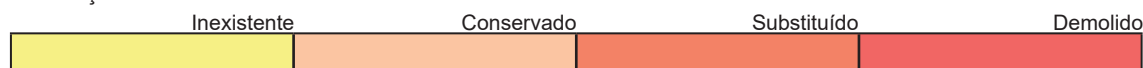
TÉCNICA		
PAREDES EXTERIORES	Preservação das paredes em pedra de granito	
	Grau de intervenção geral nas paredes exteriores	
PAREDES INTERIORES	Preservação das paredes interiores	
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	
ESTRUTURA HORIZONTAL	Preservação do sistema de vigas de madeira	
	Preservação de pavimento em madeira	
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	
ESTRUTURA DA COBERTURA	Preservação das asnas de madeira	
	Preservação da telha	
	Grau de intervenção geral na estrutura da cobertura	
CARPINTARIA	Preservação das carpintarias interiores em madeira	
	Grau de intervenção geral nas carpintarias	
CAIXILHARIA	Preservação da caixilharia em madeira	
	Grau de intervenção geral nas caixilharias	
TECTÓNICA		
ACABAMENTOS INTERIORES	Preservação de tetos em madeira	
	Preservação de tetos em estuque	
	Preservação de tetos em reboco pintado	
	Preservação das molduras de teto	
	Grau de intervenção geral nos tetos	
	Preservação do lambrim em madeira	
	Grau de intervenção geral nos lambrins	
	Preservação da guarda das escadas em madeira	
	Preservação das escadas em madeira	
	Grau de intervenção geral nas escadas	

Figura 135 - Ficha síntese do caso de referência 02.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



## CASO DE REFERÊNCIA 02

## CASA DA PRELADA

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte tectónica, arquitetura e uso do caso de referência da Casa da Prelada, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

## FICHA SÍNTESE | GRUPO I

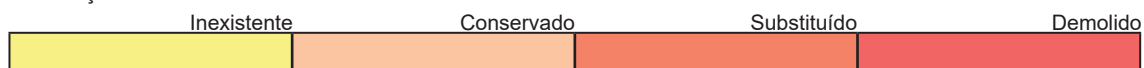
<b>MOBILIÁRIO INTERIOR</b>	Preservação do mobiliário original do palacete	
	Grau de intervenção geral no mobiliário	
<b>ACABAMENTOS EXTERIORES</b>	Preservação dos jardins inicialmente previstos	
	Preservação de elementos decorativos presente nos jardins, fontes, bancos, estátuas	
	Grau de intervenção nos jardins do palacete	
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas do palacete	
	Grau de intervenção nas fachadas do palacete	
<b>ARQUITETURA</b>		
<b>PRÉEXISTÊNCIA</b>	Estratégia de intervenção associado ao volume	
	Preservação geral dos elementos decorativos	
<b>NOVA INTERVENÇÃO</b>	Introdução de elementos dissonantes	
	Relação estética entre a préexistência e a nova intervenção	
	Relação volumétrica entre a préexistência e a nova intervenção	
<b>MATERIALIDADE EXTERIOR</b>	Preservação de reboco pintado	
	Preservação de pedra de granito	
	Preservação de azulejo	
	Grau de intervenção dos acabamentos de fachadas	
<b>USO</b>		
<b>USO</b>	Uso original	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Espaço cultural / educacional
	Uso da nova intervenção	Espaço educacional
<b>GESTÃO</b>	Tipo de gestão da préexistência	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada

Figura 136 - Ficha síntese do caso de referência 02.

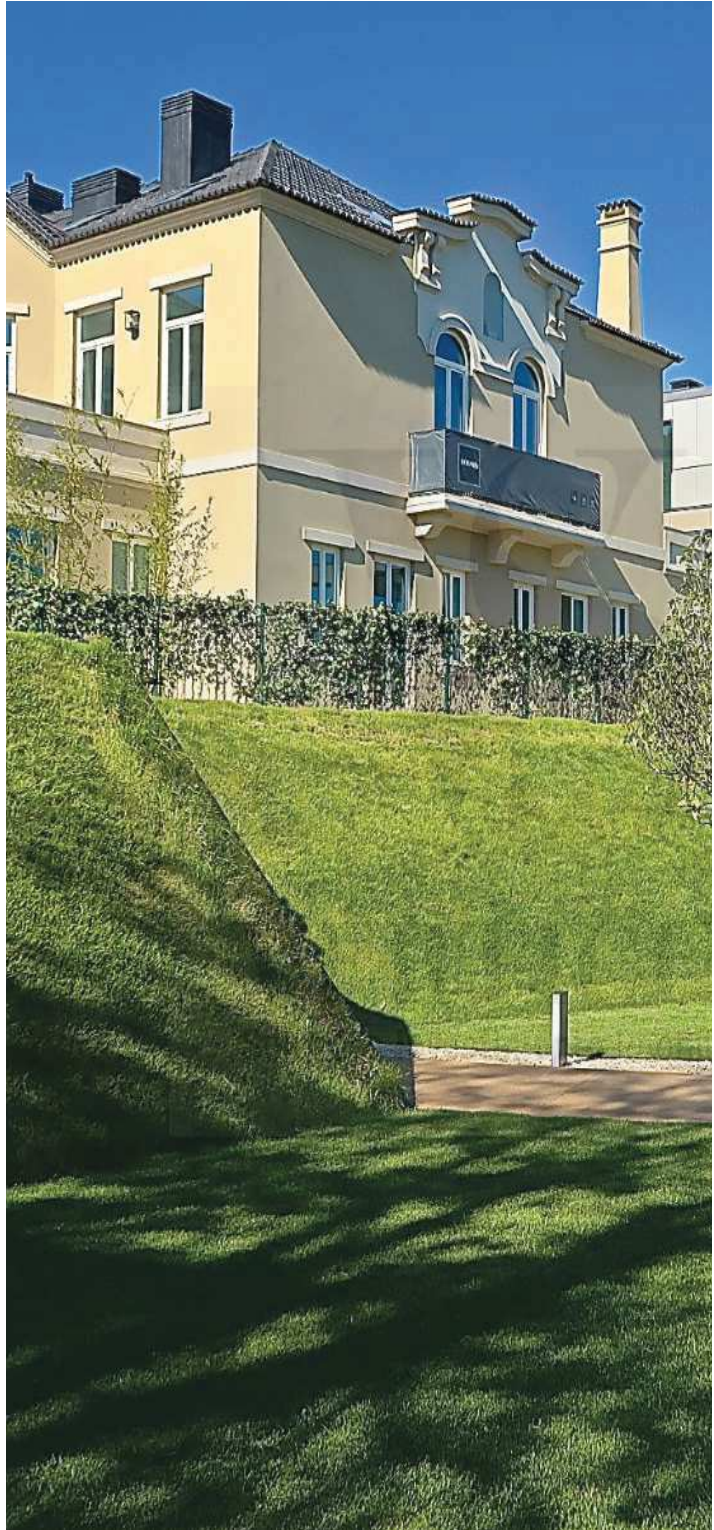
Preservação / Utilização / Relação



Intervenção







## **PALÁCIO BURMESTER | CASO 03**

---

**CASO DE REFERÊNCIA 03****PALÁCIO BURMESTER**

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
DESIGNAÇÃO	Palácio Burmester
LOCALIZAÇÃO	Boavista, Porto
ANO DE CONSTRUÇÃO	Anos 30
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO	---
INTERVENÇÕES RECENTES	2016 - Obras de reabilitação do palácio
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO	Jigsaw arquitectura + design
TIPOLOGIA	Palácio
USO INICIAL	Habitação
USO ATUAL	Habitação (apartamentos)
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PALACETE	2 037,30 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL	2 037,30 m <sup>2</sup>
TIPO DE INTERVENÇÃO	Obras de reabilitação do palácio

Figura 137 - Identificação do Palácio Burmester.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** O Palácio Burmester recebeu profundas obras de Reabilitação tanto de parte do património arquitetónico como dos seus jardins. Tanto a casa como os jardins, fazem parte de uma operação urbanística a grande escala num condomínio privado onde foram inseridas 17 habitações com vários jardins e relvados comuns. Sabe-se que o palácio foi construído nos anos 30, contudo não se conhece o arquiteto responsável pela construção inicial. Pertenceu à família Burmester e encontrava-se em estado avançado de degradação até 2016, ano em que se iniciaram as obras de reabilitação do Palácio Burmester e construção das restantes edificações habitacionais pelos Jigsaw arquitectura + design, arquitetos responsáveis pelo projeto de arquitetura do condomínio, juntamente com a construtora Lúcius. Atualmente existem no edifício do palácio 4 frações habitacionais.

## CASO DE REFERÊNCIA 03

## PALÁCIO BURMESTER



Figura 138 - Localização do Palácio Burmester.

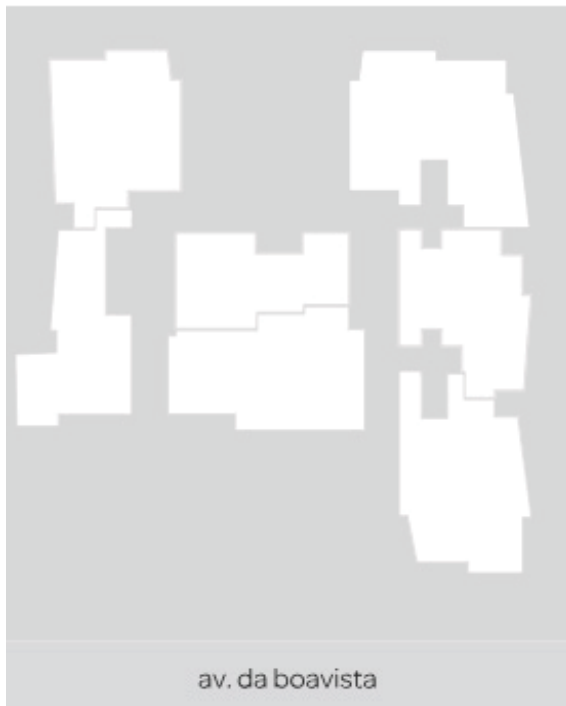


Figura 139 - Implantação central do Palácio.



Figura 140 - Alçado posterior.

## CASO DE REFERÊNCIA 03

## PALÁCIO BURMESTER

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EXTERIOR



Figura 141 - Alçado posterior do Palácio Burmester.



Figura 142 - Intervenção contígua ao palácio.



Figura 143- Alçado frontal antes da intervenção



Figura 144- Alçado frontal depois da intervenção

## CASO DE REFERÊNCIA 03

## PALÁCIO BURMESTER

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO INTERIOR



Figura 145 - Casa de banho



Figura 146 - Pormenor da lareira.



Figura 147 - Pormenor dos vãos e cozinha.



Figura 148 - Cozinha de um dos apartamentos.

## CASO DE REFERÊNCIA 03

## PALÁCIO BURMESTER

### PLANTAS DE ARQUITETURA



Figura 149 - Planta de rés-do-chão.

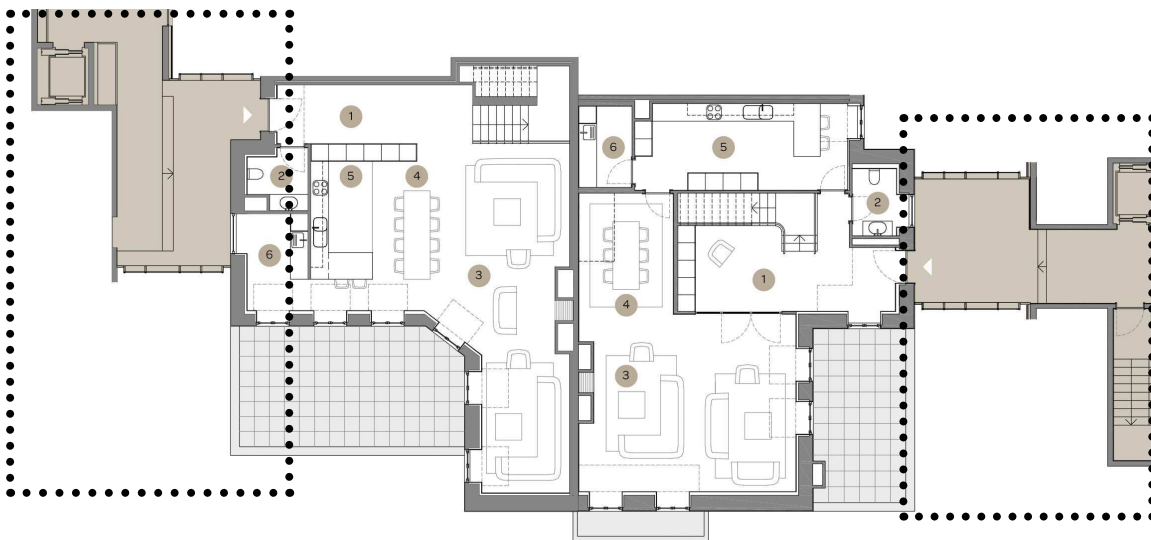


Figura 150 - Planta de 1º andar.



Identificação da nova intervenção.

## CASO DE REFERÊNCIA 03

## PALÁCIO BURMESTER

### PLANTAS DE ARQUITETURA

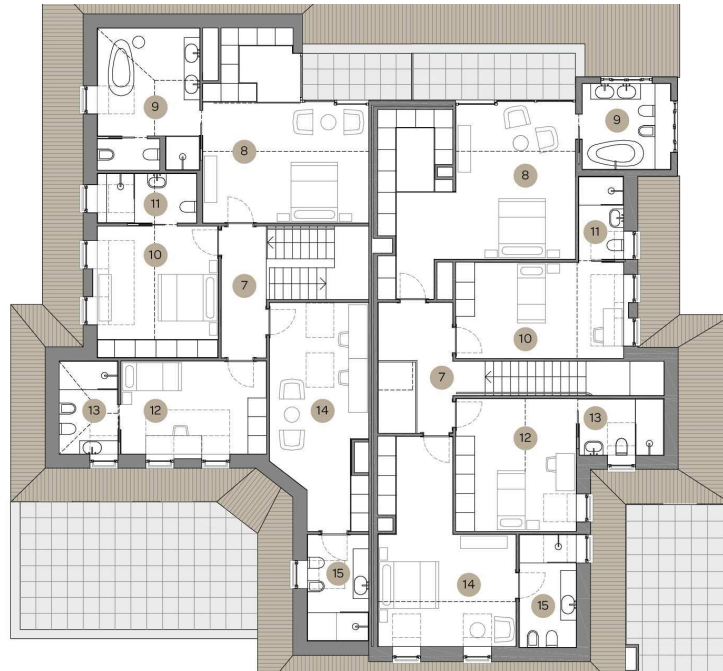


Figura 151 - Planta de 2º andar.

**CASO DE REFERÊNCIA 03****PALÁCIO BURMESTER**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte técnica e tectónica do caso de referência do Palácio Burmester, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO I**

<b>TÉCNICA</b>		
<b>PAREDES EXTERIORES</b>	Preservação das paredes em pedra de granito	
	Grau de intervenção geral nas paredes exteriores	
<b>PAREDES INTERIORES</b>	Preservação das paredes interiores	
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	
<b>ESTRUTURA HORIZONTAL</b>	Preservação de sistema de vigas de madeira	
	Preservação de pavimento em madeira	
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	
<b>ESTRUTURA DA COBERTURA</b>	Preservação das asnas de madeira	
	Preservação da telha	
	Grau de intervenção geral na estrutura da cobertura	
<b>CARPINTARIA</b>	Preservação das carpintarias interiores em madeira	
	Grau de intervenção geral nas carpintarias	
<b>CAIXILHARIA</b>	Preservação da caixilharia em madeira	
	Grau de intervenção geral nas caixilharias	

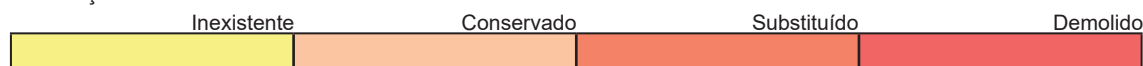
<b>TECTÓNICA</b>		
<b>ACABAMENTOS INTERIORES</b>	Preservação de tetos em madeira	
	Preservação de tetos em estuque	
	Preservação de tetos em reboco pintado	
	Preservação das molduras de teto	
	Grau de intervenção geral nos tetos	
	Preservação do lambrim em madeira	
	Grau de intervenção geral nos lambrins	
	Preservação da guarda das escadas em madeira	
	Preservação das escadas em madeira	
	Grau de intervenção geral nas escadas	

Figura 152 - Ficha síntese do caso de referência 03.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



**CASO DE REFERÊNCIA 03****PALÁCIO BURMESTER**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte tectónica, arquitetura e uso do caso de referência do Palácio Burmester, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO I**

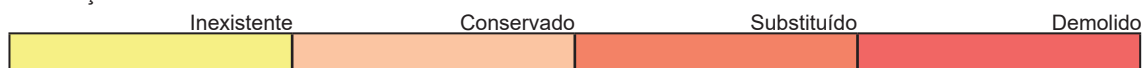
<b>MOBILIÁRIO INTERIOR</b>	Preservação do mobiliário original do palacete	
	Grau de intervenção geral no mobiliário	
<b>ACABAMENTOS EXTERIORES</b>	Preservação dos jardins inicialmente previstos	
	Preservação de elementos decorativos presente nos jardins, fontes, bancos, estátuas	
	Grau de intervenção nos jardins do palacete	
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas do palacete	
	Grau de intervenção nas fachadas do palacete	
<b>ARQUITETURA</b>		
<b>PRÉEXISTÊNCIA</b>	Estratégia de intervenção associado ao volume	
	Preservação geral dos elementos decorativos	
<b>NOVA INTERVENÇÃO</b>	Introdução de elementos dissonantes	
	Relação estética entre a préexistência e a nova intervenção	
	Relação volumétrica entre a préexistência e a nova intervenção	
<b>MATERIALIDADE EXTERIOR</b>	Preservação de reboco pintado	
	Preservação de pedra de granito	
	Preservação de azulejo	
	Grau de intervenção dos acabamentos de fachadas	
<b>USO</b>		
<b>USO</b>	Uso original	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Habitação - apartamento
	Uso da nova construção	Habitação - apartamento
<b>GESTÃO</b>	Tipo de gestão da préexistência	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada

Figura 153 - Ficha síntese do caso de referência 03.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



## **4.1.3 - GRUPO II**

INTERVENÇÕES DE ADAPTAÇÕES DE PALACETES A UM NOVO USO

---



---

## **PALACETE DAS ARTES | CASO 04**

**CASO DE REFERÊNCIA 04****PALACETE DAS ARTES**

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
DESIGNAÇÃO	Palacete das Artes ou Museu Rodin Bahia
LOCALIZAÇÃO	Salvador, Brasil
ANO DE CONSTRUÇÃO	1912
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO	Baptista Rossi
INTERVENÇÕES RECENTES	2002
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO	Brasil Arquitetura
TIPOLOGIA	Palacete
USO INICIAL	Habitação
USO ATUAL	Museu, espaço expositivo / cultural
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PALACETE	1 575,00 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL	3 055,00 m <sup>2</sup>
TIPO DE INTERVENÇÃO	Obras de restauro do palacete e construção nova

Figura 154 - Identificação do Palacete das Artes.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** O Palacete das Artes, ou Museu Rodin Bahia, encontra-se instalado no antigo Palacete Bernardo Martins Catharino, que foi mandado construir por Bernardo Martins, em 1912, onde o projeto ficou a cargo do arquiteto italiano, Baptista Rossi. O palacete é considerado um dos últimos exemplares da arquitetura eclética baiana, sendo por isso, protegido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia, desde 1980. No edifício do palacete, incorporaram o programa expositivo, salas de multimídia e setores de administração e ainda um novo aumento, com as comunicações verticais. Como não havia espaço suficiente no palacete, optaram por construir um novo edifício, no ano de 2002, de forma a completar todas as necessidades requeridas que seria um espaço amplo que é utilizado tanto para exposições temporárias, como para trabalhos de artistas ou workshops.

## CASO DE REFERÊNCIA 04

## PALACETE DAS ARTES



Figura 155 - Localização do Palacete das Artes.



Figura 156 - Implantação do Palacete das Artes.

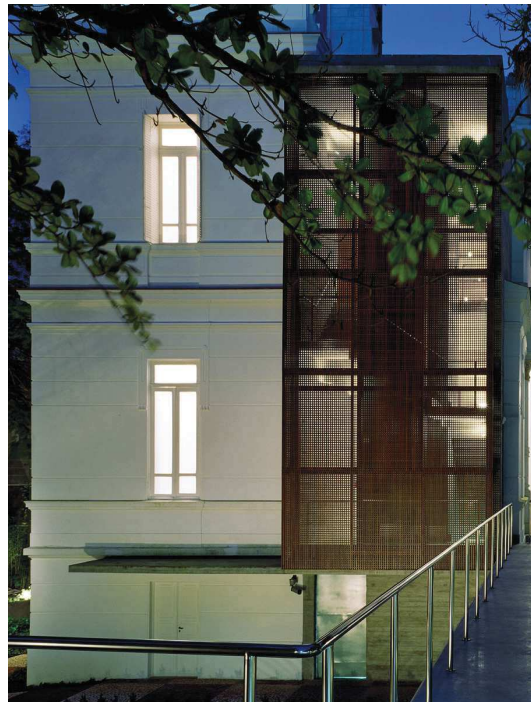


Figura 157 - Alçado posterior.

## CASO DE REFERÊNCIA 04

## PALACETE DAS ARTES

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EXTERIOR



Figura 158 - Jardins do Palacete das Artes.



Figura 159 - Alçado principal do palacete.



Figura 160 - Alçado do novo edifício.



Figura 161 - Intervenção no palacete.

## CASO DE REFERÊNCIA 04

## PALACETE DAS ARTES

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO INTERIOR



Figura 162 - Distribuição do novo edifício.

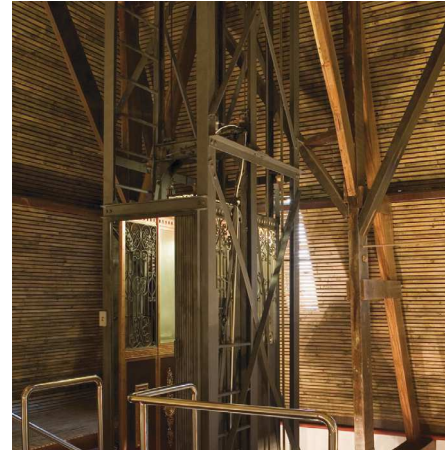


Figura 163 - Pormenor do elevador.

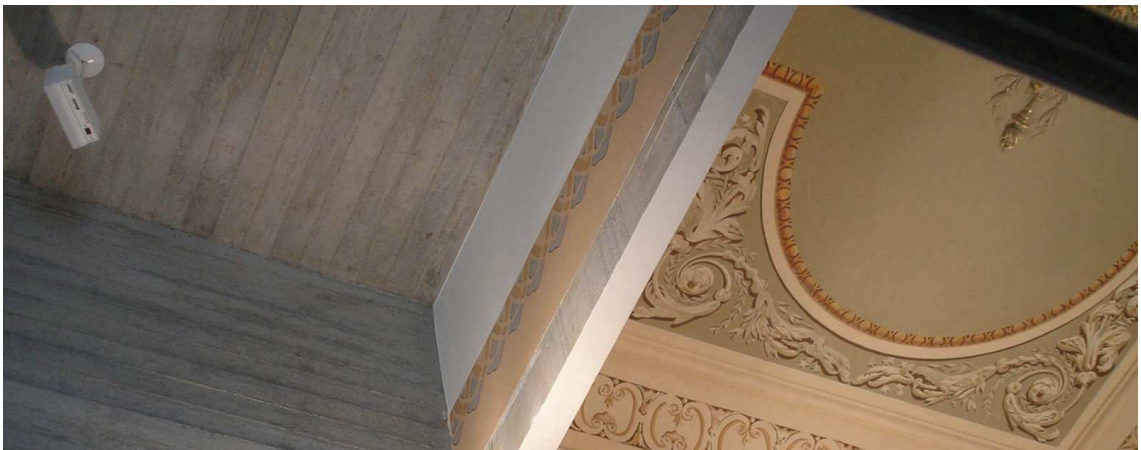


Figura 164 - Pormenor de dois tetos.



Figura 165 - Sala de exposição do palacete.

## CASO DE REFERÊNCIA 04

## PALACETE DAS ARTES

### PLANTAS DE ARQUITETURA

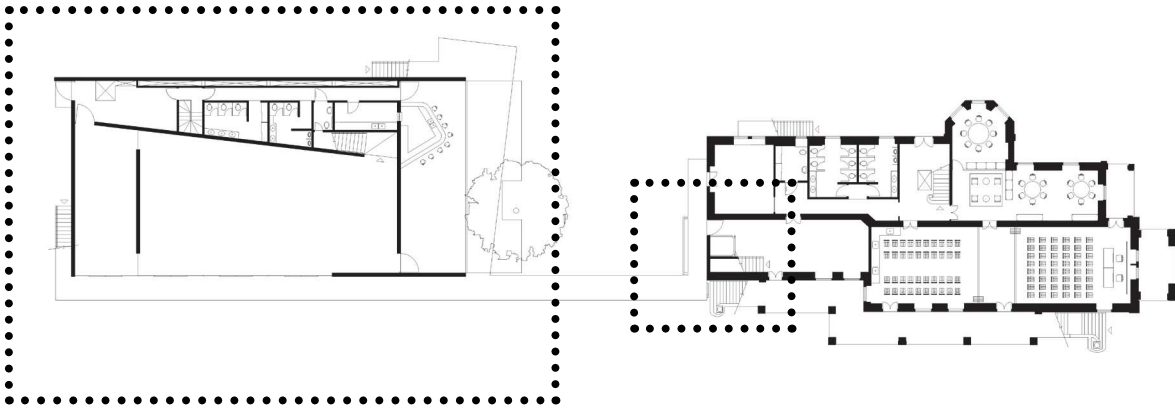


Figura 166 - Planta da planta de rés-do-chão.

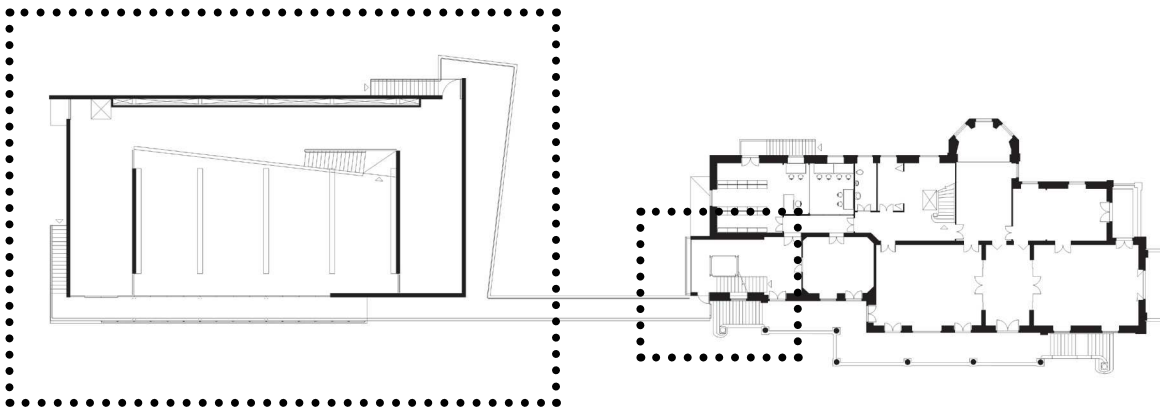


Figura 167 - Planta do 1º andar.

.....  
.....  
..... Identificação da nova intervenção.

## CASO DE REFERÊNCIA 04

## PALACETE DAS ARTES

### PLANTAS DE ARQUITETURA

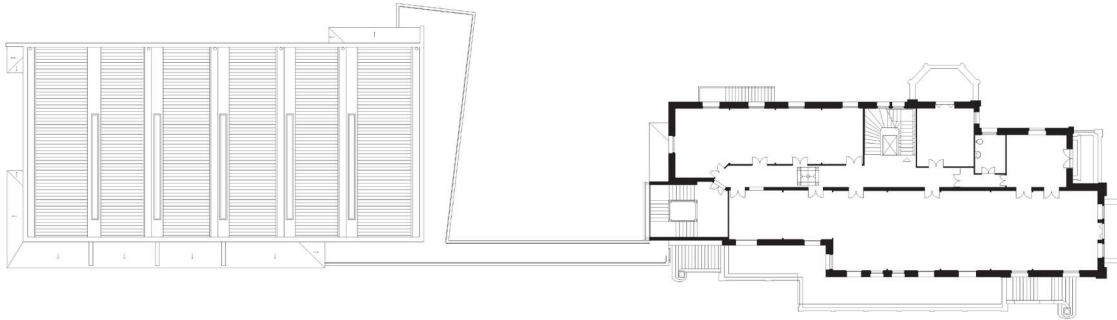


Figura 168 - Planta do 2º andar.

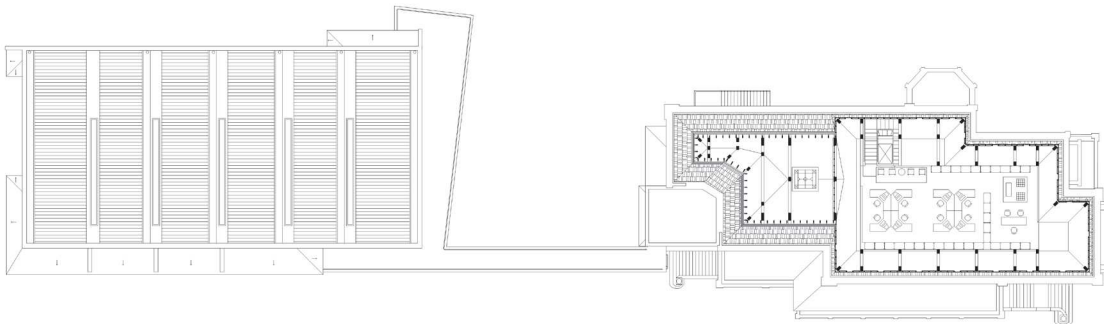


Figura 169 - Planta do 3º andar.

**CASO DE REFERÊNCIA 04****PALACETE DAS ARTES**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte tectónica do caso de referência do Palacete das Artes, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO II**

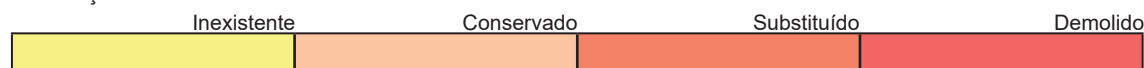
<b>TECTÓNICA</b>		
<b>PRÉEXISTÊNCIA</b>	Preservação das paredes estruturais	Alta
	Grau de intervenção geral nas paredes estruturais	Baixa
	Preservação do sistema de vigas	Alta
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	Baixa
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	Baixa
	Preservação da cobertura	Alta
	Preservação das carpintarias	Média
	Preservação das caixilharias	Média
	Preservação dos tetos originais	Alta
	Preservação de lambrins originais	Alta
	Preservação do pavimento original	Média
	Preservação das escadas interiores originais	Alta
	Preservação do mobiliário original	Alta
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas	Alta
	Preservação do reboco pintado no interior	Alta
	Grau de intervenção nos acabamentos interiores originais	Baixa
	Grau de intervenção nos acabamentos exteriores originais	Baixa
<b>ACABAMENTOS INTERIORES / EXTERIORES, UTILIZADOS NA NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Utilização de reboco pintado, como acabamento final de paredes exteriores	Média
	Utilização de azulejo, como revestimento exterior / interior	Média
	Utilização de paredes em granito	Média
	Utilização de paredes em betão aparente	Alta
	Utilização de paredes interiores em tijolo	Média
	Utilização de paredes interiores em gesso acartonado	Alta

Figura 170 - Ficha síntese do caso de referência 04.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



**CASO DE REFERÊNCIA 04****PALACETE DAS ARTES**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte arquitetónica e uso do caso de referência do Palacete das Artes, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO II**

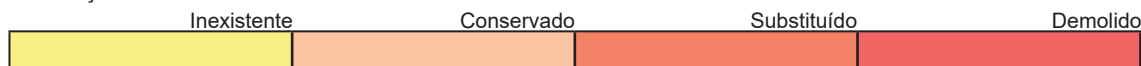
<b>ARQUITETURA</b>		
<b>NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Estratégia de intervenção associado ao volume	
	Utilização geral dos elementos decorativos, presentes nos jardins	
	Relação da utilização de elementos dissonantes, comparado com o palacete	
	Relação estética, entre a préexistência e a nova construção	
	Relação estética, entre a materialidade da edificação existente e a proposta	
	Relação volumétrica, entre a préexistência e a nova construção	
	Relação de aproximação para com a edificação existente	
<b>USO</b>		
<b>NOVA CONSTRUÇÃO E PALACETE</b>	Oficinas de trabalho / Atelier / Laboratórios	Sim
	Espaço expositivo	Sim
	Espaço educativo / Espaço de Workshop	Sim
	Auditório	Não
	Biblioteca / Mediateca	Não
	Espaço para eventos interiores / multiusos	Sim
	Espaço para eventos exteriores / multiusos	Sim
	Restaurante / cantina	Sim
	Residência para artistas	Não
<b>USO</b>	Uso original	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Espaço expositivo / administração
	Uso da nova construção	Espaço artístico
<b>GESTÃO</b>	Tipo de gestão da préexistência	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada

Figura 171 - Ficha síntese do caso de referência 04.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção







---

## RED BULL STATION | CASO 05

**CASO DE REFERÊNCIA 05****RED BULL STATION**

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
DESIGNAÇÃO	Espaço artístico e cultural, Red Bull Station
LOCALIZAÇÃO	São Paulo, Brasil
ANO DE CONSTRUÇÃO	1926
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO	---
INTERVENÇÕES RECENTES	2013
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO	Triptyque Architecture
USO INICIAL	Subestação de energia
USO ATUAL	Espaço artístico e cultural
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PALACETE	2 046,60 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL	2 046,60 m <sup>2</sup>
TIPO DE INTERVENÇÃO	Obras de restauro.

Figura 172 - Identificação da Red Bull Station.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** O espaço artístico e cultural da Red Bull Station, encontra-se no edifício da antiga subestação de energia da Light, em São Paulo, Brasil. Não se conhece o arquiteto responsável pela obra, contudo, sabe-se que foi construído em 1926, e que a partir de 2002, é protegido pelo Conpresp, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Na recuperação do edifício, foi utilizada a técnica do retrofit, sendo uma técnica de recuperação estética e funcional de instalações. As necessidades da residência artística foram adaptadas ao edifício existente, possuindo somente uma construção nova na cobertura, onde se encontra um espaço de lazer, que posteriormente é adaptado às atividades / exposições. O edifício da Red Bull Station, conta com ateliers, espaços para exposições temporárias, além de um estúdio de música.

## CASO DE REFERÊNCIA 05

## RED BULL STATION



Figura 173 - Localização do espaço artístico e cultural, Red Bull Station.

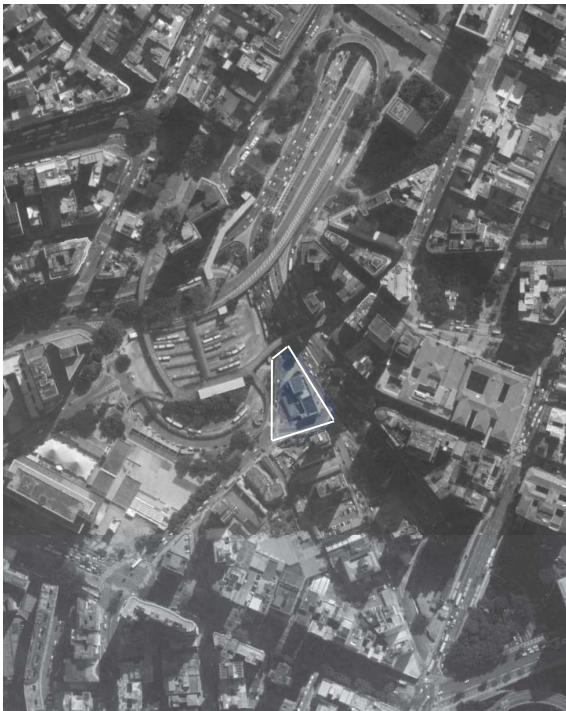


Figura 174 - Implantação da Red Bull Station.



Figura 175 - Alçado lateral.

## CASO DE REFERÊNCIA 05

## RED BULL STATION

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EXTERIOR



Figura 176 - Alçado do espaço artístico e cultural, Red Bull Station.

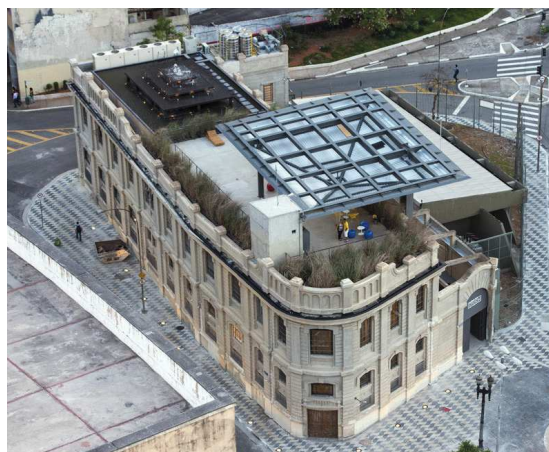


Figura 177 - Vista aérea do edifício.

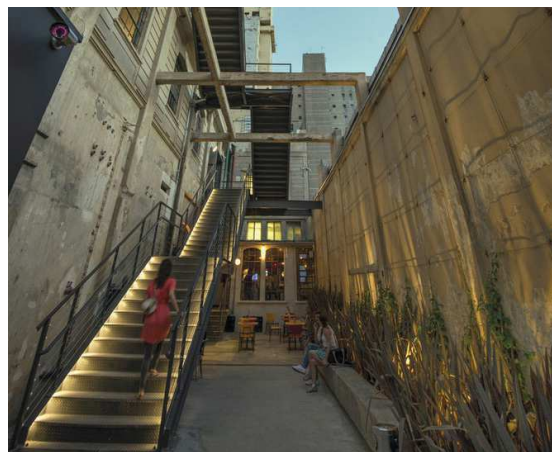


Figura 178 - Acesso secundário ao 1º andar.



Figura 179 - Espaço de estar na cobertura do edifício.

## CASO DE REFERÊNCIA 05

## RED BULL STATION

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO INTERIOR



Figura 180 - Galeria de exposição.

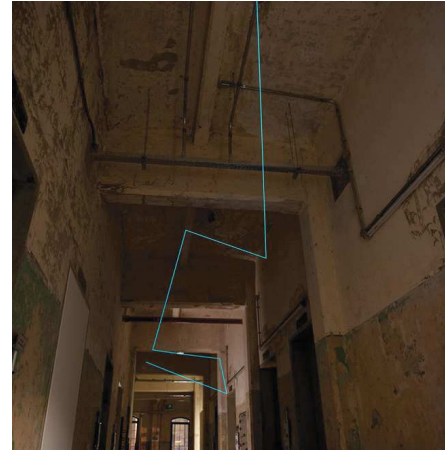


Figura 181 - Pormenor do teto.

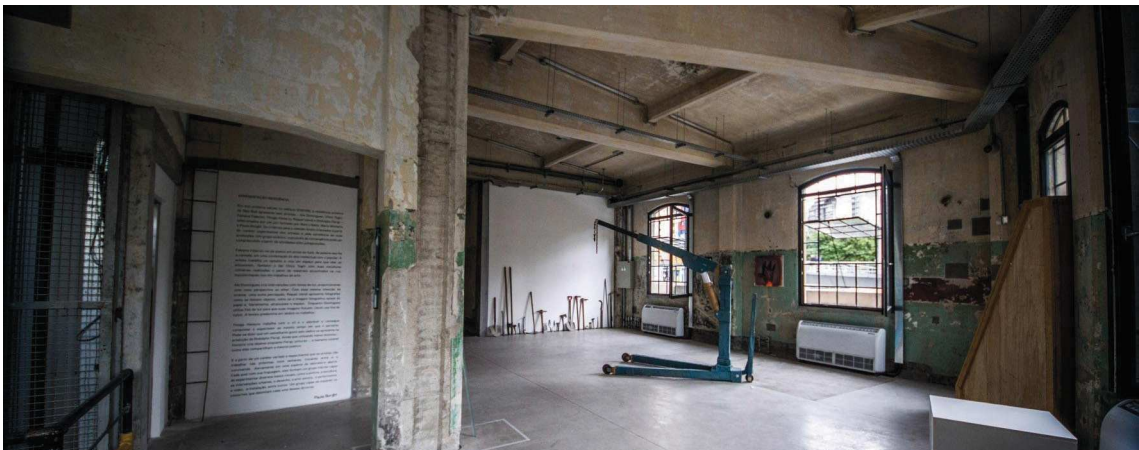


Figura 182 - Galeria transitória / atelier de trabalho.



Figura 183 - Atelier de trabalho.

## CASO DE REFERÊNCIA 05

## RED BULL STATION

### PLANTAS DE ARQUITETURA

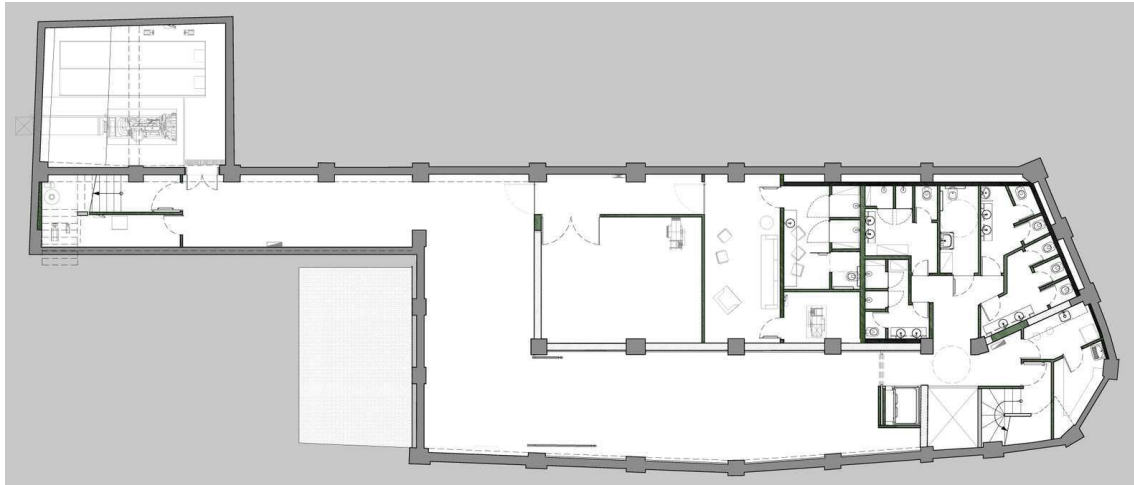


Figura 184 - Planta de cave.

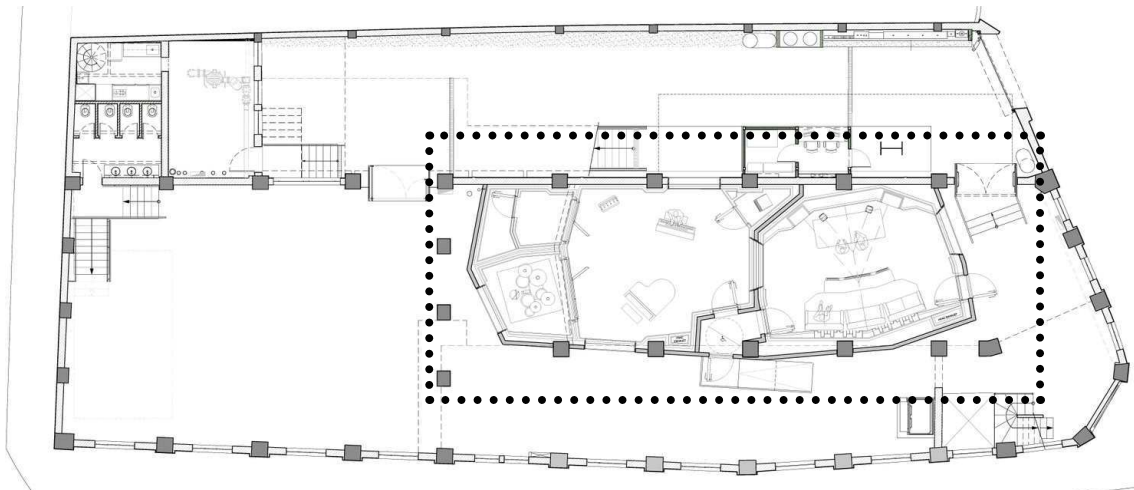


Figura 185 - Planta de rés-do-chão.

.....  
..... Identificação da nova intervenção.

## CASO DE REFERÊNCIA 05

## RED BULL STATION

### PLANTAS DE ARQUITETURA

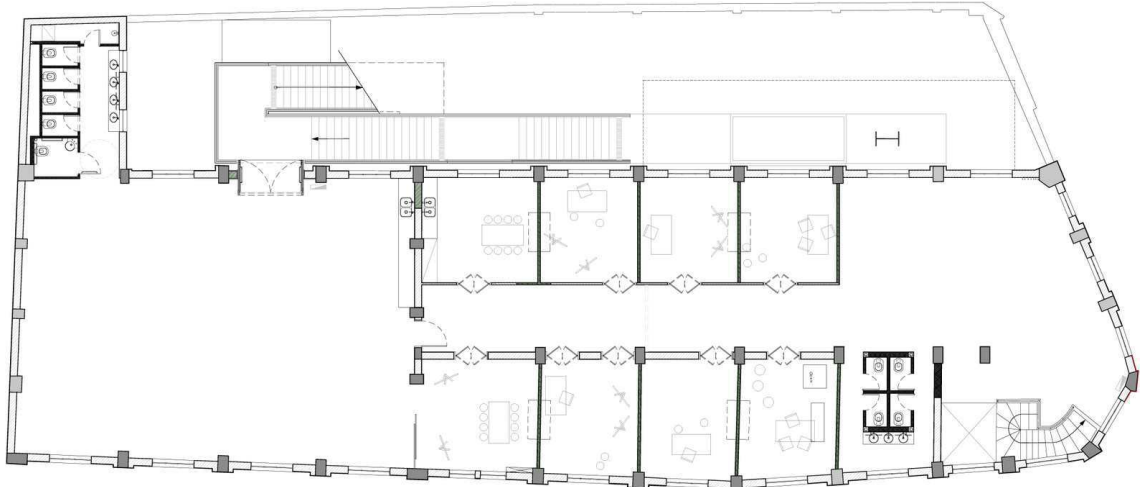


Figura 186 - Planta de 1º andar.

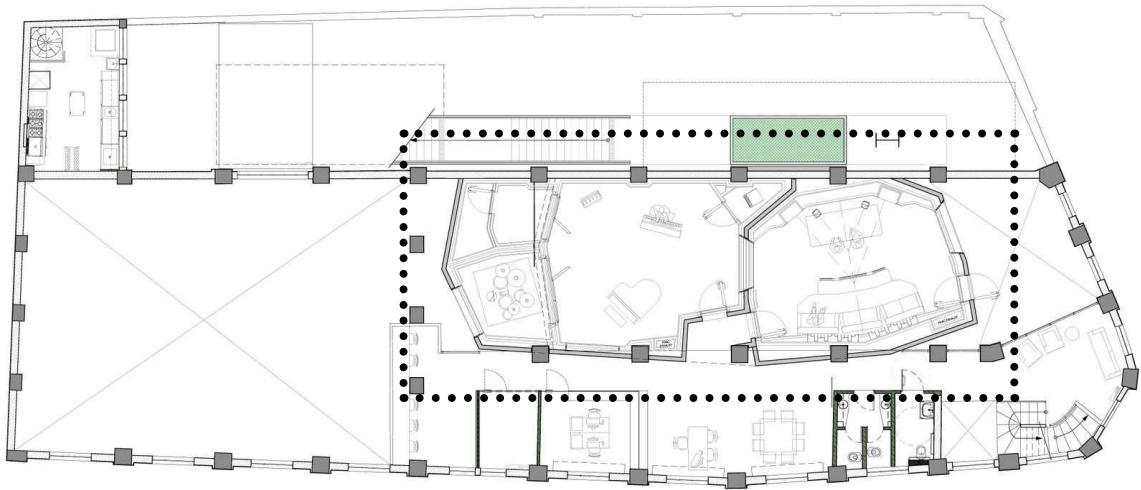


Figura 187 - Planta de 2º andar.

## CASO DE REFERÊNCIA 05

## RED BULL STATION

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte tectónica do caso de referência da Red Bull Station, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

### FICHA SÍNTESE | GRUPO II

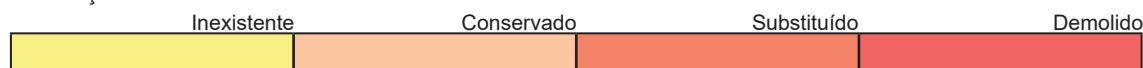
TECTÓNICA		
<b>PRÉEXISTÊNCIA</b>	Preservação das paredes estruturais	
	Grau de intervenção geral nas paredes estruturais	
	Preservação do sistema de vigas	
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	
	Preservação da cobertura	
	Preservação das carpintarias	
	Preservação das caixilharias	
	Preservação dos tetos originais	
	Preservação de lambrins originais	
	Preservação do pavimento original	
	Preservação das escadas interiores originais	
	Preservação do mobiliário original	
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas	
	Preservação do reboco pintado no interior	
	Grau de intervenção nos acabamentos interiores originais	
	Grau de intervenção nos acabamentos exteriores originais	
<b>ACABAMENTOS INTERIORES / EXTERIORES, UTILIZADOS NA NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Utilização de reboco pintado, como acabamento final de paredes exteriores	
	Utilização de azulejo, como revestimento exterior / interior	
	Utilização de paredes em granito	
	Utilização de paredes em betão aparente	
	Utilização de paredes interiores em tijolo	
	Utilização de paredes interiores em gesso acartonado	

Figura 188 - Ficha síntese do caso de referência 05.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



**CASO DE REFERÊNCIA 05****RED BULL STATION**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte arquitetónica e uso do caso de referência da Red Bull Station, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO II**

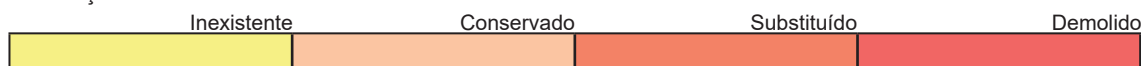
ARQUITETURA		
NOVA CONSTRUÇÃO	Estratégia de intervenção associado ao volume	
	Utilização geral dos elementos decorativos, presentes nos jardins	
	Relação da utilização de elementos dissonantes, comparado com o palacete	
	Relação estética, entre a préexistência e a nova construção	
	Relação estética, entre a materialidade da edificação existente e a proposta	
	Relação volumétrica, entre a préexistência e a nova construção	
	Relação de aproximação para com a edificação existente	
USO		
NOVA CONSTRUÇÃO E PALACETE	Oficinas de trabalho / Atelier / Laboratórios	Sim
	Espaço expositivo	Sim
	Espaço educativo / Espaço de Workshop	Sim
	Auditório	Não
	Biblioteca / Mediateca	Não
	Espaço para eventos interiores / multiusos	Sim
	Espaço para eventos exteriores / multiusos	Sim
	Restaurante / cantina	Não
	Residência para artistas	Não
USO	Uso original	Subestação
	Uso do palacete pré existente	Espaço artístico
	Uso da nova construção	Espaço de lazer
GESTÃO	Tipo de gestão da préexistência	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada

Figura 189 - Ficha síntese do caso de referência 05.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção







---

## CASA FIRJAN | CASO 06

**CASO DE REFERÊNCIA 06****CASA FIRJAN**

IDENTIFICAÇÃO GERAL	
DESIGNAÇÃO	Indústria criativa - Casa Firjan
LOCALIZAÇÃO	Botafogo, Brasil
ANO DE CONSTRUÇÃO	1906
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA CONSTRUÇÃO	Joseph Gire e Armando da Silva Telles
INTERVENÇÕES RECENTES	2012
ARQUITETO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO	Atelier 77
TIPOLOGIA	Palacete
USO INICIAL	Habitação
USO ATUAL	Espaço artístico e cultural
ÁREA DE CONSTRUÇÃO DO PALACETE	1 980,55 m <sup>2</sup>
ÁREA DE CONSTRUÇÃO TOTAL	3 050,10 m <sup>2</sup>
TIPO DE INTERVENÇÃO	Obras de restauro e construção nova.

Figura 190 - Identificação da Casa Firjan.

**CONTEXTUALIZAÇÃO:** A Federação Nacional das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, inaugurou em 2012, um complexo artístico e cultural, no antigo Palacete Guinle-Linneo de Paula Machado, de estilo art nouveau. O palacete foi mandado construir por Eduardo Pallasim Guinle, um dos maiores industriais do Brasil, para que fosse a residência da sua filha Celina Guinle. Atualmente, encontra-se protegido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). O palacete e a nova construção, pertencente à FIRJAN, abrigam, hoje em dia, espaços com atividades de exposições, de música, cinema, possui também um restaurante, café, tem um auditório para palestras, debates e cursos livres e possui também laboratórios técnicos / ateliers, além de recepção e salas de reuniões. A Casa Firjan, utiliza também os seus jardins para atividades e/ou exposições.

## CASO DE REFERÊNCIA 06

## CASA FIRJAN



Figura 191 - Localização da Casa Firjan.

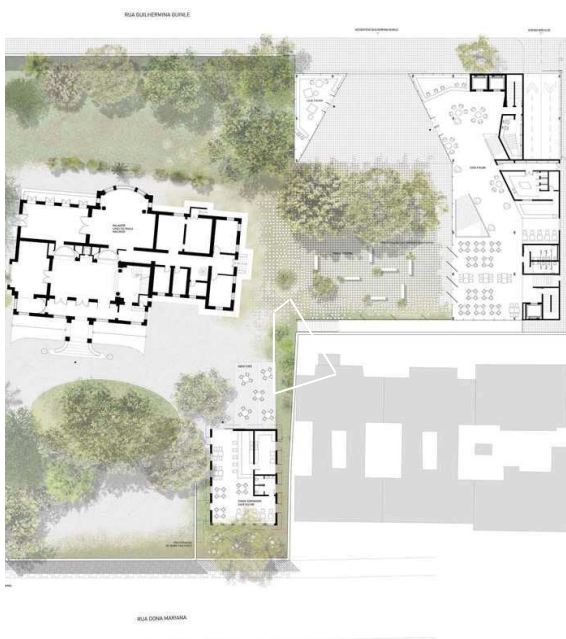


Figura 192 - Implantação da Casa Firjan.

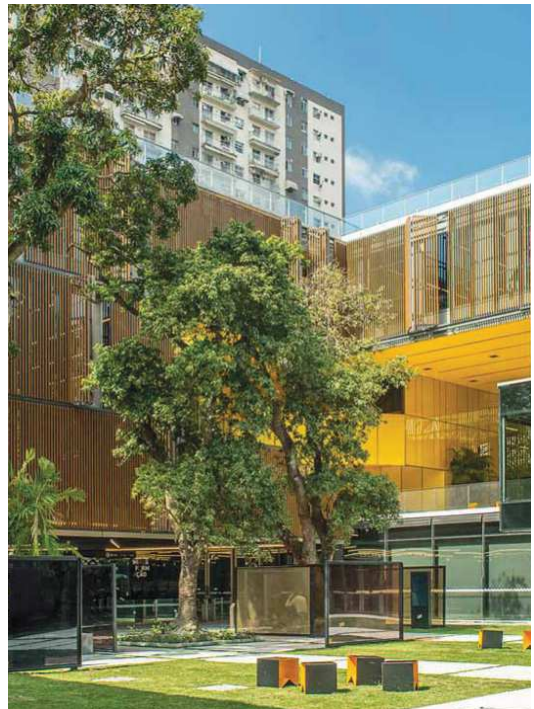


Figura 193 - Edifício novo da Casa Firjan.

## CASO DE REFERÊNCIA 06

## CASA FIRJAN

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO EXTERIOR



Figura 194 - Alçado principal do palacete Linneo de Paula Machado.



Figura 195 - Alçado da nova construção.



Figura 196 - Palacete com parte da intervenção.

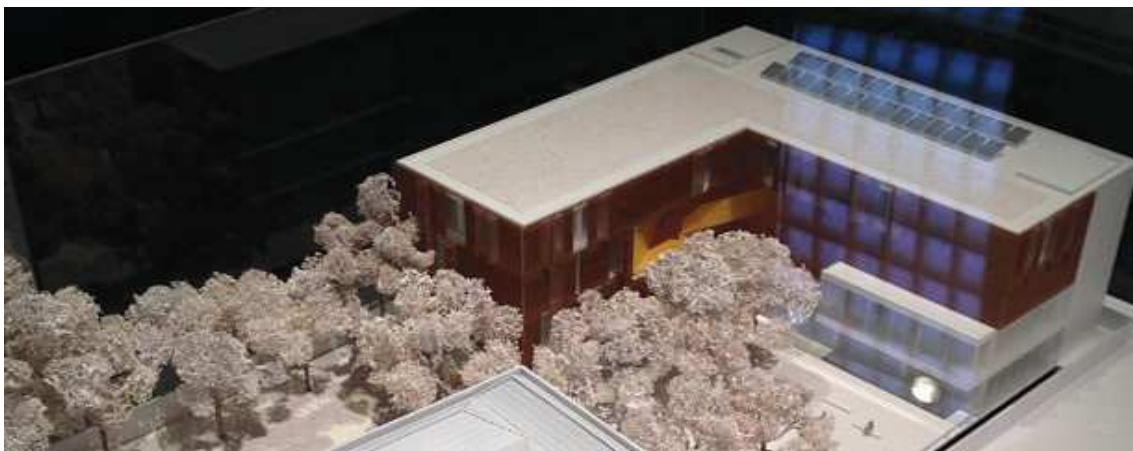


Figura 197 - Maquete volumétrica da nova intervenção.

## CASO DE REFERÊNCIA 06

## CASA FIRJAN

### LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO INTERIOR



Figura 198 - Mediateca da Casa Firjan.



Figura 199 - Sala de estar do palacete.



Figura 200 - Auditório da Casa Firjan.



Figura 201 - Atelier de trabalho.

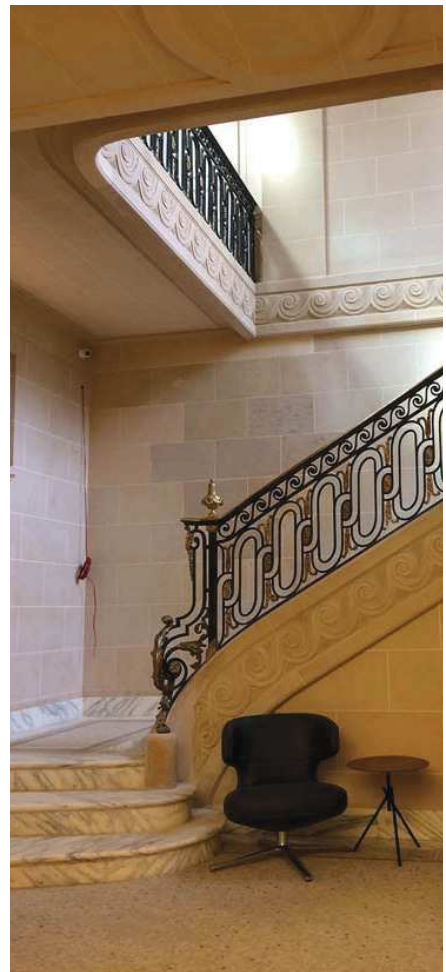


Figura 202 - Pormenor das escadas.

## CASO DE REFERÊNCIA 06

## CASA FIRJAN

### PLANTAS DE ARQUITETURA

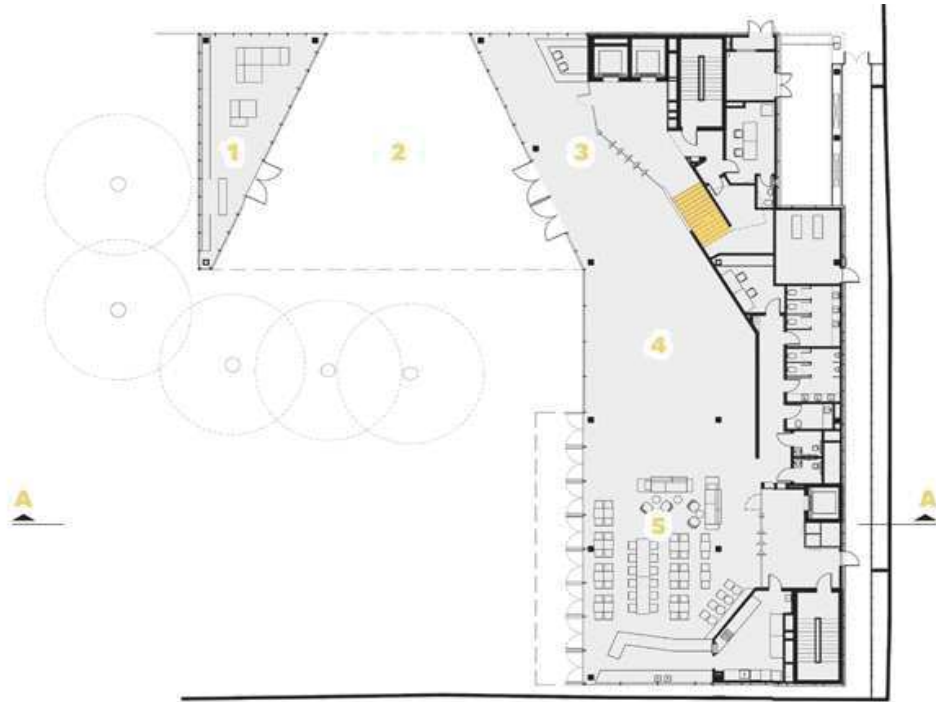


Figura 203 - Planta de rés-do-chão



Figura 204 - Planta de 1º andar.

Nota: As plantas apresentadas remetem para a nova construção.

## CASO DE REFERÊNCIA 06

## CASA FIRJAN

### PLANTAS DE ARQUITETURA



Figura 205 - Planta de 2º andar.



Figura 206 - Planta de 3º andar.

Nota: As plantas apresentadas remetem para a nova construção.

**CASO DE REFERÊNCIA 06****CASA FIRJAN**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte tectónica do caso de referência da Casa Firjan, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO II**

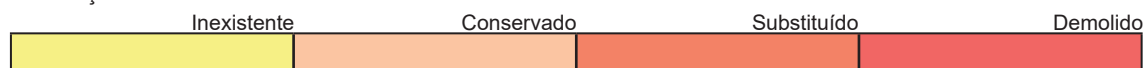
<b>TECTÓNICA</b>		
<b>PRÉ-EXISTÊNCIA</b>	Preservação das paredes estruturais	
	Grau de intervenção geral nas paredes estruturais	
	Preservação do sistema de vigas	
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	
	Preservação da cobertura	
	Preservação das carpintarias	
	Preservação das caixilharias	
	Preservação dos tetos originais	
	Preservação de lambrins originais	
	Preservação do pavimento original	
	Preservação das escadas interiores originais	
	Preservação do mobiliário original	
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas	
	Preservação do reboco pintado no interior	
	Grau de intervenção nos acabamentos interiores originais	
Grau de intervenção nos acabamentos exteriores originais		
<b>ACABAMENTOS INTERIORES / EXTERIORES, UTILIZADOS NA NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Utilização de reboco pintado, como acabamento final de paredes exteriores	
	Utilização de azulejo, como revestimento exterior / interior	
	Utilização de paredes em granito	
	Utilização de paredes em betão aparente	
	Utilização de paredes interiores em tijolo	
	Utilização de paredes interiores em gesso acartonado	

Figura 207 - Ficha síntese do caso de referência 06.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



**CASO DE REFERÊNCIA 06****CASA FIRJAN**

A ficha que se apresenta analisa os temas da parte arquitetónica e uso do caso de referência da Casa Firjan, onde se pretende sistematizar os dados recolhidos para uma posterior comparação.

**FICHA SÍNTESE | GRUPO II**

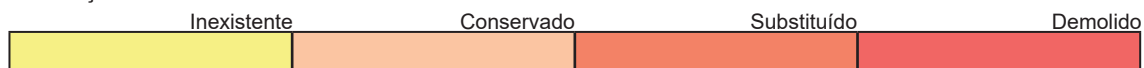
<b>ARQUITETURA</b>		
<b>NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Estratégia de intervenção associado ao volume	
	Utilização geral dos elementos decorativos, presentes nos jardins	
	Relação da utilização de elementos dissonantes, comparado com o palacete	
	Relação estética, entre a préexistência e a nova construção	
	Relação estética, entre a materialidade da edificação existente e a proposta	
	Relação volumétrica, entre a préexistência e a nova construção	
	Relação de aproximação para com a edificação existente	
<b>USO</b>		
<b>NOVA CONSTRUÇÃO E PALACETE</b>	Oficinas de trabalho / Atelier / Laboratórios	Sim
	Espaço expositivo	Sim
	Espaço educativo / Espaço de Workshop	Sim
	Auditório	Sim
	Biblioteca / Mediateca	Sim
	Espaço para eventos interiores / multiusos	Sim
	Espaço para eventos exteriores / multiusos	Sim
	Restaurante / cantina	Sim
	Residência para artistas	Não
<b>USO</b>	Uso original	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Espaço expositivo / administração
	Uso da nova intervenção	Espaço artístico
<b>GESTÃO</b>	Tipo de gestão da préexistência	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada

Figura 208 - Ficha síntese do caso de referência 06.

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção





## 4.2 - ANÁLISE COMPARATIVA

Os seis casos de referências analisados de forma individual, encontram-se divididos em dois grupos, onde no grupo I, se encontram os palacetes que sofreram intervenções no Norte de Portugal, e no grupo II, encontram-se os palacetes / edificações que sofreram intervenções de adaptação a um novo uso.

Da análise individual, realizada em tabela, de cada caso de referência, resultam as tabelas comparativas dos três casos de referência, onde é perceptível quais as opções de cada proprietário, aquando as intervenções.

Para o grupo I a tabela comparativa trata de avaliar a melhor compatibilidade das variáveis de cada tipologia, aquando as suas intervenções, com o objetivo de perceber o nível de intervenção realizado e a forma como valorizaram o palacete em si. Para o grupo II, é também realizada uma tabela comparativa, contudo, direcionada para o uso definido, onde a partir dos critérios de seleção, se retém qual o tipo de uso, que cada caso possui, e que define as residências artísticas.

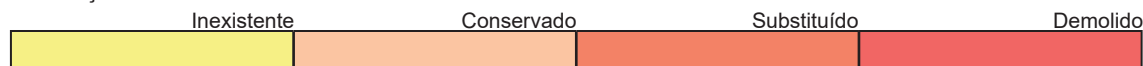
Com as duas tabelas comparativas e cada interpretação, é realizada uma análise global destes exemplos de intervenção, obtendo resultados / quadro síntese, nos quais se expressão os indicadores e princípios orientativos para a intervenção a realizar, concretizando assim, o projeto de arquitetura relativo à intervenção no Palacete das Almas, como espaço residencial artístico.

**IDENTIFICAÇÃO: CASO 1 - VILLA IDALINA****CASO 2 - CASA DA PRELADA****CASO 3 - PALACETE BURMESTER**

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



A ficha que se apresenta compara os elementos analisados anteriormente nas fichas síntese, entre os casos de referência 1-3, nomeadamente da parte técnica presente nos palacetes.

TÉCNICA				
		CASO 1	CASO 2	CASO 3
<b>PAREDES EXTERIORES</b>	Preservação das paredes em pedra de granito	Green	Green	Green
	Grau de intervenção geral nas paredes exteriores	Orange	Orange	Orange
<b>PAREDES INTERIORES</b>	Preservação das paredes interiores	Green	Green	Dark Blue
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	Dark Blue	Orange	Red
<b>ESTRUTURA HORIZONTAL</b>	Preservação do sistema de vigas de madeira	Green	Dark Blue	Dark Blue
	Preservação de pavimento em madeira	Green	Green	Dark Blue
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	Dark Blue	Orange	Red
<b>ESTRUTURA DA COBERTURA</b>	Preservação das asnas de madeira	Green	Dark Blue	Dark Blue
	Preservação da telha	Green	Dark Blue	Dark Blue
	Grau de intervenção geral na estrutura da cobertura	Orange	Red	Red
<b>CARPINTARIA</b>	Preservação das carpintarias interiores em madeira	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue
	Grau de intervenção geral nas carpintarias	Orange	Red	Red
<b>CAIXILHARIA</b>	Preservação da caixilharia em madeira	Dark Blue	Dark Blue	Dark Blue
	Grau de intervenção geral nas caixilharias	Orange	Orange	Orange

Figura 209 - Ficha resumo dos casos 1-3.

Na parte técnica de análise dos casos de referência, pertencentes ao grupo I, denota-se que existem algumas intervenções realizadas em comum, como, a preservação das paredes em pedra de granito, onde foram preservadas na totalidade, a preservação das carpintarias interiores em madeira e caixilharias, que se avaliam, como nulas, ou seja, não foram preservadas. O grau de intervenção, também é semelhante, contudo, no caso 1 - Villa Idalina, os proprietários somente substituíram as caixilharias em madeira em mau estado de conservação. Quanto às paredes interiores e à estrutura horizontal, tanto no caso 1 como 2, a intervenção foi razoável, já que, no caso 3, não houve qualquer tipo de preservação destes elementos. Relativamente à estrutura da cobertura, nomeadamente as asnas de madeira e a preservação da telha existente, o caso 1, foi o que sofreu menos intervenções, visto que, no caso 2 foi necessário intervir e no caso 3, a preservação foi nula.

**IDENTIFICAÇÃO: CASO 1 - VILLA IDALINA**

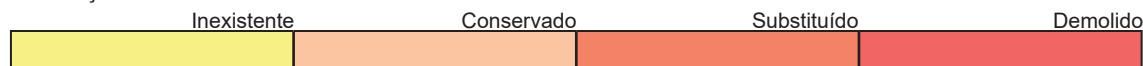
**CASO 2 - CASA DA PRELADA**

**CASO 3 - PALACETE BURMESTER**

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



A ficha que se apresenta compara os elementos analisados anteriormente nas fichas síntese, entre os casos de referência 1-3, nomeadamente da parte tectónica presente nos palacetes.

TECTÓNICA				
		CASO 1	CASO 2	CASO 3
<b>ACABAMENTOS INTERIORES</b>	Preservação de tetos em madeira	Green	Green	Blue
	Preservação de tetos em estuque	Green	Green	Blue
	Preservação de tetos em reboco pintado	Green	Green	Blue
	Preservação das molduras de teto	Green	Green	Blue
	Grau de interveção geral nos tetos	Orange	Orange	Orange
	Preservação do lambrim em madeira	Green	Green	Blue
	Grau de interveção geral nos lambrins	Orange	Green	Yellow
	Preservação da guarda das escadas em madeira	Green	Yellow	Blue
	Preservação das escadas em madeira	Green	Green	Blue
<b>MOBILIÁRIO INTERIOR</b>	Preservação do mobiliário original do palacete	Green	Green	Blue
	Grau de intervenção geral no mobiliário	Orange	Orange	Yellow
<b>ACABAMENTOS EXTERIORES</b>	Preservação dos jardins inicialmente previstos para o palacete	Green	Green	Blue
	Preservação de elementos decorativos presente nos jardins, fontes, bancos, estátuas	Blue	Green	Blue
	Grau de intervenção nos jardins do palacete	Orange	Orange	Red
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas do palacete	Green	Green	Green
	Grau de intervenção nas fachadas do palacete	Orange	Orange	Orange

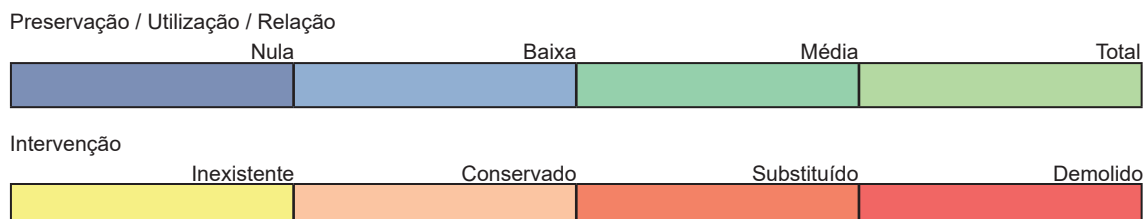
Figura 210 - Ficha resumo dos casos 1-3.

Na parte tectónica de análise dos casos de referência, pertencentes ao grupo I, denota-se que existem algumas intervenções realizadas em comum, como a preservação dos tetos em madeira, estuque e reboco, que embora no caso 1 e 2, a preservação seja média, no caso 3 foi totalmente nula, o que acontece também, no caso da preservação dos lambrins, das escadas em madeira, do mobiliários interior, da preservação dos jardins e do grau de intervenção nas fachadas exteriores, onde no caso 1 e 2 a intervenção foi razoável, no caso 3, a intervenção foi profunda, dado o estado em que o palacete se encontrava, aquando a sua intervenção.

**IDENTIFICAÇÃO: CASO 1 - VILLA IDALINA**

**CASO 2 - CASA DA PRELADA**

**CASO 3 - PALACETE BURMESTER**



A ficha que se apresenta compara os elementos analisados anteriormente nas fichas síntese, entre os casos de referência 1-3, nomeadamente da parte arquitetónica presente nos palacetes.

ARQUITETURA		CASO 1	CASO 2	CASO 3
PRÉEXISTÊNCIA	Estratégia de intervenção associado ao volume	Orange	Orange	Orange
	Preservação geral dos elementos decorativos	Green	Green	Blue
NOVA INTERVENÇÃO	Introdução de elementos dissonantes	Yellow	Yellow	Green
	Relação estética entre a préexistência e a nova intervenção	Green	Green	Green
	Relação volumétrica entre a préexistência e a nova intervenção	Green	Green	Green
MATERIALIDADE EXTERIOR	Preservação de reboco pintado	Orange	Green	Blue
	Preservação de pedra de granito	Orange	Green	Green
	Preservação de azulejo	Orange	Yellow	Blue
	Grau de intervenção dos acabamentos de fachadas	Orange	Red	Red

Figura 211 - Ficha resumo dos casos 1-3.

Na parte de arquitetura da análise dos casos de referência, do grupo I, denota-se, também, que existem algumas intervenções realizadas de forma comum, como a estratégia que utilizaram em cada préexistência, onde foram os três palacete minimamente conservados, embora no caso 3, não preservassem a maior parte dos elementos decorativos. Tanto na relação estética, como volumétrica, a opção para cada intervenção, foi analisada como média, vista a inexistência de um grande impacto de número de pisos, na envolvente imediata, contudo, no caso 3, foram introduzidos elementos dissonantes, como a capacidade construtiva, na parcela de terreno. Quanto à materialidade exterior, somente o caso 1, conservou na totalidade os elementos de fachada.

**IDENTIFICAÇÃO: CASO 1 - VILLA IDALINA**

**CASO 2 - CASA DA PRELADA**

**CASO 3 - PALACETE BURMESTER**

O tema que se apresenta compara os elementos analisados anteriormente nas fichas síntese, entre os casos de referência 1-3, nomeadamente da parte do uso dos palacetes.

USO				
		CASO 1	CASO 2	CASO 3
USO	Uso original	Habitação	Habitação	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Alojamento / espaço expositivo	Espaço cultural / educacional	Habitação - apartamento
	Uso da nova intervenção	Alojamento local	Espaço cultural	Habitação - apartamento
GESTÃO	Tipo de gestão da préexistência	Privada	Privada	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada	Privada	Privada

Figura 212 - Ficha resumo dos casos 1-3.

No programa dos casos de referência, pertencentes ao grupo I, foram adaptados a novos usos, onde no caso 1, que além de espaço de residência, incluem no rés-do-chão espaços expositivos e de lazer, no caso 2, todo o edifício é espaço cultural e educacional e no caso 3, embora seja na totalidade continue a ser habitacional, foi dividido em frações. Também em todos os casos a gestão mantém-se em entidade privadas.

**IDENTIFICAÇÃO: CASO 4 - PALACETE DAS ARTES**

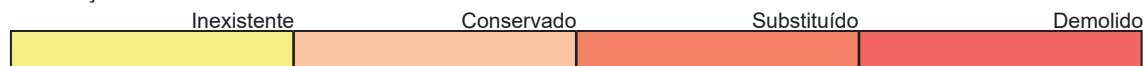
**CASO 5 - RED BULL STATION**

**CASO 6 - CASA FIRJAN**

Preservação / Utilização / Relação



Intervenção



A ficha que se apresenta compara os elementos analisados anteriormente nas fichas síntese, entre os casos de referência 4-6, nomeadamente da parte tectónica presente nos palacetes.

TECTÓNICA				
		CASO 4	CASO 5	CASO 6
PRÉEXISTÊNCIA	Preservação das paredes estruturais	Green	Green	Green
	Grau de intervenção geral nas paredes estruturais	Orange	Orange	Orange
	Preservação do sistema de vigas	Green	Red	Orange
	Grau de intervenção geral na estrutura horizontal	Orange	Red	Orange
	Grau de intervenção geral nas paredes interiores	Orange	Red	Orange
	Preservação da cobertura	Green	Red	Orange
	Preservação das carpintarias	Blue	Red	Red
	Preservação das caixilharias	Blue	Red	Red
	Preservação dos tetos originais	Green	Red	Green
	Preservação de lambrins originais	Green	Blue	Green
	Preservação do pavimento original	Blue	Blue	Green
	Preservação das escadas interiores originais	Green	Green	Green
	Preservação do mobiliário original	Green	Blue	Green
	Preservação dos elementos decorativos das fachadas	Green	Green	Green
	Preservação do reboco pintado no interior	Green	Green	Green
	Grau de intervenção nos acabamentos interiores originais	Orange	Red	Orange
	Grau de intervenção nos acabamentos exteriores originais	Orange	Orange	Orange

Figura 213 - Ficha resumo dos casos 4-6.

Na parte tectónica de análise dos casos de referência, pertencentes ao grupo II, é perceptível, alguns elementos em comum pertencentes à préexistência, como as paredes

estruturais e o seu grau de intervenção, a preservação das escadas interiores originais e elementos decorativos de fachadas, bem como, a preservação do reboco pintado em parte das edificações e ainda o grau de intervenção nos acabamentos exteriores originais.

		CASO 4	CASO 5	CASO 6
<b>ACABAMENTOS INTERIORES / EXTERIORES, UTILIZADOS NA NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Utilização de reboco pintado, como acabamento final de paredes exteriores			
	Utilização de azulejo, como revestimento exterior / interior			
	Utilização de paredes em granito			
	Utilização de paredes em betão aparente			
	Utilização de paredes interiores em tijolo			
	Utilização de paredes interiores em gesso acartonado			

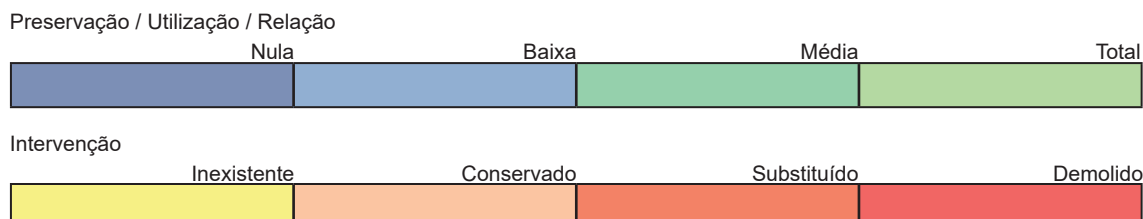
Figura 214 - Ficha resumo dos casos 4-6.

Ainda na parte tectónica da análise dos casos de referência, do grupo II, nomeadamente os acabamentos interiores / exteriores nas novas construções, também se encontram elementos em comum, como a utilização do gesso acartonado nas intervenções interiores, e a inexistência da utilização de tijolo e azulejo como revestimento. Denota-se também, nos dois primeiros casos, a utilização de betão aparente nas intervenções realizadas nos casos de referência, onde pretendem distinguir as novas construções da préexistência.

**IDENTIFICAÇÃO: CASO 4 - PALACETE DAS ARTES**

**CASO 5 - RED BULL STATION**

**CASO 6 - CASA FIRJAN**



A ficha que se apresenta compara os elementos analisados anteriormente nas fichas síntese, entre os casos de referência 4-6, nomeadamente da parte arquitetónica e uso presente nos palacetes.

ARQUITETURA				
		CASO 4	CASO 5	CASO 6
<b>NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Estratégia de intervenção associado ao volume	Orange	Orange	Orange
	Utilização geral dos elementos decorativos, presentes nos jardins	Green	Blue	Green
	Relação da utilização de elementos dissonantes, comparado com o palacete	Blue	Blue	Green
	Relação estética, entre a préexistência e a nova construção	Green	Green	Blue
	Relação estética, entre a materialidade da edificação existente e a proposta	Green	Green	Blue
	Relação volumétrica, entre a préexistência e a nova construção	Green	Green	Blue
	Relação de aproximação para com a edificação existente	Green	Green	Blue

Figura 215 - Ficha resumo dos casos 4-6.

Ainda na parte de arquitetura da análise dos casos de referência, do grupo II, nomeadamente na nova construção realizada na envolvente da edificação existente, a estratégia de intervenção utilizada foi comum aos três casos em manter a edificação. Quanto à relação de elementos dissonantes, no caso 1 e 2, não existiram esses elementos, enquanto que, no caso 3, o material escolhido como revestimento é demasiado contrastante com o palacete existente, que também é o que acontece com a relação estética, volumétrica e a relação de aproximação, visto que, a área de construção da nova intervenção encontra-se em demasia relativamente ao palacete.

USO				
		CASO 4	CASO 5	CASO 6
<b>NOVA CONSTRUÇÃO E PALACETE</b>	Oficinas de trabalho / Atelier / Laboratórios	Sim	Sim	Sim
	Espaço expositivo	Sim	Sim	Sim
	Espaço educativo / Workshop	Sim	Sim	Sim
	Auditório	Não	Não	Sim
	Biblioteca / Mediateca	Não	Não	Sim
	Espaço para eventos interiores / multiusos	Sim	Sim	Sim
	Espaço para eventos exteriores / multiusos	Sim	Sim	Sim
	Restaurante / cantina	Sim	Não	Sim
	Residência para artistas	Não	Não	Não
<b>USO</b>	Uso original	Habitação	Habitação	Habitação
	Uso do palacete pré existente	Espaço expositivo / administração	Espaço artístico	Espaço expositivo / administração
	Uso da nova intervenção	Espaço cultural	Espaço artístico	Espaço artístico
<b>GESTÃO</b>	Tipo de gestão da préexistência	Privada	Privada	Privada
	Tipo de gestão da nova intervenção	Privada	Privada	Privada

Figura 216 - Ficha resumo dos casos 4-6.

Quanto ao uso estabelecido em cada caso de estudo, são notórios os elementos em comum, em que, nos casos 4, 5 e 6, existem oficinas de trabalho, espaços expositivos e educativos e espaços para eventos, sejam interiores ou exteriores. Pontualmente, existe um caso que possui elementos adicionais, como auditório, biblioteca / mediateca, cantina. Contudo, em nenhum dos casos estudados existe espaço de residência para os artistas que se deslocam a estas edificações para exporem ou trabalharem. Relativamente ao uso e gestão dos casos, o caso 5 e 6 partilham o mesmo tipo de uso e gestão e o caso 4 possui parte desse uso como espaço expositivo e cultural.

### 4.3 - ANÁLISE GLOBAL DOS GRUPOS I E II

As tabelas comparativas anteriormente realizadas, em forma de resumo, dos seis casos de referências, vão ser apresentadas no presente ponto em forma de quadro, para que seja perceptível um resumo de todos os casos apresentados.

		CASO 1	CASO 2	CASO 3	CASO 4	CASO 5	CASO 6
<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>USO ORIGINAL</b>	Habitação	Habitação	Habitação	Habitação	Subestação	Habitação
	<b>USO PROPOSTO</b>	Habitação/ espaço expositivo	Espaço cultural / educacional	Habitação - apartamento	Espaço expositivo / cultural	Espaço artístico	Espaço artístico
	<b>ESPAÇOS DO PROGRAMA</b>	Espaço expositivo e educativo, eventos, cantina, residência	Atelier, espaço expositivo e educativo, eventos, cantina	Espaço expositivo e educativo, eventos, residência	Atelier, espaço expositivo e educativo, eventos, restaurante	Atelier, espaço expositivo e educativo, eventos,	Atelier, espaço expositivo e educativo, auditório, biblioteca, eventos, cantina
	<b>GESTÃO</b>	Privada	Privada	Privada	Privada	Privada	Privada
<b>PRÉ EXISTÊNCIA</b>	<b>PAREDES EXTERIORES</b>	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado
	<b>PAREDES INTERIORES</b>	Conservado	Conservado	Substituído	Conservado	Substituído	Conservado
	<b>ESTRUTURA HORIZONTAL</b>	Conservado	Conservado	Substituído	Conservado	Substituído	Conservado
	<b>ESTRUTURA DA COBERTURA</b>	Conservado	Conservado	Substituído	Conservado	Substituído	Conservado
	<b>CARPINTARIA</b>	Conservado	Substituído	Substituído	Substituído	Substituído	Substituído
	<b>CAIXILHARIA</b>	Substituído	Substituído	Substituído	Substituído	Substituído	Substituído
	<b>ACABAMENTOS INTERIORES</b>	Conservado	Conservado	Substituído	Substituído	Substituído	Conservado
	<b>MOBILIÁRIO INTERIOR</b>	Conservado	Conservado	Substituído	Conservado	Substituído	Substituído
	<b>ACABAMENTOS EXTERIORES</b>	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado
	<b>PRÉ EXISTÊNCIA</b>	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado	Conservado
	<b>NOVA INTERVENÇÃO</b>	Integrada	Integrada	Integrada	Integrada	Integrada	Desintegrada
	<b>MATERIALIDADE EXTERIOR</b>	Conservado	Substituído	Substituído	Conservado	Conservado	Conservado
<b>NOVA CONSTRUÇÃO</b>	<b>ACABAMENTOS INTERIORES NA NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Gesso acartonado e tijolo furado	Tijolo furado	Gesso acartonado e tijolo furado	Gesso acartonado	Gesso acartonado	Gesso acartonado
	<b>ACABAMENTOS EXTERIORES NA NOVA CONSTRUÇÃO</b>	Reboco	Reboco	Reboco	Betão aparente	Betão aparente	Reboco pintado e Madeira
	<b>NOVA CONSTRUÇÃO - RELAÇÃO ESTÉTICA</b>	Integrada	Integrada	Desintegrada	Integrada	Integrada	Desintegrada
	<b>NOVA CONSTRUÇÃO - RELAÇÃO VOLUMÉTRICA</b>	Integrada	Integrada	Integrada	Integrada	Integrada	Desintegrada

Figura 217 - Quadro de análise global, do seis casos de referência.

Da análise realizada aos seis casos de referência, denota-se que a sua maioria possui características idênticas como o uso original, em contrapartida, o uso proposto por cada proprietário deixou de ser habitacional e todos eles passaram a ser de uso público, sendo uma forma de conservar o edifício com as características originais mesmo que, não seja o uso para o qual foi construído.

No edifício préexistente denota-se também que, na sua maioria, os elementos estruturais, acabamentos exteriores e materialidade foram aqueles que se conservaram, em contrapartida, em todos os casos foram substituídas as caixilharias e na maioria também as carpintarias. Em quase todos os casos de referência existiu uma boa integração da nova intervenção, sendo que no caso 1 as intervenções aconteceram a nível interior, contudo, as que se realizaram no espaço exterior foram, na sua maioria uma intervenção que não se sobrepôs ao palacete.

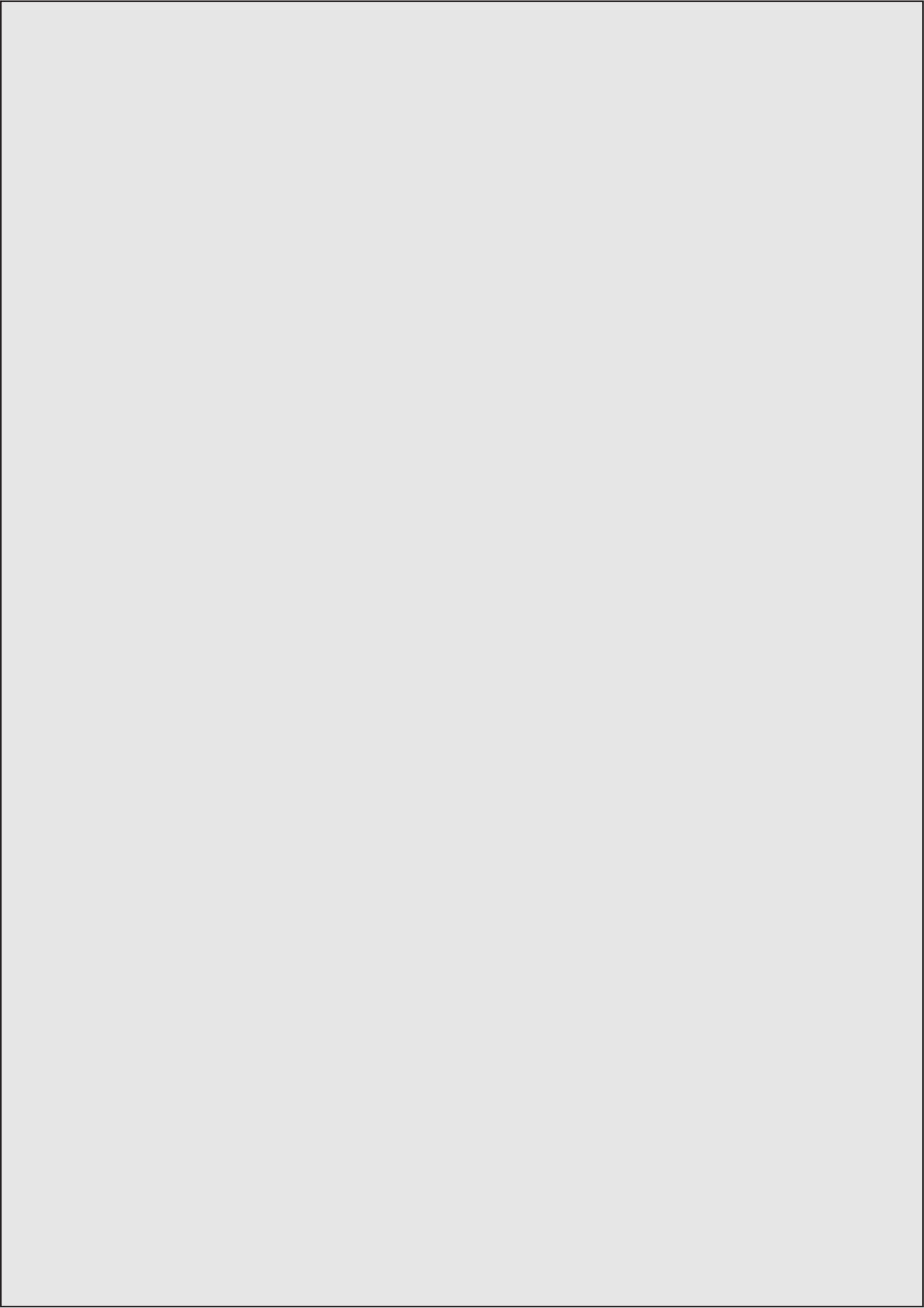
A maioria das novas construções realizadas para colmatar as necessidades de cada palacete, foram construídas com acabamentos simples, tanto interiores como exteriores e o número de pisos de cada edifício não excedeu os de cada palacete, o que não provoca uma relação volumétrica desintegrada.

Em geral, todos os palacetes foram conservados com um novo uso, com novas intervenções adaptadas à atualidade e com novas dinâmias para a cidade onde se insere. O importante é que estas tipologias sejam utilizadas e adaptadas de forma a manter este património para gerações futuras.



**PARTE V**  
**CONCLUSÕES**

---



## 5.1 - CONCLUSÕES GERAIS

Uma vez compreendido o desenvolvimento, do fenómeno do brasileiro de torna viagem, assim como, as dinâmicas das residências artísticas e toda a evolução do Palacete das Almas, foram estabelecidos uma série de critérios de seleção, mediante os quais se pretende corresponder, aos objetivos inicialmente identificados, como forma de desenvolvimento do projeto de arquitetura para o objeto de estudo. Existe um paradigma associado ao projeto a desenvolver para o objeto de estudo, visto que se trata de uma referência para a cidade de Esposende.

O paradigma associado, encontra-se nos dois momentos das intervenções, sendo que, são dois edifícios, de dois momentos históricos diferenciados, e que se pretende que assim se mantenha, por forma, a não descaracterizar o palacete existente. Embora o fenómeno do palacete tenha sido mais complexo do que o esperado, dadas as opções de intervenção que o atual proprietário escolheu, onde optou pela demolição interior total do palacete, incluindo a cobertura, o conceito e a importância do mesmo, na cidade de Esposende, superou todo o fachadismo descoberto, no decorrer da presente dissertação.

Foram identificadas algumas fragilidades no tema desta dissertação, nomeadamente, as opções de intervenção, no caso da referência 3 - O Palacete Burmester, que foram exatamente as mesmas opções, tomadas pelo atual proprietário do Palacete das Almas, onde não só demonstra a falta de sensibilidade, para com o património histórico existente, mas também, a falta da intervenção de um técnico especializado, o que desvaloriza este património, não só para a cidade onde se insere, mas também, para todo o Norte de Portugal, sendo onde esta tipologia é mais encontrada. Em contrapartida, no caso 1 e 2, - A Villa Idalina e a Casa da Prelada, os proprietários, mantiveram a essência do palacete, tentando realizar somente obras de manutenção e conservação, para que, este património não se desvalorize.

Também alguns dos casos de referência no Brasil, obtiveram uma intervenção moderada, por forma a não ofuscar a importância do património arquitetónico existente, que se reflete utilização coerente a cada unidade espacial. Mediante estas fragilidades, positivas e/ou negativas,

são consideradas apontamentos de grande importância, para a valorização da identidade do palacete, e para a intervenção a realizar no objeto de estudo, visto que, o objetivo principal do projeto de arquitetura, é manter as edificações com valor patrimonial, sem que a intervenção se sobreponha e retire importância ao palacete.

Em forma conclusiva e direcionada para estes edifícios, desabitados ou em estado devoluto, e que necessitam urgentemente de algum tipo de intervenção, torna-se, cada vez mais importante, a realização de um estudo de necessidades de cada cidade, como forma de utilização destas edificações. Assim, existe uma maior possibilidade de não existirem palacetes devolutos, mas sim, palacetes conservados e utilizados, seja por entidades públicas ou privadas.

## **5.2- RESPOSTA AOS OBJETIVOS**

De forma conclusiva, este ponto sintetiza a resposta aos objetivos inicialmente estabelecidos para o desenvolvimento da presente dissertação de projeto.

### **OBJETIVO 1:**

#### **IDENTIFICAR DIFERENTES TIPOS DE USOS E INTERVENÇÕES EM PALACETES.**

**1- Sendo o Minho um lugar de grandes evidências da presença do brasileiro de torna viagens, é necessário valorizar as tipologias edificatórias construídas por estes emigrantes, entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX.** A maior valorização para este tipo de tipologia edificatória, é conservá-la e dar-lhe um novo uso.

Em quase todas as cidades do Norte de Portugal existe um património arquitetónico abandonado ou mesmo em estado de degradação, e um desses exemplos é o objeto de estudo, o Palacete das Almas, na cidade de Esposende, onde se não houverem intervenções nos próximos anos, irá também cair em degradação. É importante que estas intervenções

aportem usos ativos à arquitetura e que não sejam investimentos puramente estéticos, porque caso contrário, volta-se à mesma questão.

A presente dissertação tem também como objetivo alertar para este tipo de situações, onde ainda é possível a realização de obras de manutenção e conseguir oferecer um novo uso a palacete como este, seja de uso privado ou público.

**2- Analisando os palacetes dos casos de referência, denota-se que todos alteraram o uso original, para um uso público.** O facto da escala da tipologia dos palacetes não ser adaptada às necessidades de vida atuais, faz com que estas edificações sejam abandonadas cada vez mais. Contudo atualmente verifica-se um aumento de obras de manutenção neste tipo de construções, onde optam por alterar o uso original, o que faz com que estes palacete se conservem.

No caso de referência 1 - Villa Idalina, dada a escala do palacete os proprietários decidiram utilizar o rés-do-chão e as construções anexas para a realização de espaço expositivo e de eventos, e os andares superiores do palacete mantiveram o uso habitacional, como alojamento local, enquanto que, no caso 2 - Casa da Prelada, os proprietários alteraram por completo o seu uso original de habitação, para espaço cultural / educacional, onde possuem biblioteca, salas de leitura, espaços expositivos, auditório, entre outros. O caso 3 - Palácio Burmester, foi onde realizaram uma intervenção mais profunda, dado o estado degradado em que se encontrava o palacete, contudo mantiveram também o seu uso como habitacional. A intervenções nos dois primeiros casos, foram mais contidas, sendo que, só no segundo caso foi onde se realizou um aumento significativo de área, enquanto que, no terceiro caso, realizaram a demolição interior total e somente conservaram as paredes e elementos exteriores. Nos casos 4, 5 e 6, os palacetes possuíam o uso habitacional e um deles de subestação, contudo, alteraram na totalidade estes usos para espaço artístico, onde optam por construir novos edificios adjacentes com espaços expositivos e educativos, auditórios, cantinas, atelier, entre outros. Também nestes casos as interveções foram

contidas, sendo que, optaram por novas construções para as suas necessidades.

**3- Não se identifica um modelo espacial que dê resposta, na totalidade, ao conjunto de necessidades das residências artísticas.** A residência artística é caracterizada por contar com uma série de usos, que em conjunto, se complementam e oferecem respostas aos programas organizados. Embora a maioria das residências artísticas possuam de modo transversal os mesmo espaços, não conseguem completar todas as necessidades, ou por falta de espaço, ou por falta de poder económico para ampliarem as instalações, por isso fazem contratos com instituições da própria cidade, como forma de complemento.

Quando se pretende unificar todas as necessidades de residências artísticas em uma só parcela de terreno, é necessária a adaptação, ampliação ou mesmo a construção de um novo edifício, por forma a responder a todas essas necessidades. A proposta do uso para o Palacete das Almas vai de encontro às necessidades da própria cidade, onde a inexistência de um espaço onde é permitido viver, trabalhar e expor, à muito é esperado pelos habitantes locais.

Por forma a adaptar o Palacete das Almas a um novo uso, é necessário analisar os diferentes tipos de usos e intervenções realizados em palacetes idênticos ao objeto de estudo. É necessário realizar a análise dos seis casos de referência, presentes na parte IV - Análise, que foram divididos em dois grupos, o grupo I trata intervenções em palacetes no Norte de Portugal, e o grupo II, trata intervenções de adaptação de palacetes a um novo uso, residência artística, para perceber qual o tipo de programa adequado ao palacete.

Como resposta ao objetivo 1, foram criadas tabelas síntese tanto do grupo I, como do grupo II, onde no grupo I, foram identificados o uso de cada palacete, tanto o uso original como o uso atual, e também o tipo de intervenção utilizado na pré existência e na nova construção, sendo um dos pontos fulcrais desta dissertação, pois a partir destes pontos são criadas as bases para o projeto de arquitetura, onde se pretende que estejam baseadas nesta análise,

realizada a outros casos de referência. Por isso, são analisados elementos como a preservação de paredes exteriores, interiores, o tipo de acabamentos utilizados nas pré existências, bem como a forma como a nova construção está implantada, e se se encontra bem integrada ou não.

Os critérios do grupo II são distintos aos critérios do grupo I, onde se pretende que seja realizada uma análise mais profunda do uso de cada edifício, por forma a realizar a adaptação do uso ao objeto de estudo. É realizada uma análise dos diferentes tipos de programas atribuídos a cada caso, nomeadamente, o tipo de intervenção utilizado, bem como a relação estética e volumétrica que cada um tem para com a sua pré existência. Com esta análise destacá-se que, o programa mais adequado às residências artísticas é aquele que possui espaços de trabalho / atelier / oficinas, espaços educacionais, que permite a existência de workshops e que esteja preparado para os mais variados eventos. Nos palacetes estudados são identificadas limitações volumétricas para a execução e transporte de obras de moderada escala, tal como pinturas, esculturas, entre outros.

Vista a inexistência deste tipo de programas na cidade de Esposende e sendo que este tipo de uso é considerado um ponto de encontro entre amigos, familiares e artistas, são introduzidas novas dinâmicas na cidade, onde a própria intervenção é considerada uma evolução para a cidade.

## **OBJETIVO 2:**

### **DEFINIR UMA INTERVENÇÃO COM UM NOVO USO, RESIDÊNCIA ARTÍSTICA, PARA O PALACETE DAS ALMAS, EM ESPOSENDE.**

Para o Palacete das Almas foi definido o uso de residências artísticas, de forma a completar as necessidades existentes na cidade de Esposende. Com base nas análises realizadas durante a presente dissertação, juntamente com as conclusões retiradas das mesmas, observa-se que é necessário dar uma resposta arquitetónica às referidas necessidades, pelo qual se propõe um projeto de arquitetura que inclua estas manifestações artísticas por

meio da criação de uma residência artística.

É proposto um novo volume construído para os ateliers / espaço de trabalho, visto que existem limitações volumétricas para a execução e transporte de obras de arte. A finalidade deste espaço passa pela produção deste tipo de trabalhos, tendo em conta que, para produzir este tipo de escala, não são necessários meios especiais de execução e transporte. A localização da nova construção é a mais adequada às suas limitações, sendo pela facilidade de acesso ao espaço expositivo, ou mesmo à via pública. O espaço expositivo encontra-se também localizado num ponto estratégico, sendo que, é o edifício mais próximo da via pública, o que faz com que os visitantes permaneçam na entrada da parcela de terreno e que não entrem nas diversas zonas privadas. Visto que o palacete ainda é utilizado como espaço habitacional, a proposta contempla manter esse uso nos pisos 1, 2 e 3, visto que pela análise realizada, em nenhum dos casos de referência se encontra parte de residência implantada no programa, por isso pretende-se que a proposta colmate essa necessidade. Para o rés-do-chão é proposto o uso semi privado, podendo ser utilizado em eventos pontuais, como espaços educacionais para workshops.

Mediante a análise do tipo de uso e intervenção utilizado em cada caso de referência, são criadas **bases para o projeto de arquitetura**, como forma de justificação do mesmo.

- Relativamente ao tipo de intervenção realizado na pré existência dos casos de referência, é de referir que a proposta irá contemplar a conservação parcial do palacete, sendo que irá conservar na totalidade as paredes exteriores, a estrutura horizontal e de cobertura, que embora não seja a original, irá se manter, bem como os acabamentos interiores e exteriores. Contudo irão ser demolidas algumas paredes interiores, vista a necessidade de adaptação ao novo uso.

- Na nova intervenção no palacete nomeadamente a construção do elevador, a proposta contempla que este seja o mais transparente possível, por forma a que consigamos visualizar

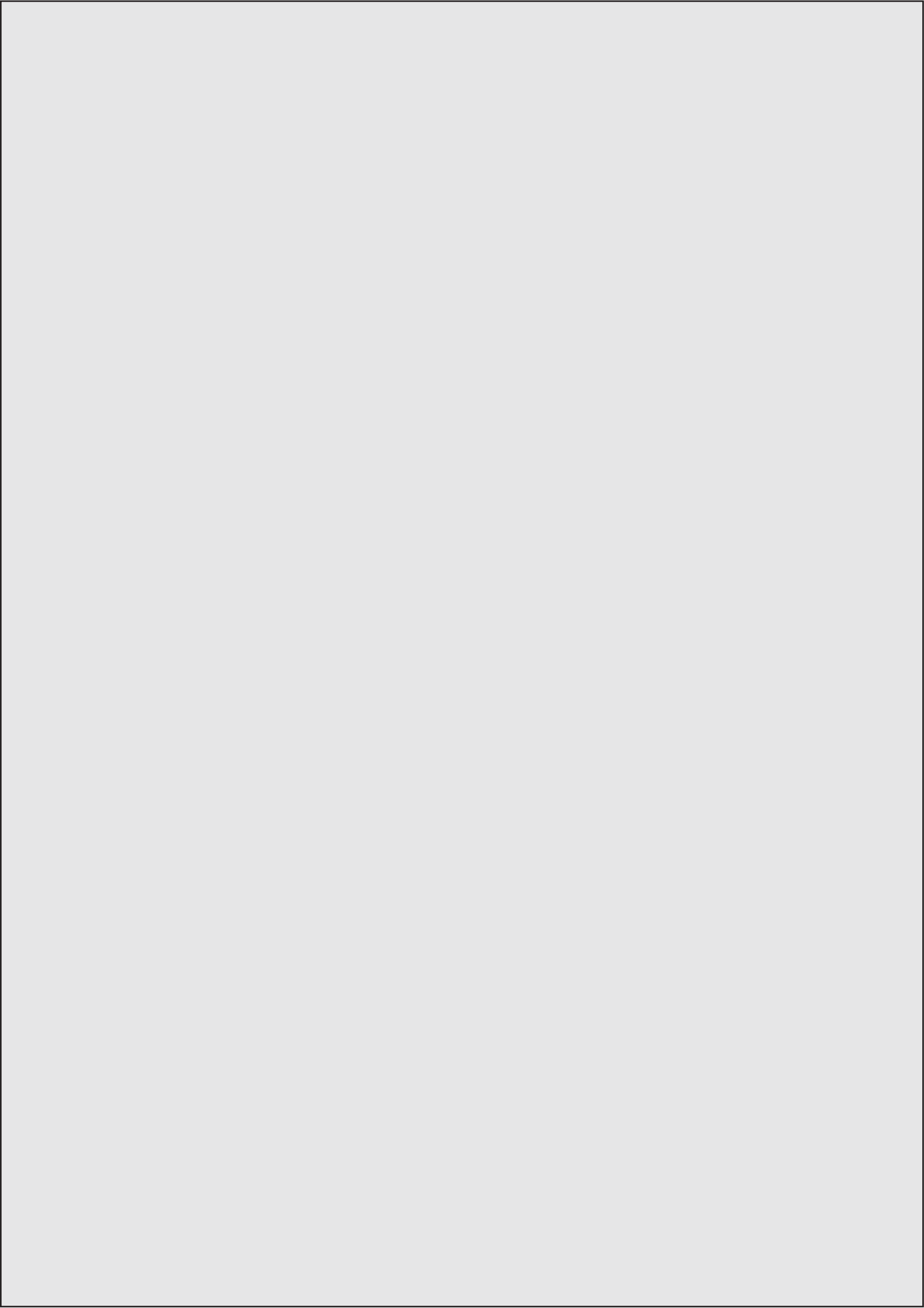
a totalidade do palacete sem esta intervenção, contudo a sua construção é estritamente necessária, dado que dá a possibilidade de pessoas com necessidades especiais / mobilidade reduzida acederem e participarem nas atividades / trabalhos da residência artística.

- Quanto às opções arquitetónicas do novo edifício, o espaço expositivo e de trabalho / atelier, a criação da forma inspira-se na cobertura existente da casa das visitas, que dada a sua pequena dimensão demonstra uma métrica incomum, por isso a forma da totalidade do edifício ser a apresentada em projeto. Em relação à materialidade e acabamentos definidos, estes também vão ao encontro do analisado nos casos de referência e nas opções de integração para com o edifício pré existente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---



- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alves, J. F. (1993). *Os "Brasileiros": Emigração e retorno no porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da UP.
- Alves, J.F. (s.d.). Atalhos batidos - A emigração nortenha para o Brasil. In Alves, J. F., *Revista do CIRCTSUL*. Lisboa: Centro interdisciplinar da Universidade de Lisboa.
- Barbier, B. (1965). Methodes d'étude des residences secondaires, L'exemple de Basses - Alpes. In Barbier, B. *et all, Mediterranée*, Vol 2, p. 89-111. Altos Alpes: Ophrys.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. (1996). *Mudança social em Portugal, 1960-2000*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Bross, H. (2002). *Construções antigas em Santa Catarina*. Florianópolis: Univerdidade Federal de Santa Catarina.
- Bourriaud, N. (2009). *Pós-produção, como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cravidão, F. (1989). A residência secundária da burguesia de Coimbra - Projeto de Investigação. In *Cadernos de Geografia*, Vol 8, p. 133-163.
- Costa, P. (2017). *A casa: do espaço construído ao espaço vivido*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- Dalcol, F. (2015). *Residência artística e modos de atuação em rede: A viagem como estratégia investigativa*. Brasil: PPGAV.

Favaretto, C. (1991). Impasses da arte contemporânea. In Ajzenberg (org.), *Comunicações e artes em tempo de mudança*, p. 140-150. São Paulo: ECA-USP e SESC.

Florida, R. (2011). *A ascensão da classe criativa*. Brasil: L&PM Editores.

Foster, H. (2001). *El retorno de lo real: la vanguardia a finales de siglo*. Madrid: Akal.

Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas.

Goldey, P. (1982). *Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica, Análise social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais.

Gonçalves, M. (2009). *Migrações e desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda. e CEPESE.

Groat, L., & Wang, D. (2002). *Architctural research methods*. New York: John Wiley Sons.

Guerreiro, P. (Ed. lit.) (2009). *Esposende: Ensaio urbano: De vila a cidade*. Esposende: Município de Esposende.

Hora, D. (2006). Residências artísticas: as múltiplas direções dos trânsitos contemporâneos. In *CADERNO Videobrasil, Associação Cultural Videobrasil, Vol2*. p. 45-58.

Jansen, C. (1966). *Migration: A sociological problem*. New York: Pergamon Press.

Lemos, C. (1989). *Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo económico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel.

Malerba, J. (2006). *A independência do Brasil: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Marcondes, N. & Bellotto, M. (2005). *Turbulência cultural em cenários de transição - o século XIX Ibero-americano*. São Paulo: Edusp.

Menegotto, R. (2011). *Casa porto-alegrenses, construções de italianos e transição de século: Alguma novidade e muita tradição (1890-1915)*. Brasil: Universidade de Caxias de Sul.

- Monteiro, M. (2000). *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe.
- Moraes, M. (2009). *Residência artística: ambientes de formação, criação e difusão*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Oliveira, E. & Gallano, F. (1986). *Casas esguias do Porto e sobrados do Recife*. Recife: Pool Editorial SA.
- Pallavicini, M. (2015). Sempre é estética Racional... In Silva, J. & Derze, F. (edit.) *Revista estética e semiótica*. Vol 5, P. 83 - 94.
- Pedreirinho, J. (1986). *Arquivos de Arquitetura: as casas dos emigrantes brasileiros*. Porto: CEPESE.
- Peixoto, J. (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: SOCIUS Working Papers.
- Pereira, M. (1993). *Emigração / Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.
- Queirós, E. (1978). *Uma campanha Alegre das Farpas*. Porto: Lello & Irmãos editores.
- Ramos, C. (2011). *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Reis, A. (2011). *Cidades Criativas*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Richmond, A. (1984). Explaining return migration. In Farrell, M., Mahon, M. & McDonagh, J. (edit.) *The politics of return - Internacional return migration in Europe*. p. 269-275. New York: Center for Migration Studies.
- Rodrigues, H. (2006). Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com emissão de passaporte. In Sousa, F. *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. p. 180-210. São Paulo: CEPESE e FAPERJ.
- Seabra, O. (1979). *A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano*. São

Paulo: Universidade de São Paulo.

Sousa, F. (2006). *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. São Paulo: CEPESSE e FAPERJ.

Sousa, F., Martins, I., Menezes, L., Matos, M., Sarges, M., Silva, S. (2011). Um passaporte para a terra prometida. In Neto, A. *As “casas de brasileiros” – dois exemplos no Vale do Sousa*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda. e CEPESSE

Tapinos, G. (1974). *Elements de Demographie*. Paris: Armand Colin.

Tavares, D. (2015). *A Casa do Brasileiro*. Porto: Dafne.

Tostões, A. (1998). *Modernização e regionalismo: 1948-1961, em arquitetura do século XX – Portugal*. Lisboa: Prestel.

Tulik, O. (2001). *Turismo e meios de hospedagem: casa de temporada*. São Paulo: Roca.

Vieira, J. (1886). *O Minho Pittoresco, Tomo I*. Lisboa: Livraria António Maria Pereira.

Yin, R. (2003). *Case study research design and methods (3ª ed.)*. California: Sage Publications.

ÍNDICE DE FIGURAS E IMAGENS

---

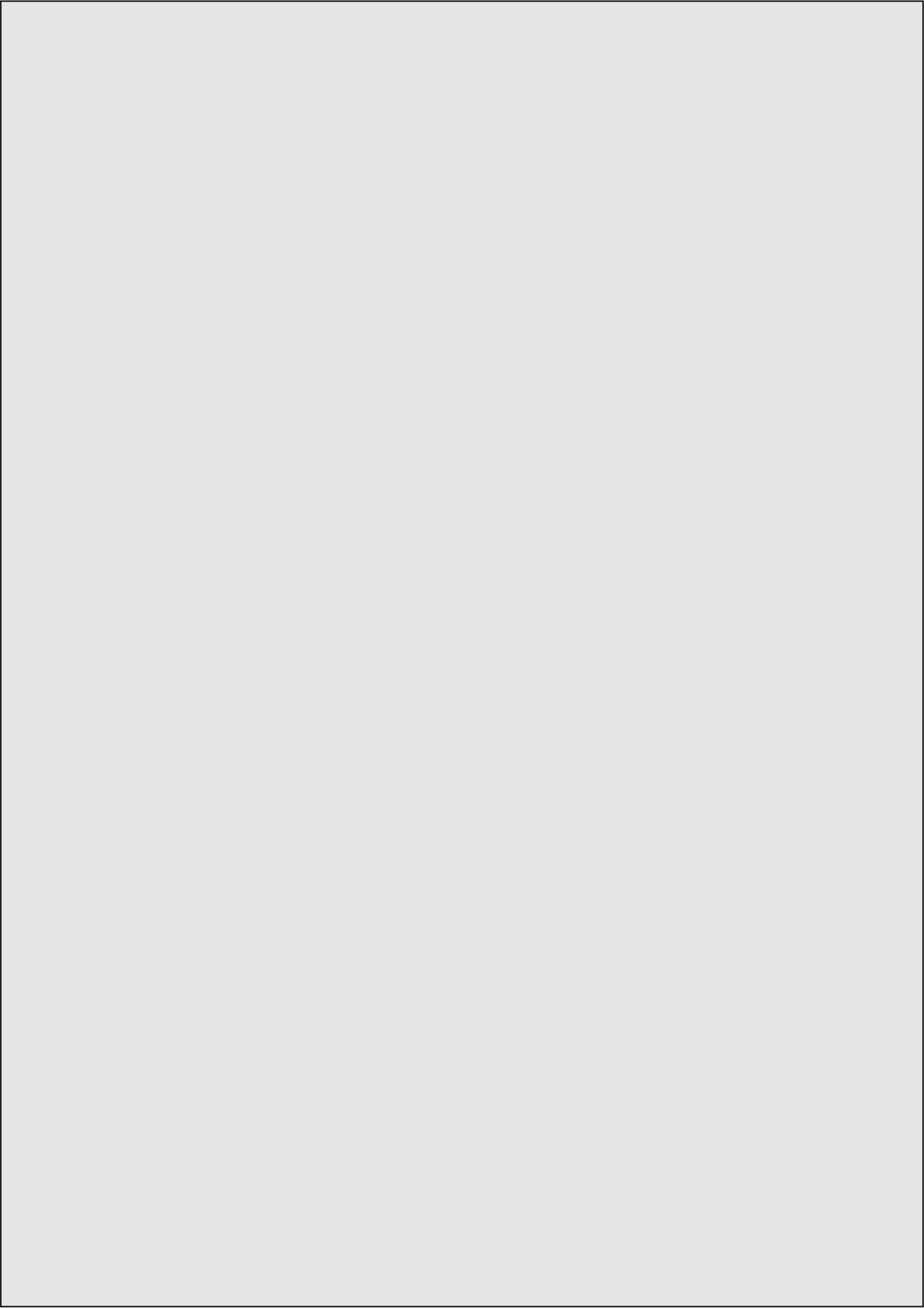


Figura 01 - Esquema síntese dos grupos de trabalho. Fonte: autoria própria.

Figura 02 - Movimento portuário português do Porto para o Brasil. Fonte: Alves (1993).

Figura 03 – Emigrantes por anos de aquisição de passaporte e alfabetização, saídos entre 1835-1900. Fontes: Alves (1993).

Figura 04 – Emigrantes com passaporte por estado civil saídos entre 1835-1900. Fontes: Alves (1993).

Figura 05 – Tabela com os feitos provocados pela emigração sobre a sociedade de partida. Fonte: (Alves, 1993, p.7)

Figura 06 – Esquema de tipologias. Fonte: autoria própria.

Figura 07 – Fotografia de uma casa vertical, Esposende. Fonte: autoria própria.

Figura 08 - Fotografia de um exemplo da casa horizontal ou palácio, Fão, Esposende. Fonte: autoria própria.

Figura 09 – Villa Idalina, um exemplo de uma casa apalaçada situada em Seixas, Caminha. Fonte: autoria própria.

Figura 10 – Exemplar de casa de porão alto, o Palacete das Almas, Esposende: Fonte: autoria própria.

Figura 11 - Mapa da localização dos palacetes no Norte de Portugal. Fonte: Google Maps.

Figura 12 – Quinta de Parada do Vez, em Arcos de Valdevez (A). Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura: 13 – Palacete Villa Morais, em Ponte de Lima (B). Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura: 14 – Castelo Dona Chica, situado em Braga (C). Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura: 15 – Casa Valentim Ribeiro, em Esposende (D). Fonte: autoria própria.

Figura: 16 – Palacete da Casa de Ferro, em Fafe (E). Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura: 17 – Palacete Marques Gomes, em Vila Nova de Gaia (F). Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 18 - Theatro São José. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 19 - Palacete do Sr. Ercole Giannini. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 20 - Edifício da Lage. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 21 - Edifício Guahy. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 22 - Villa Hilda. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 23 - Casa Granada. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 24 - Cartografia de 1942, onde se apresenta o estudo da Rua Adriano Vieira, em 1935. Fonte: (Município de Esposende, 2009).

Figura 25 - Descrição “Casa de Campo” encontrada dos desenhos técnicos do palacete. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 26 - Corrimão da Villa Hilda, Brasil. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 27 - Corrimão do Palacete das Almas. Fonte: autoria própria.

Figura 28 - Fotografia dos vãos e do frontão da Casa Granado, Brasil. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 29 - Imagem dos vãos e frontão do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 30 - Desenho da fachada do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 31 - Planta das lojas (rés-do-chão) do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 32 - Planta do 1º andar do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 33 - Planta do 2º andar do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 34 - Cronologia de acontecimentos e proprietários do Palacete das Almas. Fonte: autoria própria.

Figura 35 - Localização do Palacete de Américo (A) e Adriano Vieira (B) na cartografia de 1942. Fonte: (Município de Esposende, 2009).

Figura 36 - Localização do Palacete de Américo (A) e Adriano Vieira (B), atualmente. Fonte: Google Maps.

Figura 37 - Planta topográfica da parcela de terreno inicial. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 38 - Planta das edificações pertencentes à parcela de terreno entre 1925-1984. Fonte: autoria própria.

Figura 39 – Levantamento topográfico de 1925. Fonte: autoria própria.

Figura 40 – Levantamento topográfico de 1984. Fonte: autoria própria.

Figura 41 – Levantamento topográfico de 1994. Fonte: autoria própria.

Figura 42 – Levantamento topográfico de 2019. Fonte: autoria própria.

Figura 43 - Planta de rés-do-chão de 1925 – 1984. Fonte: autoria própria.

Figura 44 - Planta de 1º andar de 1925 – 1984. Fonte: autoria própria.

Figura 45 - Planta do 2º andar de 1925 – 1984. Fonte: autoria própria.

Figura 46 - Fotografia do palacete em fase de obras de reabilitação e ampliação, 1984. Fonte: Jorge Quintela.

Figura 47 – Planta atual do piso de rés-do-chão. Fonte: autoria própria.

Figura 48 – Planta atual do piso de 1º andar. Fonte: autoria própria.

Figura 49 – Planta atual do piso de 2º andar. Fonte: autoria própria.

Figura 50 – Planta atual de aproveitamento de sótão. Fonte: autoria própria.

Figura 51 – Planta de sobreposição de rés-do-chão. Fonte: autoria própria.

Figura 52 – Planta de sobreposição de 1º andar. Fonte: autoria própria.

Figura 53 – Planta de sobreposição de 2º andar. Fonte: autoria própria.

Figura 54 – Planta de sobreposição de aproveitamento de sótão. Fonte: autoria própria.

Figura 55 – Tipo de fundação. Fonte: (Machado,1981).

- Figura 56 – Parte inferior do palacete. Fonte: autoria própria.
- Figura 57 – Fotografia do palacete em fase de obras. Fonte: Jorge Quintela.
- Figura 58 – Fotografia da materialidade do palacete. Fonte: autoria própria.
- Figura 59 – Imagem do tipo de assentamento inicial de vigas. Fonte: (Machado,1981).
- Figura 60 – Localização da cerâmica existente. Fonte: autoria própria.
- Figura 61 – Pavimento cerâmico existente. Fonte: autoria própria.
- Figura 62 – Exemplar da porta exterior. Fonte: autoria própria.
- Figura 63 – Exemplar da porta interior. Fonte: autoria própria.
- Figura 64 – Exemplar de janela exterior. Fonte: autoria própria.
- Figura 65 – Exemplar de uma porta exterior. Fonte: autoria própria.
- Figura 66 – Fotografia do palacete em obras já com a laje de betão realizada. Fonte: Jorge Quintela.
- Figura 67 – Fotografia do lambrim em madeira, que se encontra em todos os compartimentos. Fonte: autoria própria.
- Figura 68 – Fotografia do vitral. Fonte: autoria própria.
- Figura 69 – Fotografia do corrimão existente. Fonte: autoria própria.
- Figura 70 – Fotografia dos cachorros, cunhais e frontão retangular do Palacete das Almas. Fonte: autoria própria.
- Figura 71 – Fotografia do frontão semi-circular. Fonte: autoria própria.
- Figura 72 – Fotografia das missulas de apoio. Fonte: autoria própria.
- Figura 73 – Fotografia das escadas de acesso à porta de entrada do palacete. Fonte: autoria própria.
- Figura 74 – Fotografia da balaustrada em cimento. Fonte: autoria própria.
- Figura 75 – Fotografia do porão alto com o soco em cantaria de pedra. Fonte: autoria própria.
- Figura 76 - Descrição do projeto da garagem de Riccardo Buffa. Fonte: Paulo Guerreiro.
- Figura 77 - Planta de rés-do-chão da garagem. Fonte: Paulo Guerreiro.
- Figura 78 - Planta de 1º andar da garagem. Fonte: Paulo Guerreiro.
- Figura 79 - Alçados da garagem. Fonte: Paulo Guerreiro.
- Figura 80 - Planta do piso de rés-do-chão da casa de visitas 1925 – 1984. Fonte: autoria própria.
- Figura 81 - Planta atual do rés-do-chão da garagem. Fonte: autoria própria.
- Figura 82 -Planta atual do 1º andar da garagem. Fonte: autoria própria.
- Figura 83 - Planta de rés-do-chão da antiga garagem, atual ruína. Fonte: autoria própria.
- Figura 84 - Planta de 1º andar da antiga garagem, atual ruína. Fonte: autoria própria.
- Figura 85 - Planta de cobertura da antiga garagem, atual ruína. Fonte: autoria própria.
- Figura 86 - Planta atual de rés-do-chão da casa de visitas. Fonte: autoria própria.
- Figura 87 - Planta de rés-do-chão, de sobreposição da casa das visitas. Fonte: autoria própria.

Figura 88 - Planta de cobertura, de sobreposição da casa das visitas. Fonte: autoria própria.

Figura 89 - Levantamento fotográfico do alçado nascente, da ruína. Fonte: autoria própria.

Figura 90 - Levantamento fotográfico do alçado norte, da ruína. Fonte: autoria própria.

Figura 91 - Alçado norte, da casa das visitas. Fonte: autoria própria.

Figura 92 - Alçado nascente, da casa das visitas. Fonte: autoria própria.

Figura 93 - Alçado nascente, da garagem, ampliação realizada à casa das visitas. Fonte: autoria própria.

Figura 94 - Villa Idalina, Caminha. Fonte: autoria própria.

Figura 95 - Casa da Prelada, Porto. Fonte: autoria própria.

Figura 96 - Palácio Burmester, Porto. Fonte: autoria própria.

Figura 97 - Palacete das Artes, Brasil. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 98 - Red Bull Station, Brasil. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 99 - Casa Firjan, Brasil. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 100 - Identificação da Villa Idalina. Fonte: autoria própria.

Figura 101 - Localização da Villa Idalina, em Caminha. Fonte: Google Maps.

Figura 102 - Implantação da Villa Idalina. Fonte: Google Maps.

Figura 103 - Alçado Sul e Nascente. Fonte: autoria própria.

Figura 104 - Alçado Nascente da Villa. Fonte: autoria própria.

Figura 105 - Entrada principal da Villa Idalina. Fonte: autoria própria.

Figura 106 - Torre hexagonal da Villa Idalina. Fonte: autoria própria.

Figura 107 - Fotografia do jardim, Casa dos Caseiros e tenda amovível polivalente, temporária. Fonte: autoria própria.

Figura 108 - Sala da música / convívio. Fonte: autoria própria.

Figura 109 - Sala de estar. Fonte: autoria própria.

Figura 110 - Casa de banho original. Fonte: autoria própria.

Figura 111 - Lareira original existente na casa dos caseiros. Fonte: autoria própria.

Figura 112 - Planta de rés-do-chão. Fonte: autoria própria.

Figura 113 - Planta de 1º andar. Fonte: autoria própria.

Figura 114 - Planta de 2º andar. Fonte: autoria própria.

Figura 115 - Ficha síntese do caso de referência 01. Fonte: autoria própria.

Figura 116 - Ficha síntese do caso de referência 01. Fonte: autoria própria.

Figura 117 - Identificação da Casa da Prelada. Fonte: autoria própria.

Figura 118 - Localização da Casa da Prelada. Fonte: Google Maps.

Figura 119 - Planta de Implantação da Casa da Prelada. Fonte: Biblioteca da Casa da Prelada.

Figura 120 - Alçado Norte. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 121 - Alçado Poente da Casa da Prelada. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 122 - Intervenção na parte posterior. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 123 - Jardim posterior existente. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 124 - Fachada da Casa da Prelada. Fonte: autoria própria.

Figura 125 - Entrada principal da casa. Fonte: autoria própria.

Figura 126 - Sala polivalente. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 127 - Auditório. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 128 - Sala de exposição. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 129 - Sala de exposição. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 130 - Vão de escadas. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 131 - Planta do piso da cave. Fonte: Biblioteca da Casa da Prelada.

Figura 132 - Planta do 1º andar. Fonte: Biblioteca da Casa da Prelada.

Figura 133 - Planta do 2º andar. Fonte: Biblioteca da Casa da Prelada.

Figura 134 - Planta do 3º andar. Fonte: Biblioteca da Casa da Prelada.

Figura 135 - Ficha síntese do caso de referência 02. Fonte: autoria própria.

Figura 136 - Ficha síntese do caso de referência 02. Fonte: autoria própria.

Figura 137 - Identificação do Palácio Burmester. Fonte: autoria própria.

Figura 138 - Localização do Palácio Burmester. Fonte: Google Maps.

Figura 139 - Implantação central do Palácio. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 140 - Alçado posterior. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 141 - Alçado posterior do Palácio Burmester. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 142 - Intervenção contígua ao palácio. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 143 - Alçado frontal antes da intervenção. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 144 - Alçado frontal depois da intervenção. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 145 - Casa de banho. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 146 - Pormenor da lareira. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 147 - Pormenor dos vãos e cozinha. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 148 - Cozinha de um dos apartamentos. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 149 - Planta de rés-do-chão. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 150 - Planta de 1º andar. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 151 - Planta de 2º andar. Fonte: <http://www.dehaus.eu/>.

Figura 152 - Ficha síntese do caso de referência 03. Fonte: autoria própria.

- Figura 153 - Ficha síntese do caso de referência 03. Fonte: autoria própria.
- Figura 154 - Identificação do Palacete das Artes. Fonte: autoria própria.
- Figura 155 - Localização do Palacete das Artes. Fonte: Google Maps.
- Figura 156 - Implantação do Palacete das Artes. Fonte: Google Maps.
- Figura 157 - Alçado posterior. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 158 - Jardins do Palacete das Artes. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 159 - Alçado principal do palacete. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 160 - Alçado do novo edifício. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>
- Figura 161 - Intervenção no palacete. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 162 - Distribuição do novo edifício. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 163 - Pormenor do elevador. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 164 - Pormenor de dois tetos. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 165 - Sala de exposição do palacete. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.
- Figura 166 - Planta da planta de rés-do-chão. Fonte: autoria própria.
- Figura 167 - Planta do 1º andar. Fonte: autoria própria.
- Figura 168 - Planta do 2º andar. Fonte: autoria própria.
- Figura 159 - Planta do 3º andar. Fonte: autoria própria.
- Figura 170 - Ficha síntese do caso de referência 04. Fonte: autoria própria.
- Figura 171 - Ficha síntese do caso de referência 04. Fonte: autoria própria.
- Figura 172 - Identificação da Red Bull Station. Fonte: autoria própria.
- Figura 173 - Localização do espaço artístico e cultural, Red Bull Station. Fonte: Google Maps.
- Figura 174 - Implantação da Red Bull Station. Fonte: Google Maps.
- Figura 175 - Alçado lateral. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>
- Figura 176 - Alçado do espaço artístico e cultural, Red Bull Station. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>
- Figura 177 - Vista aérea do edifício. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>
- Figura 178 - Acesso secundário ao 1º andar. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>
- Figura 179 - Espaço de estar na cobertura do edifício. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>
- Figura 180 - Galeria de exposição. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>
- Figura 181 - Pormenor do teto. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 182 - Galeria transitória / atelier de trabalho. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 183 - Atelier de trabalho. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 184 - Planta de cave. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 185 - Planta de rés-do-chão. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 186 - Planta de 1º andar. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 187 - Planta de 2º andar. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-155192/redbull-station-sao-paulo-slash-triptyque>

Figura 188 - Ficha síntese do caso de referência 05. Fonte: autoria própria.

Figura 189 - Ficha síntese do caso de referência 05. Fonte: autoria própria.

Figura 190 - Identificação da Casa Firjan. Fonte: autoria própria.

Figura 191 - Localização da Casa Firjan. Fonte: <https://www.google.es/imghp?hl=pt-PT&tab=wi>.

Figura 192 - Implantação da Casa Firjan. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 193 - Edifício novo da Casa Firjan. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 194 - Alçado principal do palacete Linneo de Paula Machado. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 195 - Alçado da nova construção. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 196 - Palacete com parte da intervenção. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 197 - Maquete volumétrica da nova intervenção. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 198 - Mediateca da Casa Firjan. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 199 - Sala de estar do palacete. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 200 - Auditório da Casa Firjan. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 201 - Atelier de trabalho. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 202 - Pormenor das escadas. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 203 - Planta de rés-do-chão. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 204 - Planta de 1º andar. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 205 - Planta de 2º andar. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 206 - Planta de 3º andar. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-79016/casa-firjan-lompreta-nolte-arquitetos>

Figura 207 - Ficha síntese do caso de referência 06. Fonte: autoria própria.

Figura 208 - Ficha síntese do caso de referência 06. Fonte: autoria própria.

Figura 209 - Ficha resumo dos casos 1-3. Fonte: autoria própria.

Figura 210 - Ficha resumo dos casos 1-3. Fonte: autoria própria.

Figura 211 - Ficha resumo dos casos 1-3. Fonte: autoria própria.

Figura 212 - Ficha resumo dos casos 1-3. Fonte: autoria própria.

Figura 213 - Ficha resumo dos casos 4-6. Fonte: autoria própria.

Figura 214 - Ficha resumo dos casos 4-6. Fonte: autoria própria.

Figura 215 - Ficha resumo dos casos 4-6. Fonte: autoria própria.

Figura 216 - Ficha resumo dos casos 4-6. Fonte: autoria própria.

Figura 217 - Quadro de análise global, do seis casos de referência. Fonte: autoria própria.

Figura 218 - Emissão de passaportes por estado civil. Fonte: Alves (1993).

Figura 219 - Emissão de passaportes por estado civil. Fonte: Alves (1993).

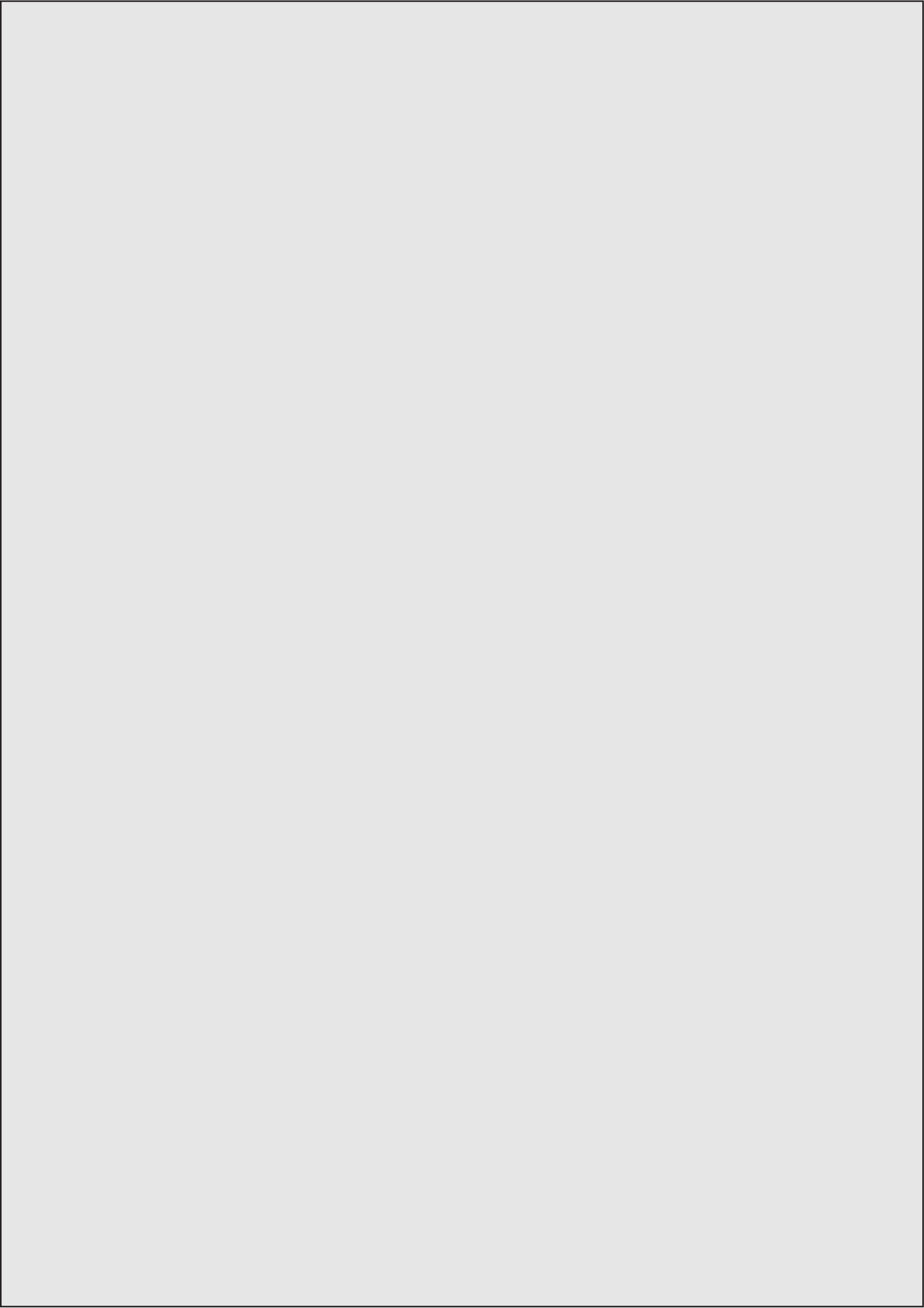
Figura 220 - Projeto original de Ricardo Buffa dos alçados do Palacete das Almas, Esposende. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 221 - Projeto original de Ricardo Buffa dos alçados do Palacete das Almas, Esposende. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 222 - Projeto original de Ricardo Buffa do corte e plantas do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.

Figura 223 - Projeto original de Ricardo Buffa das plantas do Palacete das Almas. Fonte: Paulo Guerreiro.





Ano de Emissão	Solteiros				Casados				Víduas (*)			
	Anos	Anál.	Desc.	Total	Anos	Anál.	Indet.	Total	Anos	Anál.	Indet.	Total
1835	7	2	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
1836	57	1	0	58	0	0	0	0	1	0	0	1
1837	130	26	2	158	9	4	0	13	4	1	1	6
1838	22	1	0	23	1	0	0	1	2	1	0	3
1839	61	2	3	66	4	0	0	4	2	0	0	2
1840	72	3	0	75	0	1	0	1	16	7	0	23
1841	62	3	1	66	2	1	0	3	0	0	0	0
1842	128	7	2	137	11	5	0	16	7	1	0	8
1843	54	4	1	59	5	3	0	8	1	3	1	5
1844	28	5	1	34	1	1	0	2	5	0	0	5
1845	41	5	5	51	14	8	1	23	15	6	4	25
1846	17	3	2	22	2	3	0	5	3	0	0	3
1847	14	1	0	15	0	1	0	1	7	0	0	7
1848	6	2	4	12	3	1	0	4	1	0	0	1
1849	28	3	0	31	4	4	0	8	2	2	3	7
1850	92	12	1	105	3	1	0	4	3	1	0	4
1851	56	6	9	71	4	0	1	5	9	1	4	14
1852	16	2	5	23	2	0	4	6	0	0	1	1
1853	95	53	37	185	15	7	4	26	6	6	19	31
1854	68	26	22	116	23	16	2	41	6	4	0	10
1855	81	26	10	117	11	9	0	20	11	6	1	18
1856	107	10	7	124	8	9	1	18	6	1	0	7
1857	192	79	45	316	28	33	2	63	12	4	3	19
1858	163	42	28	233	25	19	3	47	1	4	3	8
1859	170	45	25	240	34	21	2	57	0	1	0	1
1860	113	24	11	148	26	18	4	48	4	2	0	6
1861	136	48	14	198	40	26	9	75	2	8	1	11
1862	139	46	9	194	22	16	2	40	2	3	0	5
1863	127	53	40	220	20	15	13	48	1	4	1	6
1864	164	26	18	208	11	15	5	31	2	1	3	6
1865	111	29	5	145	12	7	0	19	0	0	1	1
1866	118	29	11	158	11	24	4	39	2	2	1	5
1867	133	28	9	170	30	22	2	54	4	1	0	5
1868	144	40	3	187	32	25	1	58	3	2	0	5
1869	143	33	19	195	34	14	1	49	5	1	2	8
1870	174	56	10	240	41	31	2	74	1	2	0	3
1871	332	111	20	463	85	48	8	141	8	3	0	11
1872	464	153	26	643	114	79	7	200	11	9	0	20
1873	476	175	38	689	168	83	13	264	21	7	2	30
1874	605	291	51	947	153	78	12	243	30	9	2	41
1875	507	347	34	888	218	114	8	340	16	12	0	28
1876	199	123	4	326	54	35	3	92	13	3	0	16
1877	128	36	14	178	34	17	6	57	6	2	1	9
1878	127	53	31	211	33	21	5	59	5	6	2	13
1879	137	68	22	227	55	44	6	105	6	3	1	10
1880	128	49	22	199	59	40	5	104	3	5	0	8
1881	172	63	23	258	75	55	3	133	13	4	0	17
1882	211	115	35	361	89	53	6	148	9	3	1	13
1883	193	81	21	295	70	45	5	120	6	5	1	12
1884	154	71	35	260	66	45	7	118	5	5	0	10
1885	110	24	15	149	35	26	6	67	5	4	1	10
1886	108	30	26	164	37	30	4	71	8	3	0	11
1887	140	71	22	233	48	42	8	98	2	2	0	4
1888	176	70	66	312	104	72	32	208	10	5	0	15
1889	141	71	81	293	99	45	30	174	5	4	1	10
1890	171	106	94	371	67	54	18	139	3	7	0	10
1891	243	190	138	571	111	90	29	230	9	13	1	23
1892	178	78	107	363	76	46	27	149	9	5	0	14
1893	227	93	84	404	98	70	25	193	8	7	2	17
1894	153	50	95	298	131	77	30	238	6	8	3	17
1895	299	117	174	590	194	121	57	372	25	14	1	40
1896	187	82	123	392	111	68	34	213	8	6	5	19
1897	162	49	77	288	90	44	24	158	10	3	2	15
1898	186	66	92	344	98	59	22	179	15	8	8	31
1899	174	60	91	325	141	59	38	238	5	5	9	19
1900	192	38	92	322	79	32	31	142	12	5	5	22
Totais	9946	3712	2112	15773	3280	2052	572	5904	438	250	97	785

Figura 218 - Emissão de passaportes por estado civil.

Ano de Emissão	Sexo masculino				Sexo feminino				Movimento total			
	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total
1835	7	2	0	9	0	0	0	0	7	2	0	9
1836	57	1	0	58	1	0	0	1	58	1	0	59
1837	141	27	3	171	2	4	0	6	143	31	3	177
1838	25	2	0	27	0	0	0	0	25	2	0	27
1839	65	2	2	69	2	0	1	3	67	2	3	72
1840	87	7	0	94	1	4	0	5	88	11	0	99
1841	64	2	1	67	0	2	0	2	64	4	1	69
1842	145	12	2	159	1	1	0	2	146	13	2	161
1843	60	7	2	69	0	3	0	3	60	10	2	72
1844	34	6	1	41	0	0	0	0	34	6	1	41
1845	70	19	10	99	0	0	0	0	70	19	10	99
1846	22	5	2	29	0	1	0	1	22	6	2	30
1847	20	2	0	22	1	0	0	1	21	2	0	23
1848	10	2	1	13	0	1	3	4	10	3	4	17
1849	34	6	3	43	0	3	0	3	34	9	3	46
1850	98	14	1	113	0	0	0	0	98	14	1	113
1851	69	6	14	89	0	1	0	1	69	7	14	90
1852	18	2	10	30	0	0	0	0	18	2	10	30
1853	116	66	59	241	0	0	1	1	116	66	60	242
1854	95	39	17	151	2	7	7	16	97	46	24	167
1855	102	37	8	147	1	4	3	8	103	41	11	155
1856	121	18	7	146	0	2	1	3	121	20	8	149
1857	232	103	45	380	0	13	5	18	232	116	50	398
1858	188	50	30	268	1	15	4	20	189	65	34	288
1859	204	61	24	289	0	6	3	9	204	67	27	298
1860	141	42	12	195	2	2	3	7	143	44	15	202
1861	176	63	13	252	2	19	11	32	178	82	24	284
1862	163	60	8	231	0	5	3	8	163	65	11	239
1863	147	70	40	257	1	2	14	17	148	72	54	274
1864	177	38	19	234	0	4	7	11	177	42	26	245
1865	122	33	5	160	1	3	1	5	123	36	6	165
1866	129	50	10	189	2	5	6	13	131	55	16	202
1867	165	45	6	216	2	6	5	13	167	51	11	229
1868	177	60	2	239	2	7	2	11	179	67	4	250
1869	179	42	13	234	3	6	9	18	182	48	22	252
1870	214	84	7	305	2	5	5	12	216	89	12	317
1871	424	158	16	598	1	4	12	17	425	162	28	615
1872	588	233	18	839	1	8	15	24	589	241	33	863
1873	662	243	30	935	3	22	23	48	665	265	53	983
1874	787	364	41	1192	1	14	24	39	788	378	65	1231
1875	737	449	32	1218	4	24	10	38	741	473	42	1256
1876	258	158	4	420	8	3	3	14	266	161	7	434
1877	166	46	12	224	2	9	9	20	168	55	21	244
1878	164	73	14	251	1	7	24	32	165	80	38	283
1879	198	105	18	321	0	10	11	21	198	115	29	342
1880	188	77	10	275	2	17	17	36	190	94	27	311
1881	255	110	10	375	5	12	16	33	260	122	26	408
1882	301	152	24	477	8	19	18	45	309	171	42	522
1883	258	114	17	389	11	17	10	38	269	131	27	427
1884	220	105	15	340	5	16	27	48	225	121	42	388
1885	147	41	8	196	3	13	14	30	150	54	22	226
1886	145	51	15	211	8	12	15	35	153	63	30	246
1887	187	98	13	298	3	17	17	37	190	115	30	335
1888	285	133	51	469	5	14	47	66	290	147	98	535
1889	235	98	71	404	10	22	41	73	245	120	112	477
1890	232	131	42	405	9	36	70	115	241	167	112	520
1891	349	240	89	678	14	53	79	146	363	290	168	824
1892	239	96	61	396	24	33	73	130	263	129	134	526
1893	328	146	55	529	5	24	56	85	333	170	111	614
1894	274	116	48	438	16	19	80	115	290	135	128	553
1895	496	200	97	793	22	52	135	209	518	252	232	1002
1896	286	128	76	490	20	28	86	134	306	156	162	624
1897	243	72	53	368	19	24	50	93	262	96	103	461
1898	280	107	69	456	19	26	53	98	299	133	122	554
1899	305	108	82	495	15	16	56	87	320	124	138	582
1900	261	59	59	379	22	16	69	107	283	75	128	486
<b>Total</b>	<b>13372</b>	<b>5296</b>	<b>1527</b>	<b>20195</b>	<b>295</b>	<b>718</b>	<b>1254</b>	<b>2267</b>	<b>13667</b>	<b>6014</b>	<b>2781</b>	<b>22462</b>

Figura 219 - Emissão de passaportes por estado civil.

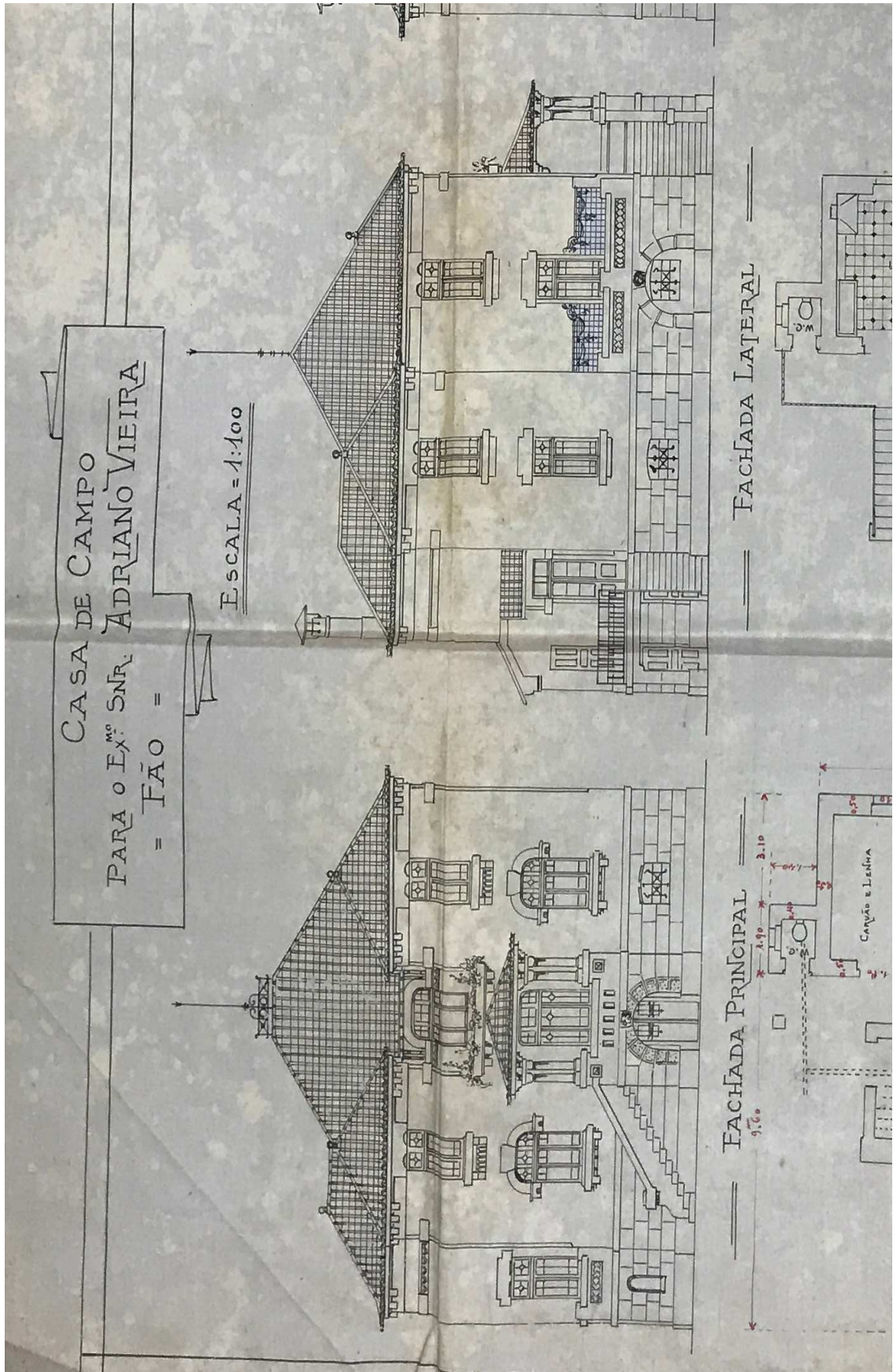


Figura 220 - Projeto original de Ricardo Buffa dos alçados do Palacete das Almas, Esposende.

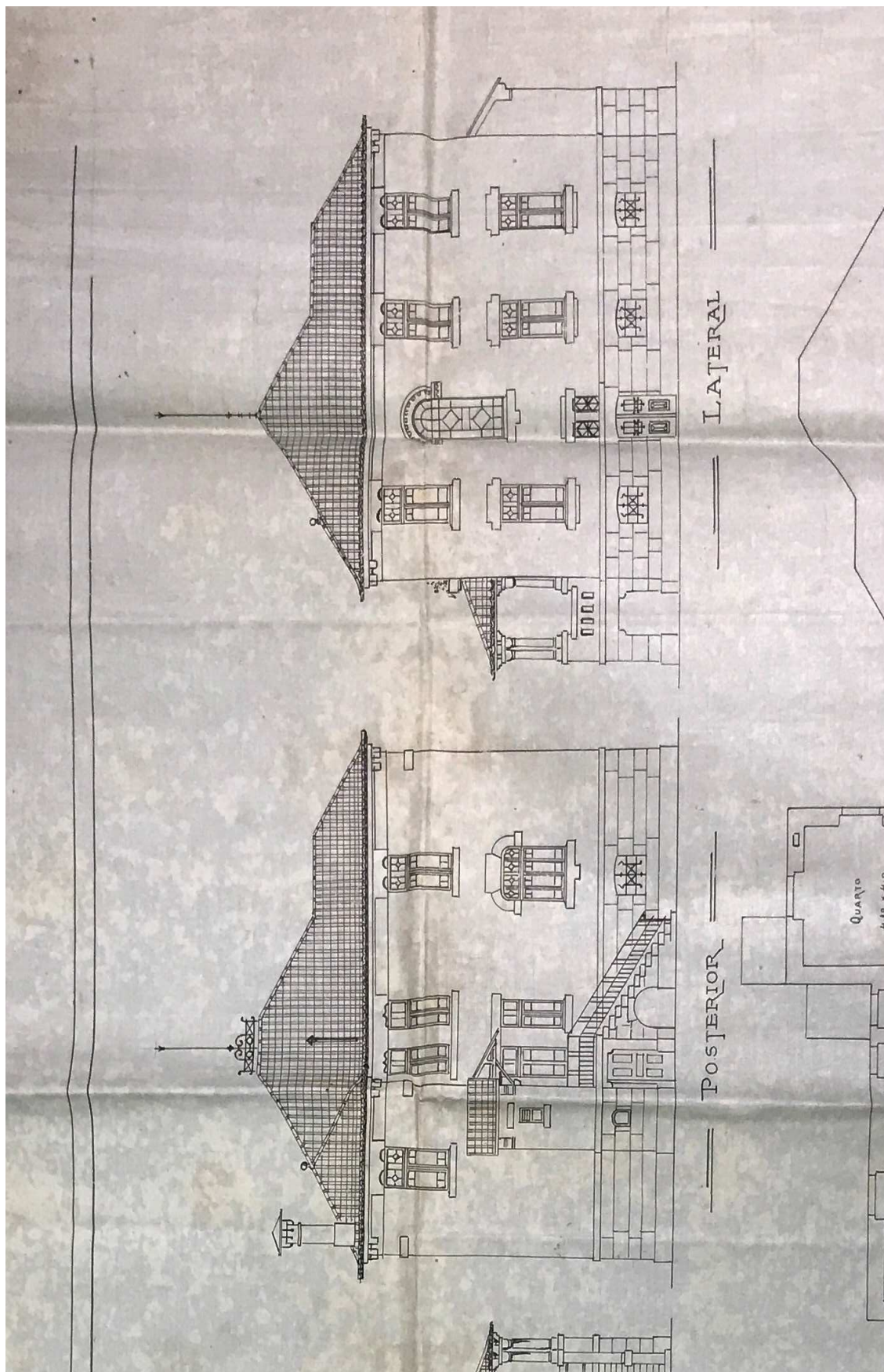


Figura 221 - Projeto original de Ricardo Buffa dos alçados do Palacete das Almas, Esposende.

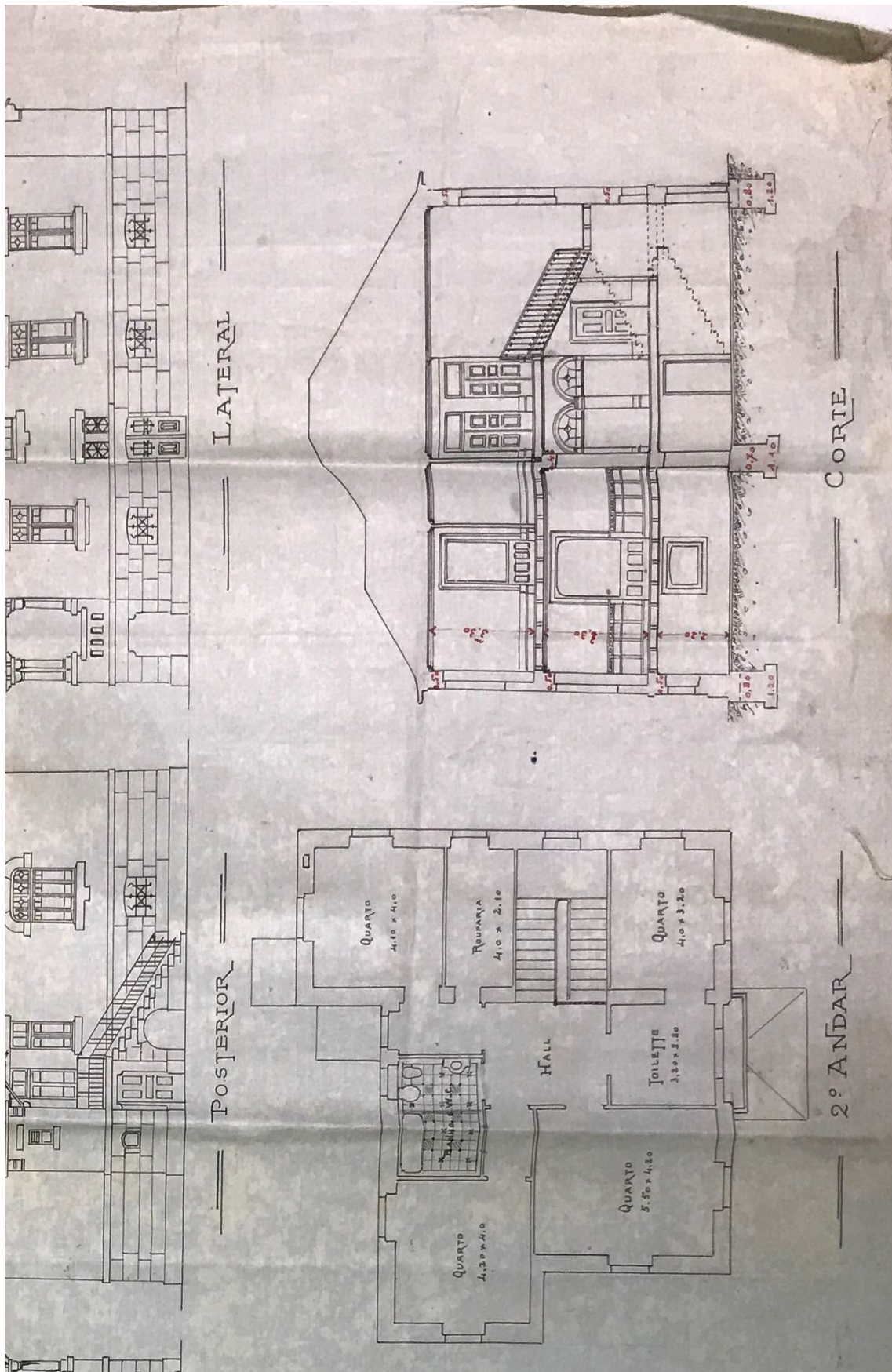


Figura 222 - Projeto original de Ricardo Buffa do corte e plantas do Palacete das Almas.

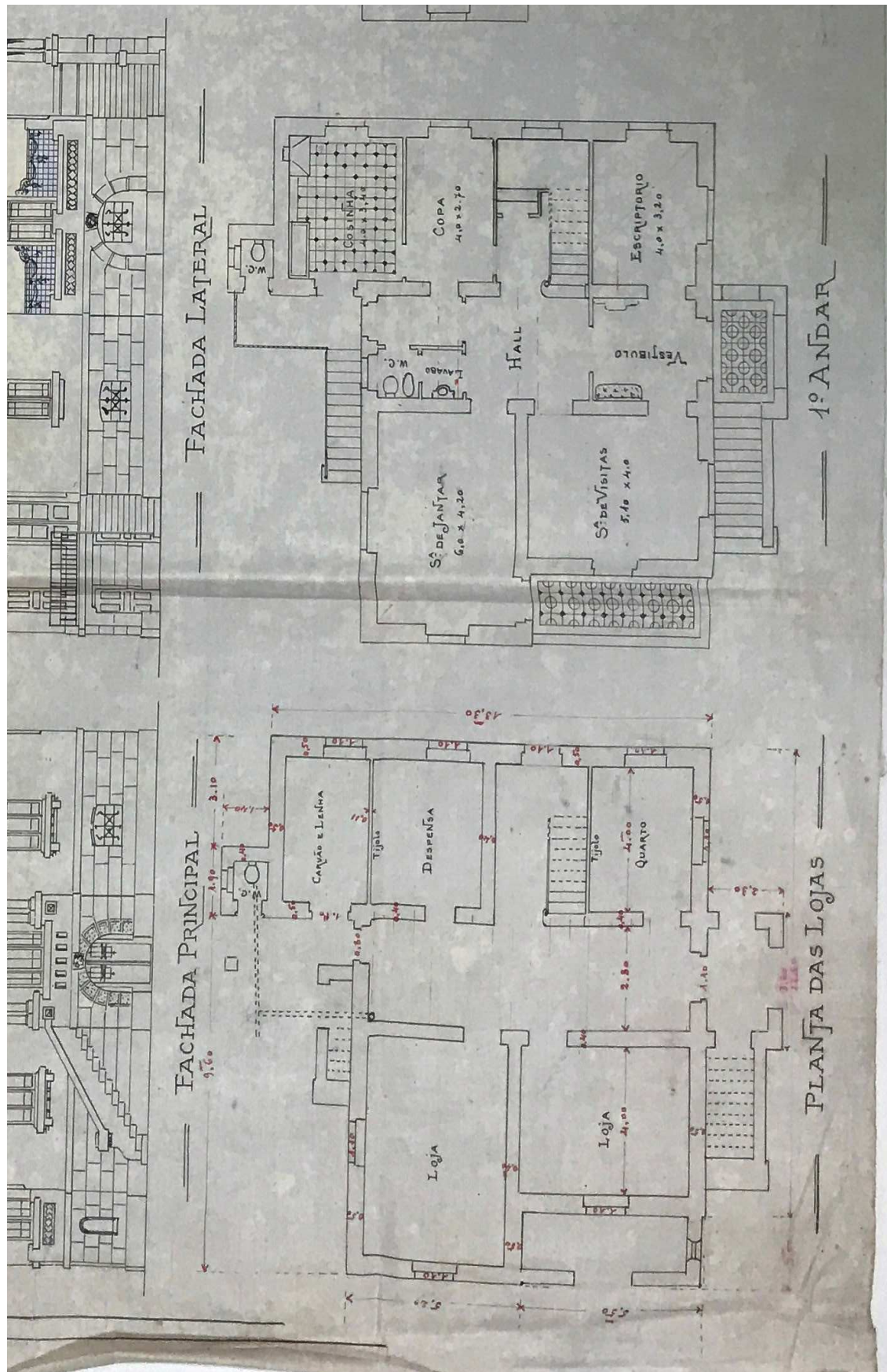


Figura 223 - Projeto original de Ricardo Buffa das plantas do Palacete das Almas.

**INDICE DE PEÇAS DESENHADAS**

- 1.00 Planta de Localização, Esc. 1/1000
- 2.01 Planta de Implantação, Esc. 1/500
- 2.02 Perfis de inserção da proposta na topografia existente, Esc. 1/200
- 3.01 Levantamento - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 3.02 Levantamento - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 3.03 Levantamento - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 3.04 Levantamento - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 3.05 Levantamento - Planta de Cobertura, Esc. 1/100
- 3.06 Levantamento - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 3.07 Levantamento - Alçados Norte e Poente, Esc. 1/100
- 3.08 Levantamento - Alçados Nascente e Sul, Esc. 1/100
- 4.01 Demolição / Construção - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 4.02 Demolição / Construção - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 4.03 Demolição / Construção - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 4.04 Demolição / Construção - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 4.05 Demolição / Construção - Planta de Cobertura, Esc. 1/100
- 4.06 Demolição / Construção - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 4.07 Demolição / Construção - Alçados Norte e Poente, Esc. 1/100
- 4.08 Demolição / Construção - Alçados Nascente e Sul, Esc. 1/100
- 5.01 Planta de Apresentação - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 5.02 Planta de Apresentação - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 5.03 Planta de Apresentação - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 5.04 Planta de Apresentação - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 5.05 Planta de Apresentação - Planta de Cobertura, Esc. 1/100
- 5.06 Planta de Apresentação - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 5.07 Planta de Apresentação - Alçados Norte e Poente, Esc. 1/100
- 5.08 Planta de Apresentação - Alçados Nascente e Sul, Esc. 1/100
- 6.01 Planta de Tosco - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 6.02 Planta de Tosco - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 6.03 Planta de Tosco - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 6.04 Planta de Tosco - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 6.05 Planta de Tosco - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 7.01 Planta de Trabalho - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 7.02 Planta de Trabalho - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 7.03 Planta de Trabalho - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 7.04 Planta de Trabalho - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 8.01 Planta de Tetos - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 8.02 Planta de Tetos - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 8.03 Planta de Tetos - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 8.04 Planta de Tetos - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 9.01 Cortes Construtivos da Fachada C1 Esc. 1/20
- 9.02 Cortes Construtivos da Fachada C2 Esc. 1/20
- 9.03 Pormenores Construtivos Esc. 1/10
- 10.01 Mapa de vãos exteriores, Esc. 1/50
- 10.02 Mapa de vãos exteriores, Esc. 1/50
- 10.03 Mapa de vãos interiores, Esc. 1/50
- 11.01 Mapa de acabamentos - Planta de Rés-do-chão
- 11.01 Mapa de acabamentos - Planta do Piso 1
- 11.02 Mapa de acabamentos - Planta do Piso 2
- 11.03 Mapa de acabamentos - Planta do Piso 3
- 12.04 Projeto de Arranjos Exteriores Esc. 1/100
- 13.01 Projeto de Acessibilidade - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 13.02 Projeto de Acessibilidade - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 13.03 Projeto de Acessibilidade - Planta do Piso 2, Esc. 1/100







---

escola superior  gallaecia

---

MESTRADO INTEGRADO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO

---

**INTERVENÇÃO  
NO PALACETE  
DAS ALMAS**

---

JOANA D. AZEVEDO ROLO

---

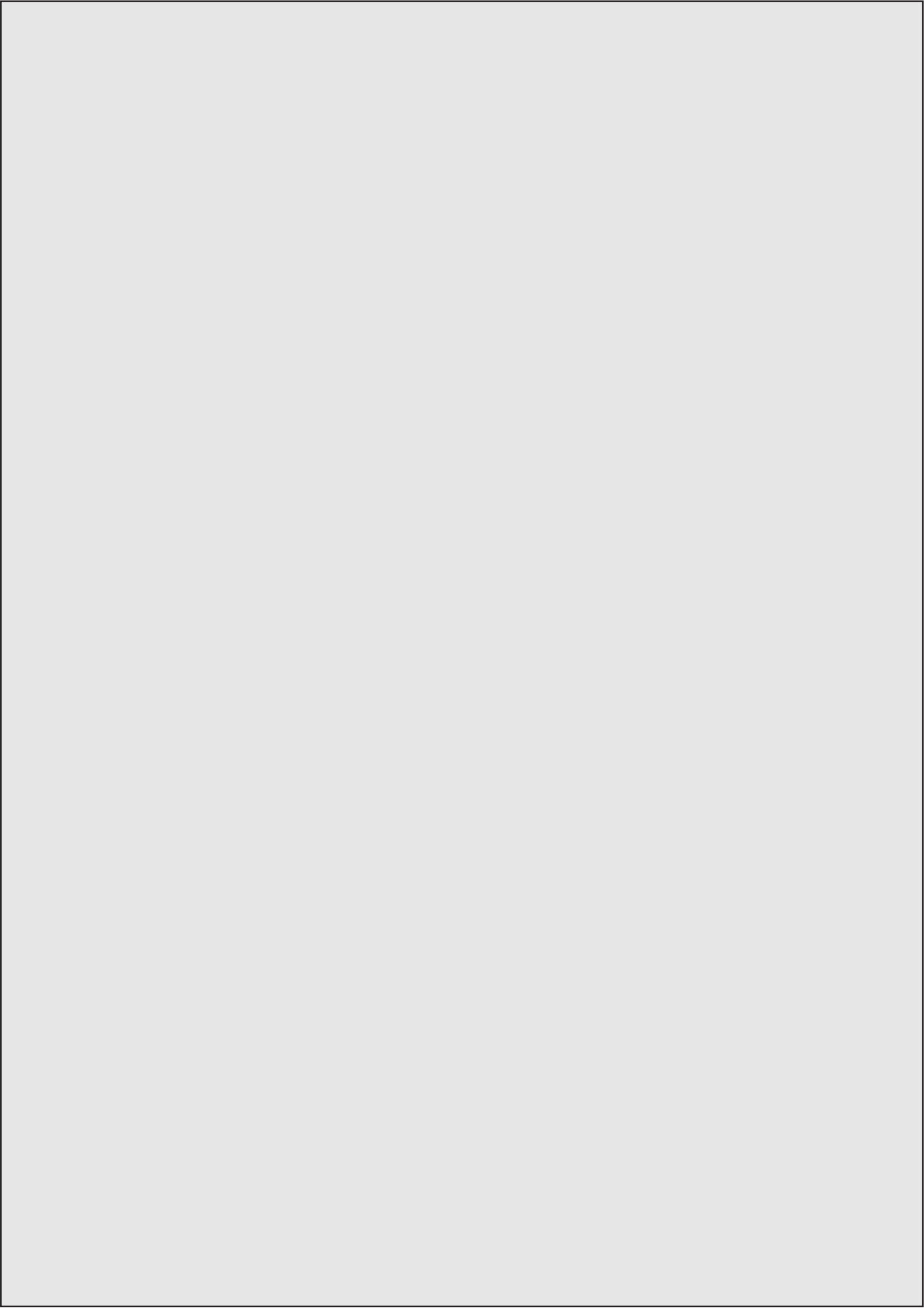
VILA NOVA DE CERVEIRA

---

MARÇO 2019

---

**PEÇAS ESCRITAS DO PROJETO DE EXECUÇÃO**



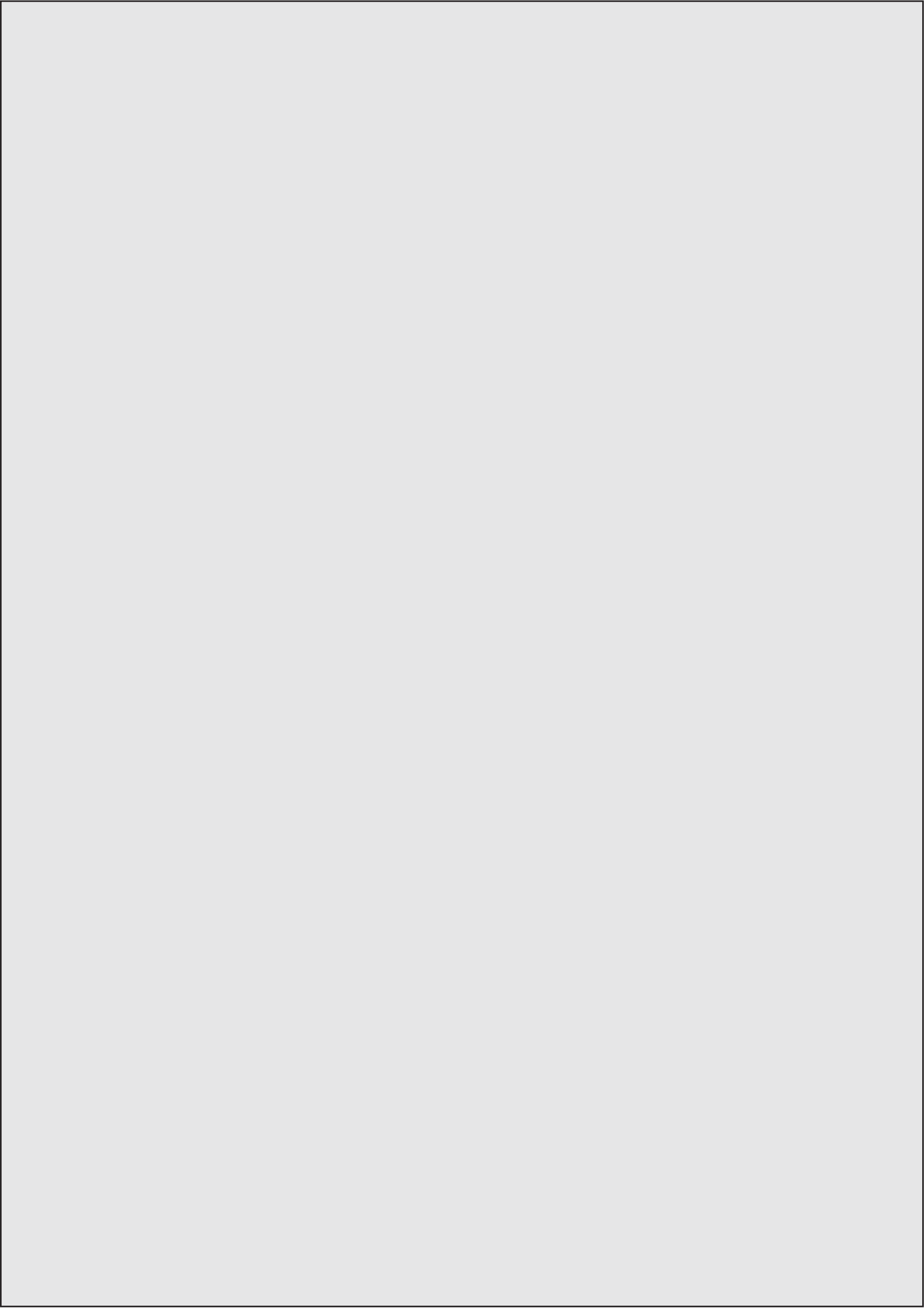
## ÍNDICE DE CONTEÚDOS

<b>PARTE I - MEMÓRIA DESCRITIVA .....</b>	<b>1</b>
1.1 - ÂMBITO DO PROJETO .....	3
1.2 - DESCRIÇÃO DO EXISTENTE / LUGAR .....	3
1.3 - USO .....	4
1.4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS .....	8
1.5 - ANÁLISE DA FORMA .....	9
1.6 - JUSTIFICAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA / INTEGRAÇÃO LOCAL .....	10
1.7 - DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS .....	12
<b>PARTE II- CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS .....</b>	<b>13</b>
2.1 - CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS .....	15
2.2 - CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO .....	21
2.3 - CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DO PROMOTOR OU DONO DA OBRA .....	25
2.4 - CAPÍTULO IV - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO .....	26
2.5 - CAPÍTULO V - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA .....	27
2.6 - CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	29
<b>PARTE III- CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS .....</b>	<b>31</b>
3.1 - CAPÍTULO I - TRABALHOS PREPARATÓRIOS .....	33
3.2 - CAPÍTULO II - ESTALEIRO DE OBRA .....	34
3.3 - CAPÍTULO III - DEMOLIÇÕES GERAIS .....	43
3.4 - CAPÍTULO IV - MOVIMENTO DE TERRAS .....	46
3.5 - CAPÍTULO V - PAREDES E ALVENARIAS .....	48

3.6 - CAPÍTULO VI - ISOLAMENTOS .....	59
3.7 - CAPÍTULO VII - COBERTURAS .....	63
3.8 - CAPÍTULO VIII - REVESTIMENTOS .....	70
3.9 - CAPÍTULO IX - PINTURAS E ENVERNIZAMENTOS .....	79
3.10 - CAPÍTULO X - SERRALHARIAS .....	85
3.11 - CAPÍTULO XI - CARPINTARIAS .....	91
3.12 - CAPÍTULO XII - EQUIPAMENTOS .....	97
3.13 - CAPÍTULO XIII - EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS .....	98
3.14 - CAPÍTULO XIV – DIVERSOS .....	102
<b>PARTE IV - MAPA DE MEDIÇÕES / QUANTIDADES E ORÇAMENTO .....</b>	<b>105</b>

**PARTE I**  
**MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA**

---



## **1.1 - ÂMBITO DO PROJETO**

Refere-se o presente projeto de arquitetura, ao licenciamento de remodelação e ampliação de edificação, nomeadamente o Palacete das Almas, situado na Rua da Senhora da Saúde, n.º.5 | 4740-289, da uniação de freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, concelho de Esposende, onde se pretende levar a efeito. A nova proposta de intervenção, procura dar um novo uso ao palacete, visto que, se encontra desabitado, contudo, ainda em bom estado de conservação. A proposta consiste em adaptar o palacete e as construções anexas a um espaço residencial artístico.

Sendo, o Palacete das Almas, um marco para a cidade de Esposende deve, por isso, ser preservado, tal e qual como se encontra, e a intervenção para o novo uso, não deve retirar importância à construção existente, mas sim, deve destacá-la pelo seu valor histórico, relativamente à nova intervenção.

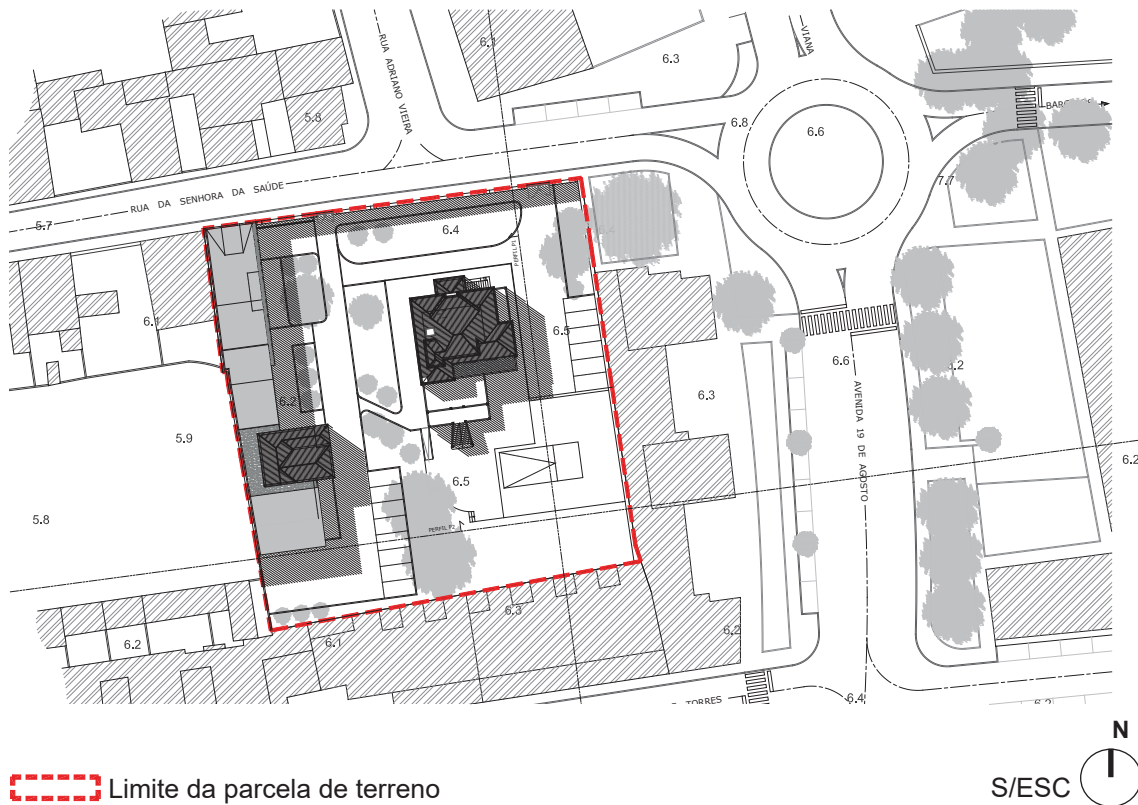
## **1.2 - DESCRIÇÃO DO EXISTENTE / LUGAR**

A parcela de terreno encontra-se situada, na Rua da Senhora da Saúde, sendo considerado um dos eixos principais, de entrada na cidade de Esposende, a ligação entre Viana do Castelo - Barcelos. A parcela de terreno original, possuía a área total de 17 584.11 m<sup>2</sup>, contudo, com o passar dos anos e os novos proprietário, a parcela sofreu operações de destaque, e atualmente possui 3.866.00 m<sup>2</sup> (fig.01). Esta possui uma forma regular, sem desníveis acentuados.

No que diz respeito a alinhamentos e cêrceas dominantes, a proposta encontra condicionada por alinhamentos pré-existentes, contudo, a nova intervenção vem colmatar estas empenas, cumprindo assim o disposto no Código regulamentar de Esposende e Plano Diretor Municipal.

### 1.3 - USO

O uso proposto trata a remodelação do Palacete das Almas e a ampliação das construções anexas, com a finalidade de albergar uma residência artística, de acordo com a planta de implantação da figura 01, e os perfis de inserção (fig. 02).




 Limite da parcela de terreno

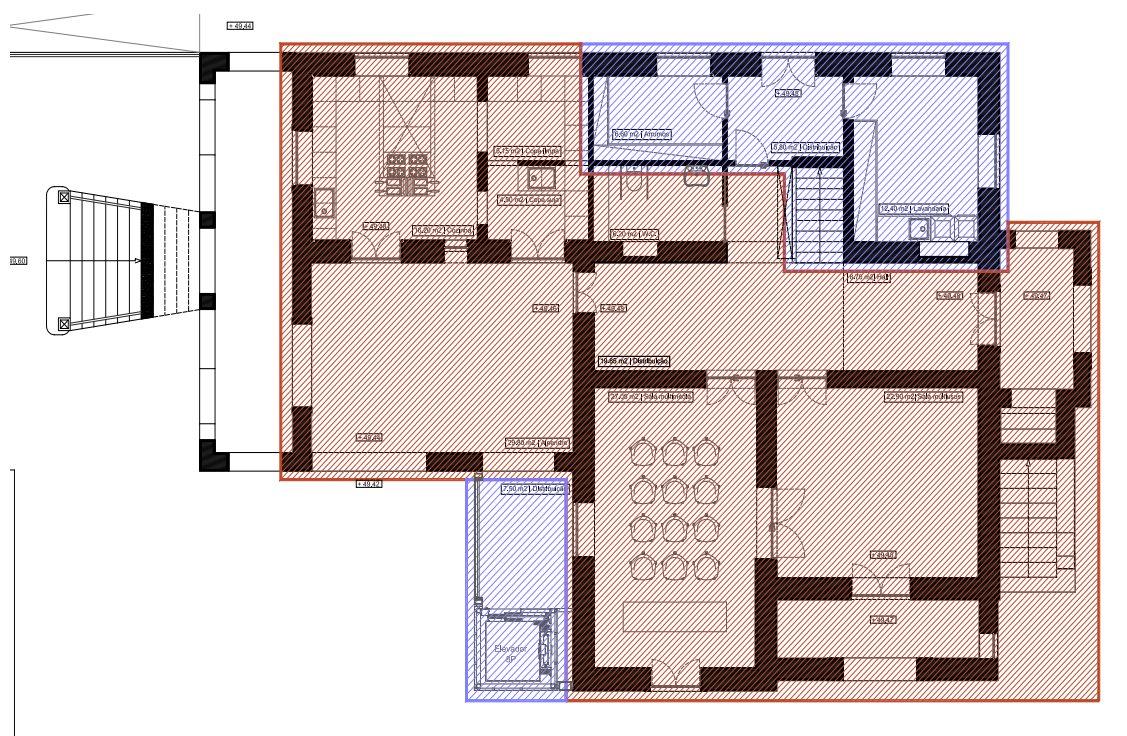
Figura 01 - Planta de implantação do Palacete das Almas.



Figura 02 - Perfis de inserção da proposta.

De acordo com o anteriormente descrito, o edifício do Palacete, encontra-se em bom estado de conservação, sendo somente necessária a realização das pequenas obras de adaptação a espaço residencial artístico, conforme as peças desenhadas 4.00, em anexo.

Por isso, foi definido o programa de residência e salas de multimédia e serviços, para o edifício do palacete. Esta opção deve-se ao facto de criar zonas privadas e semi privadas, dentro da parcela de terreno. A zona semi privada, divide o piso de rés-do-chão, onde em parte, se encontra a lavandaria, elevador e arrumos (pertencentes à parte privada e sem acesso ao público) e parte pública, mas controlada, nomeadamente, as salas multimédia e multiusos, e a cozinha, somente utilizados em eventos específicos.



- Parte privada
- Parte semi privada

Figura 03 - Planta de zona privada e zona semi privada, no rés-do-chão do palacete.

A partir do rés-do-chão, o edifício do palacete é totalmente de acesso privado. Na planta de 1º andar, onde se desenvolve a zona social da residência artística, nomeadamente, a zona da cozinha, sala de jantar, de jogos, de estar, escritório e acesso ao piso superior, somente têm acesso os artistas residentes e a administração (fig. 04).

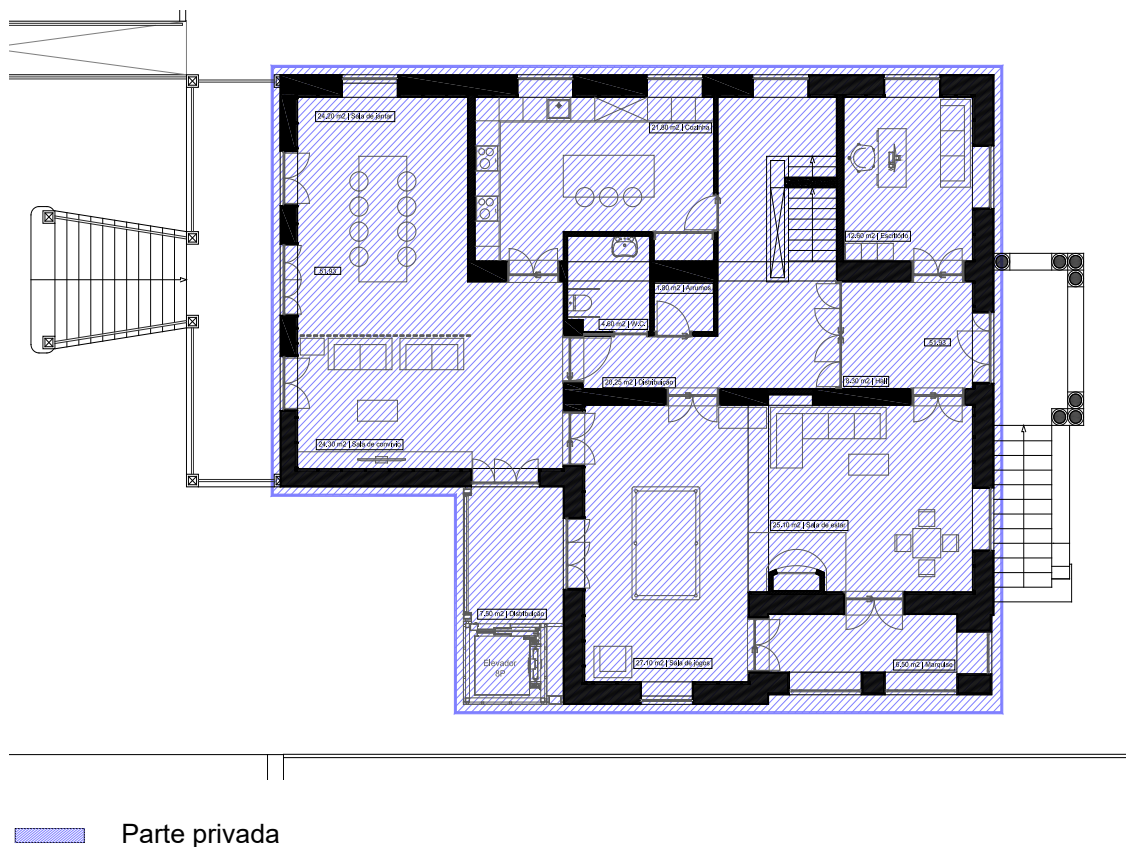


Figura 04 - Planta de zona privada no 1º andar do palacete.

Também no piso 2 e 3, onde se desenvolvem os quartos, com casas de banho privadas e acesso ao elevador, somente os artistas residentes têm acesso (fig. 5-6).

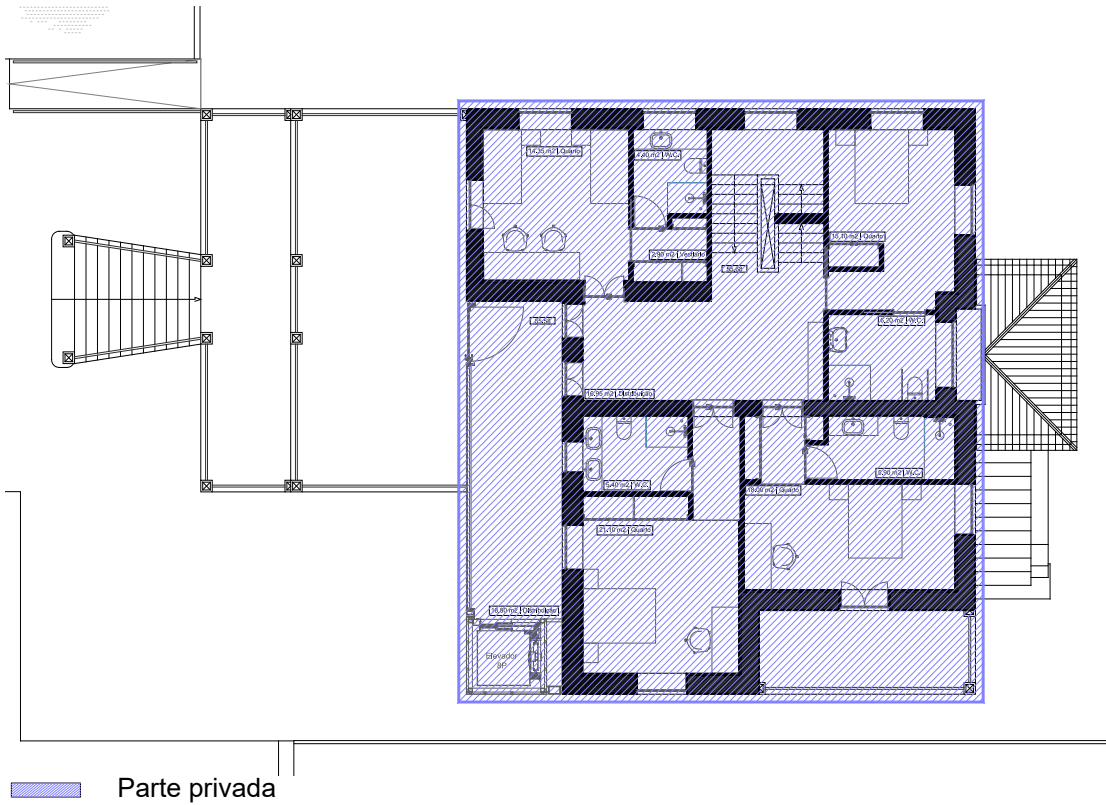


Figura 05 - Planta de zona privada no 2º andar do palacete.

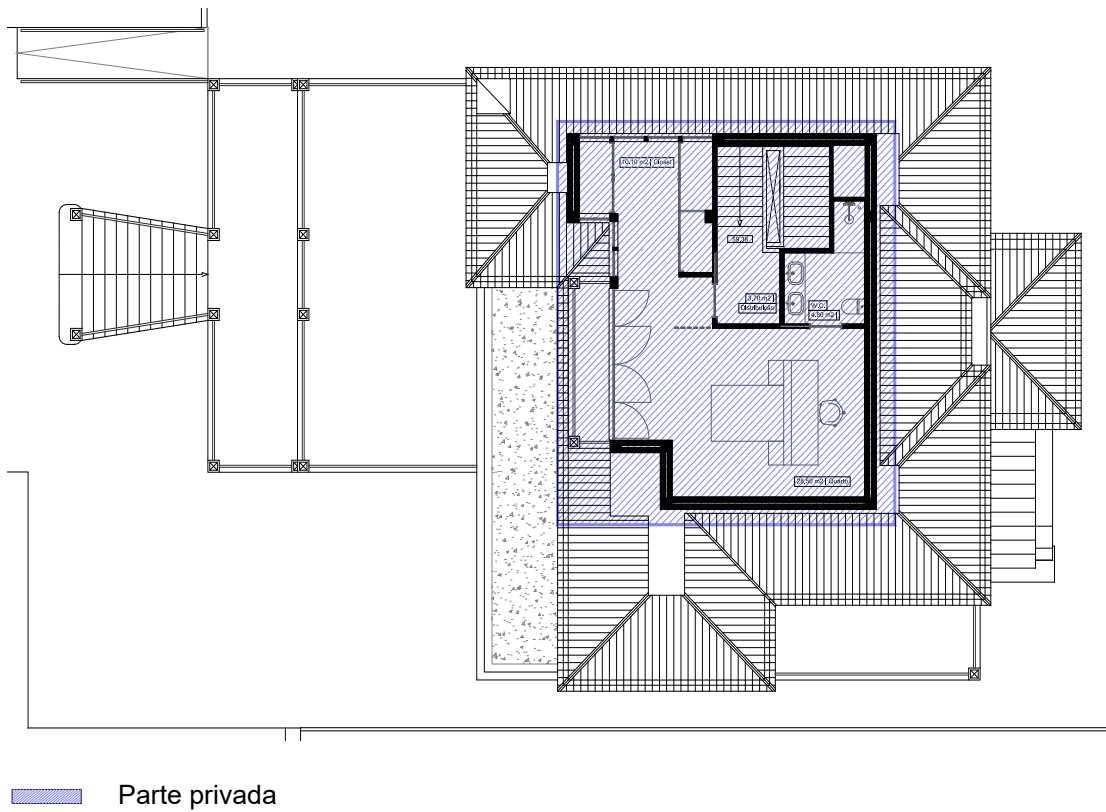


Figura 06 - Planta de zona privada no 3º andar do palacete.

As construções anexas existentes, nomeadamente a casa do motorista e a casa das visitas, são adaptadas a um novo uso. A casa do motorista dada a sua localização, é adaptada a espaço expositivo e designada como uma zona de acesso ao público, bem como, a casa de banho existente na casa das visitas. A restante parte pertencente à casa das visitas, é de acesso semi privado, sendo que se trata de ateliers / oficinas de trabalho. Contudo, pode ser utilizada como espaço expositivo caso seja necessário.

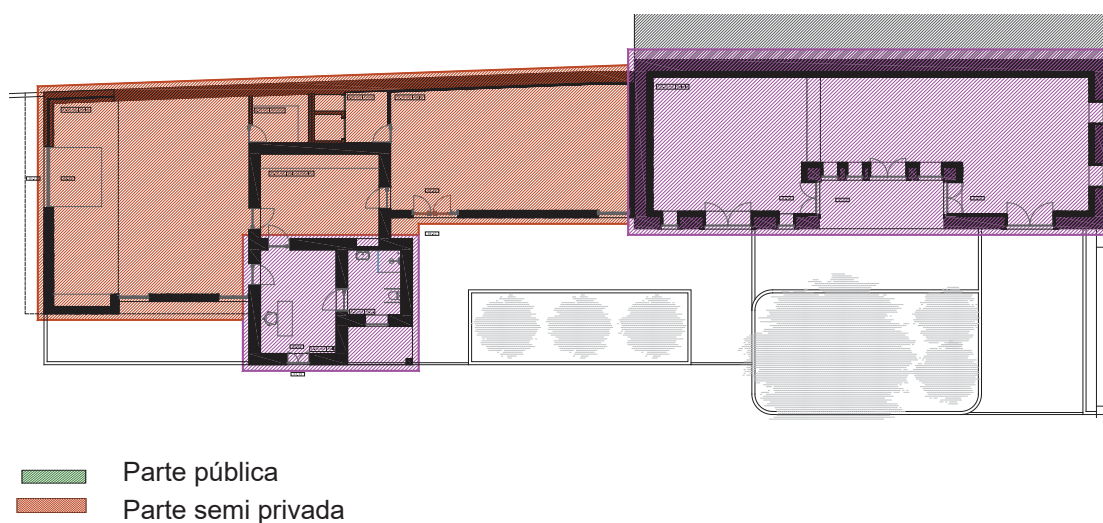


Figura 07 - Planta de parte semi privada e pública da nova intervenção.

#### 1.4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS TERRITORIAIS

Segundo a Planta de Ordenamento e o Plano Diretor Municipal de Esposende, a parcela de terreno insere-se em solo urbano, espaços centrais, área central principal. Considerando-se os seguintes parâmetros urbanísticos:

Índice de utilização líquido máximo IUL = 1,30 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>

Índice de utilização bruto máximo IUB = 0,75 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>

Número máximo de pisos = 3 pisos

Segundo a Planta de Condicionantes, o prédio não se encontra com condicionantes na envolvente.

**Índice de utilização líquido**

**máximo permitido**

IUL = 1.30 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>

**Índice de utilização líquido**

**máximo utilizado**

IUL = 0.32 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>

### 1.5 - ANÁLISE DA FORMA

Relativamente à intervenção no palacete, nomeadamente a construção do elevador, pretende-se que este não se sobreponha ao palacete, e que seja o mais transparente possível de forma a perceber a forma original do edifício antes da intervenção (fig. 08).

Em relação à intervenção no espaço expositivo, a proposta mantém as paredes estruturais existentes, bem como os vãos e realiza-se a construção de novas paredes estruturais em betão armado aparente. A antiga casa das visitas mantém o originalmente definido, onde é proposta a demolição das paredes e coberturas da intervenção mais recente, e realizada a nova construção dos ateliers de trabalho também em betão aparente, seguindo a forma da cobertura original deste edifício (fig.09).



Figura 08 - Esboço do estudo da forma.

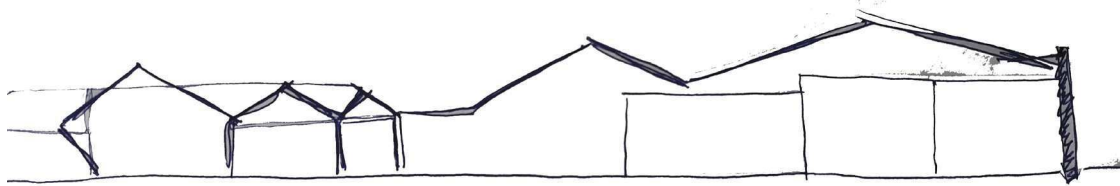


Figura 09 - Esboço do estudo da forma, da parte dos atelier / espaço expositivo.

### **1.6 - JUSTIFICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DE CADA USO / INTEGRAÇÃO LOCAL**

A localização de cada uso vai de encontro ao tipo de acesso que é atribuído a cada edifício. A proposta contempla a existência de 3 edifícios, na qual se pretende realizar a interligação de dois deles, de forma a unificar as construções da parcela, bem como, separar o paradigma existente entre as construções dos dois séculos (palacete e nova intervenção). De acordo com o descrito no ponto 1.3 - Uso, no palacete nomeadamente nos pisos 1,2, e 3, encontra-se toda a parte correspondente à residência dos artistas, sendo que é a parte mais íntima da parcela de terreno.

Relativamente ao espaço expositivo, encontra-se localizado na antiga casa do motorista, sendo que é o edifício mais exposto da parcela e mais próximo da via pública, o que faz com que as pessoas que vem a alguma tipo de evento, ou exposição, não avancem para a restante parcela. O edifício dos ateliers, que se encontra colmatado com o espaço expositivo, é o espaço de trabalho dos artistas, se bem que, quando necessário, este espaço pode ser adaptado a exposições, contudo, existe um acesso semi privado a estas atividades. Toda a parte descrita em cima, encontra-se em forma de resumo na figura 10.

O projeto foi elaborado, tendo como ponto fulcral o meio onde se insere e todos os regulamentos aplicáveis. Existe uma articulação e integração com a envolvente, através das opções volumétricas, cêrceas, tipologias apresentadas, utilização das edificações e ainda pela escolha de materiais e cores a aplicar.

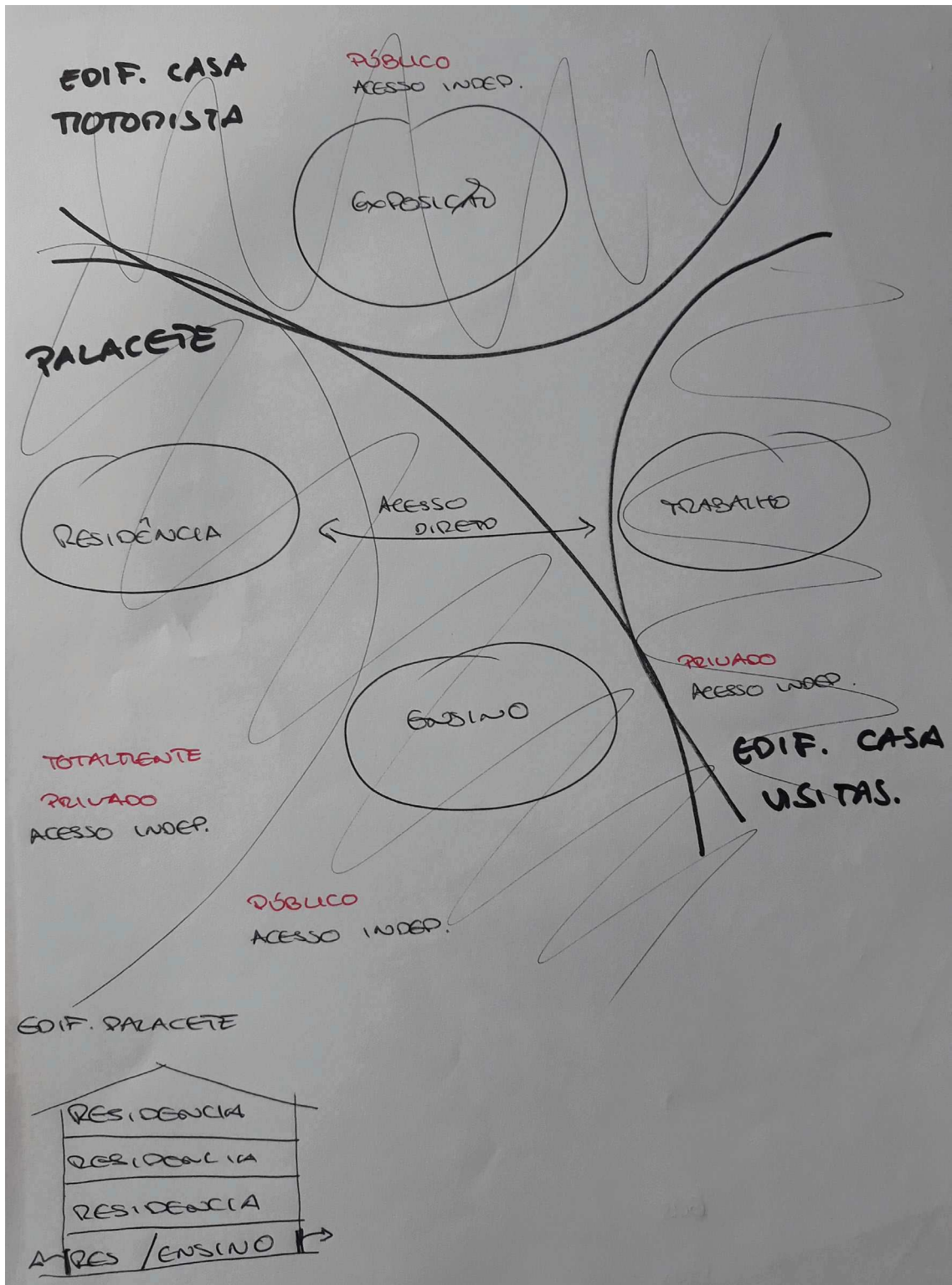


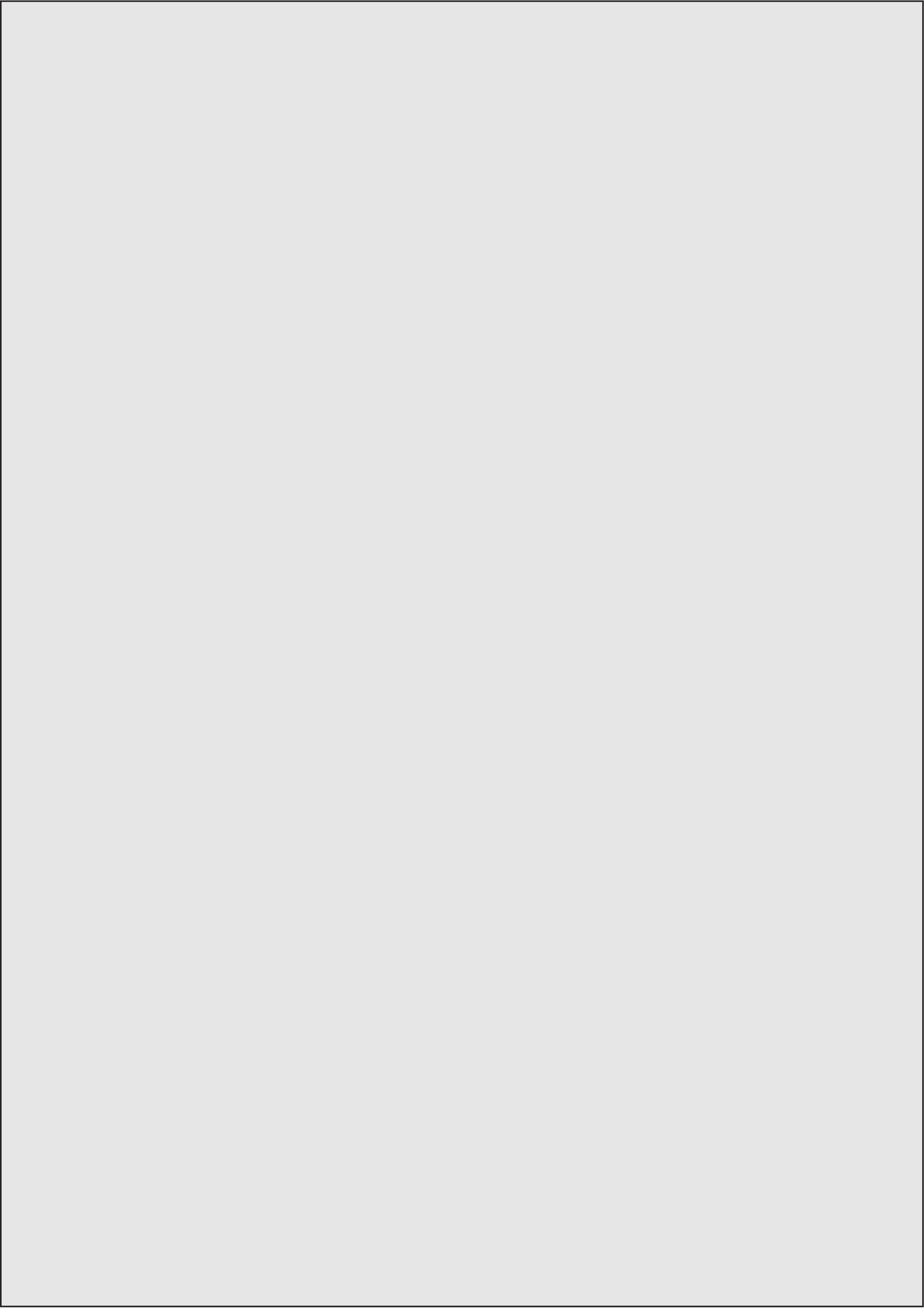
Figura 10 - Resumo de uso, por edifícios.

## **1.7 - DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES ADOTADAS / MATERIALIDADE**

De acordo com a análise e resumo dos casos de referência apresentados, foram elecionadas algumas bases de projeto para a criação do projeto de arquitetura, como a introdução construção das edificações em betão armado, de forma a criar um espaço o mais amplo, dentro das condicionantes existentes, por forma a receber o espaço expositivo proposto e os atelier de trabalho.

## PARTE II

# CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS



## **2.1 - CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS**

### **Cláusula 1ª - Objeto**

1 - O presente caderno de encargos, compreende as cláusulas a incluir na execução das tarefas necessárias, à obra de remodelação e ampliação do Palacete das Almas, com a finalidade de espaço artístico, dotado de espaços expositivos, ateliers, residência e espaço para workshops, para a cidade de Esposende.

2 - A empreitada tem por objeto a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no projeto de execução e neste caderno de encargos.

3 - O projeto a considerar para os efeitos do estabelecido no número anterior é o definido na Cláusula 2ª.

4 - As condições técnicas de execução dos trabalhos da empreitada são as deste caderno de encargos.

### **Cláusula 2ª - Projeto**

A execução da empreitada contempla, além de diversas peças escritas, as seguintes peças desenhadas:

1.00 Planta de Localização, Esc. 1/1000

2.01 Planta de Implantação, Esc. 1/500

2.02 Perfis de inserção da proposta na topografia existente, Esc. 1/200

3.01 Levantamento - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100

3.02 Levantamento - Planta do Piso 1, Esc. 1/100

3.03 Levantamento - Planta do Piso 2, Esc. 1/100

3.04 Levantamento - Planta do Piso 3, Esc. 1/100

3.05 Levantamento - Planta de Cobertura, Esc. 1/100

3.06 Levantamento - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100

3.07 Levantamento - Alçados Norte e Poente, Esc. 1/100

3.08 Levantamento - Alçados Nascente e Sul, Esc. 1/100

- 4.01 Demolição / Construção - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 4.02 Demolição / Construção - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 4.03 Demolição / Construção - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 4.04 Demolição / Construção - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 4.05 Demolição / Construção - Planta de Cobertura, Esc. 1/100
- 4.06 Demolição / Construção - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 4.07 Demolição / Construção - Alçados Norte e Poente, Esc. 1/100
- 4.08 Demolição / Construção - Alçados Nascente e Sul, Esc. 1/100
- 5.01 Planta de Apresentação - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 5.02 Planta de Apresentação - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 5.03 Planta de Apresentação - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 5.04 Planta de Apresentação - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 5.05 Planta de Apresentação - Planta de Cobertura, Esc. 1/100
- 5.06 Planta de Apresentação - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 5.07 Planta de Apresentação - Alçados Norte e Poente, Esc. 1/100
- 5.08 Planta de Apresentação - Alçados Nascente e Sul, Esc. 1/100
- 6.01 Planta de Tosco - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 6.02 Planta de Tosco - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 6.03 Planta de Tosco - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 6.04 Planta de Tosco - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 6.05 Planta de Tosco - Cortes C1 e C2, Esc. 1/100
- 7.01 Planta de Trabalho - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 7.02 Planta de Trabalho - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 7.03 Planta de Trabalho - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 7.04 Planta de Trabalho - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 8.01 Planta de Tetos - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 8.02 Planta de Tetos - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 8.03 Planta de Tetos - Planta do Piso 2, Esc. 1/100
- 8.04 Planta de Tetos - Planta do Piso 3, Esc. 1/100
- 9.01 Cortes Construtivos da Fachada C1 e C2 Esc. 1/20

- 10.01 Mapa de vãos exteriores, Esc. 1/50
- 10.02 Mapa de vãos exteriores, Esc. 1/50
- 10.03 Mapa de vãos interiores, Esc. 1/50
- 11.01 Mapa de acabamentos - Planta de Rés-do-chão
- 11.01 Mapa de acabamentos - Planta do Piso 1
- 11.02 Mapa de acabamentos - Planta do Piso 2
- 11.03 Mapa de acabamentos - Planta do Piso 3
- 12.04 Projeto de Arranjos Exteriores Esc. 1/100
- 13.01 Projeto de Acessibilidade - Planta de Rés-do-chão, Esc. 1/100
- 13.02 Projeto de Acessibilidade - Planta do Piso 1, Esc. 1/100
- 13.03 Projeto de Acessibilidade - Planta do Piso 2, Esc. 1/100

#### **Cláusula 3ª - Lista de Quantidades e Preços Unitários**

1 - Todos os elementos alusivos a Preços e Medições estarão incluídos na secção 1.5\_Medições e Orçamentos deste Caderno de Encargos referente ao projeto.

2 - O orçamento deve incluir todas as tarefas inerentes à execução dos respetivos trabalhos, bem como andaimes, plataformas, material de proteção, transporte para a obra e dentro da obra, cargas e descargas, fornecimento de telas finais, testes e ensaios e os custos do estaleiro.

#### **Cláusula 4ª - Materiais e Técnicas de Execução**

1 - Os materiais e técnicas de execução a utilizar na obra devem respeitar tudo aquilo que a seu respeito se refere nas especificações incluídas no ponto: 1.4\_Condições Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

2 - A execução dos diversos trabalhos deverá respeitar todas as peças desenhadas do projeto.

3 - Os elementos cuja qualidade não seja referenciada ou materiais cuja marca comercial ou características técnicas não seja referida no projeto deverão ser definidas pelo autor do projeto.

### **Cláusula 3ª - Lista de Quantidades e Preços Unitários**

1 - Todos os elementos alusivos a Preços e Medições estarão incluídos na secção 1.5\_Medições e Orçamentos deste Caderno de Encargos referente ao projeto.

2 - O orçamento deve incluir todas as tarefas inerentes à execução dos respetivos trabalhos, bem como andaimes, plataformas, material de proteção, transporte para a obra e dentro da obra, cargas e descargas, fornecimento de telas finais, testes e ensaios e os custos do estaleiro.

### **Cláusula 4ª - Materiais e Técnicas de Execução**

1 - Os materiais e técnicas de execução a utilizar na obra devem respeitar tudo aquilo que a seu respeito se refere nas especificações incluídas no ponto: 1.4\_Condições Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

2 - A execução dos diversos trabalhos deverá respeitar todas as peças desenhadas do projeto.

3 - Os elementos cuja qualidade não seja referenciada ou materiais cuja marca comercial ou características técnicas não seja referida no projeto deverão ser definidas pelo autor do projeto.

4 - Caso proposto, será permitida a alteração de marca dos materiais devendo os mesmos apresentar qualidade semelhante e deverão ser aprovados pelo autor do projeto e autoridades de fiscalização da obra.

5 - Todos os elementos, materiais ou processos construtivos que não estejam especificados no projeto deverão ser previamente discutidos e aprovados pelo autor do projeto e empreiteiro.

6 - Todos os elementos que não estejam especificamente definidos e que necessitem de especificações deverão ser definidos pelo autor do projeto e o empreiteiro mediante informações e notificações por escrito da empresa responsável pelo material.

7 - No final dos trabalhos, todos os elementos deverão ser limpos e apresentar um acabamento pretendido e em concordância com o projeto.

### **Cláusula 5ª - Implantação**

1 - Sendo uma construção, a qual contempla a remodelação e a ampliação, parte da implantação coincide com o seu local atual, e uma segunda parte definida com base nas peças desenhadas do projeto. Qualquer dúvida deverá ser discutida com o autor do projeto.

2 - A implantação da obra será feita pelo Empreiteiro, a partir dos elementos do projeto e de outros que eventualmente lhe venham a ser fornecidos pela Fiscalização. Só depois da fiscalização se ter pronunciado por escrito poderá a implantação feita pelo Empreiteiro ser considerada definitiva, podendo então iniciar os trabalhos.

### **Cláusula 6ª - Estaleiro de Obra**

A preparação, montagem e desmontagem do estaleiro para execução da obra deverá incluir as seguintes etapas:

- Montagem e desmontagem de máquinas;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias do pessoal, redes provisórias de abastecimento de águas, saneamento e eletricidade;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias da fiscalização;
- Vedação do recinto da obra, com tapume em madeira ou metálico pintado e estrutura em tubular revestido a tecido serapilheira ou similar, nos moldes impostos pela legislação e pelo dono de obra, de modo a oferecer a necessária privacidade da obra;
- Tomada de conhecimento, pelo empreiteiro, do estado atual das instalações, nomeadamente os acessos, já que se prevê que elas lhe serão entregues como se encontram, não sendo aceites reclamações do empreiteiro, baseadas na falta de conhecimento do estado atual do terreno, ou de quaisquer trabalhos a realizar, pelo que este deverá, no local, fazer os reconhecimentos ou levantamentos necessários à elaboração da sua proposta;
- Obtenção de todas as licenças e autorizações junto dos departamentos respetivos da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e outros;
- Eventuais indemnizações a terceiros por danos ou estragos provocados durante a realização dos trabalhos;

- Manutenção e garantia das condições de acessibilidade em todas as circunstâncias e durante o tempo que durar a obra;
- Colocação de placa com identificação do dono da obra, projetista, empreiteiro e demais elementos exigidos pelas autoridades respetivas;
- Todos os demais trabalhos preparatórios necessários que se tornem indispensáveis para o correto cumprimento do objetivo da empreitada;
- Apresentação, no início dos trabalhos e no prazo máximo de quinze dias de todas as amostras dos materiais a aplicar;
- Toda e qualquer alteração, adaptação ou alternativa ao projeto não poderão ser executadas pelo empreiteiro sem o acordo prévio e por escrito com o autor do projeto;
- Durante o período de execução da obra, o empreiteiro será responsável pela manutenção e conservação de todos os percursos alternativos, de acordo com as indicações dos serviços competentes;
- O empreiteiro será responsável pelo fornecimento de meios, equipamentos e quaisquer outros elementos que sejam solicitados pela fiscalização, nomeadamente instalações, equipamento informático, material de escritório e de comunicações, consumíveis, cobertura fotográfica, e ou vídeo, entre outros;
- O empreiteiro deve cumprir na íntegra o estipulado no Plano de Segurança e Saúde e Plano de Gestão Ambiental.

#### **Cláusula 7ª - Amostras e Modelos**

1 - Durante o desenvolvimento da obra, será necessário, numa fase prévia a sua aplicação, elaborar amostras e modelos de todos os materiais, acabamentos e elementos de construção (Carpintarias, armaduras de iluminação, pinturas, rebocos, etc.) a utilizar. Todos os modelos e amostras devem ser aprovados pelas autoridades competentes.

2 - As diversas amostras e modelos deverão ser à escala natural e deverão ser testadas de forma a perceber o seu comportamento. Os diversos testes e opções deverão ser aprovados por escrito e em seguida comunicados ao empreiteiro que não poderá iniciar qualquer trabalho antes da aprovação final.

3 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode tornar obrigatória a realização de quaisquer outros ensaios além dos previstos, acordando previamente, se necessário, com o empreiteiro sobre as regras de decisão a adotar.

4 - Se os resultados dos ensaios referidos no número anterior não se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

## **2.2 - CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO**

### **Cláusula 8ª - Preparação e planeamento da execução da obra**

1 - O empreiteiro é o responsável:

a) Pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção, escavação e demolição;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor;

c) Por todas as licenças, aprovações, certificações e contactos necessários à entrada em funcionamento de todas as instalações integradas na obra. Antes da entrada em funcionamento, todos os elementos deverão ser inspecionados pela fiscalização da obra.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, pela sua natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra.

### **Cláusula 9ª - Prazo de Execução da Empreitada**

- 1 - O prazo de execução será especificado na calendarização da obra.
- 2 - A execução dos trabalhos inicia-se no prazo de 30 dias após a data da celebração do Contrato.
- 3 - O requerimento do empreiteiro, devidamente fundamentado, o dono da obra poderá conceder uma prorrogação do prazo global ou dos prazos parciais de execução da empreitada.
- 4 - O requerimento previsto na cláusula anterior deverá ser acompanhado dos novos planos de trabalhos e de pagamentos, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento.
- 5 - Quando haja lugar à execução de trabalhos a mais, o prazo de execução da obra é proporcionalmente prorrogado segundo os seguintes termos:
  - a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;
  - b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de prazo de execução no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.

### **Cláusula 10ª - Condições Gerais de Execução dos Trabalhos**

- 1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com este Caderno de Encargos, medições e orçamento, peças desenhadas e outras peças contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.
- 2 - Os trabalhos incluídos correspondem a totalidade da qualificação da empresa instaladora, logo, deve ser incluído na proposta todos os materiais e respetivos acessório, mão-de-obra, meios auxiliares e todos os elementos necessários à instalação, de forma que o resultado final apresente as características descritas na Memória Descritiva, Condições Técnicas Especiais e Peças desenhadas.

3 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o empreiteiro obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2ª.

4 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos neste caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e apresentando por escrito as alterações propostas e uma proposta em desenho. As propostas deverão ser aprovadas pelo autor do projeto.

5 - É da responsabilidade da empresa instaladora a execução da instalação dos diversos elementos, incluindo o termo de responsabilidade para a execução dos trabalhos, assim como a colocação em funcionamento e a entrega de manuais sumários de instruções.

6 - A empresa instaladora irá colaborar com os diversos colaboradores de forma que exista uma boa colaboração entre as várias diversas entidades responsáveis pelas várias instalações.

#### **Cláusula 11ª - Erros ou Omissões do Projeto e de Outros Documentos**

1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo autor do projeto, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.

3 - O autor do projeto é responsável pelos trabalhos de correção dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados.

#### **Cláusula 12ª - Menções Obrigatórias no Local dos Trabalhos**

1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local de trabalho, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra, do empreiteiro, entre outros.

2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter à disposição de todos os interessados o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 - No estaleiro de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

### **Cláusula 13ª - Obrigações Gerais**

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 - A assistência ao pessoal será da responsabilidade do empreiteiro, assim como todos os encargos resultantes da aplicação das leis de segurança, em particular a secção referente ao Seguro de Trabalho.

4 - O empreiteiro devera prestar a assistência necessária ao pessoal vítima de qualquer acidente ocorrido no local de trabalho.

5 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada deverão estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

6 - É da responsabilidade do empreiteiro o cumprimento da legislação em vigor sobre Trabalho, Segurança Social, Seguros, Salários, entre outros, referentes ao pessoal relacionado com a obra.

#### **Cláusula 14ª - Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, ocorrendo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - Em caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor da fiscalização da obra pode tomar, as providências que se revelem necessárias.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor da fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

5 - O empreiteiro responde a qualquer momento, perante o diretor da fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

### **2.3 - CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DO PROMOTOR OU DONO DA OBRA**

#### **Cláusula 15ª - Preço e Condições de Pagamento**

1 - Deverá ser realizada pelo dono da obra ao construtor o pagamento de uma quantia inicial acordada no contrato de forma a iniciar os trabalhos.

2 - Em princípio, os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais.

3 - Em regra, os pagamentos são efetuados no prazo de 30 dias, com o limite máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura.

4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidas pelo diretor da fiscalização da obra.

5 - No caso de falta de apresentação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor da fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor da fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

6 - O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis.

## **2.4 - CAPÍTULO IV - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO**

### **Cláusula 16ª - Representação do Empreiteiro**

1 - O empreiteiro poderá, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, confiar a direção técnica da empreitada a um diretor de obra com a qualificação mínima de Engenheiro Técnico.

2 - Após a assinatura do contrato, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor da obra, indicando a sua qualificação técnica. Esta informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com competência e assiduidade.

3 - O diretor técnico da empreitada deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

4 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor técnico da empreitada, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

5 - O empreiteiro ou o seu representante permanecerá no local da obra durante a sua execução, devendo estar habilitado a responder perante o diretor da fiscalização da obra sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

### **Cláusula 17ª - Representação do Dono da Obra**

1 - Durante a execução, o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos, até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

#### **Cláusula 18ª - Livro de registo de obra**

1 - O empreiteiro deverá organizar um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor da fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor da fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

### **2.5 - CAPÍTULO V - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA**

#### **Cláusula 19ª - Inspeções**

1 - O Autor do Projeto, Dono de Obra e Entidade Fiscalizadora poderão realizar inspeções que se considerem necessárias na obra, fábrica ou laboratório, nos quais sejam executados trabalhos relacionados com a obra em curso.

2 - A verificação da qualidade e comportamento dos diversos materiais a utilizar pode necessitar a deslocação dos responsáveis (Autor do Projeto, Fiscalização, entre outros) fora do recinto da obra sendo a deslocação da responsabilidade da empresa instaladora responsável pelo material.

### **Cláusula 20ª - Receção Provisória**

1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo após a conclusão do total ou parte da obra, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 - Na eventualidade de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 - O procedimento de receção provisória deverá obedecer a normativa em vigor.

### **Cláusula 21ª - Prazo de Garantia**

1 - O prazo de garantia pode variar de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:

a) 10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;

b) 5 anos, no caso de defeitos relacionados com os elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;

c) 2 anos, no caso de defeitos relacionados com os equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 - Durante o prazo de garantia, o empreiteiro é obrigado a fazer, à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra.

4 - Não serão incluídos na garantia, os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

### **Cláusula 22ª - Receção Definitiva**

1 - No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número um permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento, esta será definitivamente recebida.

3 - A receção definitiva depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso da vistoria referida no nº 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria.

## **2.6 - CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 23ª - Deveres de Informação**

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato.

2 - Os diversos intervenientes devem avisar de imediato os restantes organismos responsáveis de qualquer circunstância que previsivelmente impeça o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

### **Cláusula 24ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1 - O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde

que se encontrem cumpridos os requisitos necessários.

2 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos na legislação em vigor, devendo ser especificados os trabalhos a realizar.

3 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor da fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

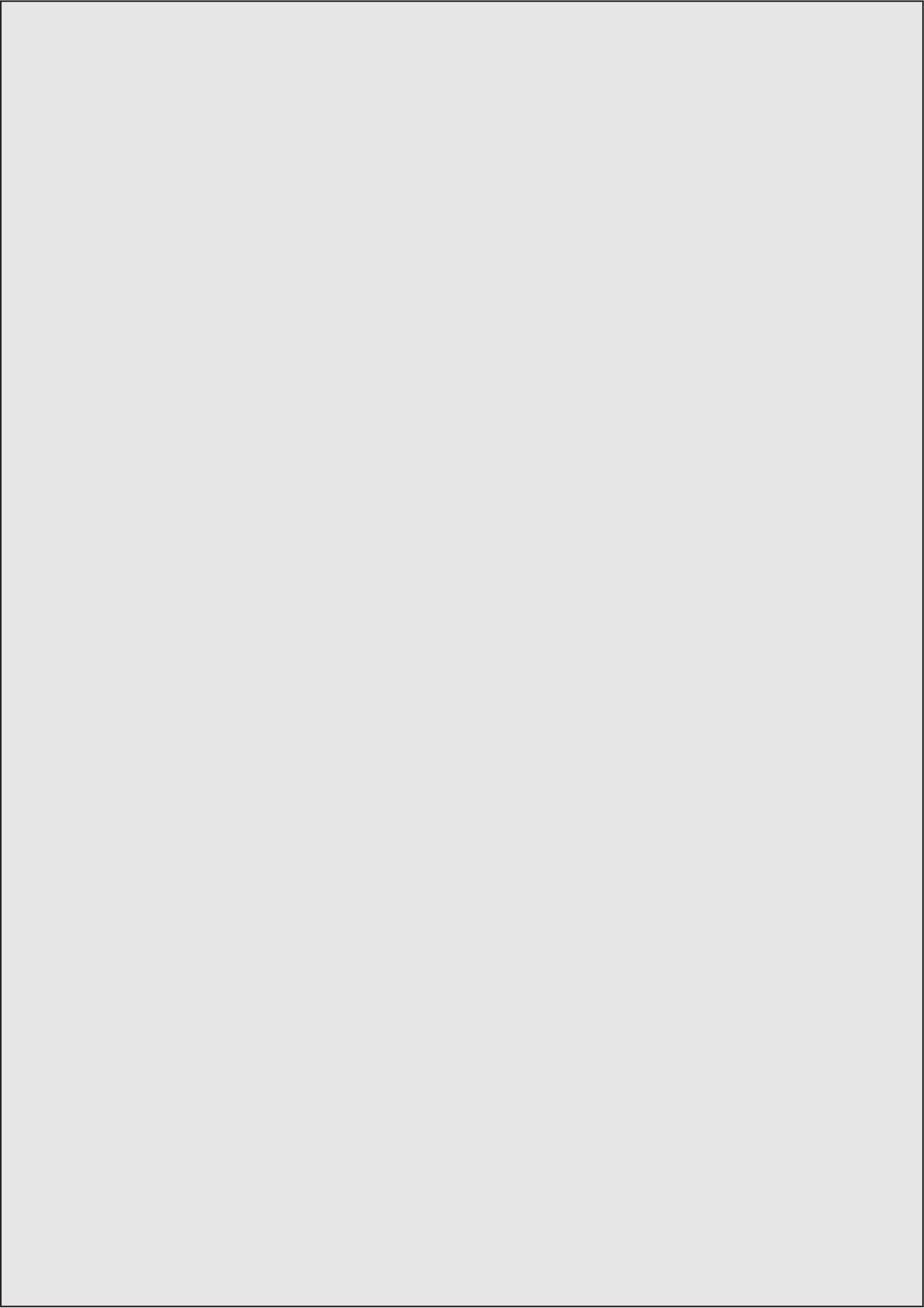
4 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

5 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

#### **Cláusula 25ª - Legislação Aplicável**

Todos os elementos previstos no Caderno de Encargos deverão respeitar e aplicar a Legislação em vigor nas diferentes especialidades e deverão reger-se pelos princípios da boa prática profissional.

**PARTE III**  
**CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS**



### **3.1 - CAPÍTULO I - TRABALHOS PREPARATÓRIOS**

#### **ART.º1 - PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA**

##### **I- CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Entende-se cada proteção como um todo, qualquer que seja o tipo de proteção utilizada, sendo a medição por valor global (vg).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à proteção e segurança de construções no todo ou em parte, de obras de arte, da vegetação, de outros bens patrimoniais que não possam ser afetados pela execução das obras.

O trabalho será executado de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança dos transeuntes, pessoal operário, construções vizinhas, vias, veículos, etc., e inclui:

- a) o fornecimento e montagem ou execução das proteções;
- b) a desmontagem ou demolição e remoção final das proteções;
- c) a limpeza final, eliminando qualquer componente residual do sistema de proteção.

##### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

- a) o tipo de proteção a executar será o mais adequado a cada artigo, exigindo rigorosa definição no projeto;
- b) serão empregues meios de montagem das proteções que garantam a eficaz salvaguarda dos bens a proteger;

c) em casos especiais, definidos no projeto, os trabalhos serão executados por pessoal especialidade, competente e credenciado;

(azulejaria, obras de arte, espécies vegetais classificadas, etc.);

d) sempre que o valor patrimonial do bem a proteger exija meios especiais de proteção, será apresentada avaliação para efeitos do respetivo seguro.

### **3.2 - CAPÍTULO II - ESTALEIRO DE OBRA**

#### **ART.º 2.1 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE VEDAÇÃO DO LOCAL DA OBRA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Atender-se-á ao desenvolvimento linear de vedação, qualquer que seja o tipo utilizado, sendo a medição por valor global (vg).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à vedação do estaleiro, no todo ou em parte, qualquer que seja o tipo de vedação utilizada.

O trabalho será executado de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança dos transeuntes, pessoal operário, construções vizinhas, vias, veículos, etc., e inclui:

- a) o fornecimento e montagem ou execução das vedações;
- b) a desmontagem ou demolição e remoção final das vedações;
- c) a limpeza final do terreno, deixando-o livre de qualquer componente residual do sistema de vedação do estaleiro.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

- a) o tipo de vedação a executar será o mais adequado nas condições concretas do estaleiro;
- b) em casos especiais definidos no projeto, os trabalhos serão executados, total ou parcialmente, em sistema determinado patenteado ou não, de componentes recuperáveis, estabelecendo-se inicialmente todas as condições de montagem, uso e desmonte.

## **ART.º 2.2 - INSTALAÇÕES – SALA MULTIÉDIA E MUKTIUSOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Cabendo ao empreiteiro a responsabilidade do Plano de Estaleiro, entende-se que o conjunto de salas constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg).

Nos casos em que o plano seja da responsabilidade do Dono da Obra, a medição será efetuada por metro quadrado (m<sup>2</sup>).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à montagem de instalações de carácter administrativo e laboratórios, dentro do estaleiro da obra, qualquer que seja o tipo de construção utilizado. O trabalho será executado de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança e conforto do pessoal utilizador e inclui:

- a) o fornecimento e montagem ou execução das instalações;
- b) a desmontagem ou demolição e remoção final das instalações;
- c) a limpeza final do terreno.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como

referência especial, as seguintes:

- a) o tipo de construção das instalações de carácter administrativo a executar será o mais adequado nas condições concretas da obra;
- b) em casos especiais definidos no projeto, as instalações serão em sistema determinado, de componentes recuperáveis, estabelecendo-se inicialmente todas as condições de montagem, uso e desmonte.

## **ART.º 2.3 - ATELIER / OFICINAS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Cabendo ao empreiteiro a responsabilidade do plano de estaleiro, entende-se que o conjunto de armazéns, oficinas (armaduras / cofragens / eletricidade / etc.) e ferramentaria, constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à montagem de instalações de carácter industrial, dentro do estaleiro da obra, qualquer que seja o tipo de construção utilizado.

O trabalho será executado de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança e conforto do pessoal utilizador e inclui:

- a) o fornecimento e montagem ou execução das instalações;
- b) a desmontagem ou demolição e remoção final das instalações;
- c) a limpeza final do terreno.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

a) o tipo de construção das instalações de carácter industrial a executar será o mais adequado nas condições concretas da obra;

b) em casos especiais definidos no projeto, as instalações de carácter industrial serão construídas, total ou parcialmente, em sistema de componentes recuperáveis, estabelecendo-se inicialmente todas as condições de montagem, uso e desmonte.

## **ART.º 2.4 - EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO DE CARGAS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Entende-se que o conjunto de equipamentos de elevação de cargas constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg), qualquer que seja o tipo de equipamento utilizado.

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à montagem dos equipamentos de elevação de cargas qualquer que seja o tipo utilizado.

A montagem será executada de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança dos operadores e inclui:

- a) o fornecimento e montagem dos equipamentos e instalações;
- b) a manutenção do equipamento de forma a ficar em estado operacional;
- c) a limpeza final das zonas de intervenção.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, o tipo de equipamento de elevação de cargas a instalar será o mais adequado nas condições concretas da obra.

Os equipamentos e acessórios de elevação, incluindo fixações, ancoragens e apoios devem ser:

- a) bem concebidos e construídos;
- b) corretamente montados e em condições de utilização;
- c) mantidos em perfeito estado de funcionamento;
- d) sujeitos a inspeções periódicas;
- e) manobrados por pessoal com qualificação adequada;
- f) todos os equipamentos e acessórios de elevação devem apresentar de modo bem visível, a indicação da carga máxima autorizada.

## **ART.º 2.5 - ANDAIMES E PLATAFORMAS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Entende-se que o conjunto de equipamentos auxiliares a empregar constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg), qualquer que seja o tipo de equipamento utilizado.

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os fornecimentos necessários à montagem dos sistemas auxiliares, quaisquer que sejam os tipos de equipamentos utilizados.

A montagem será executada de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança do pessoal da obra, dos transeuntes, dos materiais e equipamentos, das edificações ou outros bens próximos dos equipamentos auxiliares e inclui:

- a) o fornecimento e montagem dos equipamentos auxiliares;
- b) a manutenção dos equipamentos em estado operacional;
- c) a desmontagem e remoção final dos equipamentos;
- d) a limpeza final do terreno.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

a) o tipo de equipamentos auxiliares a instalar será o mais adequado nas condições concretas da obra, exigindo rigorosa definição no projeto sempre que a escolha seja determinada pelo Dono da Obra;

b) em casos especiais definidos no projeto, os equipamentos auxiliares a instalar serão de tipo determinado, estabelecendo-se inicialmente todas as condições de montagem, uso e desmonte.

### **ART.º 2.6 - SEGURANÇA / GUARDAS DE PROTEÇÃO**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Entende-se que o conjunto de equipamentos de segurança a empregar constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg), para o conjunto de equipamentos utilizados.

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os fornecimentos e montagem dos sistemas de segurança a instalar, quaisquer que sejam os tipos de equipamentos utilizados.

A montagem será executada de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança do pessoal da obra, dos transeuntes, dos materiais e equipamentos, das edificações ou outros bens próximos do estaleiro, no conjunto ou nas partes de maior risco de acidente:

- a) o fornecimento e montagem dos equipamentos auxiliares;
- b) a manutenção dos equipamentos em estado operacional;
- c) a desmontagem e remoção final dos equipamentos;
- d) a limpeza final do terreno.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

a) o tipo de equipamentos de segurança a instalar será o mais adequado nas condições concretas da obra, exigindo rigorosa definição no projeto sempre que a escolha seja determinada pelo Dono da Obra;

b) em casos especiais definidos no projeto, os equipamentos de segurança a instalar serão de tipo determinado, estabelecendo-se inicialmente todas as condições de montagem, uso e desmonte.

### **ART.º 2.7 - REDES PROVISÓRIAS: ÁGUA / ELETRICIDADE**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Cabendo ao empreiteiro a responsabilidade do plano de estaleiro, entende-se que o conjunto das instalações da rede provisória de águas

(abastecimento, distribuição, incêndio) constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg). As instalações da rede elétrica provisórias constituem um todo, sendo a medição por valor global (vg). Nos casos em que for da responsabilidade do Dono da Obra, a medição será efetuada por metro linear (ml) em tubagens, condutores e cabos; por unidade (un) em quadros, aparelhagem e pontos de luz.

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à instalação da rede provisória de águas, qualquer que seja o tipo utilizado.

O trabalho será executado de acordo com as normas legais, com os regulamentos aplicáveis e inclui:

a) o fornecimento e montagem dos equipamentos e instalações que constituem a rede provisória;

b) a manutenção da rede em estado operacional;

- c) a desmontagem, demolição e remoção final do conjunto;
- d) a limpeza final do terreno.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

- a) o tipo de rede provisória a instalar será o mais adequado nas condições concretas da obra, exigindo rigorosa definição no projeto;
- b) em casos especiais definidos no projeto, a rede será constituída, total ou parcialmente, por componentes de tipo determinado, recuperáveis ou não, estabelecendo-se inicialmente todas as condições de montagem, uso e desmonte.

## **ART.º 2.8 - SINALIZAÇÃO DO ESTALEIRO**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Entende-se que a sinalização para funcionalidade de tráfego no estaleiro, para prevenção e segurança do pessoal, e para identificação da obra e entidades intervenientes, constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg). Quando seja apropriado a aplicação de painéis publicitários, de qualquer natureza, esse conjunto terá regras de exploração previamente estabelecidas, sendo expressamente interdita qualquer ação de “publicidade abusiva” sob qualquer forma.

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à montagem dos sistemas de sinalização, qualquer que seja o tipo utilizado.

O trabalho será executado de acordo com as normas legais, com os regulamentos aplicáveis e inclui:

- a) o fornecimento e montagem dos sinais e painéis informativos;
- b) a manutenção da sinalização em bom estado de conservação;
- c) a desmontagem, demolição e remoção final do conjunto;
- d) a limpeza final do terreno, deixando-o livre de qualquer componente residual do sistema de sinalização.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

- a) o tipo de sinalização a instalar será da responsabilidade do empreiteiro, exigindo rigorosa definição no projeto sempre que a escolha seja determinada pelo Dono da Obra.

### **ART.º 2.9 - LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO DE VIA PÚBLICA E ESPAÇO AÉREO, INCLUINDO RESPETIVOS CUSTOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Entende-se que a licença para utilização de via pública e espaço aéreo constitui um todo, sendo a medição por valor global (vg). Quando seja necessário efetuar ligações às infraestruturas existentes, é imprescindível comunicar com antecedência quer aos serviços municipais, quer às respetivas empresas concessionárias.

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos, materiais e fornecimentos necessários à utilização de via pública e espaço aéreo, qualquer que seja o tipo utilizado.

O trabalho será executado de acordo com as normas legais, com os regulamentos aplicáveis e inclui:

- a) o cumprimento escrupuloso das normas e regras de segurança;
- b) a delimitação com baias de sinalização da zona sujeita a intervenção, incluindo implementação do estudo e projeto de tráfego aquando da intervenção na via pública;
- c) a manutenção em bom estado de conservação de todas infraestruturas existentes, quer durante, quer após a intervenção pelo empreiteiro;
- d) a desmontagem, limpeza e remoção final de quaisquer materiais ou máquinas utilizados pelo empreiteiro.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que devem obedecer os trabalhos aqui descritos, mencionam-se como referência especial, as seguintes:

- a) o tipo de sinalização a instalar será da responsabilidade do empreiteiro, exigindo rigorosa definição no projeto sempre que a escolha seja determinada pelo Dono da Obra.

### **3.3 - CAPÍTULO III - DEMOLIÇÕES GERAIS**

#### **ART.º 3.1 - DEMOLIÇÃO DE PAREDES EXISTENTES EM ALVENARIA DE GRANITO, CUMPRINDO INTEGRALMENTE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR SOBRE MANUSEAMENTO E DEPÓSITO DESTE TIPO DE MATERIAIS**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro cúbico, (m<sup>3</sup>).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) a demolição integral dos elementos descritos;
- b) o remate das zonas de corte;
- c) a proteção dos elementos da construção a manter;
- d) escoramentos e estruturas provisórias;
- e) remoção de caixilharias, ou outros elementos;
- f) carga, transporte, descarga, pagamento de depósito de entulhos;
- g) projeto, licenciamento e depósito de materiais perigosos, de acordo com a legislação em vigor.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) os elementos a demolir, serão destruídos de modo a não danificarem as partes construídas a manter na obra;
- b) Serão demolidas:
  - b.1) as paredes interiores em alvenaria de granito, conforme desenho de pormenor;
  - b.2) parede de alvenaria de granito para abertura de vão, conforme desenho de pormenor.

### **ART.º 3.2 - ABATE DE ÁRVORES E REMOÇÃO DE ARBUSTOS, INCLUINDO CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA DOS PRODUTOS EM DEPÓSITO LICENCIADO E EVENTUAIS TAXAS DE DEPOSIÇÃO**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

A medição é por valor global (vg).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) a demolição integral dos elementos descritos;
- b) o remate das zonas de corte;
- c) o cumprimento escrupuloso das normas e regras de segurança;
- d) a delimitação com baias de sinalização na zona sujeita a intervenção;
- f) carga, transporte, descarga, incluindo pagamento de depósito de entulhos e produtos demolidos.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) os elementos a demolir, serão removidos de modo a não danificarem quaisquer partes da obra;
- b) serão demolidas árvores e arbustos, bem como é obrigatório o arranque e transporte a vazadouro dos cepos e respetivas raízes;
- c) a limpeza e rearranjo do terreno deverá ser efetuado, bem como o aproveitamento e reutilização do húmus e terras vegetais.

## **ART.º 3.3 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

A medição é por valor global (vg).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) a recolha seletiva de materiais provenientes da demolição, bem como dos materiais provenientes da construção (desperdício e sobras);
- b) o cumprimento escrupuloso das normas e regras de segurança;
- c) carga, transporte, descarga, incluindo pagamento de depósito de entulhos e produtos demolidos.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) o Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição deverá ser comunicado e explicado a todos os trabalhadores da obra, incluindo os trabalhadores afetos a firmas de subempreiteiros;
- b) deverão ser criados locais de armazenamento seletivo de materiais provenientes, quer da demolição, quer da construção, incluindo a gestão de stocks.

### **3.4 - CAPÍTULO IV - MOVIMENTO DE TERRAS**

#### **ART.º 4.1 - ESCAVAÇÃO DA ZONA DE AMPLIAÇÃO ATÉ A COTA NECESSÁRIA E DEFINIDA EM PROJETO, PARA IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro cúbico, (m<sup>3</sup>).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Considera-se o trabalho de escavação para fundações, infraestruturas e ampliação do projeto ordenado de acordo com a natureza dos solos, com a profundidade a atingir ou com a relação da cota a atingir e nível freático, encontrando-se incluídos todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução, salientando-se os que abaixo se indicam:

- a) a implantação e marcação de alinhamentos e níveis de escavação de acordo com o projeto, bem como a sua manutenção;
- b) a escavação dos solos no interior dos edifícios;
- c) a execução e manutenção dos meios provisórios de acesso, segurança e sinalização;
- d) o desmonte e remoção dos elementos de alvenaria ou betão, situados abaixo do nível do solo, identificados no projeto.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- a) as marcações e nivelamentos para Implantação serão efetuados por pessoal de reconhecida competência para o efeito;
- b) o empreiteiro manterá o sistema de marcações e referencias ao longo da obra, refazendo-o quando necessário;
- c) o início dos trabalhos será precedido do reconhecimento local do traçado das infraestruturas existentes, com base nos elementos cartografados fornecidos;
- d) as escavações serão executadas de acordo com o projeto;
- e) os processos de execução serão os mais adequados, tomando em consideração a variação média das condições ambientais no local concreto da obra;
- f) os produtos da escavação utilizáveis na obra serão aplicados nos locais definitivos, ou colocados em depósito em locais acordados com o Dono da Obra;
- g) as escavações deverão ser executadas de forma que, após compactação (quando

necessária), sejam atingidas as dimensões indicadas no projeto, não sendo admissíveis diferenças por defeito;

h) a entivação, ancoragem e escoramento das escavações serão estabelecidos de modo a impedir movimentos do terreno e a evitar acidentes.

### **3.5 - CAPÍTULO V - PAREDES E ALVENARIAS**

#### **ART.º 5.1 - PAREDES EXTERIORES**

##### **ART.º 5.1.1 - LIMPEZA E RECUPERAÇÃO DA PAREDE EXTERIOR AUTOPORTANTE EM ALVENARIA DE GRANITO**

###### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

###### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Limpeza e recuperação da parede exterior autoportante em alvenaria de granito.

###### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- a) as marcações e nivelamentos para arranque da recuperação das paredes serão efetuados por pessoal de reconhecida competência para o efeito;
- b) o empreiteiro manterá o sistema de marcações e referencias ao longo da obra, refazendo-o quando necessário;
- c) o início dos trabalhos será precedido do reconhecimento local do traçado das infraestruturas existentes ou a construir;
- d) os materiais empregues na execução das paredes exteriores serão executadas de acordo

com o projeto e com certificação adequada de fábrica;

e) os processos de execução serão os mais adequados, tomando em consideração a necessidade da estabilidade, desempenho das superfícies, bem como respeito pelo património existente;

f) os produtos da eventual demolição pontual ou da abertura de roços nas paredes, deverão ser transportados e colocados em depósito em locais acordados com o Dono da Obra.

## **ART.º 5.1.2 - EXECUÇÃO DE PAREDE EXTERIOR AUTOPORTANTE EM BETÃO ARMADO APARENTE, COM 30 CM DE ESPESSURA**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro cúbico, (m3).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Execução de parede exterior autoportante em betão armado aparente com 30 cm de espessura. Os materiais empregues na execução das paredes exteriores em betão deverão estar de acordo com o projeto e com certificação adequada de fábrica para cada um deles, bem como com a legislação em vigor.

Serão utilizados o aço A400 e o betão C20/25. O aço deve ter textura homogénea, grão fino, não quebradiço, isento de zincagens, pintura argilas, óleo, com ferrugem solta e apresentar as demais características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Euro código 2 para um aço desta classe. Na fabricação do betão o cimento a empregar será tipo Portland. As características mínimas de resistência, qualidade e condição de fornecimento devem obedecer ao estipulado no R.E.B.A.P.

A areia e o godo a empregar serão de natureza siliciosa ou quartzosa, de grão seco, angular e áspero ao tato, isenta de órgão decomposto, de partículas de argila e areia ferruginosa, mica, sal marinho, matérias orgânicas ou outras estranhas, sendo de preferência de ribeira.

A brita a empregar será de granito escolhido entre o mais duro, apresentar arestas vivas e faces de fraturas recentes, não ter forma lamelar, não ter matérias estranhas aderentes, ser limpa de terras.

A água a empregar será limpa, isenta de óleos, ácidos, alcalis, sal marinho, substâncias orgânicas e qualquer outras impurezas.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se como referência especial, as seguintes: A fabricação do betão é da responsabilidade do empreiteiro, podendo este utilizar betão pronto ou fabricá-lo em obra. De qualquer modo este deverá sempre ter as características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Eurocódigo 2 para um betão da classe C20/25 Para se certificar da qualidade do betão utilizado o empreiteiro deve realizar, ou mandar realizar, ensaios que permitam verificar as características do mesmo.

Estes ensaios podem também ser pedidos pelo técnico responsável em qualquer altura da betonagem.

#### **RECOBRIMENTO DAS ARMADURAS**

O recobrimento das armaduras nunca poderá ser inferior ao estipulado no projeto, de modo a assegurar a transmissão de forças de aderência, impedir o destaque do betão e assegurar a proteção das armaduras contra fogo e a corrosão. Para tal deve o empreiteiro tomar as providências necessárias.

#### **CURVATURAS ADMISSÍVEIS**

Deve o empreiteiro respeitar, na dobragem dos varões, as prescrições para os raios mínimos de curvatura presentes no R.E.B.A.P. Deve observar ainda as indicações do autor do projeto.

#### **AMARRAÇÕES DOS VARÕES**

Com vista à adequada transmissão das forças internas a que os varões estão sujeitos, de modo a não ocorrer fendilhação ou destacamento do betão deve o empreiteiro utilizar os

comprimentos de amarração referidos no projeto bem como observar as indicações do projetista. As extremidades dos varões devem ser retas.

#### EMENDAS DOS VARÕES

Com vista à adequada transmissão das forças de um varão ao seguinte, garantir que a largura das fendas não atinja valores significativos nas extremidades das emendas e evitar o destacamento do betão na zona das emendas, deve o empreiteiro considerar os comprimentos de sobreposição referidos no R.E.B.A.P. As emendas terão que ser desfasadas e não deverão localizar-se em zonas de tensões elevadas. Devem dispor-se em qualquer secção, tais sobreposições de forma simétrica e paralela à face exterior de cada elemento.

As extremidades dos varões devem ser retas.

#### BETONAGENS E DESCOFRAGENS

Não poderá proceder-se a qualquer betonagem e descofragem, sem a prévia autorização da fiscalização ou do autor do projeto.

Todos os elementos deverão ser vibrados mecanicamente, não sendo permitida a interrupção da betonagem durante a execução de qualquer elemento. Não poderão ser executadas betonagens de quaisquer elementos, sem que o autor do projeto ou da fiscalização verifique a estabilidade das cofragens, os seus apoios, a posição e conformidade das armaduras com o projeto. Antes de cada betonagem o empreiteiro deverá assegurar-se dos traçados das canalizações para todas as instalações do edifício - aquecimento, esgotos, águas, eletricidade e telefones – a fim de prever nos moldes os furos e rasgos convenientes de modo evitar o rasgamento posterior dos elementos estruturais.

#### COFRAGENS

As cofragens serão metálicas e estanques. Devem também ser reforçadas de modo a permitir a vibração do betão.

Todos os cavaletes de montagem, assim como os prumos das cofragens das lajes e das vigas devem ser equipados com dispositivos que permitam fazer o descimbramento sem

pancadas nem vibrações. A execução das cofragens e seus apoios, deverão ser capazes de resistir às cargas a que vão ser submetidas, bem como deixar o betão com perfeito acabamento após descofragem. Os elementos estruturais apenas deverão ser descofrados após autorização do autor do projeto ou da fiscalização.

## CARREGAMENTO DA ESTRUTURA

Apenas será permitida a colocação de cargas sobre a estrutura quando tiver decorrido o tempo suficiente após a betonagem e mediante autorização do técnico responsável.

### **ART.º 5.1.3 - EXECUÇÃO DE PAREDE EXTERIOR DUPLA AUTOPORTANTE, EM BETÃO ARMADO APARENTE DE 40 CM DE ESPESSURA TOTAL, CONSTITUÍDA POR PANO EXTERIOR EM BETÃO ARMADO DE 20 CM, CAIXA-DE-AR E PANO INTERIOR DE 15 CM DE ESPESSURA**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro cúbico, (m<sup>3</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Execução de parede exterior dupla autoportante em betão armado aparente com 40 cm de espessura, constituída por dois panos, um exterior em betão armado de 20 cm de espessura e um outro interior de betão simples de 15 cm de espessura. Entre os dois panos existe uma caixa-de-ar com 5 cm de espessura. Os processos de impermeabilização das paredes exteriores enterradas deverão ser garantidos e realizados, de acordo com o projeto e as peças desenhadas; Os processos de drenagem e encaminhamento das águas pluviais nas proximidades das paredes exteriores enterradas deverão ser garantidos e realizados de acordo com o projeto e as peças desenhadas. Os materiais empregues na execução das paredes exteriores em betão deverão estar de acordo com o projeto e com certificação adequada de fábrica para cada um deles, bem como com a legislação em vigor. Serão utilizados o aço A400 e o betão C20/25.

O aço deve ter textura homogénea, grão fino, não quebradiço, isento de zincagens, pintura

argilas, óleo, com ferrugem solta e apresentar as demais características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e

Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Euro código 2 para um aço desta classe.

Na fabricação do betão o cimento a empregar será tipo Portland normal.

As características mínimas de resistência, qualidade e condição de fornecimento devem obedecer ao estipulado no R.E.B.A.P. A areia e o godo a empregar serão de natureza siliciosa ou quartzosa, de grão seco, anguloso e áspero ao tato, isenta de órgão decomposto, de partículas de argila e areia ferruginosa, mica, sal marinho, matérias orgânicas ou outras estranhas, sendo de preferência de ribeira. A brita a empregar será de granito escolhido entre o mais duro, apresentar arestas vivas e faces de fraturas recentes, não ter forma lamelar, não ter matérias estranhas aderentes, ser limpa de terras. A água a empregar será limpa, isenta de óleos, ácidos, alcalis, sal marinho, substâncias orgânicas e qualquer outras impurezas.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

A fabricação do betão é da responsabilidade do empreiteiro, podendo este utilizar betão pronto ou fabricá-lo em obra. De qualquer modo este deverá sempre ter as características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Eurocódigo 2 para um betão da classe C20/25. Para se certificar da qualidade do betão utilizado o empreiteiro deve realizar, ou mandar realizar, ensaios que permitam verificar as características do mesmo. Estes ensaios podem também ser pedidos pelo técnico responsável em qualquer altura da betonagem.

#### **RECOBRIMENTO DAS ARMADURAS**

O recobrimento das armaduras nunca poderá ser inferior ao estipulado no projeto, de modo a assegurar a transmissão de forças de aderência, impedir o destaque do betão e assegurar a proteção das armaduras contra fogo e corrosão. Para tal deve o empreiteiro tomar as providências necessárias.

## CURVATURAS ADMISSÍVEIS

Deve o empreiteiro respeitar na dobragem dos varões, as prescrições para os raios mínimos de curvatura presentes no R.E.B.A.P. Deve observar ainda as indicações do autor do projeto.

## AMARRAÇÕES DOS VARÕES

Com vista à adequada transmissão das forças internas a que os varões estão sujeitos, de modo a não ocorrer fendilhação ou destacamento do betão, deve o empreiteiro utilizar os comprimentos de amarração referidos no projeto, bem como observar as indicações do projetista. As extremidades dos varões devem ser retas.

## EMENDAS DOS VARÕES

Com vista à adequada transmissão das forças de um varão ao seguinte, garantir que a largura das fendas não atinja valores significativos nas extremidades das emendas e evitar o destacamento do betão na zona das emendas deve o empreiteiro considerar os comprimentos de sobreposição referidos no R.E.B.A.P. As emendas terão que ser desfasadas e não deverão localizar-se em zonas de tensões elevadas. Devem dispor-se em qualquer secção, tais sobreposições de forma simétrica e paralela à face exterior de cada elemento. As extremidades dos varões devem ser retas.

## BETONAGENS E DESCOFRAGENS

Não poderá proceder-se a qualquer betonagem e descofragem, sem a prévia autorização da fiscalização ou do autor do projeto. Todos os elementos deverão ser vibrados mecanicamente, não sendo permitida a interrupção da betonagem durante a execução de qualquer elemento. Não poderão ser executadas betonagens de quaisquer elementos, sem que o autor do projeto ou da fiscalização verifique a estabilidade das cofragens, os seus apoios, a posição e conformidade das armaduras com o projeto. Antes de cada betonagem o empreiteiro deverá assegurar-se dos traçados das canalizações para todas as instalações do edifício - aquecimento, esgotos, águas, eletricidade e telefones - a fim de prever nos moldes

os furos e rasgos convenientes de modo evitar o rasgamento posterior dos elementos estruturais.

## COFRAGENS

As cofragens serão metálicas e estanques. Devem também ser reforçadas de modo a permitir a vibração do betão. Todos os cavaletes de montagem, assim como os prumos das cofragens das lajes e das vigas devem ser equipados com dispositivos que permitam fazer o descimbramento sem pancadas nem vibrações. A execução das cofragens e seus apoios, deverão ser capazes de resistir às cargas a que vão ser submetidas, bem como deixar o betão com perfeito acabamento após descofragem. Os elementos estruturais apenas deverão ser descofrados após autorização do autor do projeto ou da fiscalização.

## CARREGAMENTO DA ESTRUTURA

Apenas será permitida a colocação de cargas sobre a estrutura quando tiver decorrido o tempo suficiente após a betonagem e mediante autorização do técnico responsável.

## **ART.º 5.2 - PAREDES INTERIORES**

### **ART.º 5.2.1 - LIMPEZA E RECUPERAÇÃO DE PAREDES INTERIORES AUTOPORTANTES EM ALVENARIA DE GRANITO**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Limpeza e recuperação de paredes interiores autoportantes em alvenaria de granito.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam se, como referência especial, as seguintes:

- a) as marcações e nivelamentos para arranque da recuperação das paredes serão efetuados por pessoal de reconhecida competência para o efeito;
- b) o empreiteiro manterá o sistema de marcações e referencias ao longo da obra, refazendo-o quando necessário;
- c) o início dos trabalhos será precedido do reconhecimento local do traçado das infraestruturas existentes ou a construir;
- d) os materiais empregues na execução das paredes exteriores serão executadas de acordo com o projeto e com certificação adequada de fábrica;
- e) os processos de execução serão os mais adequados, tomando em consideração a necessidade da estabilidade, desempenho das superfícies, bem como respeito pelo património existente;
- f) os produtos da eventual demolição pontual nas paredes, deverão ser transportados e colocados em depósito em locais acordados com o Dono da Obra.

### **ART.º 5.2.2 - PAREDE INTERIOR EM PLACAS DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO, INSERIDAS SOBRE A ESTRUTURA DE MADEIRA**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Execução de paredes interiores em placas de gesso cartonado hidrófugo, inseridas sobre a estrutura de madeira.

### III - CONDIÇÕES TÉCNICAS

Execução de parede interior das instalações sanitárias na recuperação do edifício preexistente, assim como no novo edifício com a seguinte constituição: face exterior em placas de gesso cartonado com 19 mm de espessura, inseridas sobre estrutura de madeira e a face interior também em placas de gesso cartonado com 19 mm de espessura, inseridas sobre a mesma estrutura de madeira. O espaço interior entre as placas de gesso cartonado é totalmente preenchido por diversas placas rígidas de lã de rocha, com 100 mm de espessura. O trabalho será executado de acordo com as normas legais e com as precauções impostas pela segurança e conforto do pessoal utilizador. A superfície exterior da parede interior em estrutura de madeira é composta por um painel de gesso cartonado com 19 mm de espessura.

As placas de gesso cartonado são formadas por gesso 100% natural, com tratamento hidrófugo, diminuindo a sua capacidade de absorção de água e consequentemente aumentando a sua resistência à ação direta da água e humidades.

No dorso da placa é incorporada uma lâmina especial de alta resistência à difusão de vapor, diminuindo o risco de condensações, face a gradientes térmicos.

Estas placas de gesso cartonado são assentes na estrutura de madeira.

Os parafusos deverão ser do tipo auto perfurante, em aço inox e com ponta de prego e cabeça trombeta. As juntas entre placas são colmatadas com fitas perimetrais em papel "kraft" com tratamento impermeabilizante, conferindo uma superfície contínua. Posteriormente na superfície exterior são aplicadas massas de barramento, incluindo lixagem, eliminando estrias e impurezas. Após secagem da superfície interior deverá ser efetuada limpeza de poeiras antes da aplicação do revestimento final.

O revestimento final da superfície exterior das placas de gesso cartonado, é realizado através de pintura, em duas demãos de tinta plástica acetinada, de cor branca.

Posteriormente deverão ser aplicadas diversas placas rígidas de lã de rocha com 100 mm de espessura. Estas placas são constituídas por fibras de lã de rocha aglutinadas com composto sintético. Esta solução constitui a solução de isolamento térmico e acústico.

As juntas deverão ser colmatadas por fita adesiva de alumínio, sem dobras ou empolamentos.

Por último a outra superfície exterior da parede interior em estrutura de madeira é também composta por um painel de gesso cartonado com 19 mm de espessura.

As placas de gesso cartonado são formadas por gesso 100% natural, com tratamento hidrófugo, diminuindo a sua capacidade de absorção de água e conseqüentemente, aumentando a sua resistência à ação direta da água e humidades.

No dorso da placa é incorporada uma lâmina especial de alta resistência à difusão de vapor, diminuindo o risco de condensações, face a gradientes térmicos.

Estas placas de gesso cartonado são assentes na estrutura de madeira. Os parafusos deverão ser do tipo auto perfurante, em aço inox e com ponta de prego e cabeça trombeta.

As juntas entre placas são colmatadas com fitas perimetrais em papel "kraft" com tratamento impermeabilizante, conferindo uma superfície contínua. Posteriormente na sua superfície exterior são aplicadas massas de barramento, incluindo lixagem, eliminando estrias e impurezas.

Após secagem da superfície interior deverá ser efetuada limpeza de poeiras antes da aplicação do revestimento final.

O revestimento final da superfície exterior das placas de gesso cartonado, é realizado através de pintura, em duas demãos de tinta plástica acetinada, de cor branca.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- a) as marcações e nivelamentos para arranque da construção das paredes serão efetuados por pessoal de reconhecida competência para o efeito;
- b) o empreiteiro manterá o sistema de marcações e referencias ao longo da obra, refazendo-o quando necessário;
- c) o início dos trabalhos será precedido do reconhecimento local do traçado das infraestruturas existentes ou a construir;
- d) os materiais empregues na execução das paredes interiores serão executadas de acordo

com o projeto e com certificação adequada de fábrica;

e) os processos de execução serão os mais adequados, tomando em consideração a necessidade da estabilidade e desempenho das superfícies;

f) os produtos da eventual demolição pontual ou da abertura de roços nas paredes, deverão ser transportados e colocados em depósito em locais acordados com o Dono da Obra;

g) os processos de proteção térmica e acústica das paredes interiores deverão ser garantidos e realizados, de acordo com o projeto e as peças desenhadas.

### **3.6 - CAPÍTULO VI – ISOLAMENTOS**

#### **ART.º 6.1 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIESTIRENO EXTRUDIDO, COM 40 MM DE ESPESSURA, PELO INTERIOR DA PAREDE DE BETÃO DUPLA**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de chapas isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, no interior de parede de betão dupla.

##### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

O isolamento térmico previsto aplicar na caixa-de-ar é composto por placas de poliestireno extrudido (XPS) com 4 cm de espessura.

As placas de poliestireno extrudido (XPS) com 4 cm de espessura, deverão ser aplicadas e apoiadas na face exterior da parede interior de betão simples.

Essas placas são encaixadas em sistema de dente / batente, devendo possuir excelentes prestações térmicas - com condutibilidade térmica muito baixa.

Deverão possuir também elevada resistência mecânica, grande resistência à difusão do vapor de água, com capilaridade nula e total imputrescibilidade.

## **ART.º 6.2 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIESTIRENO EXTRUDIDO, COM 40 MM DE ESPESSURA, EM PAVIMENTOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de chapas isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, colocado em diversos pavimentos situados nos seguintes locais:

#### **Piso rés-do-chão**

No sistema de pavimento a construir (ver desenho de pormenor referente aos Cortes Construtivos da Fachada) as chapas de isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, serão colocadas sobre a tela betuminosa cruzada e sob a laje de betão armado com endurecedor, com acabamento afagado.

#### **Piso 1**

No sistema de pavimento a construir (ver também desenho de pormenor referente aos Cortes Construtivos da Fachada) as chapas de isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, serão colocadas sobre a tela betuminosa cruzada e sob a laje de betão armado com endurecedor, com acabamento afagado.

#### **Piso 2**

No sistema de pavimento a construir (ver também desenho de pormenor referente aos Cortes Construtivos da Fachada) as chapas de isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, serão colocadas sobre a tela betuminosa cruzada e sob a laje de betão armado com endurecedor, com acabamento afagado.

### **Piso 3**

No sistema de pavimento a construir (ver também desenho de pormenor referente aos Cortes Construtivos da Fachada) as chapas de isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, serão colocadas sobre a tela betuminosa cruzada e sob o lajedo de granito.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

O isolamento térmico previsto aplicar no sistema de pavimento a construir é composto por placas de poliestireno extrudido (XPS) com 4 cm de espessura.

As placas de poliestireno extrudido (XPS) com 4 cm de espessura deverão ser todas elas aplicadas e apoiadas sobre a tela betuminosa cruzada. Essas placas são encaixadas em sistema de dente / batente, devendo possuir excelentes prestações térmicas – com condutibilidade térmica muito baixa. Deverão possuir também elevada resistência mecânica, grande resistência à difusão do vapor de água, capilaridade nula e total imputrescibilidade.

### **ART.º 6.3 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE TELA PITONADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - PEAD, EM PAREDES ENTERRADAS PARA PERMITIR A SEPARAÇÃO DOS SOLOS DA ESTRUTURA, BEM COMO FAVORECER A DRENAGEM DAS ÁGUAS, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS COMPLEMENTARES DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de tela pitonada em Polietileno de Alta

Densidade - PEAD de 400 g / m<sup>2</sup>, da Texsa ou equivalente, como camada de drenagem e proteção da estrutura e muros de suporte em obras enterradas.

Os nódulos deverão ter uma altura mínima de 7,0 mm. A tela deverá ter um coeficiente de

resistência à compressão superior a 150 KN / m<sup>2</sup>.

Este sistema constitui uma solução de drenagem das águas pluviais e de infiltração, fazendo fonteira entre as paredes e estrutura do edifício com os solos envolventes.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

**ART.º 6.4 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO A ROLO DE EMULSÃO BETUMINOSA, EM 2 DEMÃOS DE FORMA CRUZADA, EM PAREDES ENTERRADAS PARA PERMITIR A IMPERMEABILIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE BETÃO ARMADO, INCLUINDO AS PAREDES DE CONTENÇÃO, BEM COMO TODOS OS TRABALHOS COMPLEMENTARES DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação a rolo de emulsão betuminosa EMUFAL TE, da Texsa ou equivalente, em 2 demãos de forma cruzada, em paredes, muros e fundações enterradas. A emulsão betuminosa EMUFAL TE é uma emulsão betuminosa modificada com borracha, aplicável a frio, formando uma película contínua e elástica, conferindo propriedades de impermeabilização às paredes e restante estrutura de betão armado do edifício. A emulsão betuminosa EMUFAL TE deve ser aplicada com um rendimento igual ou superior a 1,5 Kg / m<sup>2</sup>. Este sistema constitui uma solução de impermeabilização às águas pluviais e de infiltração nos solos.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção,

---

normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

### **3.7 - CAPÍTULO VII – COBERTURAS**

#### **ART.º 7.1 - COBERTURA PLANA**

##### **ART.º 7.1.1 - CAMADA DE ENCHIMENTO E REGULARIZAÇÃO**

###### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

###### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a) a execução de camada de argamassa de cimento com inertes leves;
- b) o fornecimento e aplicação de armadura em malha sol AQ38;
- c) o afagamento e nivelamento da superfície da argamassa de cimento, com régua vibratória.

###### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) a argamassa será de cimento, areia fina e inertes leves;
- b) os inertes a utilizar deverão ser certificados;
- c) a espessura média de colocação será de 7cm;
- d) a superfície deverá ficar perfeitamente desempenada;
- e) antes da aplicação da argamassa de cimento, deverá ser colocado um filme de polietileno

para proteger o isolamento térmico;

f) o acabamento da superfície será afagada e lisa, de modo a não danificar as telas;

g) só serão permitidos produtos certificados.

Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **ART.º 7.1.2 - BARREIRA PÁRA-VAPOR EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE / PEBD.**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

### **II- DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a) o fornecimento e colocação da barreira pára-vapor;
- b) a emenda por sobreposição.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) a barreira ao vapor será em filme tipo Sarnavap 2000E, da Sika ou equivalente;
- b) as emendas deverão ser feitas por sobreposição com o mínimo de 10 cm unidas com fita adesiva tipo Sarnavap F tape, da Sika ou equivalente;
- c) só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o forneci-

mento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

### **ART.º 7.1.3 - ISOLAMENTO TÉRMICO EM POLIESTIRENO EXTRUDIDO (XPS)**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m2).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de chapas isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, na cobertura plana.

#### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

O isolamento térmico previsto aplicar na cobertura é composto por placas de poliestireno extrudido (XPS) com 4 cm de espessura. As placas de poliestireno extrudido (XPS) com 4 cm de espessura deverão ser aplicadas e apoiadas sobre o forro de madeira e sob a sub-telha.

Essas placas são encaixadas em sistema de dente / batente, devendo possuir excelentes prestações térmicas – com condutibilidade térmica muito baixa. Deverão possuir também elevada resistência mecânica, grande resistência à difusão do vapor de água, capilaridade nula e total imputrescibilidade.

### **ART.º 7.1.4 - MANTA GEOTÊXTIL EM POLIPROPILENO, COM 250 G/M2**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m2).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e

trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a) o fornecimento das mantas em polipropileno, não tecido à base de polipropileno termo soldado, com 250 g/m<sup>2</sup>;
- b) a ligação entre mantas por sobreposição;
- c) todos os cortes e remates necessários.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) na ligação entre as mantas será garantida uma sobreposição de 10 cm;
- b) as mantas serão contínuas e dobrarão sobre as paredes até à face superior do revestimento;
- c) as mantas a aplicar serão do tipo “TEXXAM 3000 / 2200” da Texsa ou equivalente;
- d) só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **ART.º 7.1.5 - TELA DE IMPERMEABILIZAÇÃO BETUMINOSA, COM SUPERFÍCIE DE ACABAMENTO**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- o fornecimento das telas de impermeabilização;
- a aplicação da tela de impermeabilização, de forma cruzada e de acordo com as especificações de certificação do produto;
- os remates com paramentos verticais e juntas de dilatação;
- todos os cortes e remates necessários.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a membrana a aplicar será constituída por uma membrana sintética em Poliolefina flexível de muito alta qualidade, flutuante e soldada a ar quente nas juntas de sobreposição;
- a membrana deverá satisfazer a documentação normativa europeia, nomeadamente o conjunto de normas específicas para as membranas sintéticas de impermeabilização - EN 13956A;
- a membrana deverá ser constituída por várias camadas em poliolefina (TPO) duplamente reforçada com uma rede de poliéster de modo a oferecer uma elevada resistência à tração, e um véu de fibra de vidro para uma maior estabilidade dimensional;
- os rolos de membrana serão desenrolados de forma a ficarem alinhados entre si, garantindo uma sobreposição constante com um mínimo de 100 mm nas respetivas juntas. Apenas as juntas que não abrigam fixações mecânicas no seu interior poderão ficar com uma sobreposição de 50 mm;

A soldadura das juntas de sobreposição da membrana é executada utilizando uma máquina elétrica, debitando um jato plano de ar quente, a temperatura próxima dos 280 °C, sendo a zona aquecida pressionada dinamicamente com um rolo de pressão próprio para o efeito;

Em casos de interrupção da soldadura, o operário deverá puxar a membrana superior vigorosamente até atingir um ponto de soldadura completamente sã.

O jato de ar quente será colocado nesse ponto, retomando a soldadura.

As interrupções na soldadura devem ser reduzidas ao indispensável, minorando a probabilidade da ocorrência de erros. O operário soldador deverá trabalhar com a máquina de soldar automática com um avanço constante e controlado de modo a que a largura da faixa efetivamente soldada seja igual ou superior a 40mm; A qualidade da soldadura é verificada visualmente logo após a sua execução. A junta deverá posteriormente ser verificada manualmente utilizando uma chave de fendas ou ferramenta similar. Esta será passada ao longo de todas as soldaduras aplicando uma pressão lateral, fazendo com que penetre na junta ao passar sobre um ponto deficiente. Ao ser localizado qualquer ponto frágil na soldadura, este será imediatamente reabilitado com o jato de ar quente e rolo de pressão; Depois de totalmente concluída a impermeabilização, poderá ser feito um ensaio de estanquidade da cobertura.

#### **ART.º 7.1.6 - TERRA VEGETAL COM FERTILIZANTE**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro cúbico, (m3).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- a) fornecimento e espalhamento da terra vegetal;
- b) compactação ligeira com rolo de jardim e reposição dos níveis.

##### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as várias condições, a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- a) a terra será constituída por uma mistura de terra vegetal e areia do rio, numa percentagem de 50% cada;
- b) a terra será aditivada com fertilizante orgânico bem decomposto.

## **Art.º 7.2 - COBERTURA PLANA**

**ART.º 7.2.1 - EXECUÇÃO DE COBERTURA PLANA DOS MÓDULOS NO PISO SUPERIOR, EM PAINÉIS SANDWICH DE CHAPA GALVANIZADA LACADA, INCLUINDO TODOS OS REMATES, VEDAÇÕES E ESTRUTURA DE APOIO EM PERFIS DE CHAPA GALVANIZADA, CONFORME CADERNO DE ENCARGOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

I - execução de estrutura de perfis de chapa galvanizada;

II - fornecimento e colocação de painéis sandwich de chapa galvanizada e lacada, incluindo camada de isolamento térmico em lã de rocha no seu interior, com 50 mm de espessura;

III - fornecimento e colocação de fixadores, remates e vedações com cordão selante, nos painéis sandwich de chapa galvanizada e lacada.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

Os painéis sandwich de chapa galvanizada lacada, com camada de isolamento térmico em lã de rocha, com 50 mm de espessura, deverão ser do tipo "Mundiperfil MC 1000 LR/PF" ou equivalente.

Só serão permitidos produtos certificados.

Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

### **3.8 - CAPÍTULO VIII – REVESTIMENTOS**

#### **ART.º 8.1 - REVESTIMENTO DE PAREDES EXTERIORES;**

##### **ART.º 8.1.1 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CHAPISCO, EMBOÇO E REBOCO À BASE DE ARGAMASSA DE CAL, EM PARAMENTOS INTERIORES DAS PAREDES DE ALVENARIA DE GRANITO PRÉ-EXISTENTES**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco em paramentos interiores das paredes de alvenaria de granito pré-existentes.

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

I - procurou-se executar e reconstituir as superfícies interiores de parede de alvenaria de granito, com argamassa de cal hidráulica e areia;

Procurou-se executar e reconstituir as superfícies interiores de parede de alvenaria de granito, com argamassa de cal hidráulica e areia;

II - pretendeu-se fabricar todas as argamassas de cal hidráulica e areia, com os mesmos tipos de materiais anteriormente empregues, quer quanto à cal hidráulica natural (NHL 5), quer quanto às areias empregues (amarela e do rio), materiais tidos como os mais comumente empregues à época;

III - quer na recuperação, quer na construção de troços de parede de alvenaria de granito e argamassa de cal hidráulica, areia e água, quer nos rebocos construídos a posteriori, as argamassas empregues tiveram o mesmo traço volúmico 1:3:1.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

a) acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.

Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas. Nas zonas húmidas, a argamassa terá aditivo hidrófugo. Nas paredes a revestir o acabamento será executado através da aplicação de talocha, com superfície final corretamente desempenada. Nas paredes a pintar será aplicado esboço de estuque, liso. As superfícies de aplicação das argamassas das diferentes camadas, deverão ser previamente limpas e bem molhadas, eliminando-se toda a argamassa ou leitada não aderentes, poeira ou quaisquer outras sujidades. O esboço de desempenho será feito por encasques sucessivos quando resultarem espessuras superiores a 3 cm; a sua espessura será no mínimo de 1,5 cm, mas sempre de forma que as juntas da alvenaria não fiquem aparentes. O reboco de paredes com argamassas de gesso para pintar deverá ser executado de acordo com as condições de certificação do produto e sistema, devendo as superfícies ficar perfeitamente lisas e desempenadas. Só serão permitidos produtos certificados.

Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

#### **ART.º 8.2 - REVESTIMENTO DE PAREDES INTERIORES;**

##### **ART.º 8.2.1 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CHAPISCO, EMBOÇO E REBOCO À BASE DE CAL, NAS PAREDES INTERIORES DE ALVENARIA DE GRANITO PRÉ-EXISTENTES**

###### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

###### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco em paramentos das paredes inte-

riores de alvenaria de granito pré-existentes.

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

I - procurou-se executar e reconstituir as superfícies interiores de parede de alvenaria de granito, com argamassa de cal hidráulica e areia.

Procurou-se executar e reconstituir as superfícies interiores de parede de alvenaria de granito, com argamassa de cal hidráulica e areia.

II - pretendeu-se fabricar todas as argamassas de cal hidráulica e areia, com os mesmos tipos de materiais anteriormente empregues, quer quanto à cal hidráulica natural (NHL 5), quer quanto às areias empregues (amarela e do rio), materiais tidos como os mais comumente empregues à época.

III - assim, quer na recuperação, quer na construção de troços de parede de alvenaria de granito e argamassa de cal hidráulica, areia e água, quer nos rebocos construídos a posteriori, as argamassas empregues tiveram o mesmo traço volumico 1:3:1.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

O acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.

Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas.

Nas zonas húmidas, a argamassa terá aditivo hidrófugo.

Nas paredes a revestir o acabamento será executado através da aplicação de talocha, com superfície final corretamente desempenada.

Nas paredes a pintar será aplicado esboço de estuque, liso.

As superfícies de aplicação das argamassas das diferentes camadas, deverão ser previamente limpas e bem molhadas, eliminando-se toda a argamassa ou leitada não aderentes, poeira ou quaisquer outras sujidades.

O emboço de desempenho será feito por encasques sucessivos quando resultarem espessuras superiores a 3 cm; a sua espessura será no mínimo de 1,5 cm, mas sempre de forma que as juntas da alvenaria não fiquem aparentes. O reboco de paredes com argamassas de gesso para pintar deverá ser executado de acordo com as condições de certificação do produto e sistema, devendo as superfícies ficar perfeitamente lisas e desempenadas. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

### **ART.º 8.3 - REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS**

#### **ART.º 8.3.1 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE ESTRUTURA E SOALHO EM MADEIRA DE PINHO, COM TÁBUAS DE SEÇÃO 2 CM X 10 CM, INCLUINDO POLIMENTO E ENVERNIZAMENTO GERAL DAS SUPERFÍCIES**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de soalho em madeira de pinho, com tábuas dimensões de 20 mm x 100 mm, incluindo execução e montagem de estrutura de suporte em ripado de madeira, bem como tratamento de juntas, polimento e envernizamento geral das superfícies.

A madeira será bem seca, sem nós e de 1ª qualidade e fixa com cola e pregada com prego zincado.

As superfícies serão retificadas de modo a garantir um empeno máximo de 3 mm sob uma régua de 3,00 m.

O soalho em madeira de pinho deverá ser aplicado através de pregagem sobre ripado de madeira e pontualmente fixas através de colagem.

As réguas deverão ser previamente afagadas e posteriormente envernizadas com verniz mate. O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- limpeza das superfícies;
- regularização do suporte;
- fornecimento e aplicação do soalho;
- raspagem e emaçamento;
- lixagem e envernizamento com verniz mate.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

### **ART.º 8.3.2 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE RODAPÉ EM MADEIRA DE PINHO, COM SECÇÃO DE 9 CM X 2,5 CM, INCLUINDO POLIMENTO E ENVERNIZAMENTO GERAL DAS SUPERFÍCIES**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro linear, (ml).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de rodapé em madeira de pinho, com secção de 9 cm x 2,5 cm, incluindo tratamento de juntas, polimento e envernizamento geral das superfícies.

A madeira será bem seca, sem nós e de 1ª qualidade, fixa com cola e pregada com prego zincado.

As réguas do rodapé deverão ser previamente afagadas e posteriormente envernizadas com verniz mate.

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- limpeza das superfícies;
- regularização do suporte;
- fornecimento e aplicação do rodapé em madeira de pinho, com secção de 9 cm x 2,5 cm;
- colagem, pregagem, cortes e remates;
- lixagem e envernizamento com verniz mate.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

### **ART.º 8.3.3 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CORDÃO SELANTE, NAS JUNTAS DE DILATAÇÃO DO SOALHO DE MADEIRA DE PINHO, COM DIMENSÕES DE 2 CM X 2 CM**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro linear, (ml).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e colocação de cordão selante, nas juntas de dilatação do soalho de madeira de pinho, com dimensões de 2 cm x 2 cm. O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se

salientam:

- limpeza das juntas de dilatação;
- fornecimento e aplicação do cordão selante, nas juntas de dilatação do soalho de madeira

- limpeza e secagem do cordão selante.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

#### **ART.º 8.3.4 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE LAJEDO DE GRANITO DA REGIÃO, COM DIMENSÕES DE 60 CM X 60 CM X 3 CM**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de lajedo de granito da região, com dimensões de 60 cm x 60 cm x 30 mm de espessura. O granito deverá ser proveniente da região, com textura homogênea, de aparência sã, isento de impurezas ou defeitos, sem quaisquer manchas ou zonas corroídas. Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação.

##### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona: O granito a empregar será com acabamento bujardado, do tipo de Mondim de Bastos ou de Montalegre, de primeira qualidade, de vidro perfeito e sem defeitos. O assentamento será feito sobre argamassa de cimento e areia do rio ao traço 1:3. O lajedo de granito deverá ser assente peça a peça.

Antes da sua aplicação, cada laje de granito deverá permanecer 4 horas dentro de água.

As juntas deverão ser tomadas com massas pré-preparadas à cor natural.

Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

### **ART.º 8.3.5 - EXECUÇÃO DE BETONILHA AFAGADA EM REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS, CONFORME CADERNO DE ENCARGOS, INCLUINDO A ADIÇÃO DE ENDURECEDOR DE SUPERFÍCIE**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de camada de betonilha, constituída por argamassa de cimento Portland normal, areia do rio e água. A camada de betonilha tem habitualmente a espessura de 50 mm. A superfície da betonilha deve ser convenientemente afagada e ser dotada de acabamento final com a adição de endurecedor, conferindo propriedades de proteção e maior durabilidade. Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação.

#### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

Entre as várias condições, a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

a) a argamassa a aplicar será realizada através da utilização de cimento

Portland normal e areia do rio;

b) a dosagem mínima deverá ser de 600 Kg de cimento por m<sup>3</sup> de argamassa;

c) a argamassa será aditivada com plastificante de modo a permitir reduzir a quantidade de água e garantir a regularidade das características do pavimento;

d) o acabamento será a talocha mecânica, não sendo admitidos desvios de planura superiores a 3 mm numa dimensão de 3,00 m;

e) a superfície será tratada pela aplicação de endurecedor de superfície, devendo o produto a aplicar ser previamente submetido à aprovação do projetista.

## **ART.º 8.4 - REVESTIMENTO DE TETOS**

### **ART.º 8.4.1 - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA E RESPECTIVAS FIXAÇÕES, INCLUINDO PLACAS DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO, BEM COMO TRATAMENTO DAS JUNTAS E BARRAMENTO GERAL, PARA PINTURA POSTERIOR**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, m<sup>2</sup>.

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- o fornecimento e assentamento da estrutura de perfilados de alumínio;
- o fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;
- parafusos para fixação da estrutura metálica em aço inox;
- perfilados metálicos incluindo remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 80 Kg/m<sup>3</sup>;
- fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- fornecimento e colocação de fitas de junta;

- fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- tratamento de todas as juntas de modo a formarem o mesmo plano com o restante teto;
- barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

### **III- CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona: As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12,5 mm de espessura, fixas sobre a estrutura metálica com parafusos inox, quando aplicável, ou coladas sempre que necessário. As juntas serão preenchidas com massas e fitas de selagem adequadas. Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados metálicos. O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **3.9 - CAPÍTULO IX - PINTURAS E ENVERNIZAMENTOS**

### **ART.º 9.1 - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE ENVERNIZAMENTO COM RESINAS EPOXY, EM 2 MÃOS DE COR NEUTRA, EM PAVIMENTOS COM BETONILHA AFAGADA, DE ACORDO COM AS PEÇAS DESENHADAS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m2).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e

trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a preparação e limpeza da superfície da betonilha após afagamento, incluindo eliminação de gorduras, poeiras ou quaisquer outros tipos de resíduos;
- a verificação da eventual fissuração na betonilha deve ser realizada antes de se proceder à aplicação do revestimento constituído por resina epoxídica;
- a verificação do teor de humidade na betonilha deve ser realizada, sobretudo no caso da aplicação de pavimentos sensíveis à humidade - como é o caso da betonilha de base cimentícia. Os valores do teor de humidade da betonilha devem estar inferiores aos valores máximos previstos para tais tipologias de revestimento e serem uniformes em toda a sua espessura. Para as betonilhas de base cimentícia, consideram-se aceitáveis valores de humidade inferiores a 2%;
- fornecimento e aplicação em duas demãos de verniz com resinas epoxídicas do tipo “C - Floor da Cin” ou equivalente, sobre a betonilha conferindo grande durabilidade ao pavimento.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

### **ART.º 9.2 - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE ENVERNIZAMENTO COM RESINAS EPOXÍDICAS E DE POLIAMIDA, EM 2 DEMÃOS, EM PARAMENTOS INTERIORES DAS PAREDES EXTERIORES DE BETÃO, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a preparação e limpeza da superfície das paredes exteriores de betão, deve ser realizada através da eliminação de gorduras, poeiras ou quaisquer outros tipos de resíduos;
- a verificação da eventual fissuração nas superfícies das paredes exteriores de betão deve ser realizada, antes de se proceder à aplicação do revestimento constituído por resina epoxídica e poliamida;
- a verificação do teor de humidade nas superfícies das paredes exteriores de betão deve ser realizada, sobretudo no caso da aplicação de paredes sensíveis à humidade - como é o caso das paredes de betão. Os valores do teor de humidade nas superfícies das paredes exteriores de betão devem ser inferiores a 2%, isto é, devem estar secas;
- fornecimento e aplicação em duas demãos de verniz com resinas epoxídicas e poliamida da "Neucepox V620 da Neuce" ou equivalente, em 2 demãos, de cor neutra, sobre as superfícies das paredes exteriores de betão, conferindo grande durabilidade.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

Só serão permitidos produtos certificados.

Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **ART.º 9.3 - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE ENVERNIZAMENTO COM RESINAS EPOXÍDICAS E DE POLIAMIDA, EM 2 DEMÃOS, EM PAREDES INTERIORES DE BETÃO, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a preparação e limpeza da superfície das paredes interiores de betão, deve ser realizada através da eliminação de gorduras, poeiras ou quaisquer outros tipos de resíduos;
- a verificação da eventual fissuração nas superfícies das paredes interiores de betão deve ser realizada, antes de se proceder à aplicação do revestimento constituído por resina epoxídica;
- a verificação do teor de humidade nas superfícies das paredes interiores de betão deve ser realizada, sobretudo no caso da aplicação de paredes sensíveis à humidade - como é o caso das paredes de betão. Os valores do teor de humidade nas superfícies das paredes exteriores de betão devem ser inferiores a 2%, isto é, devem estar secas;
- fornecimento e aplicação em duas demãos de verniz com resinas epoxídicas e poliamida da "Neucepox V620 da Neuce" ou equi valente, em 2 demãos, de cor neutra, sobre as superfícies das paredes exteriores de betão, conferindo grande durabilidade.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto. Só serão permitidos produtos certificados.

Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **ART.º 9.4 - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PINTURA EM TETOS DE GESSO CARTONADO, COM TINTA AQUOSA SEMI-MATE, DE COR BRANCA, EM 2 DEMÃOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a preparação e limpeza da superfície dos tetos em gesso cartonado, deve ser realizada através da eliminação de gorduras, poeiras ou quaisquer outros tipos de resíduos;
- a verificação da superfície dos tetos em gesso cartonado se tem ou não contaminação de fungos;
- previamente à pintura dos tetos com a tinta aquosa semi-mate, de cor branca, dever-se-á proceder à escovagem e limpeza da superfície a aplicar;
- a tinta a aplicar em duas demãos, deverá ser do tipo “VinylSoft da Cin” ou equivalente;
- a tinta tem excelente retenção de cor, bem como ótima resistência à lavagem;
- a 1ª demão dever-se-á diluir a tinta acrílica com água até 10% no total, correspondendo essa solução ao denominado “esfregaço”. Pode ser aplicada a trincha ou rolo, convenientemente de forma cruzada;
- havendo boas condições de calor e baixo teor de humidade relativo no ar, o intervalo de tempo entre demãos de pintura, corresponde a 4 horas no mínimo;
- a 2ª demão de tinta deve também ser aplicada de forma cruzada;
- a limpeza e remoção das sujidades ou pingas de tinta é realizada através de utilização de água.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

**ART.º 9.5 - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE PINTURA EM PAREDES DE REBOCO À BASE DE CAL, NAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DO EDIFÍCIO PRÉ-EXISTENTE, COM TINTA AQUOSA SEMI-MATE, DE COR BRANCA, EM 2 DEMÃOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

**I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

**II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a preparação e limpeza da superfície dos rebocos à base de cal, deve ser realizada através da eliminação de gorduras, poeiras ou quaisquer outros tipos de resíduos;
- previamente à pintura dos rebocos à base de cal com a tinta acrílica acetinada de cor branca, dever-se-á proceder à escovagem e limpeza da superfície a aplicar;
- a tinta a aplicar em duas demãos, deverá ser do tipo “VinylSoft da Cin” ou equivalente;
- a tinta tem excelente retenção de cor, bem como ótima resistência à lavagem;
- a 1ª demão dever-se-á diluir a tinta acrílica com água até 10% no total, correspondendo essa solução ao denomi nado “esfregaço”. Pode ser aplicada a trincha ou rolo, convenientemente de forma cruzada;
- havendo boas condições de calor e baixo teor de humidade relativo no ar, o intervalo de tempo entre demãos de pintura, corresponde a 4 horas no mínimo;
- a 2ª demão de tinta deve também ser aplicada de forma cruzada;
- a limpeza e remoção das sujidades ou pingas de tinta é realizada à custa de água.

**III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

Só serão permitidos produtos certificados.

Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

### **3.10 - CAPÍTULO X - SERRALHARIAS**

#### **ART.º 10.1 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS EXTERIORES DE ALUMÍNIO ANODIZADO, COM CORTE TÉRMICO, INCLUINDO TODAS AS FERRAGENS E ACESÓRIOS, CONFORME MAPA DE VÃOS E CADERNO DE ENCARGOS**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta acabada, assente e a funcionar (un).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- o fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto, montados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de fixação;
- o fornecimento e montagem de folhas e caixilhos dos vãos descritos no projeto, executados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de montagem de componentes e montagem do conjunto especificados;
- o fornecimento e aplicação dos acessórios necessários à vedação estanquicidade da caixilharia conforme especificações do fabricante do sistema, compatíveis com o tipo e forma da envolvente dos vãos;
- o fornecimento e aplicação das ferragens adequadas ao sistema aplicadas conforme especificações do fabricante e respeitando as regras previstas no projeto para o funcionamento da caixilharia incluindo molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios indicados no projeto;
- o fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos

de aplicação descritos no projeto;

- o fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;

- a proteção do acabamento original dos vãos, por meio de filme plástico protetor ou qualquer outro expediente para o mesmo fim e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

A caixilharia, aros e ferragens serão executados de acordo com os mapas de vãos e desenhos de pormenor;

Os perfilados de alumínio anodizado, integram obrigatoriamente sistema certificado de uso corrente no mercado (para garantia de manutenção) e deverão ser aplicados por casa especializada na aplicação deste tipo de trabalhos, de idoneidade comprovada;

A caixilharia, bem como a correspondente ferragem e processos de aplicação, carecem da aprovação prévia do dono da obra;

Deverá ter-se especial atenção à necessidade de se garantir a rigidez do conjunto e também à estanquicidade das caixilharias, assegurando o bom funcionamento das partes móveis. Assim, todos os ângulos e ligações serão cuidadosamente executados, utilizando nas assemblagens todo os acessórios especificados pelo fabricante do sistema, tendo acabamento perfeito e uniforme;

As ferragens deverão ser robustas, de funcionamento eficiente e compatível com o esquema previsto no projeto, e as fixações aos perfis de alumínio deverão ser em aço inoxidável, ou outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção a eliminação de fenómenos de corrosão eletrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais;

A caixilharia deverá ser ligada às alvenarias ou betões por intermédio de parafusos em aço -inox ou qualquer outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção e eliminação de fenómenos de corrosão eletrolítica, provocados pelo contacto do

alumínio com outros metais.

A caixilharia será assente sobre cordão-vedante de secagem lenta, ou cordão de material expansivo, quimicamente compatível com o sistema, certificado por laboratório credenciado e aplicado de acordo com as instruções dos fabricantes respetivos.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **ART.º 10.2 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES DE ALUMÍNIO LACADO, COM CORTE TÉRMICO, INCLUINDO TODAS AS FERRAGENS E ACESSÓRIOS, CONFORME MAPA DE VÃOS E CADERNO DE ENCARGOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta acabada, assente e a funcionar (un).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- o fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto, montados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de fixação;
- o fornecimento e montagem de folhas e caixilhos dos vãos descritos no projeto, executados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de montagem de componentes e montagem do conjunto especificados;
- o fornecimento e aplicação dos acessórios necessários à vedação estanquicidade da caixilharia conforme especificações do fabricante do sistema, compatíveis com o tipo e forma da envolvente dos vãos;
- o fornecimento e aplicação das ferragens adequadas ao sistema aplicadas conforme especificações do fabricante e respeitando as regras previstas no projeto para o funcionamento

da caixilharia incluindo molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios indicados no projeto;

- o fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;

- o fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;

- a proteção do acabamento original dos vãos, por meio de filme plástico protetor ou qualquer outro expediente para o mesmo fim e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

A caixilharia, aros e ferragens serão executados de acordo com os mapas de vãos e desenhos de pormenor;

Os perfilados de alumínio anodizado, integram obrigatoriamente sistema certificado de uso corrente no mercado (para garantia de manutenção) e deverão ser aplicados por casa especializada na aplicação deste tipo de trabalhos, de idoneidade comprovada;

A caixilharia, bem como a correspondente ferragem e processos de aplicação, carecem da aprovação prévia do dono da obra;

Dever-se-á ter especial atenção à necessidade de se garantir a rigidez do conjunto e também à estanquicidade das caixilharias, assegurando o bom funcionamento das partes móveis. Assim todos os ângulos e ligações serão cuidadosamente executados, utilizando nas assemblagens todo os acessórios especificados pelo fabricante do sistema, tendo acabamento perfeito e uniforme;

As ferragens deverão ser robustas, de funcionamento eficiente e compatível com o esquema previsto no projeto, e as fixações aos perfis de alumínio deverão ser em aço inoxidável, ou outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção a eliminação de fenómenos de corrosão electrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais;

A caixilharia deverá ser ligada às alvenarias ou betões por intermédio de parafusos em aço -inox ou qualquer outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção e eliminação de fenómenos de corrosão electrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais. A caixilharia será assente sobre cordão vedante de secagem lenta, ou cordão de material expansivo, quimicamente compatível com o sistema, certificado por laboratório credenciado e aplicado de acordo com as instruções dos fabricantes respetivos.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

## **ART.º 10.3 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE PORTÃO DO ATELIE**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidades, (un).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Encontram se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

I - o fornecimento e assentamento dos aros e caixilhos, quer no que respeita às partes fixas, quer às partes móveis;

II - o fornecimento e aplicação das ferragens adequadas ao sistema previsto no projeto para o funcionamento e fecho;

III - o fornecimento e aplicação dos acessórios necessários à fixação e vedação do vão, de acordo com o material da envolvente dos vãos

(parafusos e buchas metálicas, material vedante, etc.).

Entre as várias condições, a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- a) os aros e ferragens serão executados de acordo com o projeto e “mapa de vãos”;
- b) os portões de garagem e a porta de homem, serão de painel pré fabricado de chapa zincada e lacada;
- c) a caixilharia, bem como a correspondente ferragem, carecem de aprovação prévia pelo projetista. Na fase de preparação e planeamento da execução da obra deverá o adjudicatário submeter a fiscalização os esquemas ou desenhos, secções, protótipos de ligações e dos perfis constituintes dos diferentes vãos, tendo em atenção a aplicação de vidro laminado;
- d) a caixilharia de aço inox poderá vir a ser submetida aos ensaios que o LNEC recomenda para tais elementos de construção. Esta disposição será normalmente aplicada a alguns dos tipos de caixilharia mais repetidos no projeto da obra. Serão dispensados os ensaios dos protótipos que sejam acompanhados de um boletim de ensaios do LNEC, comprovativo de resultado satisfatório;
- e) as ferragens, em geral, deverão ser robustas e de funcionamento eficiente e compatível com o esquema que o projeto prevê;
- f) a caixilharia deverá ser ligada às alvenarias ou betões, por intermédio de parafusos inoxidáveis para buchas metálicas de auto fixação.

## **ART.º 10.4 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE GUARDAS METÁLICAS EM PERFIS DE AÇO INOX ESCOVADO (50 X 50)**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro linear, (ml).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- I - o fornecimento e montagem de gradeamento em perfilados metálicos;
- II - todos os cortes e remates necessários, incluindo as entregas metálicas na parede;
- III - a metalização e pintura dos elementos metálicos;
- IV - para a execução do gradeamento deve seguir -se o pormenor construtivo.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as várias condições, a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- a) a estrutura será constituída por um conjunto de perfilados metálicos, conforme a indicação das peças desenhadas;
- b) as entregas metálicas nas paredes serão realizadas de maneira a garantir a perfeita rigidez do conjunto;
- c) todos os elementos que constituem o gradeamento serão metalizados a zinco em oficina, com 80 microns;
- d) é incluído o acabamento dos elementos de ferro com pintura a tinta de esmalte.

### **3.11 - CAPÍTULO XI – CARPINTARIAS**

**ART.º 11.1 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS EXTERIORES, PORTA EM MADEIRA, INCLUINDO TODAS AS FERRAGENS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, BEM COMO ENVERNIZAMENTO DAS SUPERFÍCIES E GUARNIÇÕES, CONFORME MAPA DE VÃOS E CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação,

salientando-se os abaixo indicados:

- o fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes, ombreiras e vergas, tudo elementos em madeira de pinho;
- o fornecimento e montagem de ferragens, tais como, dobradiças, fechaduras, maçanetas e / ou puxadores, todos em aço inox no referido vão;
- afagamento e lixagem de todas as superfícies de madeira de pinho, do referido vão;
- limpeza de todas as superfícies de madeira de pinho, eliminando poeiras e eventuais gorduras;
- fornecimento e aplicação de tapa poros;
- tratamento de juntas com a aplicação de betume, incluindo raspagem após secagem das mesmas;
- envernizamento de todas as superfícies de madeira de pinho no referido vão, em duas demãos com verniz aquoso, de cor neutra e semibrilho, tipo “Varnex da Robbialac” ou equivalente.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- todos os elementos de madeira de pinho, deverão ser previamente tratados em autoclave, com produto protetor à prova de fungos e insetos;
- todas as madeiras deverão ser bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos com betume;
- as superfícies de madeira à vista, deverão ser protegidas com primário adequado e antes do acabamento final, também deverão ser limpas e passadas à lixa;
- toda a madeira de pinho utilizada nos vãos, deverá ser selecionada, sem nós, sendo de 1ª qualidade e bem seca.

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

**ART.º 11.2 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS EXTERIORES, JANELA FIXA, COM BANDEIRA FIXA, COM CAIXILHO EM MADEIRA MACIÇA DE PINHO, COM VIDRO DUPLO INCOLOR, INCLUINDO TODAS AS FERRAGENS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, BEM COMO ENVERNIZAMENTO DAS SUPERFÍCIES E GUARNIÇÕES, CONFORME MAPA DE VÃOS E CADERNO DE ENCARGOS**

**I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

**II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- o fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes, ombreiras, peitoris e vergas, tudo elementos em madeira de pinho;
- o fornecimento e montagem de ferragens, tais como, dobradiças, fechaduras, maçanetas e / ou puxadores, todos em aço inox no referido vão;
- afagamento e lixagem de todas as superfícies de madeira de pinho, do referido vão;
- limpeza de todas as superfícies de madeira de pinho, eliminando poeiras e eventuais gorduras;
- fornecimento e aplicação de tapa poros;
- tratamento de juntas com a aplicação de betume, incluindo raspagem após secagem das mesmas;
- envernizamento de todas as superfícies de madeira de pinho no referido vão, em duas demãos com verniz aquoso, de cor neutra e semi - brilho, tipo "Varnex da Robbialac" ou equivalente.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- todos os elementos de madeira de pinho, deverão ser previamente tratados em autoclave, com produto protetor à prova de fungos e insetos;
- todas as madeiras deverão ser bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos com betume;
- as superfícies de madeira à vista, deverão ser protegidas com primário adequado e antes do acabamento final, também deverão ser limpas e passadas à lixa;
- toda a madeira de pinho utilizada nos vãos, deverá ser selecionada, sem nós, sendo de 1ª qualidade e bem seca;
- todos os vidros empregues deverão ser vidros duplos, recozidos / “float” (ou comuns) e com 4 mm de espessura por folha;
- o sistema de vidros deverá ter caixa de ar preenchida com gás árgon, incluindo perfil intercalar em alumínio no seu perímetro, aumentando o isolamento térmico;
- a selagem e apoio da chapa de vidro com o perfil de alumínio, deverá ser garantida com a aplicação de massa butiral, aumentando a adesividade entre materiais, bem como isolando hermeticamente a caixa-de-ar e retendo o gás árgon no seu interior.

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

**ART.º 11.3 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES, PORTA COM CAIXILHO EM MADEIRA DE PINHO, COM VIDRO DUPLO INCOLOR, INCLUINDO TODAS AS FERRAGENS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, BEM COMO ENVERNIZAMENTO DAS SUPERFÍCIES E GUARNIÇÕES, CONFORME MAPA DE VÃOS E CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- o fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes, ombreiras e vergas, tudo elementos em madeira de pinho;
- o fornecimento e montagem de ferragens, tais como, dobradiças, fechaduras, maçanetas e / ou puxadores, todos em aço inox no referido vão;
- afagamento e lixagem de todas as superfícies de madeira de pinho, do referido vão;
- limpeza de todas as superfícies de madeira de pinho, eliminando poeiras e eventuais gorduras;
- fornecimento e aplicação de tapa poros;
- tratamento de juntas com a aplicação de betume, incluindo raspagem após secagem das mesmas;
- envernizamento de todas as superfícies de madeira de pinho no referido vão, em duas demãos com verniz aquoso, de cor neutra e semibrilho, tipo "Varnex da Robbialac" ou equivalente.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- todos os elementos de madeira de pinho, deverão ser previamente tratados em autoclave, com produto protetor à prova de fungos e insetos;
- todas as madeiras deverão ser bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos com betume;
- as superfícies de madeira à vista, deverão ser protegidas com primário adequado e antes do acabamento final, também deverão ser limpas e passadas à lixa;
- toda a madeira de pinho utilizada nos vãos, deverá ser selecionada, sem nós, sendo de 1ª

qualidade e bem seca;

- todos os vidros empregues deverão ser vidros duplos, recozidos /

“float” (ou comuns) e com 4 mm de espessura por folha;

- o sistema de vidros deverá ter caixa de ar preenchida com gás árgon, incluindo perfil intercalar em alumínio no seu perímetro, aumentando o isolamento térmico;

- a selagem e apoio da chapa de vidro com o perfil de alumínio, deverá ser garantida com a aplicação de massa butiral, aumentando a adesividade entre materiais, bem como isolando hermeticamente a caixa-de-ar e retendo o gás árgon no seu interior.

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

**ART.º 11.4 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES, PORTA DE CORRER EM MADEIRA MACIÇA DE PINHO, INCLUINDO TODAS AS FERRAGENS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, BEM COMO ENVERNIZAMENTO DAS SUPERFÍCIES E GUARNIÇÕES, CONFORME MAPA DE VÃOS E CADERNO DE ENCARGOS**

**I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar (un).

**II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- o fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes, ombreiras e vergas, tudo elementos em madeira de pinho;

- o fornecimento e montagem de ferragens, tais como, dobradiças,

fechaduras, maçanetas e / ou puxadores, todos em aço inox no referido vão;

- afagamento e lixagem de todas as superfícies de madeira de pinho, do referido vão;

- limpeza de todas as superfícies de madeira de pinho, eliminando poeiras e eventuais gorduras;
- fornecimento e aplicação de tapa poros;
- tratamento de juntas com a aplicação de betume, incluindo raspagem após secagem das mesmas;
- envernizamento de todas as superfícies de madeira de pinho no referido vão, em duas demãos com verniz aquoso, de cor neutra e semi - brilho, tipo "Varnex da Robbialac" ou equivalente.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- todos os elementos de madeira de pinho, deverão ser previamente tratados em autoclave, com produto protetor à prova de fungos e insetos;
- todas as madeiras deverão ser bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos com betume;
- as superfícies de madeira à vista, deverão ser protegidas com primário adequado e antes do acabamento final, também deverão ser limpas e passadas à lixa;
- toda a madeira de pinho utilizada nos vãos, deverá ser selecionada, sem nós, sendo de 1ª qualidade e bem seca.

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

### **3.12 - CAPÍTULO XII - EQUIPAMENTOS**

Como os diversos artigos do presente capítulo foram baseados em critérios de estimativa geral, as suas características específicas de cada um dos referidos artigos saem fora do âmbito deste Caderno de Encargos.

### **3.13 - CAPÍTULO XIII - EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS**

#### **ART.º 13.1 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE LAVATÓRIO SUSPENSO, INCLUINDO TODAS AS LIGAÇÕES, FERRAGENS E ACESSÓRIOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

##### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- fornecimento e montagem de lavatório suspenso, tipo “modelo GLAM da Sanitana” ou equivalente ;
- fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- ligações às redes de águas e de esgotos;
- limpeza e teste de funcionamento.

##### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

#### **ART.º 13.2 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE BASE DE DUCHE, COM DIMENSÕES DE 80 CM X 80 CM, INCLUINDO TODAS AS LIGAÇÕES, FERRAGENS E ACESSÓRIOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

##### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- fornecimento e montagem de base de duche, tipo “modelo STANDARD da Sanitana” ou equi valente;
- fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- ligações às redes de águas e de esgotos;
- limpeza e teste de funcionamento.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

## **ART.º 13.3 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE LAVATÓRIO SUSPENSO, PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA, INCLUINDO TODAS AS LIGAÇÕES, FERRAGENS E ACESSÓRIOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- fornecimento e montagem de lavatório suspenso, para pessoas com mobilidade condicionada, tipo “modelo GLAM da Sanitana” ou equivalente;
- fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- ligações às redes de águas e de esgotos;
- limpeza e teste de funcionamento.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

### **ART.º 13.4 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SANITA SUSPENSA, PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA, INCLUINDO TODAS AS LIGAÇÕES, FERRAGENS E ACESSÓRIOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- fornecimento e montagem de sanita suspensa, para pessoas com mobilidade condicionada, tipo “modelo GLAM da Sanitana” ou equivalente;
- fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- ligações às redes de águas e de esgotos;
- limpeza e teste de funcionamento.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

### **ART.º 13.5 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE SANITA, SUSPENSA, INCLUINDO TODAS AS LIGAÇÕES, FERRAGENS E ACESSÓRIOS, DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por unidade pronta, assente, acabada e a funcionar, (un).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- fornecimento e montagem de sanita, suspensão, tipo “modelo GLAM da Sanitana” ou equivalente;
- fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- ligações às redes de águas e de esgotos;
- limpeza e teste de funcionamento.

### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

### **3.14 - CAPÍTULO XIV – DIVERSOS**

**ART.º 14.1 - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MANTA GEOTÊXTIL, NÃO TECIDO EM POLIESTER, DE 250 G/M2, DE FORMA A ENVOLVER O PRISMA DE BRITA NA ENVOLVENTE DAS PAREDES ENTERRADAS, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS COMPLEMENTARES DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

#### **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro quadrado, (m<sup>2</sup>).

#### **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- a) o fornecimento das mantas em polipropileno, não tecido à base de polipropileno termo soldado, com 250 g/m<sup>2</sup>;
- b) a ligação entre mantas por sobreposição;
- c) todos os cortes e remates necessários.

#### **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- a) na ligação entre as mantas será garantida uma sobreposição de 10 cm;
- b) as mantas serão contínuas e dobrarão sobre as paredes até à face superior do revestimento;
- c) as mantas a aplicar serão do tipo “TEXXAM 3000 / 2200” da Texsa ou equivalente;
- d) só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao empreiteiro o

fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

**ART.º 14.2 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE BRITA, DE FORMA A CRIAR UM PRISMA PARA DRENAGEM DAS ÁGUAS PLUVIAIS E/OU ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO, NA ENVOLVENTE DAS PAREDES ENTERRADAS, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS COMPLEMENTARES DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

**I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro cúbico, (m<sup>3</sup>).

**II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de brita de granito e com tamanho 3, de forma a criar um prisma para drenagem das águas pluviais e/ou águas de infiltração, na envolvente das paredes enterradas.

O prisma drenante deverá ser envolvido por manta geotêxtil, não tecido em poliéster, de 250 g/m<sup>2</sup> por forma a criar fronteira entre os inertes e os solos envolventes às fundações e paredes enterradas do edifício.

**III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

**ART.º 14.3 - FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TUBO GEODRENO EM POLIPROPILENO - PPR, REVESTIDO A MANTA GEOTÊXTEL, DE FORMA A DRENAR AS ÁGUAS PLUVIAIS E/OU DE INFILTRAÇÃO, DESDE O PRISMA DE BRITA NA ENVOLVENTE DAS PAREDES ENTERRADAS, ATÉ CAIXA DE VISITA MAIS PRÓXIMA DA REDE DE COLETORES PLUVIAIS, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS COMPLEMENTARES DE ACORDO COM O CADERNO DE ENCARGOS**

## **I - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO**

Medição por metro linear, (ml).

## **II - DESCRIÇÃO DO ARTIGO**

Fornecimento e aplicação de tubo geodreno em Polipropileno - PPR, com 200 mm de diâmetro interior, revestido a manta geotêxtil, de forma a drenar e escoar as águas pluviais e/ou águas de infiltração, na envolvente das paredes enterradas.

O prisma drenante deverá ser envolvido por manta geotêxtil, não tecido em poliéster, de 250 g/m<sup>2</sup> por forma a criar fronteira entre os inertes e os solos envolventes às fundações e paredes enterradas do edifício.

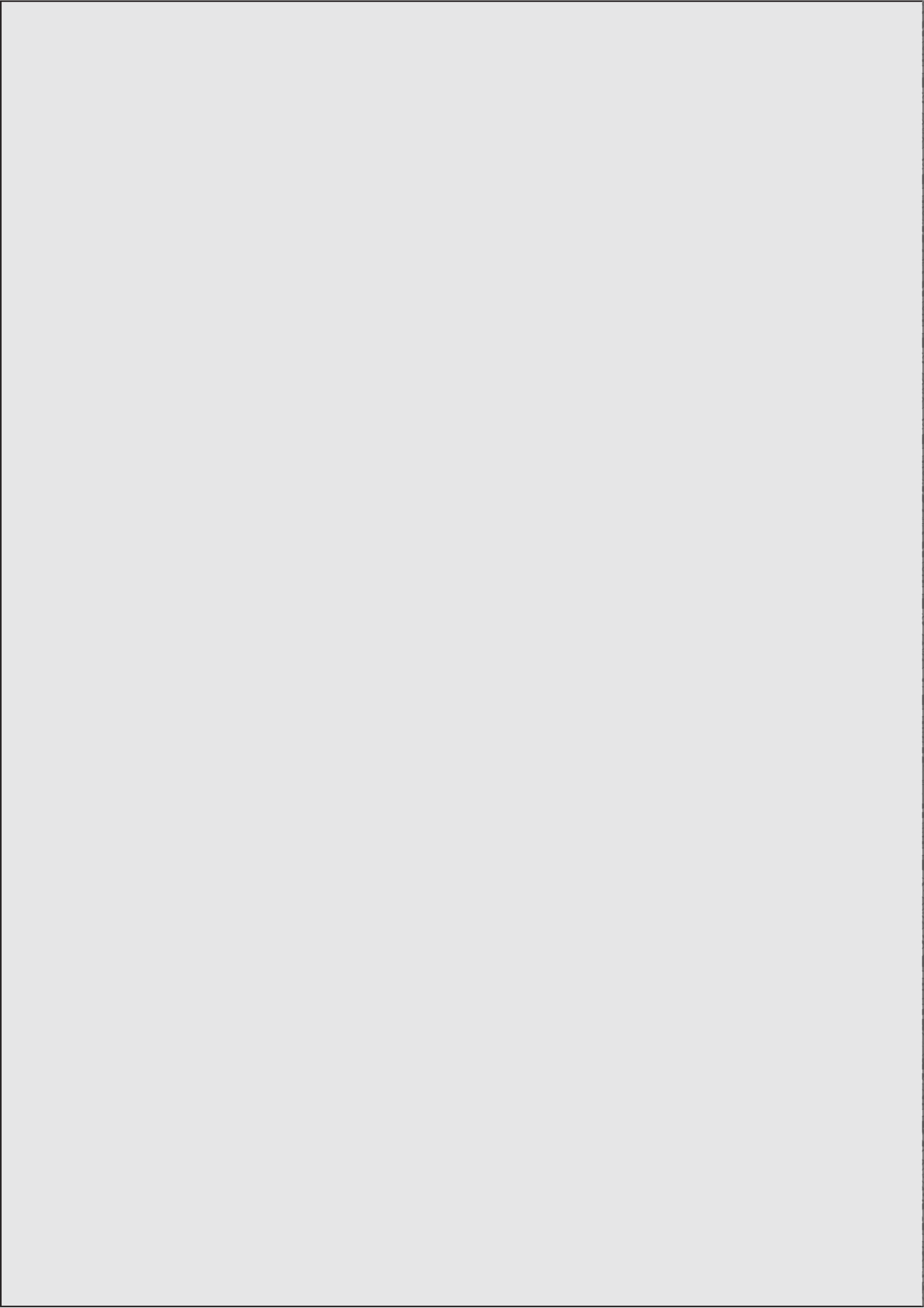
Os trabalhos de movimento de terras (escavação e aterro de valas), bem como o transporte a vazadouro dos produtos sobranes da escavação, fazem parte integrante do presente artigo.

## **III - CONDIÇÕES TÉCNICAS**

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

**PARTE IV**  
**MAPA DE MEDIÇÕES / QUANTIDADES E**  
**ORÇAMENTO**

---



MAPA DE MEDIÇÕES E ORÇAMENTO						
Art.º	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Un.	Quant.	Preço	Preço	Preço
				por	por	por
				Unidade	Artigo	Capítulo
	<b>CAPÍTULO I - TRABALHOS PREPARATÓRIOS</b>					
1	PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA OBRA	vg	1,00	12 000,00€	12 000,00€	
					<b>sub-Total I</b>	12 000,00 €
	<b>CAPÍTULO II - ESTALEIRO DE OBRA</b>					
2.1	Fornecimento e colocação de vedação do local da obra, de acordo com a legislação em vigor.	vg	1,00	1 750,00€	1 750,00€	
2.2	Instalações para o palacete das Almas	vg	1,00	1 500,00 €	1 500,00 €	
2.3	Atelier / Oficinas de trabalho	vg	1,00	2 000,00€	2 000,00 €	
2.4	Equipamentos de Elevação de Cargas	vg	1,00	1 500,00€	1 500,00 €	
2.5	Andaimes e Plantaformas	vg	1,00	1 500,00€	1 500,00 €	
2.6	Segurança / Guardas de Proteção	vg	1,00	1 250,00€	1 250,00 €	
2.7	Redes Provisórias: Águas / Eletricidade	vg	1,00	1 250,00€	1 250,00 €	
2.8	Sinalização do Estaleiro	vg	1,00	500,00€	500,00€	
2.9	Licença para utilização de via pública e espaço aéreo, incluindo respetivos custos.	vg	1,00	1 000,00€	1 000,00 €	
					<b>sub-Total II</b>	12 250,00 €
	<b>CAPÍTULO III - DEMOLIÇÕES GERAIS</b>					
3.1	Demolição de paredes existentes em alvenaria de granito, incluindo o depósito de material em vazadouro licenciado, cumprindo integralmente a legislação em vigor sobre manuseamento e depósito deste tipo de materiais e fazer prova disso.	m2	26,34	58,00	1 527,72€	
3.2	Abate de árvores e remoção de arbustos, incluindo carga, transporte e descarga dos produtos em depósito licenciado e eventuais taxas de deposição.	vg	1,00	850,00€	850,00€	
3.3	Implementação do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição.	vg	1,00	2 500,00€	1 500,00 €	
					<b>sub-Total III</b>	3 877,72 €
	<b>CAPÍTULO IV - MOVIMENTO DE TERRAS</b>					
4.1	Escavação da zona de ampliação até a cota necessária e definida em projeto, para implantação da	m3	3 910,20	3,95€	15 445,29€	
					<b>sub-Total IV</b>	15 445,29 €
	<b>CAPÍTULO V - PAREDES E ALVENARIAS</b>					
<b>5.1</b>	<b>PAREDES EXTERIORES</b>					
5.1.1	Limpeza e recuperação da parede exterior autoportante em alvenaria de granito.					
5.1.1.1	ALÇADO SUL	m2	324,66	2,50€	811,65€	
5.1.1.2	ALÇADO POENTE	m2	411,13	2,50€	1 027,83€	
5.1.1.3	ALÇADO NORTE	m2	403,64	2,50€	1 009,10€	
5.1.1.4	ALÇADO NASCENTE	m2	337,60	2,50€	844,00€	
5.1.2	Execução de parede exterior autoportante em betão armado aparente, com 30 cm de espessura.					
5.1.2.1	PISO 1	m3	136,68	297,20€	40 621,30€	
5.1.2.2	PISO 2	m3	75,85	297,20€	22 542,62€	
5.1.2.3	PISO 3	m3	57,93	297,20€	17 216,80€	

5.1.3	Execução de parede exterior dupla autoportante, em betão armado aparente de 40 cm de espessura total, constituída por pano exterior em betão armado de 20 cm, caixa-de-ar e pano interior de 15 cm de espessura.					
<b>5.2</b>	<b>PAREDES INTERIORES</b>					
5.2.1	Limpeza e recuperação das paredes interiores autoportantes em alvenaria de granito.	m2	309,15	2,50€	772,88€	
5.2.2	Execução de paredes interiores em betão simples, com a espessura de 15 cm.					
5.2.2.1	P1	m3	80,55	302,80€	24 390,54€	
5.2.2.2	P2	m3	40,02	302,80€	12 118,06€	
5.2.2.3	P 0	m3	46,53	302,80€	14 089,28€	
5.2.3	Execução de paredes interiores em placas de gesso cartonado hidrófugo, inseridas sobre a estrutura de madeira.					
5.2.3.1	P 0	m2	95,58	65,00€	6 212,70€	
5.2.3.2	P 1	m2	40,00	65,00€	2 600,00€	
					<b>sub-Total V</b>	144256,76
	<b>CAPÍTULO VI - ISOLAMENTOS</b>					
6.1	Fornecimento e aplicação de isolamento térmico em poliestireno extrudido, com 40 mm de espessura, pelo interior da parede de betão	m2	556,34	9,00€	5 007,06€	
6.2	Fornecimento e aplicação de isolamento térmico em poliestireno extrudido, com 40 mm de espessura, em pavimentos.	m2	1 901,27	9,00€	17 111,43€	
6.3	Fornecimento e aplicação de isolamento acústico de lã de rocha com 80kg/m3, em tetos e paredes de madeira de pinho.	m2	199,85	17,65€	3 527,35€	
6.4	Fornecimento e aplicação de tela pitonada em Polietileno de Alta Densidade - PEAD, em paredes enterradas para permitir a separação dos solos da estrutura, bem como favorecer a drenagem das águas, incluindo todos os trabalhos complementares de acordo com o Caderno de Encargos.	m2	1 110,00	3,75€	4 162,50€	
6.5	Fornecimento e aplicação a rolo de emulsão betuminosa, em 2 demãos de forma cruzada, em paredes enterradas para permitir a impermeabilização da estrutura de betão armado, incluindo as paredes de contenção, bem como todos os trabalhos complementares de acordo com o Caderno de Encargos.	m2	1 110,00	7,50€	8 325,00€	
6.6	Fornecimento e colocação de chapas de isolamento térmico em poliestireno extrudido (XPS) com 40 mm de espessura, na cobertura inclinada do edifício pré-existente, incluindo todos os trabalhos de fixação, cortes e remates, de acordo com o C. E.	m2	805,00	9,00€	7 245,00€	
					<b>sub-Total VI</b>	45378,34
	<b>CAPÍTULO VII - COBERTURAS</b>					
<b>7.1</b>	<b>COBERTURA PLANA</b>					

7.1.1	Camada de enchimento e regularização	m2	1 323,96	6,00€	7 943,76€
7.1.2	Barreira pára-vapor em PEBD.	m2	1 323,96	3,20€	4 236,67€
7.1.3	Isolamento térmico em poliestireno extrudido	m2	1 323,96	3,75€	4 964,85€
7.1.4	Manta geotêxtil, não tecido em polipropileno, 250	m2	1 323,96	2,50€	3 309,90€
7.1.5	Tela de impermeabilização betuminosa, com superfície de acabamento em xisto.	m2	1 323,96	17,50€	23 169,30€
7.1.6	Terra vegetal com fertilizante	m3	199,47	12,75€	2 543,24€
<b>7.2</b>	<b>COBERTURA PLANA DOS MÓDULOS</b>				
7.2.1	Execução de cobertura plana dos módulos no piso superior, em painéis sandwich de chapa galvanizada lacada, incluindo todos os remates, vedações e estrutura de apoio em perfis de chapa galvanizada, conforme Caderno de Encargos.	m2	83,00	25,00€	2 075,00€
					<b>sub-Total VII</b> 48 242,72 €
	<b>CAPÍTULO VIII - REVESTIMENTOS</b>				
<b>8.1</b>	<b>REVESTIMENTO DE PAREDES EXTERIORES</b>				
8.1.1	Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco à base de argamassa de cal, em paramentos interiores das paredes de alvenaria de granito pré-existentes.	m2	1 477,00	12,00€	17 724,00€
<b>8.2</b>	<b>REVESTIMENTO DE PAREDES INTERIORES</b>				
8.2.1	Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco à base de cal, nas paredes interiores de alvenaria de granito pré-existentes.	m2	309,15	12,00€	3 709,80€
8.2.2	Execução de revestimento de paredes interiores com painéis pré-fabricados, folheados a madeira de pinho nacional, incluindo estrutura e perfilados de remate.	m2	10,00	80,00€	800,00€
<b>8.3</b>	<b>REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS</b>				
8.3.1	Fornecimento e assentamento de estrutura e soalho em madeira de pinho, com tábuas de secção 2 cm x 10 cm, incluindo polimento e envernizamento geral das superfícies.	m2	466,08	125,00€	58 260,00€
8.3.2	Fornecimento e assentamento de rodapé em madeira de pinho, com secção de 9 cm x 2,5 cm, incluindo polimento e envernizamento geral das superfícies.	ml	240,00	12,00€	2 880,00€
8.3.3	Fornecimento e colocação de cordão selante, nas juntas de dilatação do soalho de madeira de pinho, com dimensões de 2 cm x 2 cm.	ml	20,00	2,50€	50,00€
8.3.4	Fornecimento e assentamento de lajedo de granito da região, com dimensões de 60 cm x 60 cm x 3 cm.	m2	278,16	60,00€	16 689,60€
8.3.5	Execução de betonilha afagada em revestimento de pavimentos, conforme Caderno de Encargos, incluindo a adição de endurecedor de superfície.				
8.3.5.1	P 1	m2	700,41	10,80€	7 564,43€
8.3.5.2	P 2	m2	716,34	10,80€	7 736,47€
8.3.5.3	P 3	m2	484,52	10,80€	5 232,82€
<b>8.4</b>	<b>REVESTIMENTO DE TETOS</b>				

8.4.1	Fornecimento e assentamento de estrutura metálica e respetivas fixações, incluindo placas de gesso cartonado hidrófugo, bem como tratamento das juntas e barramento geral, para pintura posterior.	m2	200,78	9,00€	1807,02€	
					<b>sub-Total VIII</b>	1807,02€
	<b>CAPÍTULO IX - PINTURAS E ENVERNIZAMENTOS</b>					
9.1	Fornecimento e execução de envernizamento com resinas epoxy, em 2 mãos de cor neutra, em pavimentos com betonilha afagada, de acordo com o Caderno de Encargos.					
9.1.1	P1	m2	242,51	12,00€	2 910,12€	
9.1.2	P2	m2	24,02	12,00€	288,24€	
9.1.3	P 3	m2	14,76	12,00€	177,12€	
9.2.1	Fornecimento e execução de envernizamento com resinas epoxídicas e de poliamida, em 2 demãos, em paramentos interiores das paredes exteriores de betão, de acordo com o Caderno de Encargos.					
9.2.2	P1	m2	151,62	12,00€	1 819,44€	
9.2.3	P2	m2	20,93	12,00€	251,16€	
9.2.4	P 3	m2	7,00	12,00€	84,00€	
9.3.1	Fornecimento e execução de envernizamento com resinas epoxídicas e de poliamida, em 2 demãos, em paredes interiores de betão, de acordo com o C. E.					
9.3.2	P1	m2	485,55	12,00€	5 826,60€	
9.3.3	P2	m2	75,91	12,00€	910,92€	
9.3.4	P 3	m2	88,08	12,00€	1 056,96€	
9.4	Fornecimento e execução de pintura em tetos de gesso cartonado, com tinta aquosa semi-mate, de cor branca, em 2 demãos, de acordo com o Caderno de Encargos.	m2	38,78	8,75€	339,33€	
9.5	Fornecimento e execução de pintura em paredes de reboco à base de cal, nas instalações sanitárias do edifício pré-existente, com tinta aquosa semi-mate, de cor branca, em 2 demãos, de acordo com o C. E.	m2	137,34	8,25€	1 133,06€	
9.6	Fornecimento e execução de envernizamento com verniz aquoso, de cor neutra, semi-brilho, em 2 demãos, em paredes exteriores de madeira no piso 1, de acordo com o Caderno de Encargos.					
9.7	P 1	m2	64,27	9,75€	626,63€	
					<b>sub-Total IX</b>	15423,58
	<b>CAPÍTULO X - SERRALHARIAS</b>					
10.1	Fornecimento e montagem de vãos exteriores de alumínio anodizado, com corte térmico, incluindo todas as ferragens e acessórios, conforme mapa de vãos e Caderno de Encargos.					
10.2	Ve 78 (0,88 m x 2,10 m)	un	1,00	575,00€	575,00€	

10.3	Fornecimento e montagem de vãos interiores de alumínio lacado, com corte térmico, incluindo todas as ferragens e acessórios, conforme mapa de vãos e C. E.					
10.4	Vi 18 (1,44 m x 2,10 m)	un	4,00	900,00€	3 600,00€	
10.5	Vi 19 (1,00 m x 2,10 m)	un	2,00	713,00€	1 426,00€	
10.6	Fornecimento e montagem do atelier					
10.7	Ve 76 (3,65 m x 3,00 m) - portão de garagem	un	1,00	2 000,00€	2 000,00€	
10.8	Ve 77 (2,00 m x 2,10 m) - porta de homem	un	1,00	1 200,00€	1 200,00€	
10.9	Fornecimento e montagem de guardas metálicas em perfis de aço inox escovado (50 x 50).	ml	69,60	75,00€	5 220,00€	
					<b>sub-Total X</b>	14021,00
	<b>CAPÍTULO XI - CARPINTARIAS</b>					
11.1	Fornecimento e montagem de vãos exteriores, porta em madeira maciça de pinho, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					
11.2	Ve 1 (2,00 m x 3,04 m) - 2 folhas	un	1,00	2 150,00 €	2 150,00€	
11.3	Ve 3 (1,55 m x 2,74 m) - 2 folhas	un	1,00	1 575,00€	1 575,00€	
11.4	Ve 5 (0,95 m x 1,87 m) - 1 folha	un	1,00	890,00€	890,00€	
11.5	Ve 18 (1,04 m x 1,90 m) - 1 folha	un	1,00	990,00€	990,00€	
11.10	Fornecimento e montagem de vãos exteriores, porta com caixilho em madeira de pinho, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					
11.11	Ve 31 (1,56 m x 2,20 m) - 2 folhas	un	1,00	1 200,00€	1 200,00€	
11.12	Ve 36 (1,33 m x 2,05 m) - 2 folhas	un	1,00	978,00€	978,00€	
11.13	Ve 42 (0,74 m x 1,89 m) - 1 folha	un	1,00	550,00€	550,00€	
11.14	Ve 43 (0,87 m x 1,88 m) - 1 folha	un	1,00	573,00€	573,00€	
11.15	Ve 44 (1,00 m x 2,07 m) - 1 folha	un	1,00	777,00€	777,00€	
11.20	Fornecimento e montagem de vãos exteriores, porta fixa, com caixilho em madeira de pinho, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					
11.21	Ve 25 (0,99 m x 1,48 m)	un	1,00	600,00€	600,00€	
11.22	Ve 27 (1,25 m x 2,04 m)	un	1,00	895,00€	895,00€	
11.40	Fornecimento e montagem de vãos exteriores, porta com estrutura e caixilho em aço inox, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, conforme Mapa de Vãos e C. E.					
11.41	Ve 9 (1,13 m x 2,20 m) - 1 folha	un	1,00	1 650,00€	1 650,00€	

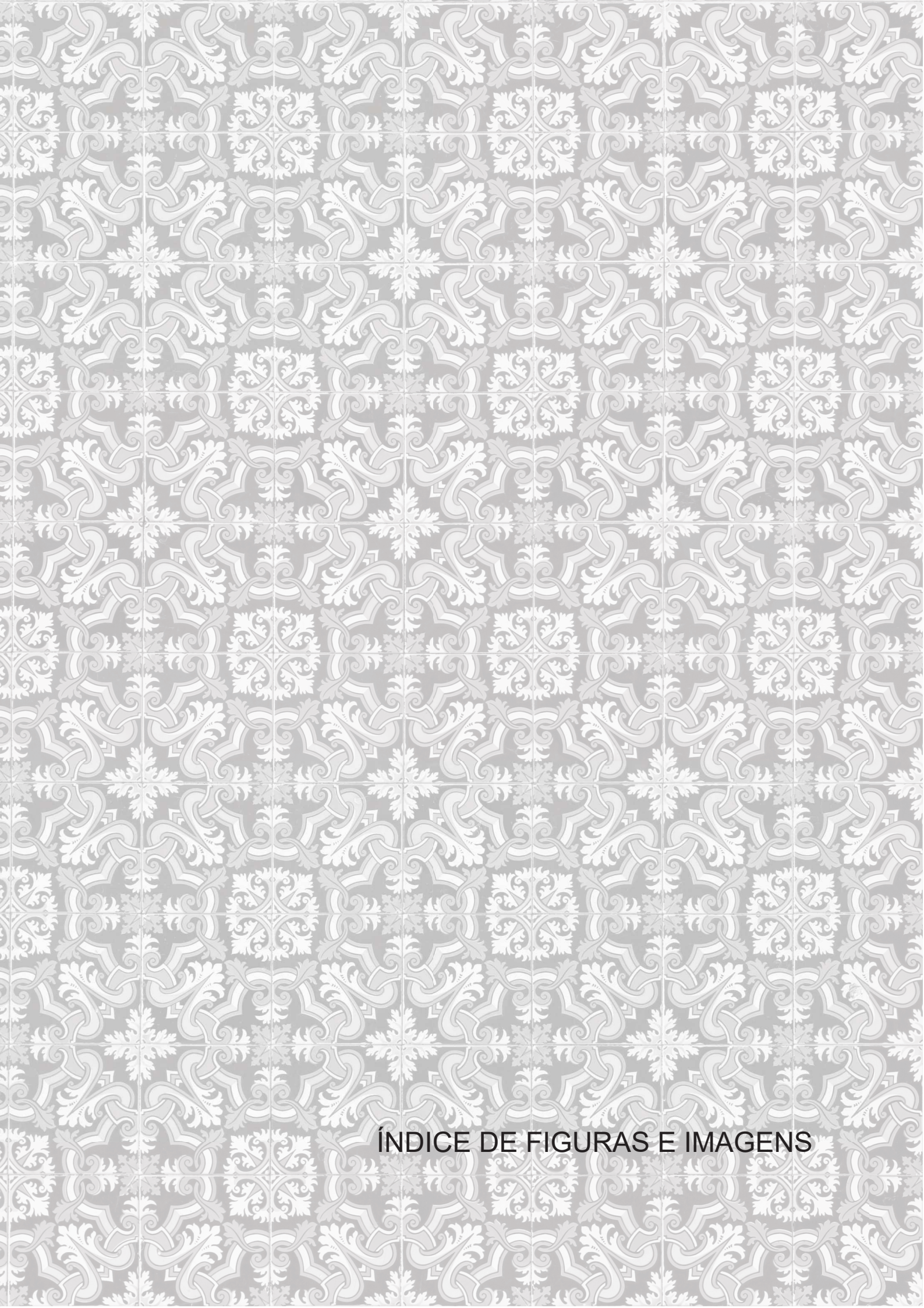
11.42	Fornecimento e montagem de vãos exteriores, janela com caixilho em madeira de pinho, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e C. E.				
11.43	Ve 47 (0,51 m x 1,02 m) - 1 folha	un	1,00	234,00€	234,00€
11.44	Fornecimento e montagem de vãos exteriores, janela de correr com caixilho em madeira de pinho, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e C. E.				
11.45	Ve 59 (1,60 m x 1,76 m) - 2 folhas	un	8,00	1 000,00€	8 000,00€
11.99	Fornecimento e montagem de vãos interiores, porta em madeira maciça de pinho, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.				
11.100	Vi 3 (1,01 m x 2,00 m) - 1 folha	un	1,00	1 000,00€	1 000,00€
11.101	Vi 4 (1,12 m x 2,00 m) - 1 folha	un	1,00	1 115,00€	1 115,00€
11.102	Vi 5 (1,01 m x 2,00 m) - 1 folha	un	26,00	1 050,00€	27 300,00€
11.103	Vi 6 (1,10 m x 2,20 m) - 1 folha	un	1,00	1 195,00€	1 195,00€
11.104	Vi 7 (1,30 m x 2,10 m) - 1 folha	un	1,00	1 405,00€	1 405,00€
11.105	Vi 8 (1,10 m x 2,10 m) - 1 folha	un	1,00	1 135,00€	1 135,00€
11.106	Vi 9 (0,85 m x 2,10 m) - 1 folha	un	4,00	847,50€	3 390,00€
11.107	Vi 11 (1,30 m x 2,35 m) - 2 folhas	un	1,00	1 528,00€	1 528,00€
11.108	Vi 13 (1,10 m x 2,10 m) - 1 folha	un	2,00	1 155,00€	2 310,00€
11.109	Vi 14 (0,95 m x 2,10 m) - 1 folha	un	3,00	1 100,00€	3 300,00€
11.110	Vi 15 (1,05 m x 2,10 m) - 1 folha	un	1,00	1 150,00€	1 150,00€
11.111	Vi 20 (1,00 m x 2,10 m) - 1 folha	un	13,00	1 102,50€	14 332,50€
11.112	Vi 21 (1,10 m x 2,15 m) - 1 folha	un	3,00	1 215,00€	3 645,00€
11.115	Fornecimento e montagem de vãos interiores, porta de correr em madeira maciça de pinho, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.				
11.116	Vi 12 (0,90 m x 2,10 m) - 1 folha	un	1,00	977,00€	977,00€
11.117	Fornecimento e montagem de vãos interiores, porta de correr em harmónio, com módulos opacos, em madeira de pinho, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.				
11.118	Vi 10 (4,75 m x 3,00 m) - 6 folhas	un	1,00	7 125,00€	7 125,00€

11.119	Fornecimento e montagem de vãos interiores, porta (movível) e porta fixa, com caixilho em madeira de pinho, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					
11.120	Vi 16 (3,30 m x 2,20 m) - (2 + 2) folhas	un	1,00	2 572,50€	2 572,50€	
11.121	Vi 17 (3,20 m x 2,20 m) - (2 + 2) folhas	un	1,00	2 472,50€	2 472,50€	
11.122	Fornecimento e montagem de vãos interiores, porta com estrutura em alumínio anodizado, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, conforme Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					
11.123	Vi 18 (1,44 m x 2,10 m) - 2 folhas	un	4,00	1 750,00€	7 000,00€	
11.124	Vi 19 (1,00 m x 2,10 m) - 1 folha	un	2,00	1 207,50€	2 415,00€	
11.125	Fornecimento e montagem de vãos interiores, janela fixa, com caixilho em madeira de pinho, com vidro duplo incolor, incluindo todas as ferragens e acessórios necessários, bem como envernizamento das superfícies e guarnições, conforme Mapa de Vãos e C. E.					
11.126	Vi 2 (0,93 m x 1,68 m)	un	2,00	578,00€	1 156,00€	
					<b>sub-Total XI</b>	107585,50
	<b>CAPÍTULO XII - EQUIPAMENTOS</b>					
12.1	Equipamento de Cozinha (Estimativa Geral)	vg	1,00	40 000,00€	40 000,00€	
12.4	Equipamento de Atelier (Estimativa Geral)	vg	1,00	10 000,00€	10 000,00€	
12.5	Equipamento de Lavandaria (Estimativa Geral)	vg	1,00	5 000,00€	5 000,00€	
12.6	Equipamento de Salas e arrumos (Estimativa Geral)	vg	1,00	40 000,00€	40 000,00€	
12.10	Equipamento de Alojamento (Estimativa Geral)	vg	1,00	35 000,00€	35 000,00€	
12.11	Elevadores	vg	1,00	20 000,00€	20 000,00€	
					<b>sub-Total XII</b>	150000
	<b>CAPÍTULO XIII - EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS</b>					
13.1	Fornecimento e colocação de lavatório suspenso, incluindo todas as ligações, ferragens e acessórios, de acordo com o Caderno de Encargos.					
13.2	P1	un	8,00	240,00€	1 920,00€	
13.3	P2	un	2,00	240,00€	1 480,00€	
13.4	P3	un	6,00	240,00€	1 440,00€	
13.5	Fornecimento e colocação de base de duche, modelo Standard, da marca Sanitana, com dimensões de 80 cm x 80 cm, incluindo todas as ligações, ferragens e acessórios, de acordo com o Caderno de Encargos.					
13.6	P1	un	4,00	225,00€	900,00€	
13.7	P 2	un	8,00	225,00€	1 800,00€	
13.8	Fornecimento e colocação de lavatório suspenso, para pessoas com mobilidade condicionada, incluindo todas as ligações, ferragens e acessórios de acordo com o C. E.					
13.9	P1	un	1,00	287,50€	287,50€	

13.10	P2	un	3,00	287,50€	862,50€	
13.11	Fornecimento e colocação de sanita suspensa, para pessoas com mobilidade condicionada, incluindo todas as ligações, ferragens e acessórios.					
13.12	P1	un	1,00	550,00€	550,00€	
13.13	P2	un	3,00	550,00€	1 650,00€	
13.14	Fornecimento e colocação de sanita, suspensa, incluindo todas as ligações, ferragens e acessórios.					
13.15	P-2	un	8,00	480,00€	3 840,00€	
13.16	P-1	un	4,00	480,00€	1 920,00€	
13.17	P 0	un	5,00	480,00€	2 400,00€	
13.18	P 1	un	9,00	480,00€	4 320,00€	
13.19	Fornecimento e colocação de urinol, modelo "GLAM", da marca Sanitana, incluindo todas as ligações, ferragens e acessórios.					
13.20	P-2	un	1,00	295,00€	295,00€	
13.21	P-1	un	1,00	295,00€	295,00€	
13.22	P 0	un	2,00	295,00€	590,00€	
					<b>sub-Total XIII</b>	24550,00
	<b>CAPÍTULO XIV - DIVERSOS</b>					
14.1	Fornecimento e aplicação de manta geotêxtil, não tecido em poliéster, de 250 g/m2, de forma a envolver o prisma de brita na envolvente das paredes enterradas, incluindo todos os trabalhos complementares de acordo com o C. E.	m2	3 700,00	2,50€	9 250,00€	
14.2	Fornecimento e colocação de brita, de forma a criar um prisma para drenagem das águas pluviais e/ou águas de infiltração, na envolvente das paredes enterradas, incluindo todos os trabalhos complementares de acordo com o Caderno de Encargos.	m3	2 405,00	11,00€	26 455,00€	
14.3	Fornecimento e colocação de tubo geodreno em Polipropileno - PPR, revestido a manta geotêxtil, de forma a drenar as águas pluviais e/ou de infiltração, desde o prisma de brita na envolvente das paredes enterradas, até caixa de visita mais próxima da Rede de Coletores Pluviais, incluindo todos os trabalhos complementares de acordo com o Caderno Encargos.	ml	400,00	12,00€	4 800,00€	
14.4	Fornecimento e montagem de vão interior, porta em PVC rígido, nas instalações sanitárias dos ateliers, incluindo todas as ferragens e acessórios, de acordo com Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					
14.5	Vi 22 (0,70 m x 2,10 m)	un	8,00	200,00€	1 600,00€	
14.6	Fornecimento e montagem de instalações sanitárias nos quartos/Celas, em PVC rígido com tratamento antibacteriano, incluindo todos os dispositivos sanitários com características ergonómicas, bem como todas as ferragens e acessórios, de acordo com Mapa de Vãos e Caderno de Encargos.					

14.7	Instalação Sanitária (modelo 1)	un	6,00	1 000,00€	6 000,00€	
14.8	Instalação Sanitária (modelo 2)	un	1,00	1 100,00€	1 100,00€	
14.9	Instalação Sanitária (modelo 3 - para pessoas com mobilidade reduzida)	un	1,00	1 350,00€	1 350,00€	
					<b>sub-Total XIV</b>	50555
				<b>TOTAL (s/ IVA)</b>		<b>645 392,93 €</b>

MAPA DE MEDIÇÕES E ORÇAMENTO		
Art.º	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Preço por capítulo
<u>RESUMO ORÇAMENTAL</u>		
	CAPÍTULO I - TRABALHOS PREPARATÓRIOS	12 000,00
	CAPÍTULO II - ESTALEIRO DE OBRA	12 250,00
	CAPÍTULO III - DEMOLIÇÕES GERAIS	3 877,72
	CAPÍTULO IV - MOVIMENTO DE TERRAS	15 445,29 €
	CAPÍTULO V - PAREDES E ALVENARIAS	144 256,76
	CAPÍTULO VI - ISOLAMENTOS	45 378,34
	CAPÍTULO VII - COBERTURAS	48 242,72
	CAPÍTULO VIII - REVESTIMENTOS	1 807,02
	CAPÍTULO IX - PINTURAS E ENVERNIZAMENTOS	15 423,58
	CAPÍTULO X - SERRALHARIAS	14 021,00
	CAPÍTULO XI - CARPINTARIAS	107 585,50
	CAPÍTULO XII - EQUIPAMENTOS	150 000,00
	CAPÍTULO XIII - EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS	24 550,00
	CAPÍTULO XIV - DIVERSOS	50 555,00
	<b>TOTAL (s/ IVA)</b>	<b>645 392,93</b>



**ÍNDICE DE FIGURAS E IMAGENS**

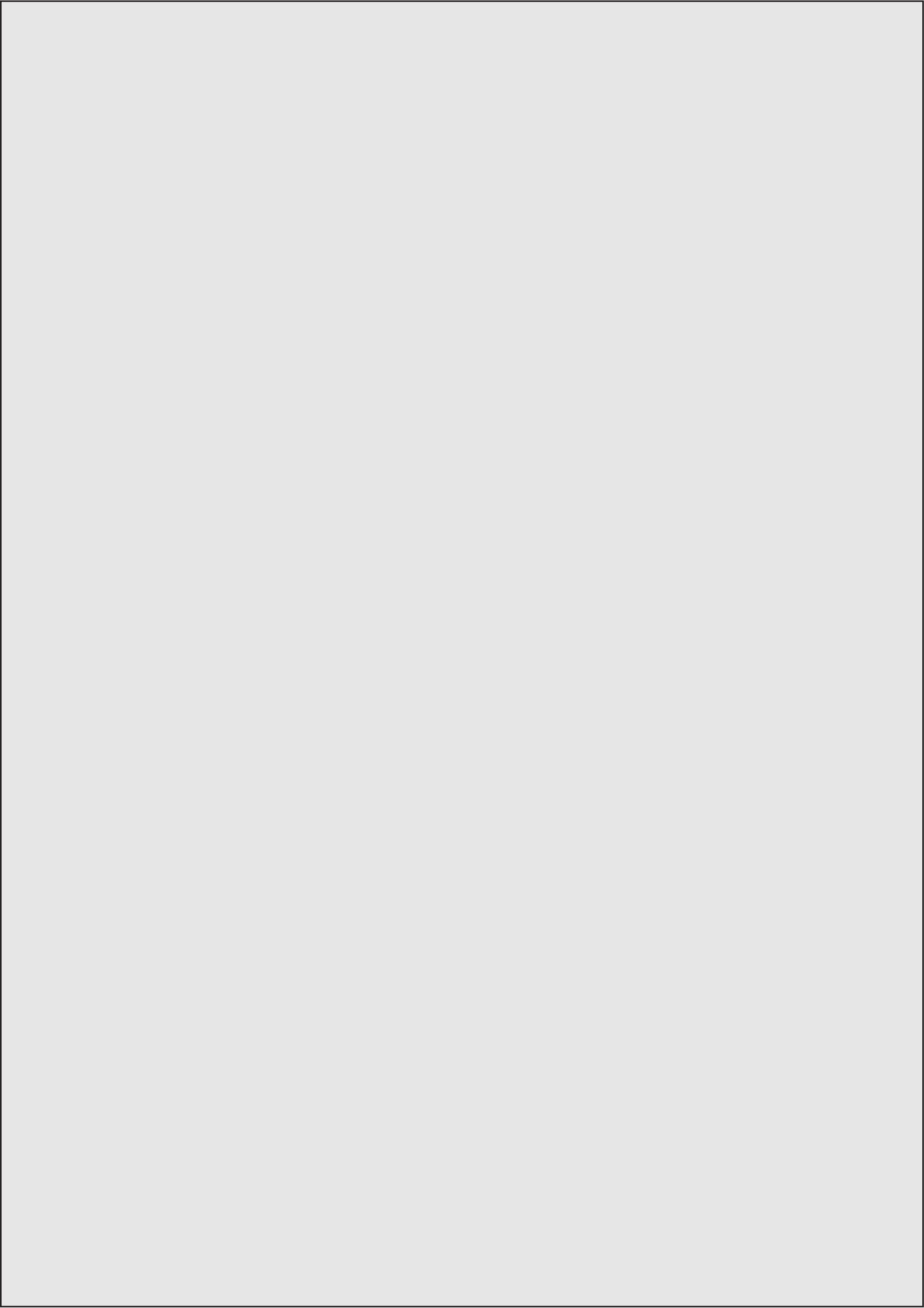


Figura 01 - Planta de implantação do Palacete das Almas. Fonte: autoria própria.

Figura 02 - Perfis de inserção da proposta. Fonte: autoria própria.

Figura 03 - Planta de zona privada e zona semi privada, no rés-do-chão do palacete. Fonte: autoria própria.

Figura 04 - Planta de zona privada no 1º andar do palacete. Fonte: autoria própria.

Figura 05 - Planta de zona privada no 2º andar do palacete. Fonte: autoria própria.

Figura 06 - Planta de zona privada no 3º andar do palacete. Fonte: autoria própria.

Figura 07 - Planta de parte semi privada e pública da nova intervenção. Fonte: autoria própria.

Figura 08 - Esboço do estudo da forma. Fonte: autoria própria.

Figura 09 - Esboço do estudo da forma, da parte dos atelier / espaço expositivo. Fonte: autoria própria.

Figura 10 - Resumo de uso, por edifícios. Fonte: autoria própria.

---



